PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1990

1º VOLUME

RELATÓRIO

Brasília, 1991

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento
Zélia Maria Cardoso de Mello

Secretário da Fazenda Nacional
Geraldo José Gardenalli

Diretor do Departamento do Tesouro Nacional
Roberto Figueiredo Guimarães

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1990

1º VOLUME

RELATÓRIO

Brasília, 1991

GRUPO DE TRABALHO

Sub-Grupo I - Dados Contábeis

ISALTINO ALVES DA CRUZ - Coordenador
Carmem Lúcia Sousa Dantas de Oliveira
Helano Muller Guimarães
Heloisa Teixeira Saito

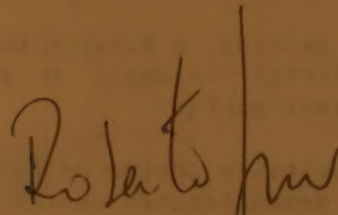
Sub-Grupo II - Dados Econômicos
ALVARO MANOEL - Coordenador
Gessi Rodrigues de Almeida
Marcos César Lopes da Rosa
Marcos José Mendes
Renato Pimentel Jeveaux

Sub-Grupo III - Atividade do Governo
MARY BRITO SILVEIRA - Coordenadora
Domingos Poubel de Castro
Márcio de Souza
Róbison Gonçalves de Castro

Apoio Técnico

MARCELO GOMES TEIXEIRA - Coordenador
Edir das Graças Garcia
Ionaldo Pinheiro da Silva
Luiz Perez Lima

APRESENTAÇÃO

Ao Departamento do Tesouro Nacional compete elaborar a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República apresenta anualmente ao Congresso Nacional, de acordo com a Constituição Federal. Essas contas estão adiante demonstradas no Balanço Geral da União e no Relatório sobre a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e da administração financeira federal.

Nesse sentido, o Balanço Geral da União, na sua plenitude, compõe-se de 3 (três) volumes. O primeiro constitui-se de Relatório subdividido em cinco partes:

a) a primeira contém as notas explicativas, em complementação às demonstrações contábeis, procurando mostrar os principais critérios adotados no exercício;

b) a segunda traz o relato sobre a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atendendo ao disposto no artigo 29, II, do Decreto-Lei Nº 199/67, e observando os artigos 101 a 110 da Lei Nº 4320/64, cujas demonstrações são denominadas de "Gestão Tesouro";

c) a terceira abrange o desempenho da economia brasileira e a política econômico-financeira do Governo Federal, em 1990, complementada com análises e observações concernentes à administração financeira federal;

d) a quarta contempla, pela primeira vez, um relato das principais atividades dos Órgãos do Poder Executivo; e

e) a quinta compreende os anexos representativos das demonstrações, quadros comparativos e outras informações.

No tocante à quarta parte, ressaltamos que os responsáveis pela análise das contas da União sempre destacaram a inexistência de maiores informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo. Procurando atender este legítimo interesse, de forma inovadora, introduzimos, no presente Relatório, descrição analítica daquelas atividades, detalhada por setor da estrutura administrativa federal (órgãos da Presidência da República e Ministérios), elaborada com o apoio das respectivas unidades componentes do Sistema de Controle Interno.

No segundo volume estão os Balanços e Demonstrações Contábeis da Administração Direta, em vários níveis. O terceiro contém as Demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Federal, subdividido por Entidades da Administração Indireta e Fundos da Administração Direta, com as Empresas Públicas relacionadas no final. Cumpre assinalar, ainda, que outros níveis de agregação ou detalhamento encontram-se disponíveis nos terminais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Ao cumprir a missão de elaborar a presente prestação de contas, o Departamento do Tesouro Nacional demonstra sua inegável persistência no propósito de defender o acesso à informação, permitindo, assim, aos diferentes níveis da gestão pública, não só o aprimoramento do processo decisório, mas também, e principalmente, a prática democrática de proporcionar a necessária transparência das Contas Públicas.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES
Diretor do Departamento do Tesouro Nacional

ÍNDICE DO 1º VOLUME

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

I - NOTAS EXPLICATIVAS

1.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Outras Demonstrações Contábeis julgadas relevantes foram elaboradas e inseridas a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Setor Público Federal e de atender maior número de usuários das informações governamentais.

As Demonstrações Contábeis da Administração Direta são denominadas de "Gestão Tesouro Nacional" para os recursos consignados no Orçamento Geral da União a favor dos Ministérios ou órgãos equivalentes.

As Demonstrações Contábeis da Administração Indireta denominadas de "Gestão Não Tesouro" ou identificadas através da denominação própria de cada órgão contêm todas as entidades federais representadas pelas Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas, estejam ou não consignados no Orçamento Geral da União, à exceção das Sociedades de Economia Mista que são registradas como participação societária em cada Ministério ou órgão equivalente de vinculação. Além disso:

a) as demonstrações individualizadas independem do órgão executante;

b) as demonstrações consolidadas por órgão contêm todas as gestões por ele executadas; e

c) as demonstrações das Empresas Públicas foram inseridas no 3º volume, à exceção daquelas que têm no seu capital participação de terceiros.

As Demonstrações Contábeis consolidadas, reunindo as administrações direta e indireta, são denominadas de " Consolidado de Todas as Gestões ";

As Demonstrações Contábeis dos Fundos da Administração Direta foram individualizadas por gestão nos Balanços Financeiro e Patrimonial constantes do 3º volume.

1.2. Diretrizes Contábeis

Na "Gestão Tesouro Nacional" foi utilizado o regime de caixa para as receitas e o de competência para as despesas, de acordo com o artigo 35, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Patrimonial consolidado da União inclui os balanços das Administrações Direta e Indireta (exceto Empresas Públicas).

1.3. Critérios de Avaliação do Ativo.

Os direitos de Crédito em Circulação foram avaliados pelo valor

de realização. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de exclusão de valores prescritos ou da provisão para perdas prováveis.

Os direitos relativos a Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, à exceção da Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de provisão para perdas prováveis.

Os direitos relativos à Dívida Ativa da União foram avaliados pelo custo de aquisição corrigido para 31.12.90 pelo BTN.

Os direitos classificados em Investimentos, à exceção de participações societárias, foram avaliadas pelo custo de aquisição corrigido para a valorização em 31.12.90. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de provisão para perdas prováveis.

Os direitos classificados no Ativo Imobilizado foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Tesouro" não foram utilizados os critérios da correção monetária, da depreciação, amortização ou da exaustão.

1.4. Critérios de Avaliação do Passivo.

As Obrigações classificadas em Depósitos foram avaliadas pelo valor de realização em 31.12.90. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de exclusão por prescrição.

As Obrigações classificadas em Circulação foram avaliadas pelo valor atualizado em 31.12.90.

As Obrigações classificadas em Empréstimos e Financiamentos e em Exigíveis a Longo Prazo foram avaliadas pelo valor atualizado em 31.12.90.

1.5. Efeitos Inflacionários.

Os efeitos inflacionários, em função da perda do poder aquisitivo da moeda, não foram reconhecidos na sua plenitude, tendo em vista a ausência de uniformidade na aplicação dos princípios da correção monetária e da prudência na "Gestão Tesouro Nacional".

No Ativo Permanente apenas os Investimentos foram corrigidos pelo valor das participações em 31.12.90. Não houve atualização monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.

1.6. Taxa de Conversão de Moeda.

As Demonstrações Contábeis dos órgãos com unidades no exterior foram convertidos para a moeda nacional da seguinte forma:

Todas as demonstrações, à exceção do Balanço Patrimonial apresentam-se convertidas para o cruzeiro pela taxa média por órgão, calculada com base nas remessas financeiras ao exterior.

O Balanço Patrimonial foi convertido à taxa do dólar de 31.12.90, de Cr$ 168,59 negociada pelo Agente Financeiro.

1.7. Disposição da Receita e Despesa.

Na demonstração da Receita e da Despesa por Unidade da Federação e por região da Gestão "Tesouro Nacional" foram utilizados os seguintes critérios:

a) a identificação da receita local ou da receita regional foi feita com base na praça onde o DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais foi recolhido. Para a colocação de Títulos Públicos Federais foi considerada a praça de Brasília;

b) a identificação da despesa local ou da despesa regional ocorreu através da identificação da Unidade da Federação de cada credor dos empenhos emitidos pela Administração Direta "Gestão Tesouro". Portanto, as despesas de Operações de Crédito Internas e Externas foram registradas no Distrito Federal.

1.8. Ajustes de Exercícios Anteriores.

As operações ocorridas no exercício de 1990, relativamente aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores, foram registradas como " Ajustes do Patrimônio/Capital" e transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado Acumulado por ocasião do encerramento do exercício.

1.9. Restos a Pagar.

Os restos a pagar representam os saldos dos empenhos considerados despesas não liquidadas no exercício de 1990, e também as obrigações reconhecidas e não pagas até 31.12.90. Os restos a pagar dividem-se da seguinte forma:

a) Restos a Pagar processados referem-se às despesas realizadas e ainda não pagas dos órgãos do Poder Legislativo. Para os demais órgãos as despesas não pagas estão demonstradas em: Fornecedores, Pessoal a Pagar, Incentivos a Liberar e Outras Obrigações.

b) Restos a Pagar não processados - referem-se às despesas registradas, independente de sua realização, relativas aos saldos dos empenhos.

Os Restos a Pagar do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram considerados como processados por se tratarem de órgãos não integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e ainda a indisponibilidade da indicação de seus empenhos.

1.10. Déficit Patrimonial do Tesouro Nacional

O Déficit Patrimonial da Gestão Tesouro Nacional apurado no exercício decorreu, basicamente, dos seguintes subitens:

a) registro das variações da Dívida Interna da União em virtude da correção monetária ocorrida durante o exercício;

b) registro das variações e atualização da Dívida Externa da União em virtude da correção cambial ocorrida durante o exercício;

c) ausência de registro da correção monetária e da atualização dos valores do Ativo Imobilizado.

d) "Deficit" orçamentário corrente, devido à utilização de recursos provenientes do Resultado do Banco Central e Remuneração dos Depósitos do Governo Federal classificados na categoria de Receitas de Capital.

1.11. Outras Explicações

Nas demonstrações analíticas da execução da despesa os valores descritos como empenhados são também considerados realizados.

Nas Demonstrações da Execução do Orçamento a coluna movimentações líquidas demonstra a diferença entre as provisões concedidas e recebidas pelas Unidades localizadas no Exterior (Variação da taxa do dia da Provisão em relação à taxa orçamentária).

Os quadros e Tabelas que compõem esse relatório tiveram como fonte o Departamento de Orçamentos da União - DOU, quanto aos dados do Orçamento, e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, quanto à execução da despesa e realização da receita.

II - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E OS BALANÇOS FINANCEIRO, PATRIMONIAL E DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1. ORÇAMENTO AUTORIZADO

O orçamento do exercício financeiro de 1990 teve seus valores consignados na Lei nº 7.999, de 31.01.90, que estimou o valor das receitas que compõem as Fontes do Tesouro em Cr$ 3.041.987.458 mil e fixou a despesa por órgão em Cr$ 3.075.350.852 mil. O Decreto nº 98.913, de 31.01.90, suplementou e cancelou os valores constantes da Lei nº 7.999, na parte da despesa, trazendo o Orçamento para o valor de Cr$ 3.053.552.489 mil. A diferença no valor de Cr$ 11.565.031 mil refere-se à dotação orçamentária consignada nas fontes 300, 349, 354 e 381.

Na mesma Lei(7.999) ficou consignada a quantia de Cr$ 82.634.286 mil para as entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excluídas as transferências do Tesouro Nacional.

Do montante de Cr$ 3.124.621.744 mil, a receita de Cr$ 3.041.987.458 mil foi estimada com base nas fontes de recursos da arrecadação do Tesouro Nacional e a receita correspondente a Cr$ 82.634.286 mil, com base em outras fontes.

A referida Lei Orçamentária compreendeu os seguintes Orçamentos da União:

- Orçamento Fiscal: abrangendo os Poderes da União, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive as especiais, Fundações instituídas e mantidas pela União. Compreendendo, também, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta, quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento.

- Orçamento da Seguridade Social: englobando todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam de Administração Direta ou da Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; compreendendo também, os demais projetos e atividades, não integrantes do Programa de Trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social.

Do Orçamento de Cr$ 3.053.552.489 mil referente à "Gestão Tesouro", Cr$ 2.531.698.258 mil refere-se ao Orçamento Fiscal e Cr$ 521.854.231 mil ao Orçamento da Seguridade Social.

1.1. Créditos Suplementares Abertos.

Mediante a Lei do Orçamento para 1990 (nº 7.999, de 31.01.90), ficou o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para cumprir a execução orçamentária do exercício, assim especificados:

a) utilização da Reserva de Contingência;

b) anulação parcial de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei;

c) operações de créditos;

d) suplementação por excesso de arrecadação.

Para alcançar o valor necessário à execução orçamentária do exercício, o Poder Executivo utilizou como suporte para abertura de crédito, a autorização outorgada pelos instrumentos legais constantes dos anexos deste relatório.

O montante líquido suplementado atingiu a cifra de Cr$ 18.960.530.617 mil, resultante das seguintes mutações.

	Cr$ milhões
(+) Abertura de Créditos Suplementares	18.079.273
(+) Abertura de Créditos Especiais	860.771
(+) Abertura de Créditos Extraordinários	20.487
Suplementação Líquida	18.960.531

1.2. Créditos Especiais Abertos em 1990

Os créditos especiais autorizados por leis específicas e abertos por decretos do Poder Executivo alcançaram o montante de Cr$ 860.770.548 mil, e os órgãos contemplados, bem como a composição dos mesmos, estão dispostos nos anexos.

2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O Balanço Orçamentário terá apresentação a seguir, desdobrada nos aspectos principais de sua composição: a execução orçamentária da receita e da despesa, previsão, realização, fixação e execução bem como a indicação dos dados evolutivos desses componentes. Maiores informações sobre a execução orçamentária estão detalhadas no 2º volume.

2.1. Execução da Receita Orcamentária

Para a realização da receita da União foi utilizada a rede bancária, de acordo com a disposição constante do artigo 74 do Decreto-Lei Nº 200, de 25.2.67, e ainda a Conta Única do Tesouro Nacional, regularizada através da IN/STN/Nº 012, de 27.10.88.

A receita orçamentária líquida do exercício de 1990 alcançou o montante de Cr$ 21.649.721.712 mil, proporcionando uma arrecadação superior à previsão inicial em 611,70% e inferior à previsão corrigida em 1,68%.

Dentre os fatores determinantes no desempenho da receita destaca-se o crescimento expansionista da arrecadação em virtude da política econômica adotada pelo novo governo.

A receita orçamentária da União se classifica em duas categorias econômicas distintas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As receitas correntes participaram com 25,64% das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital a complementação de 74,36% e neste percentual estão inclusas as receitas provenientes de Operações de Crédito Internas para resgate da Dívida Interna no montante de Cr$ 12.582.394.414 mil.

As receitas orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições e incentivos fiscais.

2.1.1. Desempenho da Receita Tributária

A receita líquida tributária se apresentou como uma importante fonte de recursos do Tesouro, tendo atingido a cifra de Cr$ 2.576.761.854 mil no exercício de 1990, participando com 11,90% da receita orçamentária líquida da União e com 46,41% do seu grupo de receitas correntes.

Em termos gerais, houve um decréscimo de 4,04% na participação da receita líquida e também de 18,06% na participação das receitas correntes em relação ao exercício anterior.

No exercício de 1990 foram adotadas medidas tendentes a reduzir a sonegação e estimular o cumprimento espontâneo da obrigação fiscal, objetivos definidos na atividade-fim do Departamento da Receita Federal.

No plano tributário, as medidas de política fiscal visaram a recomposição do equilíbrio orçamentário e a eliminação de distorções

provocadas por incentivos diversos.

Em função dos objetivos almejados, as medidas implantadas, podem ser agrupadas em duas categorias:

a) providências visando a aportar, no curtíssimo prazo, recursos adicionais ao Tesouro;

b) medidas destinadas a eliminação de vazamentos da receita arrecadada e ao aprimoramento da imposição tributária.

2.1.1.1. Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício somaram Cr$ 2.565.434.978 mil, constituindo-se em 99,56% da receita líquida tributária.

Em comparação com o exercício anterior, houve em 1990 uma evolução nos impostos de 0,04% em relação à receita líquida tributária.

2.1.1.1.1. Imposto sobre o Comercio Exterior

A arrecadação líquida deste tributo representou 4,87% sobre os impostos, contra 6,25% do exercício anterior.

Esse tributo montou Cr$ 124.926.955 de ingressos líquidos nos cofres do Tesouro Nacional, onde o imposto sobre a importação concorreu com Cr$ 122.261.761 representando 97,87%.

IMPOSTO SOBRE O COMERCIO EXTERIOR-ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO 1990

Cr$ milhões

RECEITA	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %		VARIAÇÃO REAL %
	1990	1990	1989	1990-1989
Imposto de Importação	122.261	97,87	97,36	0,51
Imposto de Exportação	2.665	2,13	2,64	- 0,51
TOTAL	124.926	100,00	100,00	- 0 -

2.1.1.1.2. Imposto sobre o Patrimonio e a Renda

A arrecadação líquida do Imposto sobre o Patrimonio e a Renda no período atingiu o total de Cr$ 1.272.123.989 mil, representando 49,59% dos impostos, resultando em um decréscimo de 9,40% na participação da receita de impostos em relação ao exercício anterior.

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e adicional representa 99,92% do grupo e teve o seguinte comportamento:

IMPOSTO SOBRE A RENDA DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL
ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES
1990

Cr$ milhões

RECEITA	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %		VARIAÇÃO %
	1990	1990	1989	1990-1989
Pessoas Físicas	106.983	8,42	4,67	3,75
Pessoas Jurídicas	380.243	29,91	17,16	12,75
Retido na Fonte	783.893	61,67	78,17	- 16,50
Total	1.271.119	100,00	100,00	- 0 -

Na composição do grupo, houve um acréscimo na proporção da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física, e uma redução na arrecadação do Imposto Retido na Fonte em relação ao exercício anterior.

O Imposto de Renda, a partir de 1991, passa a incidir sobre lucros obtidos em operações em bolsas de valores, medida que se impunha em nome da isonomia tributária e para evitar que este instrumento, fundamental para o desenvolvimento do mercado de capitais, tivesse sua função distorcida pela prática de operações descaracterizadas de suas finalidades.

2.1.1.1.3. Imposto sobre a Produção e a Circulação

Os ingressos relativos ao Imposto sobre a Produção e a Circulação somaram Cr$ 1.168.244.739 mil, numa participação de 45,54% sobre a receita líquida de impostos do exercício e ainda representando 5,40% da receita total líquida.

a) O Imposto sobre Produtos Industrializados representou 64,67% do Imposto sobre a Produção e a Circulação com a seguinte composição:

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
ARRECADAÇÃO - COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES
1990

Cr$ milhões

RECEITA	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO		VARIAÇÃO REAL %
	1990	1990	1989	1990-1989
IPI-Fumo	127.355	16,86	18,49	- 1,63
IPI-Outros	628.191	83,14	81,51	1,63
Total	755.546	100,00	100,00	- 0 -

A arrecadação do IPI-Outros, representando 83,14% do Imposto Sobre Produtos Industrializados evoluiu, em relação ao exercício anterior, ocorrendo o inverso em relação ao IPI-Fumo.

b) Imposto sobre Operações Financeiras

Tal imposto constituiu fator indispensável à canalização de recursos essenciais ao restabelecimento do equilíbrio do Tesouro, além de permitir o revigoramento dos instrumentos de política monetária.

Para aportar, no curtíssimo prazo, recursos adicionais ao Tesouro, foi instituído o IOF sobre os valores de transações ou resgates de aplicações financeiras de renda fixa, sobre operações com ouro, sobre alienações de ações e, ainda, sobre saques de cadernetas de poupança, de propriedade de titulares em 15 de março de 1990 (Lei nº 8.033, de 12/04/90).

O imposto arrecadado sobre Operações Financeiras somou Cr$ 411.678.509 mil, representando 35,24% do Imposto sobre a Produção e a Circulação.

A arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras representou 1,90% sobre a arrecadação líquida do Tesouro Nacional contra 0,03% do exercício anterior.

c) Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços contribuiu com Cr$ 788.639 mil, representando 0,07% do Imposto sobre a Produção e a Circulação.

2.1.1.1.4. Impostos Especiais

A arrecadação líquida destes impostos canalizou aos cofres do Tesouro Nacional a quantia de Cr$ 139.295 mil.

Entre esses impostos, merece citação especial o Imposto Único sobre Minerais, que participou na formação do grupo com Cr$ 71.667 mil, na proporção de 51,45%.

Também teve participação marcante na formação deste grupo o Imposto Único sobre Energia Elétrica, que contribuiu com Cr$ 64.066 mil, representando 45,99% do grupo.

2.1.1.2. Taxas

As taxas se apresentam em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

Essas taxas representaram Cr$ 11.326.876 mil (0,05%) da receita líquida arrecadada no exercício.

No exercício de 1990 esta receita representou 0,44% da tributária contra 0,41% do exercício anterior, com acréscimo de 0,03% da arrecadação líquida.

2.1.2. Receita de Contribuições

A arrecadação da Receita de Contribuições respondeu pelo ingresso de Cr$ 2.850.479.168 mil representando de 13,17% da receita líquida total e 51,34% das receitas correntes, constituindo-se na principal fonte de recursos na composição dos ingressos correntes do Tesouro.

A Receita de Contribuições se compõe de dois desdobramentos: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas. As primeiras apresentaram Cr$ 2.765.492.954 mil arrecadados e as demais Cz$ 84.986.213 mil.

As Contribuições Sociais representaram 97,02% da rubrica, aparecendo com destaque as contribuições no valor de Cr$ 483.168.856 mil para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, significando 17,47% na formação dessas contribuições, as contribuições PIS/PASEP na importância de Cr$ 359.482.777 mil, com 13,00% da rubrica e ainda a contribuição para Previdência Social compreendendo 58,65%, no montante de Cr$ 1.621.929.348 mil.

As Receitas de Contribuições Econômicas correspondem a 2,98% do grupo de Contribuições e apresentaram o ingresso líquido de Cr$ 84.986.213 mil, com destaque para as contribuições PIN e PROTERRA com a arrecadação de Cr$ 27.436.385 mil e Cr$ 18.311.596 mil, representando 32,28% e 21,55%, respectivamente, desta rubrica.

2.1.3. Receita Patrimonial

As Receitas Patrimoniais representaram 0,18% das Receitas Correntes do exercício, no valor de Cr$ 9.970.703 mil

Deste grupo, 64,07%, no valor de Cr$ 6.388.327 mil,representam Receitas de Valores Mobiliários.

As Receitas Imobiliárias alcançaram 35,91% no montante de Cr$ 3.580.147 mil.

2.1.4. Receita de Serviços

As Receitas de Serviços totalizaram Cr$ 49.689.366 mil, equivalendo a 0,90% das receitas correntes.

Nesta rubrica destacaram-se as taxas para emissão de licença ou guias de importação com Cr$ 24.142,046 mil e adicional de tarifa portuária com Cr$ 9.395.941 mil, representando respectivamente, 48,59% e 18,91%.

2.1.5. Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes representaram apenas 0,86% das receitas correntes no montante de Cr$ 47.668.016 mil

Os maiores destaques nesta rubrica couberam a multas e juròs de

mora no montante de Cr$ 37.471.568 mil e indenizações e restituições no total de Cr$ 4.104.247 mil, representando 78,61% e 8,61%, respectivamente, desta rubrica.

2.1.6. Receitas Agropecuaria, Industrial e de Transferencias Correntes

As demais receitas correntes (Agropecuaria, Industrial e Transferencias Correntes) somaram apenas Cr$ 17.262.300 mil.

2.1.7. Receita de Capital

As Receitas de Capital representaram 79,14% da arrecadação liquida, contribuindo com Cr$ 16.097.890.305 mil. Desse montante, os empréstimos tomados mediante Operações de Credito foram responsaveis pela entrada de recursos no valor de Cr$ 13.089.876.155 mil, equivalendo a 81,31% desta rubrica.

RECEITA DE CAPITAL	Cr$ milhões	PARTICIPAÇÃO %
Operações de Credito	13.089.876	81,32
Alienação de Bens	4.828	0,03
Amort.de Empréstimos	292.903	1,82
Transf.de Capital	2.229	0,01
Outras Rec.de Capital	2.708.054	16,82
TOTAL	16.097.890	100,00

Estão computados, no montante das Operações de Credito, os valores da Rolagem da Divida Publica da União, que foi de Cr$ 12.582.394.414 mil, distorcendo portanto, de forma acentuada, a analise da receita arrecadada. Uma demonstração das receitas do Governo por Estado, sem os valores da Rolagem da Divida Publica, consta dos anexos deste relatorio.

Dentro de Outras Receitas de Capital estão computadas: Cr$ 1.647.869.749,2 mil da Receita proveniente da Remuneração de Depositos do Governo Federal e Cr$ 1.060.025.779,8 mil do Resultado do Banco Central do Brasil.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO DE 1990

Cr$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
I - RECEITA	22.014.083	21.649.722	364.361
Receitas Correntes	8.213.101	5.551.832	2.661.269
Receitas de Capital	13.800.982	16.097.890	2.296.908
II - DESPESA	22.014.083	21.580.391	433.692
Despesas Correntes	6.286.464	6.202.116	84.348
Despesas de Capital	15.722.945	15.378.275	344.670
Res. Contingência	4.674		4.674
III -SUPERAVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (I - II)	69.331		

Os valores projetados na síntese da execução orçamentária do exercício indicam que as Despesas Correntes realizadas superaram em Cr$ 650.284.463 mil as Receitas Correntes arrecadadas no período, e as Receitas de Capital foram superiores em Cr$ 719.615.013 mil às Despesas de Capital, gerando um superávit orçamentário de Cr$ 69.330.549 mil.

2.1.8. Incentivos Fiscais

Os Incentivos Fiscais deduzidos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica , ao amparo do Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.74, tiveram em 1990 o seguinte desempenho:

INCENTIVOS FISCAIS

Cr$ milhões

FINOR	18.596
FINAM	14.663
FUNRES	437
EDUCAR	12
FUNDO DE PROM. CULTURAL	211
FUNDO DE DESPORTOS	104
TOTAL	34.023

2.2. Execução da Despesa Orçamentária

A execução orçamentária, representativa da despesa orçamentária efetivada no exercício de 1990, alcançou o montante de Cr$ 21.580.391.163 mil na realização de 98,03% do total dos créditos autorizados para o período. Neste montante está incluída a importância de Cr$ 14.060.414.066 mil relativa às despesas de Amortização da Dívida Interna.

Na apresentação do Balanço a execução está disposta em creditos iniciais e suplementares, especiais e extraordinarios abertos em categoria de gastos ate o nivel de subgrupo da composição da despesa.

Ha em alguns relatorios a ocorrencia de creditos realizados negativos. Isso decorreu basicamente do fato de haverem sido dotados creditos em determinadas fontes, como por exemplo a 144 - Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, que foram posteriormente cancelados pelo Departamento de Orçamentos da União. Varios orgaos optaram por deixar a realização negativa e compensar com creditos livres nas novas fontes.

As despesas realizadas comparadas com o orçamento aprovado, apresentaram as seguintes proporções:

CrS milhões

CREDITOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO	
			1990	%1989
Orçamentarios e Suplementares	21.132.826	20.953.870	99,15	94,61
Especiais	860.770	606.073	70,41	97,03
Extraordinario	20.487	20.448	99,81	--
TOTAL	22.014.083	21.580.391		

2.2.1. Despesa por Poder

Os gastos realizados no exercicio apresentaram a seguinte participação, por Poderes da União:

PODERES	CrS milhoes	PARTICIPAÇAO %	
		1990	1989
Legislativo	62.867	0,29	0,50
Executivo	21.391.412	99,12	98,61
Judiciario	126.112	0,59	0,89
TOTAL	21.580.391	100,00	100,00

A variação acentuada entre os indices é justificada pela inclusão da Amortização da Divida Interna no Poder Executivo, que representa 65,15% dos gastos do Poder Executivo.

2.2.2. Despesas por Categoria Econômica

Na classificação por Categoria Econômica, a execução orçamentária do exercício apresentou o seguinte comportamento:

CATEGORIA ECONÔMICA	Cr$ milhões	PARTICIPAÇÃO %	
		1990	1989
Despesas Correntes	6.202.116	28,74	42,45
Despesas de Capital	15.378.275	71,26	57,55
TOTAL	21.580.391	100,00	100.00

2.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes se constituíram das seguintes parcelas:

DESPESAS CORRENTES	Cr$ milhões	PARTICIPAÇÃO %
Pessoal e Encargos Sociais	1.938.362	31,25
Juros e Enc.da Dívida Interna	770.440	12,42
Juros e Enc.da Dívida Externa	122.715	1,98
Outras Despesas Correntes	3.370.599	54,35
TOTAL	6.202.116	100,00

As parcelas integrantes desse grupo de despesas apresentaram a agregação dos seguintes valores:

DESPESAS CORRENTES	Cr$ milhões	PARTICIPAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Transf. Intragovernamentais	887.787	14,31
Transf.a Estados e ao DF	129.137	2,08
Aplicações Diretas	921.438	14,86
Sub-Total	1.938.362	31,25
JUROS E ENC.DA DIVIDA INTERNA		
Transf. Intragovernamentais	13.942	0,22
Aplicações Diretas	756.498	12,20
Sub-Total	770.440	12,42
JUROS E ENC.DA DIVIDA EXTERNA		
Transf. Intragovernamentais	15.314	0,25
Aplicações Diretas	107.401	1,73
Sub-Total	122.715	1,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Transf. Intragovernamentais	1.945.789	31,37
Transf.a Estados e ao DF	578.980	9,34
Transf.a Municípios	441.144	7,11
Transf.a Instituições Privadas	30.383	0,49
Transf.a Inst.Multigovernamentais	17	--
Transf.ao Exterior	488	0,01
Aplicações Diretas	373.798	6,03
Sub-Total	3.370.599	54,35
TOTAL GERAL	6.202.116	100,00

Os gastos de Pessoal e Encargos Sociais poderão ser melhor analisados no gráfico "Pessoal e Encargos Sociais - Gestão Tesouro", que está anexo no final do relatório.

No grupo Outras Despesas Correntes estão computadas as Transferências Constitucionais que somadas totalizaram Cr$ 2.965.913 mil.

2.7.2.3. Despesas de Capital

As Despesas de Capital, representando 71,26% dos dispêndios do Tesouro Nacional, apresentaram o seguinte desdobramento:

DESPESAS DE CAPITAL	Cr$ milhões	PARTICIPAÇÃO %
Investimentos	337.708	2,20
Inversões Financeiras	697.321	4,53
Amortização da Dívida Interna	14.060.414	91,43
Amortização da Dívida Externa	275.494	1,79
Outras Despesas de Capital	7.338	0,05
TOTAL	15.378.275	100,00

A variação acentuada sobre os índices teve como fator predominante a inclusão, no orçamento, da Rolagem da Dívida que, em síntese, foi uma troca de Papéis (Títulos Federais) representada por emissões de novos títulos para resgate dos eliminados. No final deste relatório estão anexos quadros e gráficos da execução orçamentária do Governo Federal sem esta inclusão, permitindo ao usuário da informação analisar os números sem distorção.

As parcelas integrantes desse grupo de despesas apresentam a agregação dos seguintes valores:

DESPESAS DE CAPITAL	Cr$ milhões	PARTICIPAÇÃO %
Investimentos		
Transf.Intragovernamentais	229.394	1,49
Transf.a Estados e ao DF	16.201	0,11
Transf.a Municípios	19.227	0,13
Transf.a Instituições Privadas	1.619	0,01
Transf.a Inst.Multigovernamentais	200	--
Aplicações Diretas	71.067	0,46
Sub-Total	337.708	2,20
Inversões Financeiras		
Transf.Intragovernamentais	112.787	0,73
Aplicações Diretas	584.534	3,80
Sub-Total	697.321	4,53
Amortização da Dívida Interna		
Transf.Intragovernamentais	10.109	0,07
Aplicações Diretas	14.050.305	91,36
Sub-Total	14.060.414	91,43
Amortização da Dívida Externa		
Transf.Intragovernamentais	42.968	0,28
Aplicações Diretas	232.526	1,51
Sub-Total	275.494	1,79
Outras Despesas de Capital		
Transf.Intragovernamentais	1.912	0,01
Transf.aos Estados e ao DF	2.607	0,02
Transf.a Municípios	651	0,01
Transf.a Instituições Privadas	53	--
Transf.a Inst.Multigovernamentais	1.918	0,01
Aplicações Diretas	197	--
Sub-Total	7.338	0,05
TOTAL	15.378.275	100,00

2.2.3. Despesa por Função

Sob o enfoque da despesa efetuada por função, a execução orçamentária do exercício apresentou a seguinte composição de valores:

DESPESAS POR FUNÇÃO	Cr$	PARTICIPAÇÃO %	
FUNÇÃO	milhões	1990	1989
Legislativa	50.040	0,23	0,43
Judiciária	96.331	0,45	0,78
Administração e Planejamento	15.545.933	72,04	67,71
Agricultura	418.622	1,94	1,93
Comunicações	7.400	0,03	0,08
Defesa Nac.e Segurança Pública	481.200	2,23	3,57
Desenvolvimento Regional	1.067.841	4,95	4,36
Educação e Cultura	507.593	2,35	4,58
Energia e Recursos Minerais	35.437	0,16	1,06
Habitação e Urbanismo	9.429	0,04	0,09
Indústria, Comércio e Serviços	90.631	0,42	0,88
Relações Exteriores	38.820	0,18	0,09
Saúde e Saneamento	167.556	0,78	1,67
Trabalho	338.086	1,57	0,39
Assistência e Previdência	2.479.495	11,49	8,21
Transporte	245.977	1,14	4,17
TOTAL	21.580.391	100,00	100,00

Nas variações apresentadas no exercício verificou-se o acréscimo acentuado na função Administração e Planejamento, que concorreu com 72,04% na composição dos valores de 1990, motivado pela inclusão da troca de papéis (Títulos Federais) representada por emissões de novos títulos para resgate dos eliminados.

A Despesa por Função poderá ser melhor analisada através de gráfico anexo no final do relatório.

3. BALANÇO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

As receitas e despesas do Tesouro Nacional demonstradas no Balanço Financeiro, no exercício de 1990, podem ser resumidas nos agrupamentos abaixo. Para maiores detalhes desse balanço vide 2º volume - Balanços e Demonstrações Contábeis.

BALANÇO FINANCEIRO

Cr$ milhões

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	59.448.712	ORÇAMENTÁRIA	59.379.382
Receitas Correntes	5.551.831	Despesas Correntes	6.202.116
Receitas de Capital	16.097.890	Despesas de Capital	15.378.275
Transf.Recebidas	37.798.991	Transf.Concedidas	37.798.991
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.918.665	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.696.166
Transf.Recebidas	7.200.911	Transf.Concedidas	7.200.911
Ingressos	6.717.754	Dispêndios	4.495.255
DISP. DO EXERC. ANTERIOR	41.586	DISP.P/EXERCÍCIO SEG.	2.333.415
TOTAL	73.408.963	TOTAL	73.408.963

3.1. Receitas

As Receitas Correntes e de Capital, que integram o grupo da Receita Orçamentária, foram objetos de comentários em itens anteriores do Balanço Orçamentário que apresentou o desempenho da Receita do Tesouro no exercício de 1990.

Da mesma forma, as Despesas Correntes e de Capital foram detalhadas no exame apresentado sobre a execução orçamentária do exercício.

3.1.1. Transferências Orçamentárias Recebidas

As Transferências Recebidas representaram a movimentação de recursos financeiros entre os órgãos e unidades da administração direta, visando cumprir a execução do orçamento. Desta forma, as superposições dos valores são correspondidas pelas transferências concedidas descritas no subitem 3.2.1.

As Transferências Recebidas foram compostas pelas seguintes parcelas:

Cr$ milhões

Cota Recebida	20.166.327
Sub-Repasse Recebido	17.632.664
TOTAL	37.798.991

3.1.2. Transferências Extra-Orçamentárias Recebidas

As Transferências Recebidas são indicativas da movimentação de recursos financeiros sem vinculação com o orçamento do exercício entre os órgãos e unidades da administração direta. São as transferências para pagamento de Valores a Pagar ou para devolução de Recursos de Terceiros. Desta forma, as superposições dos valores são correspondidas pelas transferências concedidas descritas no subitem 3.2.2.

Essas transferências constituíram-se das seguintes parcelas:

	Cr$ milhões
Ordem de Transferências Recebidas	61.066
Transferências Diversas Recebidas	7.139.845
TOTAL	7.200.911

3.1.3. Ingressos Extra-Orçamentários

No grupo de Ingressos Extra-Orçamentários tem participação acentuada a parcela registrada a título de Restos a Pagar - Inscrição no valor de Cr$ 2.266.147.609 mil que representaram 41,49% na composição do grupo, contra 75,11% relativo ao exercício anterior.

3.2. Despesas

As Despesas Correntes e de Capital, da mesma forma que as Receitas, foram objeto de comentários sobre seus principais aspectos na análise da execução do orçamento do exercício.

3.2.1. Transferências Orçamentárias Concedidas

As Transferências Concedidas retrataram a movimentação dos recursos financeiros entregues para garantia da execução orçamentária.

Esse grupo mantém correspondência com as Transferências Recebidas descritas no subitem 3.1.1. e apresenta o seguinte desdobramento:

	Cr$ milhões
Cota Concedida	20.166.327
Sub-Repasse Concedido	17.632.664
TOTAL	37.798.991

3.2.2. Transferencias Extra-Orçamentárias Concedidas

Foram registradas nesse grupo as operações de correspondencias de crédito envolvendo os orgãos do Tesouro Nacional. Apareceram tambem as liberações feitas para liquidação de Restos a Pagar no valor de Cr$ 61.066.986 mil.

O valor de Cr$ 7.139.844.865 mil referiu-se a transferencias financeiras para pagamentos descentralizados entre Unidades Gestoras que realizaram despesas orçamentárias centralizadas.

3.2.3. Disponivel para o Exercicio Seguinte

Os recursos financeiros disponiveis para aplicação imediata no exercicio seguinte atingiram a soma de Cr$ 2.333.414.951 mil, compostos da seguinte maneira:

	Cr$ milhões
Conta Unica do Tesouro Nacional	1.421.801
Banco Central do Brasil	856.573
Outras Disponibilidades	55.041
TOTAL	2.333.415

4. BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A estrutura sintetizada do balanço patrimonial está sintetizada abaixo. Para maiores detalhes desse balanço vide 2º volume - Balanços e Demonstrações Contábeis.

Cr$ milhões

ATIVO		PASSIVO	
Financeiro	2.373.986	Financeiro	2.370.001
Não Financeiro	5.549.583	Não Financeiro	23.314.315
Permanente	759.250		
Ativo Real	8.682.819	Passivo Real	25.684.316
		Patrim.Líquido	(17.001.497)
Compensado	13.011.906	Compensado	13.011.906
Total	21.694.725	Total	21.694.725

4.1. Ativo Financeiro

O ativo financeiro é formado pelos seguintes componentes:

Cr$ milhões

Disponível	2.333.415
Créditos em Circulação	40.570
Valores Pendentes a Curto Prazo	1
Total	2.373.986

4.1.1. Créditos em Circulação

Os Créditos em Circulação, responsáveis por 1,28% do Ativo Financeiro, apresenta o desdobramente seguinte:

Cr$ milhões

Créditos a Receber	38.233
Devedores Diversos	2
Adiantamentos Concedidos	664
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	664
Valores em Trânsito Realizáveis	1.007
TOTAL	40.570

a) Os adiantamentos concedidos representaram em grande parte valores repassados entre unidades gestoras para posterior prestação de contas, e ainda os adiantamentos efetuados pela unidade gestora em dólar existente no exterior às embaixadas do Ministério das Relações Exteriores.

b) Os valores em trânsito realizáveis referem-se a créditos efetuados por devedores ativos no final do exercício e ainda não creditados pela rede bancária na conta corrente até 31.12.90, sendo relativos, também, a Guias de Recebimento - GR, emitidas e ainda não compensadas pelo agente financeiro.

4.2. Ativo Não-Financeiro

O Ativo não-Financeiro é formado pelos seguintes componentes:

	Cr$ milhões
Realizável a Curto Prazo	4.240.446
Valores Pendentes a Curto Prazo	215.426
Realizável a Longo Prazo	6.173.113
TOTAL	10.628.985

4.2.1. Realizável a Curto Prazo

Créditos em Circulação representam 98,94% do Realizável a Curto Prazo e 75,60% do Ativo não-Financeiro, observando-se o seguinte desdobramento:

	Cr$ milhões
Recursos a Receber	2.279.723
Créditos Parcelados	133.232
Diversos Responsáveis	86.253
Empréstimos e Financiamentos	1.696.231
TOTAL	4.195.439

4.2.2. Realizável a Longo Prazo

Os Créditos da União, constituídos pricipalmente pela Dívida Ativa da União no montante de Cr$ 953.348.343 mil, representaram 87,17% do grupo Realizável a Longo Prazo. O demonstrativo analítico da Dívida Ativa vem retratado nos anexos deste relatório, de forma sintética, demonstrando os valores por unidade da federação e por características de ocorrência da movimentação durante o exercício.

4.3. Permanente

A Participação Societária da União, com o registro do investimento do Tesouro Nacional, por participação na composição do capital de empresas vinculadas a seus órgãos de administração constituíram 42,75% do Ativo Permanente.

O Ativo Imobilizado apresentou-se pelo valor nominal não ocorrendo reavaliações nem a correção monetária correspondente.

4.4. Ativo Compensado

O Ativo Compensado apresentou um montante de Cr$ 13.011.906.144 mil, representando 59,98% do total do Ativo.

É importante ressaltar as Operações com Aval da União, que representaram no período de 1990 um montante de Cr$ 644.943.007 mil no País e Cr$ 619.407.245 mil no exterior.

Das Operações realizadas no País, os principais devedores são:

TOMADOR	Cr$ mil
Siderurgia Brasileira S/A - SIDERBRAS	448.447.279
Itaipu Binacional	143.370.751
Aço Minas Gerais S/A	50.653.074
Companhia Siderúrgica Nacional	572.840
Companhia Siderúrgica Paulista	564.175

Das Operações realizadas no exterior, os principais devedores são:

TOMADOR	CrS mil
PROJET.MYFDA-BACEN	353.611
ESTATAIS FEDERAIS-BACEN	153.519
ESTATAIS ESTADUAIS-BACEN	53.004
GOVERNOS ESTADUAIS-BACEN	43.451
ESTATAIS ESTADUAIS-STN	4.332
GOVERNOS MUNICIPAIS-BACEN	3.356

4.5. Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro é formado pelos seguintes componentes:

	Cr$ milhões
Depósitos	16.609
Obrigações em Circulação	2.353.386
Valores Pendentes a Curto Prazo	6
TOTAL	2.370.001

4.5.1. Depósitos

Os Depósitos são valores recolhidos por terceiros e não devolvidos pela União até 31.12.90. Esses recolhimentos são efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais.

4.5.2. Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação representaram 99,30% do passivo financeiro e é constituída pelo seguinte agrupamento:

	Cr$ milhões
Obrigações a Pagar	2.290.142
Credores Diversos	34.674
Operações Especiais	18.084
Adiantamentos Recebidos	528
Valores em Trânsito Exigíveis	4.171
Outras Obrigações	5.787
TOTAL	2.353.386

As Obrigações a Pagar apresentaram 99,42% relativos à inscrição de Restos a Pagar.

Os Valores em Trânsito Exigíveis representaram, basicamente, os valores relativos aos pagamentos efetuados pelas unidades gestoras não integrantes da Conta Única no final do exercício que não foram correspondidas pelos bancos.

As Outras Obrigações referiram-se aos empréstimos compulsórios recebidos e não recolhidos, e, ainda, outras obrigações não classificadas nos itens anteriores.

4.6. Passivo não-Financeiro

O Passivo não-Financeiro representou os saldos das obrigações a curto e a longo prazo que não provocaram diretamente efeitos financeiros durante o exercício, mantendo a seguinte disposição:

	Cr$ milhões
Obrigações em Circulação	8.356.562
Valores Pendentes a Curto Prazo	214.828
Exigível a Longo Prazo	14.742.925
TOTAL	23.314.315

As Obrigações em Circulação estão representadas, unicamente, pelos recursos a liberar no exercício seguinte em função da inscrição de restos de obrigações contraídas sem os recursos correspondentes, e, ainda, às restituições de tributos a pagar.

O Exigível a Longo Prazo contém basicamente as obrigações provenientes de operações de crédito - internas e externas - e estão registradas a longo prazo não pelas suas características de colocação de títulos (muitas emissões a curto prazo), mas pela sua forma de resgate (sempre superior a 12 meses).

Desta forma, as Obrigações a Longo Prazo estão dispostas conceitualmente considerando as dívidas a serem resgatadas após o exercício seguinte.

4.7. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo e apresentou o seguinte comportamento:

		Cr$ milhões
Exercício de 1985	Cz$	117.376
Exercício de 1986	Cz$	272.525
Exercício de 1987	Cz$	(-) 2.768.455
Exercício de 1988	Cz$	(-) 63.677.848
Exercício de 1989	NCz$	(-) 1.361.798
Exercício de 1990	Cr$	(-) 17.001.497

A partir do exercício de 1987, o Patrimônio Líquido passou à condição negativa em virtude dos seguintes aspectos:

a) registros das dívidas relativas às Operações de Crédito Internas e Externas.

b) registro dos débitos para com os contribuintes do Imposto de Renda a Restituir.

c) registro da correção monetária das Obrigações correspondentes.

d) ausência da correção monetária do Ativo Imobilizado.

e) transferência das Obrigações da Dívida Pública do Banco Central para o Tesouro Nacional, relativa às Operações Oficiais de Crédito sem os direitos respectivos.

4.8. Passivo Compensado

O Passivo Compensado contém a contrapartida dos valores que potencialmente influenciarão nas Variações Patrimoniais e que estão reajustados no Ativo Compensado.

5. BALANÇO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O Balanço das Variações Patrimoniais demonstra os efeitos ocorridos no patrimônio da União durante o exercício. Sua composição está estruturada abaixo. Para maiores informações desse balanço, vide 2º volume - Balanços e emonstrações Contábeis.

BALANÇO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	Cr$ milhões
VARIAÇÕES ATIVAS	
Orçamentárias	73.677.231
Receitas	21.649.721
Interferências Passivas	37.798.991
Mutações Ativas	14.228.519
Extra-Orçamentárias	32.338.125
Acréscimos Patrimoniais	697.725
Interferências Passivas	19.813.168
Mutações Ativas	11.827.232
Resultado do Exercício	
"Déficit"	15.860.588
TOTAL	121.875.944
VARIAÇÕES PASSIVAS	
Orçamentárias	72.851.365
Despesas	21.580.391
Interferências Ativas	37.798.991
Mutações Passivas	13.471.983
Extra-Orçamentárias	49.024.579
Decréscimos Patrimoniais	100.294
Interferências Ativas	19.813.168
Mutações Passivas	29.111.117
TOTAL	121.875.944

5.1. Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do exercício foi obtido da operação:

RESUMO

	Cr$ milhões
Variações Ativas	106.015.356
Variações Passivas	121.875.944
"Deficit do Exercício"	15.860.588

5.2. Variações Ativas Orçamentárias

Na composição das Variações Ativas Orçamentárias:

a) as receitas representaram a arrecadação líquida dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes;

b) as interferências passivas significaram as incorporações e desincorporações de receitas e despesas entre as unidades gestoras mantendo correlação com as interferências ativas demonstradas no subitem 5.4;

c) as mutações ativas refletiram o equilíbrio do resultado de gestão de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de resgate de créditos recebidos e nas aquisições de bens e valores.

5.3. Variações Ativas Extra-Orçamentárias

Na composição das Variações Ativas Extra-Orçamentárias:

a) os acréscimos patrimoniais refletiram a evolução dos bens e valores representados pelos aumentos independentes da execução orçamentária, especificamente dos subgrupos de Bens e Valores em Circulação e do Ativo Permanente;

b) as interferências passivas demonstram as transferências de bens e valores entre unidades gestoras, independentes da execução orçamentária. São as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores;

c) as mutações ativas retrataram as variações ocorridas em função das incorporações de créditos, baixa de obrigações e dos ajustes correspondentes.

5.4. Variações Passivas Orçamentárias

Nas Variações Passivas Orçamentárias:

a) as despesas representaram a execução da dotação orçamentária em cumprimento às Leis pertinentes;

b) as interferências ativas demonstraram as incorporações e desincorporações de despesas e receitas entre as unidades gestoras, mantendo correlação com as interferências passivas descritas no subitem 5.2;

c) as mutações passivas refletiram o equilíbrio do resultado de gestão, de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de crédito internas e externas para cobertura de "déficit" orçamentário.

5.5. Variações Passivas Extra-Orçamentárias

Na composição das variações passivas extra-orçamentárias:

a) os decréscimos patrimoniais representam as baixas ocorridas durante o exercício, independente da execução orçamentária, especificamente dos subgrupos de Bens e Valores em Circulação e do Ativo Permanente;

b) as Interferências Ativas refletem as transferências de bens e valores entre as unidades gestoras, independente da execução orçamentária. São as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores;

c) as Mutações Passivas representam as variações ocorridas em função das baixas de créditos, incorporação de obrigações e os ajustes correspondentes, incluindo as correções da dívida interna, externa e as transferências do resultado do Banco Central e da Dívida Pública.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Considera-se Administração Indireta as entidades federais sujeitas à prestação de contas, tendo seus balanços consolidados e incorporados ao da União.

Estão incluídos no montante do Patrimônio da Administração Indireta as Autarquias, Fundações e Fundos.

O Patrimônio Líquido da Administração Indireta apresentou a seguinte evolução nos últimos exercícios:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cr$ milhões

Exercício de 1984	Cr$	18.438
Exercício de 1985	Cr$	164.327
Exercício de 1986	Cz$	349.986
Exercício de 1987	Cz$	1.691.181
Exercício de 1988	Cz$	47.209.538
Exercício de 1989	NCz$	280.157
Exercício de 1990	Cr$	2.120.951

7. MODIFICAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NO EXERCÍCIO DE 1990

A Reforma Administrativa adotada pelo Governo atual objetiva o resgate da eficiência e eficácia da máquina governamental em todos os setores em que atua. Dentro desta premissa encontra-se o princípio da adequação das estruturas da máquina estatal às funções exigidas do Estado pela retomada do desenvolvimento econômico.

O Estado deve ter uma função estratégica no desenvolvimento, implantando e aprimorando políticas setoriais e de capacitação tecnológica. As empresas estatais continuarão tendo papel relevante em setores de infra-estrutura econômica tendo em vista seu caráter estratégico. Contudo, isto não impedirá a participação de capitais privados na recuperação e expansão da infra-estrutura, operando individualmente ou em associação às empresas estatais.

Qualquer atitude no campo da busca da eficiência valerá não só pela economia efetiva como também pelo exemplo de probidade e austeridade no trato da coisa pública. Há sérias restrições de ordem constitucional que limitam a extinção de entidades públicas. Mesmo assim, os esforços vêm sendo concentrados para que se promova uma completa reestruturação do aparelho estatal, buscando a racionalização dos recursos disponíveis, a eliminação da superposição de funções e a atenção a atividades em que a alocação de recursos é insuficiente e inadequada.

Tentando atender a todas essas diretrizes citadas, o Governo promoveu a reforma administrativa, tanto na administração direta quanto na administração indireta. Nesta última, a reforma incluiu a extinção de Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, bem como a criação de outras entidades para atender às necessidades de modernização administrativa e da sociedade como um todo.

A relação das entidades extintas e criadas, bem como suas vinculações constam dos anexos.

1. INTRODUÇÃO

O novo Governo Brasileiro, empossado em 15 de março de 1990, encontrou um quadro de estagnação econômica, baixo nível de investimentos, déficit no balanço de pagamentos e inflação alta, e ascendente, com tendência à explosão de um surto hiperinflacionário.

Tais desequilíbrios macroeconômicos exigiram a ação do Governo em duas frentes. A primeira delas foi a implantação imediata de um programa anti-inflacionário, visando deter, em curto prazo, a caminhada da economia em direção à hiperinflação. A segunda frente comportou a execução de políticas de médio e longo prazo objetivando o crescimento econômico, através de maior taxa de investimentos e maior eficiência produtiva, buscando aumentos persistentes da renda nacional e a redução da pobreza.

O programa anti-inflacionário foi bastante abrangente, procurando neutralizar e eliminar os principais focos de inflação da economia brasileira: o excesso de demanda, os impactos de custos, as expectativas dos agentes econômicos e a inflação inercial. Daí resultou o conjunto de medidas descrito a seguir.

Adotou-se uma política fiscal contracionista, visando a redução do déficit público, com a adequação dos valores de tributos, preços e tarifas públicas, bem como a redução da evasão fiscal, das despesas públicas e do subsídio estatal à atividade privada.

A política monetária foi orientada no mesmo sentido da política fiscal. Criou-se uma nova moeda, o cruzeiro, que substituiu ao par o cruzado novo, mediante regra de conversão que tornou indisponíveis ativos financeiros e monetários dos agentes econômicos, em valor correspondente a dois terços dos meios de pagamentos no seu sentido amplo (M4), determinando forte restrição na liquidez.

A dívida pública mobiliária federal, que crescera descontroladamente em 1989, teve o seu resgate reescalonado a taxas menos onerosas para o Tesouro Nacional, obtendo-se, com isso, substancial contração das despesas públicas e eliminando-se as expectativas de uma moratória interna, que influíam negativamente no processo de formação de preços.

O congelamento temporário de preços foi utilizado para estancar a rápida taxa de crescimento registrada nos dois primeiros meses de 1990, que chegou a 84,3% em março, sendo relaxado gradativamente a medida em que se afastava o perigo da hiperinflação. Ao mesmo tempo, procurou-se eliminar a indexação da economia, mecanismo que, ao transportar para o presente a inflação passada, impede a queda imediata da taxa de crescimento dos preços.

As políticas de médio e longo prazo tiveram por objetivos básicos abrir gradativamente a economia brasileira ao exterior e redefinir o papel do Estado no processo produtivo. Estes são os principais instrumentos de estímulo ao aumento da produtividade e da taxa de

investimentos, que levarão à retomada do crescimento e à redução da pobreza.

O Estado passou, a partir de 1990, a se desfazer de funções que não lhe dizem respeito, como, por exemplo, a atuação em algumas esferas do setor produtivo. Para isso foi implantado um programa nacional de desestatização que se efetivará através de alienação de participação societária, abertura de capital, aumento de capital com renúncia ou cessão de direitos de subscrição, transformação, incorporação, fusão ou cisão, alienação de bens ou instalações e dissolução de empresas.

Também a excessiva regulamentação estatal sobre a atividade produtiva privada está sendo removida, por intermédio do programa nacional de desregulamentação e da definição de uma política industrial menos intervencionista.

A reforma administrativa é outro ponto importante da redefinição das funções ao Estado brasileiro. As principais medidas neste setor têm sido: racionalização das atividades ministeriais e extinção de órgãos da administração direta e indireta com baixa eficiência; redução no número de ministérios e no quadro de funcionários públicos; fim das mordomias dos cargos públicos, com a venda de imóveis funcionais, veículos de representação, e outros bens dessa natureza.

A abertura da economia ao exterior teve por objetivo expor as indústrias instaladas em território nacional à concorrência externa. Daí espera-se aumento na produtividade da indústria nacional, com melhoria na qualidade de seus produtos e redução nos seus preços. Tal abertura se processa através de menores restrições qualitativas às importações e reduções de tarifas aduaneiras. Tudo isso de forma gradual e planejada, evitando o sucateamento da indústria nacional.

Além disso, a negociação da dívida externa, por sua vez, é de fundamental importância tanto para a estabilização de preços (a curto prazo), quanto para a retomada do crescimento a médio e longo prazo. Por isso, o Governo Brasileiro suspendeu temporariamente o pagamento dos serviços desta dívida, procurando chegar a um acordo de longa duração com os bancos credores, compatível com o equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional e a retomada do crescimento sustentado. Do contrário seria frustrada a meta de reequilíbrio das contas públicas, e inviabilizada a expansão das importações gerada pela abertura da economia e pelo aumento da taxa de crescimento econômico.

Assim, a parte III deste relatório, iniciada nesta introdução, expõe os diversos aspectos da política econômica implantada pelo novo Governo Brasileiro, ora descrita de forma sumária.

A seção 2 analisa o nível de atividade, preços, salários, emprego e seguro-desemprego. A seção 3 encarrega-se dos aspectos monetários e financeiros da economia brasileira. A seção 4 prossegue na análise de aspectos financeiros, focalizando os mercados acionário e de seguros, bem como a ação fiscalizadora do Estado sobre estes segmentos. A seção 5 ocupa-se do desempenho externo da economia brasileira. A seção 6 analisa as finanças públicas. A Política Industrial e o Programa Nacional de Desestatização ocupam a seção 7. E os fundos de participação, investimentos e financiamentos são abordados na seção 8.

2. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. NÍVEL DE ATIVIDADE

Os dados publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) indicam uma redução real do Produto Interno Bruto (PIB) em 1990 de 4,3%, sendo que todos os três setores de atividade apresentaram no período uma variação real negativa, como pode ser observado na Tabela 2.1.1. Entretanto, o Governo havia previsto que, em função do Plano de Estabilização Econômica, iniciado em 15.03.90, a economia enfrentaria uma etapa recessiva, porém, necessária para o atingimento dos objetivos a que se propunham.

O Setor Agropecuário demonstrou uma diminuição real de 4,1%, apesar do desempenho positivo (5,5% em termos reais) do sub-setor Produção Animal e Derivados, que registrou expansão generalizada de todas as atividades. O sub-setor Produção Vegetal, no entanto, sofreu um decréscimo real de 10,2%. Os dados das principais culturas da produção vegetal se encontram na Tabela 2.1.2.

A maior retração real observada foi no Setor Industrial (7,9%), com forte pressão da Indústria de Transformação (-8,7%) e da Construção Civil (-11,9%), atividades de elevada participação relativa no PIB e grande influência sobre o desempenho das atividades do Setor Serviços. O índice de utilização da capacidade instalada no Setor Industrial chegou a 61% no trimestre abril/junho, de acordo com a Tabela 2.1.3. Contudo, no trimestre seguinte, esse índice recuperou-se, situando-se em 77%. Os sub-setores Indústria Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentaram, respectivamente, um crescimento real de 2, 8% e 1,8% em 1990.

Quanto a Indústria de Transformação, como pode ser observado pela Tabela 2.1.4, a exceção dos gêneros Produtos Alimentares e Bebidas, todos os demais tiveram uma variação real negativa no ano de 1990, com destaque para os Minerais não-Metálicos (-10,28%), Metalurgia (-11,67%), Mecânica (-15,08%) e Material de Transporte (-15,50%).

A Tabela 2.1.4, apresenta ainda as taxas anuais de crescimento real das grandes categorias industriais, evidenciando o recuo ocorrido nos Bens de Capital (-13,8%) e Bens Intermediários (-8,1%). Os Bens de Consumo Duráveis e não-Duráveis, por sua vez, registraram um desempenho negativo de 5% no exercício.

Já o Setor Serviços foi o que apresentou a menor retração real (-0,6%). Com efeito, enquanto os sub-setores Comércio, Transportes e Instituições Financeiras sofreram decréscimos reais em 1990 (respectivamente, de -5,9% -2,7%, e -2,6%), as atividades de Comunicações, Administração Pública e Outros Serviços obtiveram um crescimento real no período de 9,3%, 2,1% e 1,2%, respectivamente.

TABELA 2.1.1

PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL

ESTIMATIVA DA TAXA DE VARIAÇÃO REAL - 1989/1990

DISCRIMINAÇÃO	Taxa de Variação %
SETOR AGROPECUÁRIO	-4,1
Produção Vegetal (1)	-10,2
Produção Animal e Derivados (2)	5,5
SETOR INDUSTRIAL	-7,9
Extrativa Mineral (2)	2,8
Transformação (2)	-8,7
Construção Civil (2)	-11,9
Serv.Ind.de Utilidade Pública (2)	1,8
SETOR SERVIÇOS	-0,6
Comércio (2)	-5,9
Transportes (1)	-2,7
Comunicações (2)	9,3
Instituições Financeiras (2)	-2,6
Administração Pública (1)	2,1
Outros Serviços (2)	1,2
TOTAL	-4,3

FONTE: IBGE/DIRETORIA DE PESQUISAS/DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS

NOTAS: (1) JAN-DEZ
(2) JAN-NOV

TABELA 2.1.2

PRODUÇÃO VEGETAL
(Principais Culturas)

PRODUTOS	TONELADAS		TAXA DE VARIAÇÃO	
	1989	1990	90/89 (%)	89/88 (%)
Algodão arbóreo (em caroço)..	47.167	40.211	-14,75	-52,52
Algodão herbáceo (em caroço).	1.797.087	1.779.496	-0,98	-26,28
Arroz (em casca)	11.029.804	7.431.059	-32,63	-6,60
Batata-inglesa	2.129.334	2.219.334	4,22	-8,02
Cacau (em amêndoa)	392.184	371.919	-5,17	-0,07
Café (em coco)	3.064.670	2.878.248	-6,08	11,94
Cana-de-açúcar	252.290.181	267.329.752	-5,96	-2,37
Cebola	789.945	858.695	8,70	1,23
Feijão (em grão)	2.308.355	2.231.272	-3,34	-17,81
Laranja (1)	88.867.847	88.301.848	-0,64	17,60
Mandioca	23.616.442	24.708.779	4,63	8,96
Milho (em grão)	26.589.867	21.336.600	-19,76	7,44
Soja (em grão)	24.051.673	19.947.403	-17,06	33,50
Tomate	2.173.278	2.275.729	4,71	-9,71
Trigo (em grão)	5.555.184	3.424.073	-38,36	-10,33
PRODUÇÃO VEGETAL			-10,20	3,6

FONTE: IBGE
(1)Produção em mil frutos.

TABELA 2.1.3

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NO SETOR INDUSTRIAL

DADOS TRIMESTRAIS - 1986/90

A N O S	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO (%)
1986	
Janeiro	81
Abril	81
Julho	82
Outubro	86
1987	
Janeiro	84
Abril	83
Julho	76
Outubro	80
1988	
Janeiro	79
Abril	80
Julho	79
Outubro	80
1989	
Janeiro	78
Abril	79
Julho	83
Outubro	83
1990	
Janeiro	79
Abril	61
Julho	77

FONTE: FGV - IBRE/CEI

TABELA 2.1.4
INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDICE DE QUANTUM
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO %

CLASSES E GÊNEROS	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Indústria Geral	8,49	10,93	0,87	-3,24	2,90	-8,16
Extrativa Mineral	11,60	3,69	-0,75	0,37	3,96	2,75
Ind. Transformacao	8,34	11,30	0,95	-3,41	2,85	8,68
POR GENEROS						
Min. nao-Metalicos	7,95	17,24	2,33	-4,17	3,82	-10,28
Metalurgia	7,32	11,95	0,43	-3,25	5,01	-11,67
Mecanica	10,35	21,98	4,03	-8,60	4,99	-15,08
Mat. Eletrico e Com.	19,04	22,58	-2,23	-4,44	5,39	-2,81
Mat. Transporte	11,73	12,52	-10,15	9,08	-2,81	-15,50
Papel e Papelão	6,50	10,46	3,62	-1,58	5,62	-5,26
Borracha	8,51	13,55	3,62	2,14	-1,89	-3,63
Quimica	6,23	1,46	5,53	-3,01	-0,29	-8,28
Farmacêutica	5,23	22,85	2,37	-14,17	4,68	-9,23
Perf., Sabões e Velas	15,93	20,01	12,25	-7,85	11,52	-3,78
Prod. Mat. Plásticas	11,50	21,61	-4,20	-7,22	12,37	-15,45
Textil	13,51	13,52	-0,59	-6,12	0,49	-8,59
Vest. Calç. Art. Tec.	6,40	7,25	-9,61	-6,77	1,85	-13,73
Prod. Alimentares	0,22	0,35	6,82	-2,37	1,27	2,20
Bebidas	11,03	23,19	-3,43	2,40	14,70	0,92
Fumo	11,72	7,46	2,10	0,97	5,11	-1,83
POR CATEGORIAS DE USO	1985	1986	1987	1988	1989	1990*
Bens de Capital	12,4	21,9	-1,8	-2,1	0,2	-13,4
Bens Intermediarios	7,3	8,4	1,1	-2,1	2,4	-8,1
Bens de Consumo	9,1	11,1	0,1	-3,5	3,6	-5,0
Consumo Duravel	15,6	20,4	-5,4	0,6	2,4	-5,0
Consumo nao-Duravel	7,7	9,0	1,4	-4,4	3,9	-5,0

Fonte: IBGE-DPE-DEIND
* Janeiro-novembro

2.2. PREÇOS E SALARIOS

A inflação, medida pelo Indice de Preços ao Consumidor (IPC), que no período janeiro a abril de 1990 situou-se em 619,89%, caiu para 163,21% nos meses de maio a dezembro, o que determinou uma inflação de 1.794,84% em 1990, conforme Tabela 2.2.1. Quanto ao Indice de Preços ao Consumidor por Atacado (IPCA) e ao Indice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a taxa anual foi de 1.620,97% e 1.585,18%, respectivamente.

TABELA 2.2.1

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - IPC

(ÍNDICES OFICIAIS DE INFLAÇÃO)

MES	ANO	VARIAÇÃO (%) MENSAL	VARIAÇÃO (%) ACUMULADA NO ANO	VARIAÇÃO (%) ACUMULADA 12 MESES
Jan	1988	16,51	16,51	364,72
Fev		17,96	37,44	381,13
Mar		16,01	59,44	387,90
Abr		19,28	90,18	381,12
Mai		17,78	123,99	359,92
Jun		19,53	167,74	336,09
Jul		24,04	232,10	424,92
Ago		20,66	300,72	495,49
Set		24,01	396,93	598,78
Out		27,25	532,34	714,43
Nov		26,92	702,57	816,05
Dez		28,79	933,62	933,62
Jan	1989	70,28	70,28	1.410,64
Fev		3,60	76,41	1.226,74
Mar		6,09	87,15	1.113,29
Abr		7,31	100,83	991,53
Mai		9,94	120,80	918,88
Jun		24,83	175,62	964,05
Jul		28,76	254,89	1.004,55
Ago		29.34	359,01	1.084.00
Set		35.95	524.03	1.198,00
Out		37,62	758,79	1.303,78
Nov		41,42	1.464.50	1.464,16
Dez		53,55	1.764,87	1.764,87
Jan	1990	56,11	56,11	1.609,68
Fev		72,78	169,73	2.751,34
Mar		84,32	397,16	4.853,90
Abr		44,80	619,89	6.584,60
Mai		7,87	676,54	6.458,74
Jun		9,55	750,70	5.655,91
Jul		12,92	860,61	4.947,82
Ago		12,03	976,18	4.272,25
Set		12,76	1.113,50	3.526,44
Out		14,20	1.285,81	2.909,30
Nov		15,58	1.501,72	2.359,45
Dez		18,30	1.794,84	1.794,84

Fonte: IBGE

Nos meses finais do ano, o combate à inflação foi prejudicado, principalmente, pela menor oferta de grãos e pelo aumento dos preços internacionais do petróleo face a crise do Golfo Pérsico. Além disso, o Governo promoveu recomposição nas tarifas públicas. Reajustes nos preços das passagens dos ônibus urbanos e nos remédios também pressionaram os índices.

Com relação à política salarial, foi adotada no início do atual Governo a prefixação de salários e preços, através da Medida Provisória nº 154, de 15.03.90, sendo definida, no que respeita aos salários, a fixação de um percentual de reajuste mínimo mensal, a vigorar a partir de 15.04.90. Aumentos salariais, superiores ao mínimo fixado, seriam objeto de livre negociação entre as partes interessadas.

O tratamento dado ao salário-mínimo foi a concessão de reajustes automáticos, a cada trimestre, de acordo com a variação acumulada dos preços de uma cesta básica de produtos, mais 5% de reposição trimestral a guisa de aumento real.

A política de prefixação salarial, transformada na Lei nº 8.030, de 12.04.90, vigorou de abril a junho. Seu texto promoveu alterações na política de salário-mínimo, reduzindo o intervalo de tempo dos reajustes automáticos - a reposição passou a ser bimestral - e elevando os ganhos reais previstos.

No mês de junho, o Governo entendeu que os esforços de estabilização da economia exigiam a implantação da livre negociação salarial, em oposição aos mecanismos de indexação automática que, no passado, não só alimentaram o processo inflacionário, como se mostraram inócuos para a garantia de salários reais.

Para possibilitar uma transição não-traumática para o ambiente de livre negociação, o Governo fez publicar a Medida Provisória nº 193, de 25.06.90, definindo o cálculo do salário efetivo dos trabalhadores a cada data-base, com referência no Fator de Recomposição Salarial (FRS), de modo que o mesmo servisse de parâmetro para o processo de negociação salarial.

Além disso, definiu-se a data de 1º de agosto de 1991 para a extinção do FRS, quando então se terá concluído o processo de transição para o regime de livre negociação salarial.

Em agosto de 1990, os trabalhadores cujos salários não excedessem Cr$ 23.017,30 naquele mês, receberam um abono de Cr$ 3.000,00, concedidos exclusivamente aos empregados do setor privado.

Analisando a indústria brasileira, pode ser observado na Tabela 2.2.2, o desempenho do salário contratual médio real (taxa de salário, incluindo apenas os rendimentos discriminados na Carteira de Trabalho e Previdência Social), do salário contratual real (massa salarial, considerando o salário contratual médio real) e da folha de pagamento real (massa salarial, inclusive os rendimentos adicionais, como hora-extra, gratificações, etc.). Ali se verifica que esses indicadores decresceram, respectivamente, 12%; 15,9% e 14%.

TABELA 2.2.2

INDICE DE RENDIMENTOS NA INDUSTRIA BRASILEIRA

(INDICE ACUMULADO) *

	SALARIO CONTRATUAL MEDIO REAL	SALARIO CONTRATUAL REAL	FOLHA DE PAGAMENTO REAL
1988			
JAN	95.2	88.0	89.6
FEV	96.2	88.5	90.0
MAR	94.8	87.6	88.3
ABR	96.1	89.1	89.3
MAI	97.5	90.8	91.0
JUN	98.4	92.3	92.2
JUL	99.8	94.0	93.8
AGO	100.5	95.5	95.3
SET	100.7	96.1	95.9
OUT	100.7	96.3	96.4
NOV	100.7	96.6	96.9
DEZ	100.9	96.9	98.2
1989			
JAN	102.1	100.1	104.0
FEV	96.2	94.5	97.8
MAR	94.8	93.4	96.5
ABR	94.9	93.6	96.9
MAI	94.3	93.2	96.7
JUN	92.7	92.0	95.7
JUL	92.6	92.3	96.3
AGO	92.6	92.8	96.9
SET	92.7	93.4	97.7
OUT	93.4	94.6	99.0
NOV	93.9	95.5	100.0
DEZ	94.1	95.9	100.5
1990			
JAN	95.9	99.7	104.8
FEV	98.2	101.9	107.5
MAR	97.4	100.4	105.9
ABR	92.8	94.6	98.3
MAI	89.9	90.5	93.0
JUN	89.7	89.3	91.3
JUL	89.6	88.2	90.4
AGO	89.3	87.2	89.8
SET	89.1	86.4	89.0
OUT	88.5	85.2	87.5
NOV	88.0	84.1	86.0
DEZ	...	...	...

FONTE: IBGE
(*) BASE: DOZE MESES IMEDIATAMENTE ANTERIORES = 100

2.3. EMPREGO

Nos primeiros meses de 1990, a taxa de desemprego iniciou trajetória ascendente, alcançando o nível mais elevado em maio, quando a taxa média de desemprego aberto registrada pelo IBGE foi de 5,27%. Em termos anuais, essa taxa foi de 4,25% em 1990. Esse índice é decorrente de efeitos momentâneos das profundas modificações implantadas na economia brasileira pelo Plano Brasil Novo que, trazendo consigo medidas severas de combate ao processo inflacionário que assolava o País, gerou redução na atividade econômica e, consequentemente, desemprego.

Em nível setorial, observa-se que a Indústria de Transformação foi a que apresentou a maior retração real na oferta de empregos no ano de 1990 (-5,08%), seguida pela Construção Civil (-4,93), Serviços (-1,69%) e Comércio (-0,61%). A Tabela 2.3.1 evidencia esses números.

Ressalte-se ainda que, segundo o IBGE, o emprego industrial apresentou uma evolução negativa, no período de janeiro a outubro de 1990, de -3,9%. Mesmo assim, esta taxa é menor do que aquela verificada na produção, uma vez que o processo de ajustamento tem sido feito, em boa parte, pela redução da jornada média de trabalho.

TABELA 2.3.1

INDICADORES DO NIVEL DE EMPREGO

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 1
VARIACOES PERCENTUAIS DO NIVEL DE EMPREGO 2											
TOTAL	-	-	-	-	-	4.83	4.93	0.76	3.00	2.89	(2.32)
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	-	-	-	-	-	6.95	99.77	(2.48)	1.17	3.93	(5.08)
COMERCIO	-	-	-	-	-	5.99	6.98	0.68	3.82	4.85	(0.61)
SERVICOS	-	-	-	-	-	5.11	2.35	3.60	4.10	3.13	(1,69)
CONSTRUCAO CIVIL	-	-	-	-	-	3.78	6.94	(0.35)	5.90	(1.95)	(4.93)
POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA (MILHOES DE HAB.)	43.2	47.5	49.9	50.9	52.4	55.6	56.8	59.5	-	-	-
TAXA DE DESOCUPACAO MEDIA (%)	5.42	6.97	4.00	5.63	4.80	3.15	2.16	2.86	2.92	2.36	4.25
TAXA MEDIA DE DESEMPREGO ABERTO (%)											
RIO DE JANEIRO	6.47	8.25	3.94	5.02	5.07	3.07	2.29	2.29	2.39	2.51	3.51
SAO PAULO	4.36	6.01	3.61	5.53	4.07	2.70	1.75	2.81	2.88	1.95	4.67
BELO HORIZONTE	7.08	7.71	5.71	7.54	6.47	3.77	2.21	3.27	3.11	2.40	3.81
PORTO ALEGRE	3.90	4.40	3.57	5.52	4.34	3.47	2.34	2.98	2.79	2.04	3.65
SALVADOR	6.41	8.62	4.46	5.89	5.98	4.53	3.68	4.07	4.02	3.80	5.33
RECIFE	5.81	7.04	4.65	6.44	5.80	4.07	2.97	4.18	4.56	3.51	4.95
MEDIA	5.42	6.97	4.00	5.63	4.80	3.15	2.16	2.86	2.92	2.36	4.25

FONTE: MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL.
IBGE

1 DADOS REFERENTES AO PERIODO JAN./NOV.
2 DADOS LEVANTADOS SOMENTE A PARTIR DE 1985.

2.3.1. PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO

Durante o período jan-out/1990, 2.462.573 trabalhadores dispensados requereram o Seguro-Desemprego e 2.403.519 foram habilitados ao recebimento. Este número de segurados no período representou um crescimento de 112,6% sobre igual período do ano anterior, decorrendo de dois fatores importantes.

O primeiro, refere-se à nova legislação do Seguro-Desemprego, Lei nº 7.998, de 11.01.1990, que ampliou substancialmente a clientela potencial do Programa, entendida como a parcela dos dispensados sem justa causa que cumprem os requisitos básicos de habilitação ao benefício.

O segundo fator importante refere-se a redução no desempenho do mercado de trabalho. De janeiro a outubro de 1990, o volume de dispensas apresentou um crescimento de 8,6% em relação a igual período do ano anterior. Somou-se a isto uma diminuição do reemprego, em torno de 10,1% no mesmo período.

O impacto dessas modificações na quantidade de segurados pode ser avaliado, também, por meio da estimativa da cobertura do Programa em relação às dispensas involuntárias ocorridas no mercado de trabalho. Enquanto em 1989 o percentual de segurados sobre o total de dispensados - Lei nº 4.923/65 - situou-se em média, em torno de 18,8%; em 1990, este percentual atingiu uma média de 36,8%. A Tabela 2.3.1.1 discrimina mês a mês os dados, calculando a cobertura do Programa. A Tabela 2.3.1.2 apresenta os mesmos dados para o período 1987/1990.

Face ao aumento da demanda pelo benefício, o sistema operacional do Seguro-Desemprego foi objeto de aperfeiçoamentos, notadamente quanto ao processo de recepção do requerimento. Nesse sentido, implantou-se uma pré-triagem do documento de solicitação, pela qual o requerente passa obrigatoriamente por um posto de atendimento para efetuar o seu pedido de Seguro-Desemprego.

Em termos orçamentários, o Programa contou com cerca de Cr$ 206.520 milhões, originários da contribuição PIS-PASEP e contribuição sindical. A Tabela 2.3.1.3 discrimina esses valores, por origem e aplicação.

TABELA 2.3.1.1

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO JAN/DEZ - 1990

MÊS	REQUERENTES	SEGURADOS	COBERTURA REQUER DISP /4923/65 (%)	TAXA HABILITAÇÃO	CHEQUES EMITIDOS	VALOR EM SALARIO MÍNIMO
JAN	189.531	131.348	25,0	69,3	297.898	1,03
FEV	253.034	178.376	33,2	70,5	311.854	1,01
MAR	283.737	238.001	42,1	83,9	341.759	1,18
ABR	351.825	295.559	48,1	84,0	1.079.158	2,04
MAI	186.422	164.662	26,5	88,3	657.809	2,09
JUN	262.452	234.350	38,7	89,3	721.210	2,17
JUL	280.654	248.703	42,7	88,6	711.755	1,90
AGO	253.981	239.775	41,9	94,4	1.148.961	1,96
SET	180.983	171.344	31,6	94,7	1.087.426	1,92
OUT	219.954	207.646	38,3	94,4	868.004	2,03
NOV	195.299	182.127	*	*	819.884	1,83
DEZ	194.348	179.670	*	*	1.197.663	2,03
TOTAL	2.852.220	2.471.561			9.243.381	1,76**

Fonte: MTPS/SNT

(1) Percentual de Segurados sobre dispensados/C.G.E.D.-Lei 4923/65

(*) Dados não disponíveis.

(**) Valor em Salário Mínimo de 1.989: 1,06

TABELA 2.3.1.3

RECURSOS ALOCADOS AO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO EM 1990

Cr$ milhões

FONTES	PROGRAMADO
Contribuição PIS/PASEP	169.973
Contribuição Sindical	36.506
Venda de Títulos Tesouro Nacional	41
TOTAL	206.520

APLICAÇÕES	EXECUTADO	SALDO
Pagamento de Benefícios e Despesas Operacionais	112.531	93.989

Fonte: MTPS/SNT

3. ASPECTOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

3.1. POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÍCIA

A adoção do Plano Brasil Novo, em março de 1990, trouxe profundas alterações no comportamento da economia, especialmente na evolução dos agregados monetários e nos níveis de inflação. Sem dúvida, o ponto principal das medidas implantadas foi a reforma monetária que restringiu grande parte dos ativos financeiros de curto prazo em circulação na economia, simultaneamente à mudança da moeda. Nesse sentido, o Governo decidiu por uma contração na liquidez como forma de obter imediato controle do processo inflacionário.

A restrição à circulação de ativos financeiros fez com que se reduzisse em 2/3 o saldo disponível dos meios de pagamento em seu conceito mais ampliado (M4), fato que ocasionou significativa mudança em sua composição, com a relação M1/M4 alterando-se de 7,3% em fevereiro para 28% em março, como mostra a Tabela 3.1.1. Isto significa que, no primeiro momento, a reação da sociedade foi optar por ativos monetários no conceito M1 (depósitos à vista mais papel-moeda em poder do público). Essa preferência explica-se por três fatores: desconfiança inicial, dada a abrangência da reforma monetária, que levou muitas pessoas ao entesouramento; repentina queda das taxas de juros nominais, o que determinava uma expectativa de baixo custo de retenção da moeda; e necessidade de um maior volume de moeda manual na economia, como forma de simplificar transações, em função da obrigatoriedade dos cheques serem nominativos a partir de 100 BTN.

Ao final de março, com as conversões previstas na Lei nº 8.024, de 12.04.90, e as posteriormente permitidas, o saldo de M4, em termos nominais, já estava próximo da metade do valor observado no dia imediatamente anterior ao lançamento das novas medidas. Ao final de maio, quando já haviam sido encerradas as possibilidades de pagamento de impostos com cruzados novos e a maioria das conversões adicionais, o saldo nominal de M4 era 19% superior ao seu valor em 28.02.90 (Tabela 3.1.1).

Encerrada a fase de ajustamento, o Banco Central passou a adotar uma política monetária ainda mais restritiva. Para tanto, já em meados de maio fora proibido aos bancos com carteira comercial a manutenção de "contas remuneradas", cuja existência foi considerada fator prejudicial ao controle da moeda, já que os recursos depositados nestas contas eram desviados diretamente para o mercado financeiro de curtíssimo prazo, impossibilitando tanto o recolhimento compulsório quanto o direcionamento de créditos para atividades que o Governo tinha interesse em estimular.

O recolhimento compulsório sobre depósitos à vista foi modificado, quando da reforma monetária, pela Circular BACEN nº 1.601, de 18.03.90, que estipulou novas alíquotas, alterou a sistemática de cálculo da média dos depósitos sujeitos a recolhimentos, reduziu o período de movimentação ou ajustamento para uma semana, e determinou multa pecuniária para a instituição financeira que apresentasse deficiência superior a dois por cento do exigível. Quase ao final do semestre, a Circular BACEN nº 1.764, de 29.06.90, elevou as alíquotas de recolhimento, procurando restringir a expansão de moeda via multiplicador bancário.

TABELA 3.1.1

BASE MONETARIA E MEIOS DE PAGAMENTO (1)

(SALDO EM FINAL DE PERIODO)

CR$ MILHOES

FINAL DE PERIODO	BASE MONETARIA	M1	TIT. FED. PODER DO PUBLICO	M2	DEPOSITOS DE POUPANCA	M3	DEPOSITOS A PRAZO	M4	CRESCIMENTO BASE MONETARIA	CRESCIMENTO M1	M1/M4
1989											
DEZ	67.436	103.060	615.004	718.064	322.433	1.040.497	148.203	1.188.700	-	-	8.67%
1990											
JAN	80.300	118.345	962.078	1.080.423	482.364	1.562.787	228.212	1.790.999	19.08%	14.83%	6.61%
FEV	140.004	231.243	1.596.476	1.827.719	992.571	2.820.290	332.604	3.152.894	74.35%	95.40%	7.33%
MAR	342.362	612.407	480.028	1.092.435	793.700	1.886.135	303.404	2.189.539	114.54%	164.83%	27.97%
ABR	582.095	847.889	821.368	1.669.257	999.533	2.668.790	426.372	3.095.162	70.02%	38.45%	27.39%
MAI	921.528	1.142.767	1.107.511	2.250.278	923.450	3.173.728	566.908	3.740.636	58.31%	34.78%	30.55%
JUN	836.766	1.167.659	1.086.709	2.254.368	939.148	3.193.516	899.554	4.093.070	-9.20%	2.18%	28.53%
JUL	761.582	1.188.972	1.240.476	2.429.448	1.169.563	3.599.011	1.068.959	4.667.970	-8.99%	1.83%	25.47%
AGO	781.612	1.303.949	1.328.275	2.632.224	1.358.321	3.990.545	1.299.281	5.289.826	2.63%	9.67%	24.65%
SET	921.385	1.515.007	1.297.912	2.812.919	1.492.245	4.305.164	1.657.744	5.962.908	17.88%	16.19%	25.41%
OUT	919.840	1.509.791	1.508.334	3.018.125	1.723.100	4.741.225	1.995.736	6.736.961	-0.17%	-0.34%	22.41%
NOV	1.026.263	1.786.561	1.696.715	3.483.276	1.928.500	5.411.776	2.244.681	7.656.457	11.57%	18.33%	23.33%
DEZ	1.621.271	2.525.762	1.886.793	4.412.555	2.325.600	6.738.155	2.556.000	9.294.155	57.98%	41.38%	27.18%

(1) SUBTRAIDA A CARTEIRA PROPRIA DE TITULOS PUBLICOS DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS

FONTE: BACEN

Adicionalmente, o Banco Central mudou a forma de operação dos títulos públicos junto às instituições financeiras, deixando de garantir a recompra dos papéis [illegible] ao final de cada dia. A interrupção desse procedimento, [illegible] a [illegible] papéis, fez com que o fator risco fosse reintroduzido para as instituições privadas que operam com títulos públicos. [illegible] linhas de redesconto de liquidez, a taxas de juros [illegible] para auxiliar as instituições que se defrontassem com dificuldades no financiamento de suas carteiras de títulos, de forma que o acesso a esse crédito emergencial se desse eventualmente e por curto período de tempo (Resolução nº 1.717, de 29.05.90).

Também com vistas a reintroduzir o risco nas aplicações em títulos públicos, e ao mesmo tempo reduzir os custos da política monetária, o Banco Central passou a utilizar as Letras do Tesouro Nacional (LTN) - títulos pré-fixados - no controle da liquidez, em substituição às Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - títulos pós-fixados.

Ainda objetivando induzir o público a aplicações de mais longo prazo, a Lei nº 8088, de 31.10.90, dispondo sobre a atualização do BTN e dos depósitos de poupança, determina, em seu artigo 5º, que o IOF será cobrado à alíquota máxima de 1,5% por dia de aplicação, sobre o valor das operações relativas a títulos e valores mobiliários, de acordo com os objetivos da política monetária. A regulamentação de tal dispositivo deu-se pelo Decreto nº 99.374, de 09.07.90, que prevê a incidência do imposto com alíquotas diferenciadas sobre as operações de até 18 dias úteis. A legislação objetivou induzir a permanência no mercado de curtíssimo prazo apenas daqueles recursos que, por sua destinação imediata, não pudessem ser alocados em aplicações de prazo mais longo. Ficaram fora da tributação as operações em bolsas de valores e cadernetas de poupança.

3.1.1. EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

Todas as medidas até aqui descritas provocaram fortes impactos no comportamento dos agregados monetários. Assim, durante os cinco primeiros meses do ano, verificaram-se profundas alterações na composição dos ativos financeiros.

Logo após o Plano, com a súbita estabilização dos níveis de preços, iniciou-se intenso processo de monetização, estimulado pela grande redução ocorrida nos custos de retenção de moeda. Com isso, a expansão dos meios de pagamento, no conceito restrito M1, alcançou 164,8% em março (Tabela 3.1.1). Embora esse processo tenha prosseguido nos dois meses subsequentes, as taxas mensais de expansão foram declinantes, demonstrando a gradual adaptação dos agentes econômicos ao novo cenário da economia.

A partir de junho, este processo de acomodação tornou-se patente, com o mercado financeiro retornando à normalidade, e estabilizando-se a demanda por moeda. Assim, naquele mês e em julho registraram-se reduzidas taxas de expansão dos agregados monetários, apesar das pressões normalmente causadas pelo fechamento dos balanços semestrais dos bancos.

Nos meses de agosto e setembro, houve movimentos de ajuste para acomodar os efeitos da redistribuição dos ativos financeiros, em conseqüência das novas regras de tributação do IOF sobre as operações financeiras de curto prazo. Em setembro, a demanda por papel-moeda foi, ainda, pressionada pelas expectativas criadas pelo movimento grevista dos bancários e pela liquidação extrajudicial de bancos estaduais, além da ampliação da base de cálculo do compulsório sobre depósitos à vista e da expansão decorrente dos gastos oriundos das campanhas eleitorais.

Em outubro, a variável M1 caiu 0,3%, em termos nominais. No mês de novembro, porém, observou-se alta taxa de expansão deste agregado. A evolução "ponta a ponta", no entanto, foi mais influenciada pelos fatores sazonais que afetam a demanda por moeda em novembro e no dia da semana (sexta-feira), passando de uma posição de equilíbrio no dia 28 (variação de 0,3%), para uma expansão de 18,3% ao final do mês.

Em dezembro, após um grande período de expansão moderada, os meios de pagamento revelaram a sazonal aceleração determinada pelo aumento no ritmo das transações econômicas, que, tradicionalmente, ocorre ao final do ano. Influenciada, ainda, pelos níveis correntes de inflação, a evolução da variável mostrou expansão nominal de 41,4%.

Quanto à base monetária, observou-se comportamento semelhante ao de M1 ao longo do ano: grande expansão imediatamente após o Plano; redução acentuada nos níveis de crescimento a partir de junho; ligeira interrupção da tendência em setembro, em função dos fatos específicos anteriormente relatados; aceleração sazonal em dezembro.

3.1.2. FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA

Entre os fatores que condicionaram o saldo da base monetária no período de junho-dezembro (quando o Governo ampliou o controle da política monetária), as transferências de cruzeiros das reservas bancárias para cobertura de insuficiências, em cruzados novos, nos depósitos à vista à ordem do Banco Central, constituíram-se no principal fator de contração, com impacto líquido de Cr$ 249 bilhões, como pode ser visto na Tabela 3.1.2.1.

Os constantes resultados superavitários do Tesouro Nacional, obtidos naquele período, também contribuíram de forma destacada para o controle monetário, com efeito contracionista de Cr$ 215 bilhões. Houve, ainda, retorno de Cr$ 23 bilhões nas operações de assistência financeira de liquidez.

Do lado expansionista, destacaram-se as operações do setor externo, com impacto líquido de Cr$ 379 bilhões, e os saques efetuados nos depósitos vinculados ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que atingiram Cr$ 59 bilhões.

O ajuste final da liquidez se deu através do resgate líquido de Cr$ 711 bilhões nas operações com títulos públicos federais.

3.1.3. EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO

No final de dezembro, o saldo estimado dos empréstimos do sistema financeiro aos setores público e privado alcançou Cr$ 17.305 bilhões, como mostra a Tabela 3.1.3.1, traduzindo redução, em termos reais, de 24,8% em doze meses. Evidencia-se, através deste número, o empenho do Governo no controle da demanda agregada, com a política creditícia acompanhando as restrições da política monetária.

Os créditos destinados ao setor público, representando 27,3% do total. Distribuíram-se em: Cr$ 3.231 bilhões para os Estados e Municípios e Cr$ 1.490 bilhões para o setor público federal. No total, o crédito destinado ao setor público sofreu uma diminuição real de 21,9% em relação ao ano de 1989.

No que se refere aos créditos ao setor privado, o saldo atingiu C$ 12.584 bilhões, refletindo redução real de 25,8% nos últimos doze meses. Com relação ao direcionamento dos recursos aplicados, coube ao setor habitacional 43,5% do total, seguido pelo industrial com 27,3%, conforme Tabela 3.1.3.1.

É importante salientar que a participação relativa do crédito habitacional no total dos créditos ao setor privado apresentou significativo decréscimo, se comparada com o ano anterior, quando se situara em 56,6%. Basicamente, isso foi consequência dos incentivos dados aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, relativamente à quitação dos seus saldos devedores junto ao sistema. Nesse sentido, facultou-se ao mutuário escolher entre liquidar seu débito, com redução de 50% do saldo contábil de seu financiamento imobiliário, ou, alternativamente, multiplicar o valor atualizado de sua prestação pelo número de prestações devidas. Ademais, possibilitou-se a utilização dos recursos retidos em cruzados novos e do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FCTS) para tal finalidade.

Até dezembro, as instituições financeiras privadas contabilizavam Cr$ 6.946 bilhões em operações de crédito, seguidas das instituições financeiras públicas federais com Cr$ 6.368 bilhões e das estaduais com Cr$ 3.991 bilhões. Ao longo dos últimos anos, as instituições públicas federais vinham mantendo a liderança no aporte de recursos tanto para o setor público quanto para o setor privado. Entretanto, a partir de abril deste ano, as instituições financeiras privadas passaram a deter a maior parcela desses créditos. Tal mudança evidencia o empenho do Governo Federal no controle sobre a moeda e o crédito.

3.1.4. PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

Ao final de 1990, o saldo dos principais haveres financeiros alcançou Cr$ 15.750 bilhões, como pode ser visto na Tabela 3.1.4.1, refletindo incremento nominal de 1.090%, durante o ano.

Os haveres monetários atingiram Cr$ 2.526 bilhões, denotando evolução nominal de 2.351% no ano. A moeda manual somou Cr$ 969 bilhões com expansão mensal de 55,6%, enquanto a moeda escritural com Cr$ 1.557

TABELA 3.1.3.1

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO

(DISTRIBUICAO SETORIAL)

CR$ MILHOES

	AO SETOR PRIVADO		AO SETOR PUBLICO		TOTAL	
	1989	1990	1989	1990	1989	1990
INDUSTRIA	213 752	3 439 086	112 797	1 420 901	326 549	4 859 987
COMERCIO	47.896	855 486	12 544	156 228	60 440	[illegible]
SERVICOS	81 973	1 201 785	56 296	996 970	138 269	[illegible]
ATIV. RURAIS	66.877	1.348.224	0	0	66 877	1.348.224
PES. FISICAS	26 170	260 763	0	0	[illegible]	[illegible]
HABITACIONAIS	569 253	5 479 147	34 506	[illegible]	[illegible]	[illegible]
OUTRAS	0	0	142 721	1 983 885	[illegible]	[illegible]
NAO IDENTIF.	0	0	0	0	0	0
T O T A L	1 005 921	12 584 491	358 864	4 720 893	[illegible]	[illegible]

FONTE: BACEN

TABELA 3.1.4.1

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

(CR$ MILHOES)

	31.12.89		31.12.90	
	SALDO	PART. PERC.	SALDO	PART. PERC.
A) HAVERES MONETARIOS,	103.060	7.79	2.525.762	16.04
B) HAVERES NAO MONETARIOS	1.220.425	92.21	8.507.045	54.01
B1) DEPOSITOS A PRAZO	148.203	11.20	2.556.000	16.23
B2) DEPOSITOS DE POUPANCA	322.433	24.36	2.325.600	14.77
B3) DIV. MOB. EM PODER DO PUBLICO	615.004	46.47	1.886.793	11.98
B4) DIV. MOB. EST. E MUNICIPAL	119.627	9.04	1.592.752	10.11
B5) LETRAS DE CAMBIO	2.517	0.19	28.400	0.18
B6) LETRAS IMOBILIARIAS	12.641	0.96	117.500	0.75
C) VAL. A ORDEM DO BACEN *	0	0.00	4.717.000	29.95
D) T O T A L (A+B+C)	1.323.485	100.00	15.749.807	100.00

FONTE: BACEN
(*) VALORES EM CRUZADOS NOVOS

bilhões, revelou aumento de 33.7% ao mês. Com relação aos haveres não-monetários, o saldo atingiu Cr$ 8.507 bilhões, traduzindo crescimento nominal de 597% em 1990.

As alterações na composição dos principais haveres financeiros estão intimamente relacionadas às mudanças implantadas na economia pelo Plano Brasil Novo.

Os haveres monetários tiveram sua participação elevada de 7.8%, em dezembro de 1989, para 16% em dezembro de 1990. Na composição dos haveres não-monetários verifica-se um aumento na participação dos depósitos a prazo de 11.2%, em dezembro de 1989, para 16.2% doze meses mais tarde. Este avanço se deveu à alta rentabilidade desses haveres, gerada pela política de juros reais positivos, praticada a partir de março de 1990.

Os depósitos em poupança, por sua vez, tiveram sua participação reduzida de 24.4%, em 1989, para 14.8%, em 1990. A dívida pública mobiliária federal (DPMF) também teve sua importância reduzida de 46.5% para 12% dos haveres não-monetários. A sua expansão nominal foi de apenas 207% em 1990. Isto se explica pela transformação de parte desta dívida em valores à ordem do Banco Central. Tal procedimento representou o reescalonamento compulsório da DPMF, com maiores prazos e menores custos. Também os sucessivos superavits do Tesouro Nacional reduziram a zero, a partir de abril, a necessidade de endividamento do Governo Federal.

4. OUTROS ASPECTOS FINANCEIROS

4.1. MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO

O volume financeiro relativo ao mercado de ações no Brasil, no ano de 1990, decresceu em termos reais, tanto em nível de emissões no mercado primário, quanto no que se refere às negociações no mercado secundário. Foram registradas emissões de ações no valor de Cr$ 81.739 milhões (Tabela 4.1.1), a preços de dezembro/90 , representando um decréscimo real de 31% em relação ao ano anterior. No mercado secundário, como mostra a Tabela 4.1.2, o volume financeiro nas Bolsas de Valores atingiu Cr$ 962.699 milhões, também significando um decréscimo real de 80,5% em relação ao volume de 1989.

No mercado de balcão o volume financeiro somou Cr$ 249,6 milhões, representando uma queda de 89%, em termos reais, considerando o ano anterior. O volume financeiro, relativo à negociação de contratos futuros de índices (somente índice da Bolsa de Valores de São Paulo a partir de julho/90), na Bolsa Mercantil & de Futuros (BM&F) e na Bolsa Brasileira de Futuros (BBF) atingiu Cr$ 567.728 milhões, significando um decréscimo real de 84 %, em relação ao montante verificado em 1989.

No mercado primário, durante o exercício foi autorizada a abertura de capital para 12 Companhias e o cancelamento de registro de outras 55. No dia 31.12.90, encontravam-se registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 901 Companhias Abertas, 5% a menos do que o número verificado em dezembro de 1989.

Os indicadores utilizados para medir o comportamento das principais ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA) e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (Índice da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - IBV) apresentaram, no período de janeiro a dezembro de 1990, uma variação média acumulada de 308,3% e 367,5%, respectivamente, conforme demonstra a Tabela 4.1.3. Dada a variação no nível geral de preços, medido pelo INPÇ de cerca de 1.585%, constata-se, em média, no final do período, em relação ao início de 1990, uma defasagem na cotação das ações de 312,7% no mercado paulista e 260,4% no mercado carioca.

Entre os principais fatos que afetaram o mercado de ações em 1990, podemos relacionar:

- implantação do Plano de Estabilização Econômica, em março, com o bloqueio pelo Banco Central de aproximadamente 2/3 da oferta de moeda em seu conceito mais amplo (M4) e instituição de uma nova moeda (cruzeiro), trazendo como consequência imediata para o mercado de ações a depressão das cotações das ações nas Bolsas de Valores, no mercado à vista, e, consequentemente, prejudicando o crescimento do mercado primário;

- permanência de elevadas taxas de juros, no decorrer do ano, em consonância com a política monetária restritiva, direcionando os investidores para aplicações financeiras; e

TABELA 4.1.2

INDICADORES NO MERCADO DE ACOES - 1989/1990

CR$ MILHOES

PERIODO	MERCADO SECUNDARIO										MERCADO FUTURO DE INDICES					
	A VISTA		A TERMO		OPCOES		OUTROS (*)		TOTAL		BM&F		BBF		TOTAL	
	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990
JAN	194658	178728	4640	2424	31262	30	977	5800	231537	186982	381273	44	3727	143	385000	187
FEV	205089	170935	6716	1099	123431	581	81028	1693	416264	174308	345361	0	1692	0	347053	0
MAR	462453	63476	4955	372	172459	0	46978	569	686839	64417	511204	0	2187	0	513391	0
ABR	673032	30121	8805	1654	464097	2	77226	421	1223160	32195	775353	0	7173	0	782526	0
MAI	743686	51766	22326	2029	172004	28	38992	3457	977010	57277	882666	0	13439	0	896105	0
JUN	301454	42057	17010	2365	52125	1	2551	2057	373140	46511	427401	0	1294	0	428695	0
JUL	152024	93127	762	1875	13542	6864	28324	2002	194654	103869	151225	78572	0	414	151228	78986
AGO	163775	95666	[illegible]	1154	7944	15709	6015	1251	179458	[illegible]	37093	166448	0	783	37093	167231
SET	150366	44557	1837	543	5	4893	1050	325	153254	50311	0	97351	0	329	0	97681
OUT	236525	31791	1891	349	0	4579	13285	42	251701	36715	0	72605	0	318	0	72923
NOV	103887	44656	1554	189	178	9200	3798	211	109416	54261	0	101095	0	527	0	101622
DEZ	128410	36201	3117	276	235	4484	471	1005	132234	41972	1930	48931	42	167	1972	49098
TOTAL	3515360	883081	75332	14339	1037279	46413	300697	18867	4928668	962609	3513509	565047	29555	2681	3543064	567728

FONTE: BOLSA DE VALORES, BM&F E BBF

A PRECO CONSTANTE DE DEZEMBRO DE 1990 INFLACIONADO PELO INPC (IBGE)

(*) INCLUI FUNDOS REGIONAIS E SETORIAIS FINOR/FINAM/FISET, ETC

- ameaça de guerra no Golfo Pérsico, a partir de agosto de 1990, região onde se concentram as maiores reservas de petróleo do mundo, provocando um crescimento da procura de ativos reais, não só no Brasil mas em todo o mundo.

As medidas consubstanciadas no Plano Brasil Novo, entre elas a troca da moeda corrente no País, levaram a CVM a promover os seguintes ajustes no mercado acionário:

- autorização para pagamento de dividendo em cruzados novos (Ofício Circular CVM nº 96, de 30/03/90);

- autorização para compra e resgate de debêntures em cruzados novos (Ofício Circular CVM nº 96, de 30/03/90);

- autorização para subscrição de ações em cruzados novos (Portaria MEFP nº 261, de 03/05/90);

- cancelamento de ações do tipo "ao portador".

Concomitantemente a esses ajustes, e com objetivo de definir novos produtos e o fortalecimento e flexibilização do mercado acionário, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- suspensão da exigência de auditoria externa independente para as operações de liquidação futura em Bolsas de Valores;

- autorização para as Bolsas de Valores que operam custódia fungível de ações, a contratarem serviço de custódia de ações nominativas e endossáveis, para efeito de guarda, controle e administração;

- elaboração de nova regulamentação dos mercados futuros de índices e opções;

- autorização para operações destinadas a formar mercado de ações em Bolsas de Valores;

- flexibilização das restrições às carteiras próprias de ações para Bancos, Financeiras, Caixas Econômicas e Sociedades de Arrendamento Mercantil;

- compensação e liquidação física de operações inter-praças;

- flexibilização operacional dos fundos de investimento de capital estrangeiro a fim de facilitar, no Brasil, a atuação de fundos estrangeiros constituídos para investimento em grupos de países;

- regulamentação da emissão de Nota Promissória para distribuição pública ("Commercial Paper");

- disposição sobre as hipóteses de aplicação de Rito Sumário pela CVM nos processos administrativos;

- identificação de comitente final em operações em Bolsas de Valores.

Além disso, a CVM passou a contar com recursos próprios a partir de 01.01.90, através do recolhimento da Taxa de Fiscalização, instituída pela Lei nº 7.940, de 20.12.89. Esses recursos vêm sendo aplicados em projetos que visem ao desenvolvimento do mercado de capitais.

4.2. MERCADO DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

O Sistema Nacional de Seguros Privados é constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e pelas Sociedades Seguradoras e Corretores habilitados.

Cabe ao CNSP fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. A SUSEP é a autarquia executora da política traçada pelo CNSP e tem por finalidade principal exercer a fiscalização sobre a constituição, organização e funcionamento das entidades que atuam em seguros, capitalização e previdência privada aberta (fundos de pensão).

O mercado de seguros em 1990 apresentou relativa estabilidade em relação ao exercício anterior, consideradas as dificuldades geradas pela conjuntura econômica do País. Apenas duas empresas foram submetidas a regime especial de fiscalização, mesmo assim face a crise de liquidez, cuja origem remonta ao ano de 1989.

Dados apurados pela Federação Nacional das Seguradoras (FENASEG) compreendendo 78 seguradoras (as quais representam cerca de 90% do volume de prêmios arrecadados no mercado segurador) indicam um volume de prêmios arrecadados da ordem de quase Cr$ 300 milhões, no período entre janeiro e outubro de 1990, evidenciando um crescimento nominal, em relação a igual período de 1989, de 3.956%.

No ano de 1990 dezoito empresas foram autorizadas a funcionar no mercado de seguros, sendo três novas e quinze resultantes de transformações de entidades abertas de previdência privada, indicando um incremento da competitividade no setor.

A indústria de seguros concentrou-se no ramo automóveis com 28% do mercado, no ramo incêndio com 17%, no ramo vida em grupo com 10%, seguido do habitacional com 6% e responsabilidade civil-veículos também com 6%. Esses cinco ramos totalizaram 67% do mercado de seguros em 1990.

Embora o resultado global das vendas de seguros de automóveis tenha sido superior a dos outros tipos de seguros, o índice de crescimento real das carteiras de habitação, vida e saúde foi expressivo. Contudo, o ramo de incêndio apresentou queda, o mesmo acontecendo com o seguro de acidentes pessoais e danos pessoais de veículos automotores e terrestres (DPVAT).

Com relação à previdência privada aberta o ano de 1990 caracterizou-se pela transformação de 15 entidades de previdência privada aberta em seguradoras, operando no ramo vida. Estas transformações buscaram oferecer planos mais abrangentes, cobrindo todos os riscos pessoais.

Entre janeiro e setembro de 1990, o volume de contribuições arrecadadas pelas entidades abertas de previdência privada atingiu o valor de Cr$ 6.388,1 milhões. O patrimônio líquido do mercado previdenciário, no período, alcançou o montante de Cr$ 19.795,6 milhões, esta cifra é decorrente do resultado negativo de Cr$ 1.010,5 milhões, apurado no mesmo período.

Já o mercado de capitalização, a despeito das dificuldades com que se depararam diversos setores da economia, obteve um crescimento expressivo, em termos de receita de prêmios, no ano de 1990. A soma de Cr$ 103 milhões, arrecadada no período de janeiro a setembro de 1989, elevou-se para Cr$ 5.996 milhões, em igual período de 1990, acumulando uma variação nominal de 5.821%.

O patrimônio líquido das sociedades de capitalização também evoluiu de Cr$ 347 milhões para Cr$ 5.869 milhões, no período enfocado, apresentando uma variação nominal de 1.691%, enquanto o resultado do período apresentou variação mais modesta, de 927%, elevando-se de Cr$ 88 milhões para Cr$ 816 milhões.

Essa atividade, todavia, embora afete profundamente a economia popular, está praticamente livre de regulamentação. Por esta razão a SUSEP elaborou um anteprojeto de decreto regulamentador ao Decreto-Lei nº 261/67, o qual foi colocado em audiência pública para o recebimento de sugestões que visem ao seu aperfeiçoamento.

4.3. RESSEGUROS E SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), sociedade de economia mista do qual participam a União com 50% do capital e as sociedades seguradoras com a outra metade, exerce o monopólio da oferta interna de resseguros e da colocação das retrocessões do mercado brasileiro no exterior.

O indicador básico da atividade do IRB é o índice de transferência de negócios para o mercado internacional. Este índice foi de 11,6% do volume de prêmios ressegurados em 1990, correspondendo a 2% do volume total de prêmios do mercado segurador brasileiro.

Outros indicadores de desempenho do IRB, derivados do resultado do exercício de 1990, indicaram um lucro bruto da ordem de Cr$ 3,2 bilhões, correspondente a 5,7% da receita global das operações de resseguros e a 7,7% do patrimônio líquido do IRB. Sobre o lucro bruto incidiu imposto de renda da ordem de Cr$ 2.781,6 milhões, resultando um lucro líquido de Cr$ 453,6 milhões . Com este resultado o patrimônio líquido do IRB elevou-se a Cr$ 41,5 bilhões no final de 1990, equivalente a uma vez e meia os prêmios de resseguros relativos a responsabilidades retidas.

No tocante à qualidade dos serviços prestados, em 1990 iniciou-se a formação da Cadeia Nacional de Seguros, via satélite, interligando-se num sistema de correio eletrônico todas as empresas seguradoras e o próprio IRB, possibilitando que seguro e resseguro, além da ampliação da base de dados, obtenham substanciais ganhos de eficiência e dinamismo nos serviços inerentes às suas atividades institucionais.

Ainda com relação ao mercado de resseguros, existe o Excedente Único de Riscos Extraordinários (EURE), que tem por objetivo conceder cobertura às responsabilidades, ressegurávels no IRB, quando ultrapassarem os limites de cobertura automática do mercado nacional e dos contratos colocados no mercado externo em um mesmo risco isolado e em cada ramo ou modalidade de seguros, com exceção de seguro de crédito à exportação.

Considera-se como "limite de cobertura automática do mercado nacional" a retenção própria do IRB somada ao limite de responsabilidade das retrocessões automáticas efetuadas às seguradoras do País, e ao valor dos contratos celebrados com resseguradores do exterior. O EURE é constituído pelo IRB, que o administra, e pelas seguradoras, com as participações de 20% e 80%, respectivamente.

O limite básico de responsabilidade do EURE, em um mesmo risco isolado e em cada ramo ou modalidade de seguro, é de US$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares). Ultrapassado esse limite é ouvida a Comissão de Subscrição de Riscos com a garantia do Governo Federal (CRSG), composta pelo IRB e Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que emite parecer sobre a conveniência da utilização da cobertura do Tesouro Nacional em cada caso concreto, indicando o valor a ser absorvido. A garantia do Governo Federal se exerce à base de excesso de danos e tem por limite o valor correspondente a 30.850.000 BTN.

O IRB administra o Fundo para a garantia das responsabilidades do Tesouro Nacional relativas às subscrições efetuadas, sendo os prêmios destas operações recolhidos ao Banco do Brasil para aplicação em títulos públicos ou privados, conforme orientação do Conselho Monetário Nacional. O saldo do Fundo em dezembro de 1990 era da ordem de Cr$ 5.587,7 milhões.

Quanto ao Seguro de Crédito à Exportação, este tem por objetivo garantir ao exportador uma indenização pelas perdas líquidas que vier a sofrer em conseqüência do não recebimento do crédito concedido a seus clientes do exterior.

Este seguro é obrigatório quando o crédito à exportação for concedido por instituições financeiras públicas. A garantia do seguro abrange prejuízos decorrentes da insolvência do importador (riscos comerciais) e os conseqüentes de acontecimentos tais como guerra, revolução, catástrofes da natureza ou medidas adotadas pelo governo, ocorridas no país do importador (riscos políticos e extraordinários). É admitida, também, cobertura para a rescisão dos contratos de fabricação, ocorrida antes da expedição das mercadorias, desde que a rescisão resulte da ocorrência dos riscos cobertos pelo seguro.

Além da cobertura por exportação de mercadorias e serviços, é concedida garantia para os casos de exportações em consignação, feiras, mostras, exposições e similares; limitada, porém, às perdas líquidas definitivas que se verificarem quando da ocorrência de riscos políticos e extraordinários tornar impossível a recuperação das mercadorias.

Os riscos políticos e extraordinários das exportações financiadas são assumidas pela União, nos termos da Lei nº 4678, de 18.06.65, bem como os excedentes do mercado interno de seguros nos riscos comerciais, do qual a União participa em regime de consórcio.

Os créditos e débitos da União, decorrentes das operações sob sua responsabilidade, apropriadas em conta especial, apresentava, em 31.12.90, saldo credor da ordem de Cr$ 14.377,4 milhões. As responsabilidades potenciais da União, referentes à provisão de sinistros a liquidar, no seguro de crédito à exportação, foram avaliadas, na mesma data, em Cr$ 103.104,0 milhões.

TABELA 5.2

INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

%

	1989	1990
Volume de Comércio		
Total Mundial	7,3	5,4
Exportações		
Países Industrializados	0,0	6,3
Países em Desenvolvimento	7,0	5,0
Exportadores de Petróleo	7,6	1,7
Não-Exportadores de Petróleo	4,0	6,1
Importações		
Países Industrializados	8,1	5,5
Países em Desenvolvimento	6,0	4,1
Exportadores de Petróleo	4,0	6,5
Não-Exportadores de Petróleo	3,0	3,6
Termos de Troca		
Países Industrializados	-0,2	-0,5
Países em Desenvolvimento	3,0	-0,2
Exportadores de Petróleo	10,7	11,0
Não Exportadores de Petróleo	0,1	-3,3

Fonte: Banco Central

É importante destacar na Tabela 5.2 a queda da taxa de crescimento das importações dos países industrializados (de 8,1% para 5,5%). Ela é simétrica à redução na taxa de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento (de 7% para 5%). Isso demonstra que a menor absorção de produtos dos países em desenvolvimento pelos países industrializados (seus maiores compradores), dificulta o processo de ajustamento que vários países em desenvolvimento estão vivendo, sobretudo em relação à área externa, como é o caso do Brasil.

De fato, como mostra a Tabela 5.3, os maiores mercados para as exportações brasileiras são os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia (CEE). No período janeiro-novembro de 1990, ambos reduziram suas importações provenientes do Brasil em relação ao mesmo período do ano passado (EUA: -5%, CEE: -2,5%), fato que veio colaborar para a redução do saldo comercial brasileiro, a ser analisado adiante.

TABELA 5.3

BRASIL : INTERCÂMBIO COMERCIAL - FOB

US$ milhões

	1989 ANO		1989 JAN/NOV		1990 JAN/NOV	
	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im
AELC	559	939	491	849	562	886
ALADI (1)	3.049	3.110	2.747	2.747	2.484	2.887
Argentina	710	1.239	647	1.125	553	1.225
Chile	693	515	616	434	432	445
Mexico	431	194	398	166	465	171
Paraguai	321	359	291	326	333	318
Outros	894	803	795	696	701	728
Canadá	886	456	830	396	479	370
CEE	9.937	3.736	9.157	3.361	8.924	3.847
França	916	529	822	482	816	505
Itália	1.655	436	1.538	395	1.466	589
Países Baixos	2.671	359	2.479	316	2.215	313
Reino Unido	1.032	433	958	380	856	382
Rep. Fed. da Alemanha	1.583	1.483	1.427	1.343	1.613	1.595
Outros	2.080	496	1.933	445	1.958	463
COMECOM	992	323	935	290	649	308
EUA (2)	8.014	3.922	7.333	3.479	6.967	3.980
Japão	2.312	1.204	2.147	1.085	2.188	1.127
OPEP	1.824	3.568	1.662	3.276	1.573	4.033
Demais	6.810	1.005	6.310	901	4.687	1.118
TOTAL	34.383	18.263	31.612	16.384	28.513	18.556
TOTAL excl. OPEP	32.559	14.695	29.949	13.108	26.940	14.523

Fonte: Banco Central
(1) Equador e Venezuela incluídos na OPEP
(2) Inclui Porto Rico

É importante observar, também, na Tabela 5.2 as mudanças nos termos de troca ocorridas em 1990. O choque do petróleo determinou um aumento de 11% nos termos de troca dos seus exportadores (que já crescera 10,7% no ano anterior). A contrapartida disto foi uma queda de 3,3% para os não-exportadores de petróleo. Os países em desenvolvimento, em especial, sofreram diminuição de 0,2%.

O Brasil, como pode ser visto na Tabela 5.3, teve o valor das suas importações junto aos países da OPEP elevado em 23% no período janeiro-novembro de 1990, em relação ao mesmo período de 1989.

A Tabela 5.4 reflete as dificuldades encontradas pelos produtos brasileiros em meio ao desfavorável cenário internacional. Tanto as exportações de produtos primários quanto de produtos industrializados diminuíram em 1990: -4,7% para os produtos primários e -14,5% para os produtos industrializados no período janeiro-outubro, implicando numa redução de 10,9% nas exportações totais.

TABELA 5.4

BRASIL : EXPORTAÇÕES - FOB

US$ milhões

	1989 ANO	1989 JAN/OUT	1990 JAN/OUT
Total	34.383	29.036	25.855
Produtos Primários	12.484	10.457	9.966
Café	1.803	1.556	886
Soja	3.647	3.089	2.446
Cacau (grãos, manteiga, licor, torta)	330	262	253
Açúcar	306	244	407
Suco de Laranja	1.019	831	1.299
Carne	669	549	521
Minérios de Ferro, Manganês e outros Minérios Melalúrgicos	2.447	2.039	2.294
Fumo em Folhas	524	462	484
Outros	1.739	1.425	1.376
Produtos Industrializados	21.899	18.579	15.889
Material de transp. e componentes	3.919	3.170	2.645
Máq. e Instrumentos Mecânicos	1.799	1.440	1.263
Equip. Elétricos e Eletrônicos	1.076	900	846
Produtos Metalúrgicos	6.082	5.330	4.293
Produtos Químicos	2.164	1.888	1.616
Madeiras e Manufaturas	410	344	346
Calçados e Produtos de Couro	1.357	1.162	1.032
Derivados de Petróleo	832	757	461
Papel e Celulose	1.295	1.118	1.029
Produtos Têxteis	1.181	1.000	889
Outros	1.784	1.470	1.469

Fonte: Banco Central

A Tabela 5.5 evidencia o efeito do choque do petróleo sobre a balança comercial brasileira. A importação deste produto consumiu um volume de divisas, no período janeiro-novembro de 1990, superior em 22% ao valor gasto no mesmo período do ano passado. Os gastos com bens de capital também cresceram substancialmente (23%), refletindo a política de liberalização de importações que vem sendo implantada desde a posse do novo Governo.

TABELA 5.5

BRASIL : IMPORTAÇÕES - FOB

US$ milhões

	1989 ANO	1989 JAN/NOV	1990 JAN/NOV
Petróleo Bruto e Deriv.	3.753	3.463	4.230
Petr. Bruto			
volume (mil barris/dia)	592	598	578
US$ milhões	3.390	3.120	3.914
Derivados	363	343	316
Bens de Capital	4.864	4.342	5.367
Trigo	211	188	287
Matérias Primas	6.561	5.795	5.821
Aço, Metais Não-Ferrosos e Outros Minérios	1.204	1.048	1.063
Produtos Químicos	3.050	2.750	2.997
Carvão	641	557	489
Outros	1.606	1.440	1.272
Demais	2.874	2.596	2.851
Total	18.263	16.384	18.556

Fonte: Banco Central

5.1. BALANÇO DE PAGAMENTOS

O balanço de pagamentos de 1990 (Tabela 5.1.1), em função do desempenho do setor externo, deteriorou-se comparativamente ao ano de 1989. Já a balança comercial teve seu superavit reduzido em 31,6%, com as exportações diminuindo 8,7% e as importações crescendo 11,5%.

O dispêndio líquido com serviços atingiu US$ 13,7 bilhões, apresentando redução de 7% em relação ao ano anterior. Este comportamento se deveu, em parte, à queda das taxas de juros internacionais, que permitiu uma redução de 10% na rubrica "juros", comparada ao ano de 1989. Também a rubrica "outros serviços" apresentou queda de 2,4%.

A redução no pagamento de serviços, no entanto, não foi suficiente para equilibrar a diminuição do superávit comercial, fechando as transações correntes com um déficit de US$ 1,8 bilhões, contra um superávit de 1,6 bilhões em 1989.

A movimentação de capitais resultou em saída líquida de US$ 4,8 bilhões, superando em 15,3% aquela ocorrida em 1989. Os investimentos diretos diminuíram de US$ 125 milhões em 1989 para US$ 65 milhões em 1990. Os financiamentos também passaram de US$ 3,6 bilhões para US$ 3,4 bilhões.

As amortizações totalizaram US$ 7,5 bilhões, sendo pagos US$ 7 bilhões e o restante refinanciado junto ao Clube de Paris. Os empréstimos em moeda registraram valor líquido negativo de US$ 1,1 bilhão, contra um valor positivo de US$ 25,9 bilhões em 1989. Isso se concretizou por força de refinanciamento de US$ 25,5 bilhões junto aos bancos estrangeiros, fato que não ocorreu em 1990, dada a não conclusão de um acordo permanente com estas instituições até dezembro do corrente ano.

O financiamento do resultado do balanço de pagamentos (US$ 7,2 bilhões) compreendeu aumento de haveres (US$ 481 milhões) e aumento de obrigações das Autoridades Monetárias (US$ 7,7 bilhões). Este último valor é resultado da constituição de atrasados (US$ 8,3 bilhões), e do aumento de outras obrigações a curto prazo (US$ 0,09 bilhões), subtraindo-se daí o pagamento ao FMI (US$ 0,7 bilhão).

TABELA 5.1.1

BRASIL - BALANÇO DE PAGAMENTOS

US$ milhões

	1989	1990 (1)
Balança Comercial - FOB	16120	11027
Exportações	34383	31390
Importações	18263	20363
Serviços (líquido)	-14800	-13753
Juros	-9633	-8709
Outros Serviços	-5167	-5044
Transferências Unilaterais	244	929
Transações Correntes	1564	-1797
Capital	-4179	-4818
Investimento Direto (líquido)	125	65
Financiamentos	3640	3404
Estrangeiros	3788	3256
Novos Ingressos	2257	2622
Refinanciamento	1531	634
Brasileiros	-148	148
Amortizações	-33985	-7484
Pagas	-5889	-6998
Refinanciadas (inclui C. Paris) (2)	-28096	-486
Empréstimos em Moeda	25972	-1067
Curto Prazo	-1664	-1926
Longo Prazo	27636	859
Intercompanhias	106	859
Novos Ingressos	106	859
Bancos Brasileiros	1465	-
Novos Ingressos	-	-
Refinanciamento	1465	-
Bancos Estrangeiros	26065	-
Novos Ingressos	600	-
Refinanciamento	25465	-
Outros Capitais	69	264
Erros e Omissões	-776	-592
Superávit (+) ou Déficit (-)	-3391	-7207
Financiamento	3391	7207
Haveres (- = aumento)	-887	-481
Obrigações - FMI	-852	-741
Obrigações de Curto Prazo	5130	8429
Atrasados	3989	8342
Outras	1141	87

Fonte: Banco Central
(1) Preliminar
(2) Em 1989, consolidou-se parcelas relativas aos refinanciamentos dos anos anteriores no MYDFA, no valor de US$ 20 129 milhões.

5.2. ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O Governo Brasileiro apresentou, em meados de 1990, aos bancos credores internacionais, uma proposta inovadora para a renegociação da dívida externa. Tal proposta procura conciliar, em caráter permanente, os aspectos econômicos e sociais da questão, via observância dos limites da capacidade de pagamento do setor público, responsável por cerca de 90% da dívida externa.

A capacidade de pagamento do setor público seria determinada por quatro fatores:

- superávit primário do setor público (receitas menos despesas não financeiras);

- "seignorage", entendida como expansão não-inflacionária da base monetária;

- financiamento externo ao setor público proveniente de organismos internacionais, agências governamentais e fornecedores privados; e

- receitas de juros sobre as reservas internacionais.

Em torno dessa proposta desenrolaram-se as negociações durante o segundo semestre do ano. Em 26.12.90, o Governo autorizou, através da Resolução nº 1.781 do Banco Central, as remessas de pagamentos de parcelas de principal e juros da dívida do setor privado vencíveis a partir de 1.1.91, bem como de 30% do valor dos juros vencíveis no primeiro trimestre de 1991, de responsabilidade do setor público.

A dívida externa total, em junho de 1990, situava-se em US$ 118,2 bilhões, representando crescimento de 2,7% em relação a dezembro de 1989. A dívida não-registrada (de curto-prazo) alcançava US$ 21,5 bilhões, evidenciando crescimento de 36,3%, em conseqüência, basicamente, da inclusão de US$ 8,3 bilhões de pagamentos em atraso. A dívida registrada (de médio e longo prazos) atingia US$ 96,7 bilhões, inferior em 2,6% à posição de dezembro de 1989.

A Tabela 5.2.1 mostra a dívida externa por credor. Os bancos comerciais estrangeiros continuam como os maiores detentores de crédito junto ao País, com 61% da dívida total.

TABELA 5.2.1

BRASIL - DIVIDA EXTERNA TOTAL POR CREDOR

US$ milhões

Discriminação	1989	1990	
		Jun	Dez (1)
TOTAL	**115096**	**118254**	**122170**
1. Bancos Comerciais Estrangeiros	71849	70892	74257
2. Bancos Brasileiros	6500	6638	6258
3. Instituições Não Bancárias	**36747**	**40724**	**41655**

Fonte: Banco Central
(1) A dívida registrada foi estimada, considerando oscilações cambiais.

A dívida externa total alcança US$ 122,2 bilhões ao final de 1990, sendo US$ 97,4 bilhões de dívida registrada e US$ 24,8 bilhões de dívida não registrada.

Os desembolsos da dívida externa em 1990 (Tabela 5.2.2), caracterizaram-se pela manutenção dos pagamentos aos organismos internacionais, às agências governamentais, aos fornecedores, e outros; assim como pelo não pagamento aos bancos comerciais, que aguardam a conclusão do acordo de longo prazo proposto pelo Governo Brasileiro. Em termos líquidos, os desembolsos da dívida atingiram US$ 3,1 bilhões.

TABELA 5.2.2

BRASIL - DESEMBOLSOS LÍQUIDOS DA DÍVIDA EXTERNA

US$ milhões

Item	1989	1990 1/
1. Desembolsos (médio e longo prazos)	31432	4131
Refinanciamentos	28461	634
Bancos Comerciais	27088	-
Bancos Brasileiros	1478	-
Bancos Estrangeiros	25610	-
Credores Oficiais	1373	634
Outros Desembolsos	2971	3497
Organismos Internacionais	1183	1112
Agências Governamentais	118	100
Créditos de Fornecedores/Compradores	956	1410
Bancos	600	-
Intercompanhias e outros	114	875
2. Amortizações (médio e longo prazos) 2/	32979	6959
Organismos Internacionais	1348	1211
Agências Governamentais	1369	2741
Créditos de Fornecedores	746	962
Bancos	28929	1669
Outros 3/	587	376
3. Capital a Curto Prazo (líq.) 4/	-487	-290
4. Desembolso Líquido da Dívida Externa (1-2+3)	-2034	-3118
5. Desembolso Acumulado - Teto (critério de desempenho)	-	-
Pagamento Informal	1006	525
Conversão em Investimentos	1312	483

Fonte: Banco Central

1/ Preliminar

2/ Exclui amortização referente a operações de redução da dívida e desembolsos acumulados de empréstimos acordados com os bancos comerciais credores (inclusive conversão de dívida para investimento).

3/ Intercompanhias, bônus e outros empréstimos.

4/ Dívida a curto prazo do setor público não-financeiro.

5.3. POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

5.3.1. POLÍTICA ADUANEIRA E REFORMA TARIFÁRIA

No decorrer de 1990, o Governo promoveu uma série de modificações de grande impacto na área do comércio exterior, visando à maior eficácia e à conseqüente modernização tecnológica do parque

industrial. A estratégia adotada se baseou na maior seletividade e redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, na eliminação de incentivos e subsídios diversos, assim como na supressão de controles quantitativos e no fim da proibição de importação de determinados produtos.

Pela Portaria MEFP nº 56, de 15.3.90, foi revogada, explicitamente, a lista de produtos cujas importações se encontravam suspensas, constantes da relação contida no Anexo "c" do Comunicado Cacex nº 204/88 e suas alterações posteriores. A mesma Portaria também revogou o Comunicado Cacex nº 234, de 12.02.90, que obrigava empresas importadoras a se habilitarem, com programa de importação, para que pudessem obter autorizações acima de determinados valores. Eliminou-se ainda a necessidade de anuência prévia de órgãos da administração federal para importação de determinados produtos, excetuando o sangue humano, produtos que causam dependência física, armas e munições, material nuclear, herbicidas e pesticidas utilizados para desfolhagem, bem como produtos de informática. Através desta decisão ficou bem evidenciada a ampla liberação proposta para as importações e a busca da eliminação de controles não-tarifários na economia.

A Lei nº 8.032, de 12.04.90, extinguiu isenções e reduções aplicáveis ao Imposto de Importação e ao Imposto de Produtos Industrializados - (IPI), abrangendo os bens destinados à prospecção e produção de petróleo, mantendo a competência da Comissão de Política Aduaneira para alteração das alíquotas do Imposto de Importação. Esta competência foi, posteriormente, transferida à Coordenação Técnica de Tarifas da Secretaria Nacional de Economia do MEFP (Lei nº 8.085, de 23.10.90), que procedeu, no decorrer do ano, a estudos para reforma da política tarifária.

A nova política para as importações tem na tarifa aduaneira seu mais importante instrumento. A tarifa anterior, reconhecidamente elevada, vinha sendo objeto de discussão desde 1988. No decorrer do ano de 1990, o MEFP procurou adequar o nível tarifário dos produtos importados, pois, este, conforme o caso, se tornara excessivo ou insuficiente para o cumprimento dos objetivos pretendidos. Assim, procurou-se eliminar distorções detectadas, impedindo a obtenção de lucros excessivos sob a proteção indireta do Governo.

Ademais a tarifa anterior, embora mais elevada, era, na prática, pouco utilizada, com grande número de reduções a zero, isenções, além de controles quantitativos. A nova Tabela Aduaneira do Brasil (TAB) diminui e elimina esses controles. Por outro lado, ao reduzir efetivamente a proteção, mantém na uniforme ao longo da cadeia produtiva, reprimindo e inibindo distorções.

A reforma tarifária está apenas se iniciando. Pretende-se atingir, até ao final de 1991, níveis tarifários entre zero e 40%, com tarifa média e moda em torno de 20%. O nível máximo só será utilizado para produtos com necessidade de proteção temporária de acordo com a Política Industrial e de Comércio Exterior, para produtos novos, fabricados por indústrias nascentes e de tecnologia de ponta. Eventual e excepcionalmente poderão ser estabelecidos níveis tarifários superiores, sempre de caráter temporário.

No segundo semestre de 1990, uma série de produtos teve sua alíquota reduzida a zero, enquadrando-se dentre outros, grande número de

máquinas, equipamentos, peças e componentes, matérias-primas e bens intermediários sem produção nacional. Além disso, corrigiu-se grande parte das tarifas consideradas inadequadas, eliminando-se controles quantitativos e administrativos.

Dentro do propósito de extinguir subsídios, a Lei nº 8.034, de 12.04.90, estabeleceu que, a partir do exercício financeiro de 1991, passará a ser de 30% a alíquota do imposto de renda aplicável ao lucro decorrente da exportação de produtos manufaturados nacionais e de serviços, correspondente ao período-base de 1990. Além de ser uma suspensão de benefício indireto, esta medida objetiva aumentar a receita tributária da União.

Com a finalidade de incentivar as exportações, a Circular BACEN nº 1.803, de 16.08.90, prevê a concessão de adiantamento, em moeda estrangeira, por instituição estrangeira, para financiamento à pré-exportação brasileira, de produtos agrícolas e agro-industriais, também explicitado na Carta-Circular BACEN nº 2.113, de 11.08.90.

A Circular BACEN nº 1.804, de 16.08.90, restabeleceu a utilização de recursos vinculados ao programa "Pro-Export", instituído pelo Comunicado DECAM nº 616, de 5.10.83. Já a Carta-Circular BACEN nº 2.108, de 17.8.90, estabeleceu limites, custos, condições e procedimentos operacionais para utilização de linhas de crédito destinadas ao financiamento à exportação e à pré-exportação, com recursos do Banco Mundial.

No intuito de contribuir para a modernização do parque industrial e facilitar as importações de bens de capital, a Resolução BACEN nº 1.749, de 13.09.90, suspendeu a exigência de financiamento externo para importação, com cobertura cambial, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos (Resolução BACEN nº 1.537, de 30.11.88), desde que se destinem a compor ativo fixo e já tenham a alíquota do Imposto de Importação reduzida a zero. Ademais, a Resolução BACEN nº 1.751, de 21.09.90, eliminou as exigências de prazos mínimos para pagamentos de importações (de que trata a referida Resolução BACEN nº 1.537/88) exclusivamente nos casos em que a celebração do respectivo contrato de câmbio, em pagamento ao exterior, ocorresse até 31.03.91.

5.3.2. POLÍTICA CAMBIAL

O mercado cambial brasileiro, no decorrer de 1990, apresentou duas fases distintas. Na primeira, que vigorou até 19.03.90, existiam dois mercados oficiais: o de taxas flutuantes (dólar turismo) e o de taxas administradas. No primeiro, a taxa cambial era determinada pelas forças de mercado, onde cursavam basicamente operações relacionadas a viagens internacionais e outros serviços. No outro mercado, o Banco Central dava continuidade à política de minidesvalorizações, fixando, diariamente, o valor da taxa cambial.

Com a implantação do Plano de Estabilização Econômica, a taxa cambial deixou de ser controlada pelo Governo, passando a ser cotada pelos movimentos de compra e venda do mercado, conforme determinou a Resolução BACEN nº 1.690, de 18.3.90. Desse modo, o mercado de taxas administradas

foi substituído por um mercado de taxas livres, sem, no entanto, ter sido fundido com o mercado de taxas flutuantes, que continuou a atender as mesmas operações anteriormente citadas.

Ao final de 1990, o valor do dólar norte-americano no mercado livre atingiu a cotação média de Cr$ 168,59 para compra e de Cr$ 170,06 para venda, acumulando, em termos nominais, variação de 1.397% durante o ano. No mercado de taxas flutuantes as cotações de 31.12.90 alcançaram Cr$ 181,02 e Cr$ 181,13 para compra e venda, respectivamente, indicando variação nominal de 642,9% no ano.

Em dezembro de 1990, o valor médio do dólar norte-americano no mercado livre situou-se em Cr$ 153,97 para compra e Cr$ 154,58 para venda (Tabela 5.3.2.1), variando 1.569,6% em termos nominais, relativamente a dezembro de 1989.

TABELA 5.3.2.1

Taxa Média de Câmbio Cr$/US$
Segmento livre
(venda)

DEZ 89	9,259
JAN 90	14,313
FEV 90	23,661
MAR 90	37,701
ABR 90	47,890
MAI 90	52,230
JUN 90	57,115
JUL 90	66,517
AGO 90	71,757
SET 90	75,541
OUT 90	95,165
NOV 90	123,133
DEZ 90	154,586

Fonte: BACEN

6. FINANÇAS PÚBLICAS

Relativamente à área fiscal, o Plano Brasil Novo incluiu diversas medidas que visavam ampliar a base tributária e adequar as respectivas alíquotas aos propósitos governamentais, concomitantemente com o estabelecimento de uma política eficaz no controle dos gastos públicos. Dentre essas medidas, destacam-se:

- aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- redução do prazo entre o pagamento dos impostos pelas empresas e seu recolhimento ao Tesouro Nacional, assim como do intervalo entre o fato gerador do imposto e o início da indexação do débito fiscal;
- tributação de 25% sobre lucros líquidos resultantes de operações no mercado de ações, de mercadorias e de futuros;
- instituição de encargo temporário, por parte do governo, através do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para os ativos financeiros, existentes em 15 de março de 1990;
- rigor na fiscalização e arrecadação tributária, com a finalidade de reduzir a evasão fiscal, especialmente proibindo o anonimato em transações econômicas e financeiras;
- prorrogação para pagamento de tributos, até 31.4.90, com a utilização dos cruzados novos retidos pelo Banco Central, induzindo à liquidação de débitos junto à União;
- incidência de imposto de renda sobre os resultados provenientes da atividade rural;
- esforço no sentido de reduzir os subsídios ao crédito e à aquisição de produtos agrícolas, especialmente privatizando a comercialização do trigo em grão, em virtude da Lei nº 8.096, de 26.11.90, desonerando-se o Tesouro da compra de toda a produção do cereal;
- desencadeamento de Reforma Administrativa que, além de objetivar níveis mais elevados de eficiência econômica, contribuiu para com a melhoria das finanças públicas - particularmente no que diz respeito a despesas de custeio e de pessoal - proporcionando significativa redução nos gastos públicos.

No âmbito das Operações Oficiais de Crédito, observou-se claramente a diminuição da intervenção estatal direta nas atividades do setor agrícola, bem como foram estabelecidas novas regras de rolagem da dívida externa das estatais federais, estaduais e municipais e respectivas administrações diretas. Isso, juntamente com a Resolução nº 1.718 do Banco Central, de 29.05.90, que determinava a amortização de pelo menos 20% do principal da dívida vincenda, oriunda de créditos bancários obtidos pelo setor público, provocou reduções substanciais nos gastos associados a essas operações.

Na esfera das empresas estatais federais, o Plano de Estabilização Econômica teve como propósito obter resultados satisfatórios neste exercício. Vale ressaltar o esforço de recuperação dos preços públicos, com a liberação de alguns importantes, como os do setor siderúrgico. Por outro lado, a liquidação de empresas (ex : PORTOBRÁS, SIDERBRÁS e EBTU), no âmbito de um amplo programa nacional de

desestatização, refletiu a real disposição do Governo em redefinir o padrão de intervenção do Estado na economia. As estatais também foram incluídas no esforço de reforma administrativa, promovendo cortes no quadro de pessoal, contenção de gastos de investimentos e de custeio.

Pelo conceito operacional, o setor público não-financeiro deverá obter um superávit consolidado próximo a 0,8% do PIB, quando, no início do ano, a previsão era de um déficit operacional de 9% do PIB. Acrescente-se que o Tesouro utilizou seus superávits para remir antecipadamente títulos federais, tendo resgatado, no ano de 1990, cerca de Cr$ 722 bilhões de títulos com vencimento em 1991 e 1992.

Os resultados da execução financeira do Tesouro Nacional, no ano de 1990, estiveram intimamente relacionados com os objetivos de saneamento das finanças públicas. Reduziu-se, com isso, a pressão sobre os recursos da economia, de maneira a oferecer um apoio adequado a uma política monetária anti-inflacionária, corroborando, portanto, a política oficial, segundo a qual parte do êxito do Plano de Estabilização Econômica repousa sobre o ajuste das finanças públicas.

6.1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

A Programação Financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1990, cujas diretrizes foram estabelecidas pelo Decreto nº. 98.938, de 09.02.90, foi executada com base em cronogramas de desembolso, propostos pelos Órgãos Setoriais, que informaram os gastos no Brasil e no Exterior. Estabeleceu-se, ainda, a apresentação de cronogramas através do próprio Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), simplificando rotinas e criando condições aos Ministérios e Órgãos equivalentes de utilizarem suas dotações com maior eficácia.

Considerando a necessidade de se estabelecer prazos definidos para a realização de certas despesas, foi elaborado cronograma mensal para o pagamento de pessoal e encargos sociais, aposentados e pensionistas da Previdência Social e serviço da Dívida Pública Mobiliária Federal.

O conjunto de medidas fiscais, adotadas ao longo de 1990, conseguiu produzir efeitos consideráveis sobre as finanças públicas. Comparativamente ao ano de 1989, o superávit foi resultante de um incremento real, já deduzidos os incentivos fiscais, de 13% na receita, que atingiu o montante de Cr$ 4.336.383 milhões, combinado com uma redução real na despesa de aproximadamente 35%, que alcançou a cifra de Cr$ 4.207.599 milhões. Esses resultados encontram-se na Tabela 6.1.1.

De fato, a Execução Financeira do Tesouro Nacional no exercício de 1990 finalizou com o registro de superávit fiscal da ordem de Cr$ 128.784 milhões, representando um acréscimo real em torno de 105%, comparativamente ao exercício de 1989, quando foi registrado um déficit de Cr$ 2.617.078 milhões, a preços de 1990, conforme demonstra a Tabela 6.1.2.

TABELA 6.1.1
EXECUCAO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

CR$ MILHOES

DISCRIMINACAO	NOMINAL		REAL *	%
	DEZ/90 (1)	JAN-DEZ/90 (2)	JAN-DEZ/89 (3)	(2)/(3)
I - FLUXO FISCAL				
A. RECEITAS	687.493	4.336.383	3.832.369	13
A.1. RECOLHIMENTO BRUTO	646.756	4.016.017	3.372.916	19
A.2. INCENTIVOS FISCAIS	(4.000)	(34.035)	(34.615)	(2)
A.3. RECEITAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	38.698	290.571	494.068	(41)
A.4. RECEITA DE CP'S	0	34.043	0	...
A.5. REMUNERACAO DE DISPONIBILIDADES - B.BRASIL	6.039	29.787	0	..
B. DESPESAS	(683.782)	(4.207.599)	(6.449.447)	(35)
B.1. LIBERACOES VINCULADAS	(228.616)	(1.364.386)	(1.018.015)	34
B.1.1. TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS-FPM/FPE/IPI/FE	(153.698)	(944.752)	(572.718)	65
B.1.2. DEMAIS TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	(15.493)	(61.342)	(67.321)	(9)
B.1.3. OUTRAS VINCULACOES	(59.425)	(358.292)	(377.976)	(5)
B.2. LIBERACOES ORDINARIAS	(443.062)	(2.861.828)	(5.855.689)	(51)
B.2.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(264.438)	(1.584.744)	(1.516.805)	4
B.2.2. SERVICO DA DIVIDA INTERNA E EXTERNA	(20.167)	(124.916)	(102.657)	22
B.2.3. OUTRAS DESPESAS	(129.292)	(533.158)	(1.259.537)	(58)
B.2.4. ENCARGOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL (DPMF)	(2.786)	(256.486)	(2.180.752)	(88)
B.2.5. DESPESAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	(23.663)	(263.719)	(750.543)	(65)
B.2.6. REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS COM AVAL DA UNIAO (M.F.)	(2.500)	(63.396)	(20.932)	203
B.2.7. RESTOS A PAGAR 1989	(216)	(35.409)	(24.463)	45
B.3. VARIACAO DAS CONTAS DE SUPRIMENTO	(12.104)	18.615	424.257	(96)
RESULTADO (1) = (A+B)	3.711	128.784	(2.617.078)	...
RESULTADO (2) = (RESULTADO (1) - CP'S)	3.711	94.741	(2.617.078)	..
II - FINANCIAMENTO				
C. RECEITAS	352.293	3.521.581	11.700.094	(70)
C.1. REMUNERACAO DISPONIBILIDADES - B.CENTRAL	352.293	1.615.405	618.092	...
C.2. RESULTADO BACEN	0	1.060.025	560.687	89
C.3. OPERACOES DE CREDITO DA UNIAO - DPMF	0	846.151	10.521.315	(92)
D. DESPESAS	(692.089)	(2.136.051)	(7.293.183)	(71)
D.1. RESGATES DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL	(692.089)	(2.136.051)	(7.293.183)	(71)
RESULTADO (3) = C+D	(339.796)	1.385.530	4.406.911	(69)
FLUXO DE CAIXA (4) = (1+3)	(336.085)	1.514.314	1.789.833	(15)

FONTE: MEFP/DTN/COFIN
(*) INPC MEDIO
VALORES POSITIVOS INDICAM AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA DO TESOURO E VICE-VERSA

A receita de capital pertencente ao fluxo fiscal, representada pelas Operações Oficiais de Crédito, registrou significativa redução real (41%). No entanto, esse decréscimo foi mais do que compensado pelo aumento expressivo da receita corrente que atingiu 19% em termos reais, comparativamente ao exercício de 1989 (Tabela 6.1.1).

A redução real de 35% nas despesas do Tesouro Nacional é reflexo, basicamente, de um rigoroso controle das liberações ordinárias, onde houve diminuição real em torno de 51%, relativamente ao exercício anterior, como se encontra demonstrado na Tabela 6.1.1. Ressalte-se que as liberações destinadas ao resgate de títulos da dívida pública mobiliária federal, não contabilizadas como dedução de despesa, reduziram-se 71% em termos reais.

Observa-se ainda na Tabela 6.1.1, que as liberações vinculadas, onde se inserem as transferências constitucionais para os Estados e Municípios, apresentaram um resultado significativamente maior neste exercício, com aumento real de 34%, atingindo o valor de Cr$ 1.364.386 milhões. Convém salientar que, enquanto as mesmas transferências para Estados e Municípios representaram, em 1989, uma fatia de 8% em relação à despesa total, em 1990 este percentual elevou-se a 22%.

As transferências constitucionais referentes aos fundos de participação alcançaram o montante de Cr$ 944.752 milhões, representando uma elevação real de 65% em relação ao ano anterior. Este resultado é consequência do perfil observado no comportamento positivo da receita corrente, além da incorporação de mais 0,5% por força de dispositivo constitucional (art. 34, § 2ª, II e III, das Disposições Constitucionais Transitórias), que garantiu este nível de incremento, anualmente, até o exercício de 1993.

TABELA 6.1.3

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS/LEGAIS - 1990

Discriminação	Valores em Cr$ Milhões	%
Transf. a Est. e Munic.	1.006.094	73,74
Fundos de Participação	944.752	69,24
Outras transferências	61.342	4,50
Outras vinculaçoes	358.292	26,26
T O T A L	1.364.386	100,0

Fonte: MEFP/DTN/COFIN

As despesas relativas ao item "Outras Vinculações", que são liberações correspondentes a receitas vinculadas a órgãos e fundos federais e as receitas próprias daqueles órgãos, totalizaram Cr$ 358.292 milhões, apresentando uma redução real de 5%, comparativamente ao exercício anterior, apesar da incorporação de algumas receitas, destacando-se aquela proveniente de concurso de prognósticos.

No que se refere às liberações destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, realizou-se desembolso de Cr$ 1.584.744 milhões em 1990, evidenciando um acréscimo real de apenas 4% em relação a 1989. Entretanto, há de se ressalvar que, a partir de fevereiro de 1989, decidiu-se pela postergação, para o mês seguinte, do pagamento da folha de pessoal, razão pela qual naquele exercício foi desembolsada uma folha a menos do que em 1990. Se considerada pela ótica de competência, a rubrica "Pessoal e Encargos Sociais" refletiria, neste exercício, uma redução real da ordem de 17%.

As liberações destinadas ao pagamento do serviço da dívida interna e externa atingiram em 1990 o montante de Cr$ 124.916 milhões, evidenciando um acréscimo real de 22% em relação a 1989. No caso da dívida externa, a maior parte dos desembolsos destinaram-se a honrar compromissos com organismos internacionais, destacando-se o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Kredistanstal Fur Wiederaujbau (KFW); Overseas Economic Cooperation Fund (OECF); Long Term Cred Bank of Japan Ltd (LTCB); Japan Intl. Cooperation AG JICA (JICA) e Japan Development Company (JADECO).

Todas as despesas com gastos de manutenção e equipamentos dos Ministérios e Órgãos equivalentes, e aquelas não incluídas nos demais itens, inserem-se na rubrica "Outras despesas", alcançando em 1990 a cifra de Cr$ 533.158 milhões e representando a expressiva redução real de 58% em relação a 1989. Isso se explica não apenas pelo esforço efetivo na busca de equilíbrio entre receitas e despesas, mas também em decorrência da Reforma Administrativa adotada pelo Governo.

Em 1990, as despesas relacionadas às Operações Oficiais de Crédito apresentaram uma substancial diminuição de 65% em termos reais, relativamente ao ano de 1989, evidenciando, claramente, a redução da elevada intervenção estatal direta nas atividades do setor agrícola e induzindo uma maior participação da iniciativa privada nesta importante área produtiva.

Com relação ao Refinanciamento de Dívidas com o Aval da União, houve um crescimento real de 203%. Esse Refinanciamento é executado por meio dos Avisos MF 030/83 e sucedâneos, em decorrência dos avales prestados pelo Governo Federal às empresas estatais federais, aos Estados e Municípios e suas respectivas empresas, em operações de empréstimos externos.

Deve ser salientado que o dado preponderante para o superávit de caixa, no exercício de 1990, foi a significativa redução real de 88% nos encargos pagos sobre a Dívida Pública Mobiliária Federal. Em 1989, esses desembolsos somaram Cr$ 2.180.752 milhões, tendo atingido apenas Cr$ 256.483 milhões em 1990.

6.2. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

6.2.1. POLÍTICA DE ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

A Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF) era, antes da implantação do Plano Brasil Novo, uma variável básica de alimentação do

processo inflacionário. O estoque da dívida, que crescera bastante durante os últimos anos, implicava um gasto do Tesouro Nacional em amortizações e juros superior às suas receitas. Resultava daí um crônico déficit nas contas do Governo Federal, gerando expansão monetária e crescimento endógeno da DPMF. Isto significava o descontrole dos instrumentos fiscais e monetários de combate à inflação.

Quando tomou posse o novo Governo Brasileiro, era grande o estrangulamento causado pelos encargos e amortizações da DPMF às finanças públicas. Segundo a Tabela 6.2.1.1, em fevereiro de 1990, para uma receita total de NCz$ 88 bilhões, o Governo Federal teve uma despesa de NCz$ 89 bilhões com encargos da sua dívida mobiliária e de NCz$ 174 bilhões com resgates de títulos vincendos. Ou seja, um gasto com a rolagem da DPMF equivalente a 300% das receitas do Tesouro Nacional.

Por outro lado, esse elevado nível de endividamento do Governo Federal aumentava o risco da aplicação em títulos públicos. Surgia a possibilidade de que o setor privado, temeroso quanto à solvência estatal, deixasse de absorver títulos da DPMF. Cresciam as expectativas de que o déficit do Governo Federal passasse a ser financiado, exclusivamente, via emissão monetária. A partir daí aumentava a taxa de inflação esperada pelos agentes econômicos.

O Governo anterior procurava compensar o risco crescente de aplicação em títulos da DPMF através de um aumento na sua rentabilidade. A elevação das taxas de juros garantia a aceitação dos títulos públicos pelo mercado, mas aumentava os seus custos, ampliando, a médio prazo, o problema que conseguia contornar no curto prazo.

Às vésperas da implantação do Plano Brasil Novo, tal política de rolagem da DPMF estava próxima ao esgotamento. A Tabela 6.2.1.2 mostra que as taxas de juros mensais reais foram positivas em quase todos os meses de 1989, com um valor médio de 2%, totalizando 26,7% ao ano. O estoque da DPMF teve um crescimento real de 30% de agosto de 1989 a fevereiro de 1990.

Faziam-se necessárias, portanto, medidas que contivessem os gastos do Tesouro Nacional com o serviço da dívida pública. Visava-se, com isso, à redução do seu déficit e à retomada do controle sobre as políticas fiscal e monetária, bem como à eliminação das expectativas inflacionárias dos agentes econômicos.

Criou-se, assim, dentro do Plano de Estabilização Econômica, um novo título público: o Bônus do Tesouro Nacional série especial (BTN Série Especial), com uma remuneração fixa de 6% ao ano mais correção monetária. O seu resgate será feito em doze parcelas, a partir de setembro de 1991.

Em 15 de março de 1990, o estoque da DPMF era de NCz$ 5.446 bilhões, como pode ser visto na Tabela 6.2.1.3. Aproximadamente 98% da dívida era representada por Letras Financeiras do Tesouro (LFT): NCz$ 3.213,4 bilhões (59%) estavam na carteira do Banco Central e NCz$ 2.233 bilhões (41%) estavam no mercado. Do total de títulos no mercado, NCz$ 1.451,5 bilhões (65%) eram títulos com compromisso de recompra pelo Banco Central, e o restante NCz$ 781,6 bilhões não-compromissados (35%).

Com o Plano Brasil Novo, 20% das LFT compromissadas em mercado foram transformadas em LFT cruzeiros, título com as mesmas características

TABELA 6.2.1.1

EXECUCAO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL - 1990

ALGUNS ITENS SELECIONADOS

(CR$ MILHOES)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
A. RECEITAS FISCAIS	57.760.00	87.979.00	236.414.00	363.559.00	571.300.00	278.880.00
B. DESPESAS TOTAIS (C+D)	(151.772.00)	(209.875.00)	(275.017.00)	(218.069.00)	(433.192.00)	(261.446.00)
C. OUTRAS DESPESAS	(57.901.00)	(120.373.00)	(216.607.00)	(214.565.00)	(432.674.00)	(260.971.00)
D. ENCARGOS DA DPMF	(93.871.00)	(89.502.00)	(58.410.00)	(3.504.00)	(518.00)	(475.00)
E. RESULTADO FISCAL (A+B)	(94.012.00)	(121.896.00)	(38.603.00)	145.490.00	138.108.00	17.434.00
F. OPERACOES DE CREDITO DA UNIAO (DPMF)	313.000.00	254.433.00	175.712.00	103.008.00	0.00	0.00
G. RESGATES DA DPMF	(198.119.00)	(174.433.00)	(111.348.00)	(99.922.00)	[illegible]	[illegible]
H. (D+G)/A	405.52%	300.00%	71.81%	28.45%	11.78%	48.2[illegible]

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
A. RECEITAS FISCAIS	337.649.00	368.675.00	374.294.00	456.154.00	516.225.00	687.493.00
B. DESPESAS TOTAIS (C+D)	(314.164.00)	(343.825.00)	(349.251.00)	(452.599.00)	[illegible]	[illegible]
C. OUTRAS DESPESAS	(314.108.00)	(343.814.00)	(345.914.00)	(452.074.00)	(511.318.00)	(680.996.00)
D. ENCARGOS DA DPMF	(56.00)	(211.00)	(3.337.00)	(525.00)	[illegible]	[illegible]
E. RESULTADO FISCAL (A+B)	23.485.00	24.850.00	25.043.00	3.555.00	1.618.00	3.711.00
F. OPERACOES DE CREDITO DA UNIAO (DPMF)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
G. RESGATES DA DPMF	(102.445.00)	(151.653.00)	(74.874.00)	(146.129.00)	(184.[illegible])	(692.[illegible])
H. (D+G)/A	30.36%	41.19%	-79.10%	32.15%	36.32%	101.07%

FONTE: DTN

TABELA 6.2.1.2
TAXAS DE JUROS REAIS E ESTOQUE REAL DA DPMF
1989 E 1990

	TAXA DE JUROS NOMINAIS LFT (A)	DPMF(1) (CR$ MILHOES) (B)	INPC (%) (C)	INPC ACUMULADO (D)	TAXAS DE JUROS REAIS (E)=(1+A)/(1+C)	DPMF REAL JAN DE 89=100 (F)	DPMF REAL PRECOS DE JAN 89
JAN 89	22,97%	69.645	35.50%		-9.25%	100	69.645,00
FEV	18,95%	78.366	16.40%	16.40%	2.19%	97	67.324,74
MAR	20,42%	93.304	5.90%	23,27%	13,71%	109	75.692,23
ABR	11,52%	105.276	8.10%	33.25%	3.16%	113	79 005.03
MAI	11,43%	117.402	16.70%	55.51%	-4.52%	108	75.497.05
JUN	27,29%	146.073	29,40%	101,22%	-1.63%	104	72.592.24
JUL	33,15%	194.243	27.40%	156.36%	4.51%	109	75.769.81
AGO	35.49%	265.377	33.20%	241,47%	1.72%	112	77.715,90
SET	38.58%	367.693	36.40%	365,77%	1.60%	113	78.943.72
OUT	47.70%	540.876	38.80%	546.48%	6.41%	120	83.664,35
NOV	48.41%	819.161	48.50%	860.03%	-0.06%	123	85.326.82
DEZ	64,21%	1.366.876	51,30%	1352.52%	8.53%	135	94.103.65
JAN 90	67,60%	2.312.023	68.20%	2343.14%	-0.36%	136	94.633.20
FEV	82,04%	4.179.819	74.00%	4151.07%	4.62%	141	98.324.01
MAR	36.76%	5.941.116	82.18%	7644.59%	-24.93%	110	76.713.09
ABR	4,23%	6.246.473	14,67%	8780.72%	-9.10%	101	70.337.43
MAI	5.69%	6.412.966	7.31%	9429.91%	-1.51%	97	67 293.07
JUN	8,73%	6.831.862	11,64%	10539.19%	-2.61%	92	64.214,14
JUL	13,81%	7.409.347	12.62%	11881,85%	1,06%	89	61.838.08
AGO	11,53%	8.928.561	12,18%	13341.24%	-0.58%	95	66.426.61
SET	15.21%	9.223.459	14,26%	15257,96%	0.83%	86	60.056.53
OUT	16.48%	10.474.322	14,43%	17474,12%	1.79%	86	59.600.85
NOV	19,84%	12.201.419	16.92%	20447,66%	2.50%	85	59.381.07
DEZ	22.84%	14.768.325	19.14%	24380.48%	3.11%	87	60.326.95

FONTES: BACEN
DTN/CODIP
(1)EXCLUI LTN-ESPECIAIS E BIB

TABELA 6.2.1.3

MODIFICACAO DO ESTOQUE DE LFT NO DIA DA IMPLEMENTACAO DO PLANO

	(CR$ MILHOES)
A ESTOQUE TOTAL	5 446 456
A 1 TITULOS NA CARTEIRA DO BACEN	3 213 409
A.2 TITULOS NO MERCADO	2.233.047
A 2 1 COMPROMISSADOS	1 451 481
A.2.1.1 LFT-CRUZEIROS	290.296
A.2.1.2 BTN-ESPECIAL	1.161.184
A 2 2 LFT NAO COMPROMISSADAS (1)	781 566

FONTE DTN/CODIP

(1) BLOQUEADAS EM 100% E CONVERTIDAS, NA DATA DE VENCIMENTO, NA PROPORCAO DE 20% EM CRUZEIROS E 80% EM BTN-ESPECIAL.

da LFT cruzados novos até então vigente. Os 80% restantes (NCz$ 1.161,2 bilhões) foram transformados em BTN Série Especial.

As LFT não-compromissadas em mercado, vincendas entre 15 de março e 16 de setembro de 1991, foram retidas em 100%. Na data do seu vencimento, 80% do valor transforma-se em BTN Série Especial e 20% é pago em cruzeiros (Circular BACEN nº 1.645, de 31.03.90).

São quatro as vantagens dessa operação para o Tesouro. Em primeiro lugar postergou-se o pagamento de parte do principal da dívida, uma vez que o BTN Série Especial, que substituiu parte das LFT, só começa a ser resgatado em setembro de 1991 e será pago em doze parcelas mensais (o prazo médio de vencimento da DPMF foi alongado de 4,5 para 18 meses). Em segundo lugar, houve uma redução das despesas com encargos da dívida interna, pois a remuneração do BTN Série Especial (6% ao ano mais a variação do BTN fiscal) tende a ser mais baixa do que a da LFT (taxa média do "overnight") quando a política monetária opta pelo controle dos meios de pagamentos, deixando livre a taxa de juros. Em terceiro lugar, minimizou-se o impacto de uma política monetária contracionista sobre o estoque e as despesas de juros da DPMF, uma vez que o BTN Série Especial é um título com taxa de juros fixas. Em quarto lugar, fica garantido o refinanciamento compulsório de 80% da dívida vincenda, que enfrentava dificuldades crescentes para a sua rolagem antes do Plano.

6.2.2. ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA

As modificações implementadas pelo Plano Brasil Novo na composição da DPMF estão ilustradas na Tabela 6.2.2.1. As LFT, títulos de curto prazo e alto custo foram sendo paulatinamente substituídas pelo BTN Série Especial ao longo do ano, trazendo para o Tesouro Nacional as vantagens anteriormente citadas. De 88% em janeiro as LFT caíram para 16% do total da DPMF em dezembro, enquanto o BTN Série Especial passou de zero a 57%.

Também se observa, a partir de maio, o ressurgimento das Letras do Tesouro Nacional (LTN). Com a queda da inflação, tornou-se possível utilizar este título pré-fixado na execução da política monetária, reduzindo os custos desta política e reintroduzindo o risco para as instituições adquirentes.

As LTN Especiais são títulos do Tesouro Nacional transferidos ao Banco Central, que não representam custos reais para o Tesouro. Foram emitidas com vistas a promover um ajuste de contas entre as duas instituições, na medida em que o Banco Central trocava as LFT de sua carteira por LTN, novo título para execução da política monetária. De maio a dezembro a participação das LTN Especiais no total da DPMF estabilizou-se em torno de 22%, conforme Tabela 6.2.2.1.

A associação entre o reescalonamento da DPMF (promovido pelo Plano de Estabilização Econômica) e a política de estrito controle fiscal, também adotada a partir de março, permitiu que, no período maio-dezembro, os resgates e encargos da DPMF fossem pagos com disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional. De fato, a Tabela 6.2.2.2 mostra que a partir de maio não houve emissão de títulos públicos.

TABELA 6.2.2.1

COMPOSICAO DO ESTOQUE DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL

1990

(%)

TIT MES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
OTN	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00
BTN	0.85	0.84	0.95	0.99	0.98	1.01	1.06	0.93	0.94	1.00	0.79	0.54
LTN	0.00	0.00	0.00	0.00	5.4	8.79	8.43	7.67	5.73	6.07	4.75	4.52
LFT	88.49	89.75	64.49	55.2	42.34	31.38	26.03	25.43	20.11	14.66	14.08	15.59
BTN-ESP	0.00	0.00	23.51	26.24	28.35	35.65	41.12	43.81	49.85	54.95	57.37	57.30
BIB	0.72	0.71	0.67	0.71	0.7	0.73	0.76	0.66	0.73	0.82	0.94	0.94
LTN-ESP	9.92	8.68	10.36	16.84	22.21	22.42	22.58	21.49	22.64	22.50	22.07	21.09
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DTN/CODIP

TABELA 6.2.2.2
QUADRO RESUMO DO FLUXO DE CAIXA DAS OPERACOES RELATIVAS
A ADMINISTRACAO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL

VALORES EFETIVAMENTE PAGOS/RECEBIDOS - REGIME DE CAIXA
DEZEMBRO - 1990

CR$ MILHOES

DISCRIMINACAO	1990 JANEIRO	FEVEREIRO	MARCO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
1. EMISSOES REALIZADAS NO MES (VAL. LIQ.)	313.000	254.433	175.712	103.006	0	0	0	0	0	0	0	0	846.151
2. RESGATES EFETUADOS NO MES	198.119	174.433	111.348	99.922	66.809	134.028	102.445	151.653	74.874	146.129	184.202	692.089	2.136.050
2.1. VALOR LIQUIDO	15.296	9.340	4.303	2.984	2.567	6.327	6.258	12.404	8.447	23.647	61.804	196.863	350.240
2.2. CORRECAO MONETARIA	182.823	165.093	107.045	96.938	64.242	127.701	96.187	139.249	66.427	122.482	122.397	495.226	1.785.810
3. EMISSOES LIQUIDAS NO MES (1-2)	114.881	80.000	64.364	3.084	(66.809)	(134.028)	(102.445)	(151.653)	(74.874)	(146.129)	(184.202)	(692.089)	(1.289.899)
4. ENCARGOS DO TESOURO - ORCAMENTO	93.871	89.502	58.410	3.504	518	475	56	211	3.337	525	3.291	2.786	256.486
4.1. O.T.N.	454	4	17	62	0	0	49	0	97	0	0	1	684
- DESAGIO	352	0	0	43	0	0	34	0	64	0	0	0	493
- JUROS	102	4	17	19	0	0	15	0	33	0	0	1	191
- ACRESCIMO CORRECAO CAMBIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- COMISSOES S/EMISSAO/RESGATE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.2. L.T.N.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- DESCONTO REAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.3. L.F.T.	93.417	89.439	57.005	3.164	0	0	0	0	0	0	0	0	243.025
- DESAGIO	974	1.124	826	687	0	0	0	0	0	0	0	0	3.611
- ACRESCIMO CORRECAO FINANCEIRA	92.443	88.316	56.179	2.477	0	0	0	0	0	0	0	0	239.414
4.4. B.T.N.	0	59	182	278	518	475	7	211	976	525	3.266	2.785	9.282
- DESAGIO	0	0	0	0	0	0	0	0	72	47	283	319	720
- JUROS	0	59	182	278	518	475	7	211	406	228	959	853	4.176
- ACRESCIMO CORRECAO CAMBIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	498	250	2.025	1.613	4.386
B-EXTERNA	0	0	1.206	0	0	0	0	0	2.264	0	25	0	3.495
4.1. B.I.B.(*)	0	0	1.206	0	0	0	0	0	2.264	0	25	0	3.495
- JUROS	0	0	1.206	0	0	0	0	0	2.264	0	25	0	3.495
5. RECEITA DE AGIOS OBTIDOS NAS EMISSOES	0	0	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23
6. FLUXO FINANCEIRO (3-4+5)	21.010	(9.502)	5.977	(420)	(67.327)	(134.503)	(102.501)	(151.864)	(78.211)	(146.653)	(187.493)	(694.875)	(1.546.362)

FONTE: DTN/CODIP
(*) BRAZIL INVESTIMENT BONDS (TITULOS PUBLICOS FEDERAIS NO EXTERIOR)

A mesma tabela ilustra, ainda, a grande queda dos encargos mensais da DPMF a partir de março, também fruto do reescalonamento da dívida. Os encargos acumulados no ano atingiram Cr$ 256,5 bilhões. Deflacionando este valor pelo INPC médio de 1990, obtém-se um valor real 88,6% inferior àquele observado em 1989.

No que diz respeito ao resgate de títulos da DPMF, é importante observar que, nos meses de novembro e dezembro, houve resgates antecipados de LFT nos valores de Cr$ 122 bilhões e Cr$ 600 bilhões respectivamente. Esse pré-pagamento de títulos públicos teve por objetivo amenizar o impacto das operações da DPMF sobre o caixa do Tesouro Nacional em 1991.

Dessa forma, o Tesouro Nacional optou por utilizar suas disponibilidades de caixa, ao final de 1990, para melhor distribuir os resgates de sua dívida mobiliária. A LFT foi o título escolhido para o resgate antecipado por ser o mais oneroso para o Tesouro Nacional.

O estoque total da DPMF, registrado pela Tabela 6.2.2.3, atingiu, ao final de 1990, o montante de Cr$ 18.941,9 bilhões. Este valor, deflacionado pelo INPC apresenta uma queda real de 27% em comparação ao estoque de dezembro de 1989. Excluindo as LTN Especiais, que não implicam em encargo real para o Tesouro Nacional, ao longo de 1990 houve uma redução real de 36% em relação a 1989.

TABELA 6.2.2.3

ESTOQUE DE TITULOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL

1990

CR$ MILHOES

DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL	1989		1990					
	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARCO	ABRIL	MAIO	JUNHO
	SALDO EM 31.10.89	SALDO EM 31.12.89	SALDO EM 31.01.90	SALDO EM 28.02.90	SALDO EM 31.03.90	SALDO EM 30.04.90	SALDO EM 31.5.90	SALDO EM 30.6.90
1. INTERNA	819.161	1.366.877	2.312.023	4.179.819	5.941.116	6.246.473	6.412.966	6.831.862
OTN	2.651	3.166	612	944	1.323	1.699	2.003	2.142
BTN CAMBIAL	6.496	13.885	21.939	38.829	63.750	75.575	81.631	90.179
LTN	0	0	0	0	0	0	449.081	781.115
LFT	810.014	1.349.826	2.289.472	4.140.046	4.305.915	4.181.195	3.522.094	2.789.430
BTN ESPECIAL	0	0	0	0	1.570.128	1.988.004	2.358.157	3.168.996
2. EXTERNA	7.827	11.954	18.595	32.787	44.781	53.482	58.243	64.682
B.I.B (**)	7.827	11.954	18.595	32.787	44.781	53.482	58.243	64.682
SUB-TOTAL	826.988	1.378.831	2.330.618	4.212.606	5.985.897	6.299.955	6.471.209	6.896.544
LTN ESPECIAL	120.582	167.117	256.581	400.573	692.089	1.275.652	1.847.215	1.992.537
TOTAL	947.570	1.545.948	2.587.199	4.613.179	6.677.986	7.575.607	8.318.424	8.889.081

FONTE: DTN/CODIP
(**) BRAZIL INVESTIMENT BONDS (TITULOS PUBLICOS FEDERAIS NO EXTERIOR)
(***) VALORES DEFLACIONADOS PELO INPC

TABELA 6.2.2.3 (CONTINUACAO)

ESTOQUE DE TITULOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL

1990

CR$ MILHOES

DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL	1990						VARIACOES (***)	
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	DEZEMBRO-90/DEZEMBRO-89	
	SALDO 31.07.90	SALDO 31.08.90	SALDO 30.09.90	SALDO 31.10.90	SALDO 30.11.90	SALDO 31.12.90	NOMINAL	REAL
1. INTERNA	7.409.347	8.928.561	9.22[illegible].459	10.474.322	1[illegible].20[illegible].4[illegible]	14.768.325	98[illegible]	(36)
OTN	2.304	1.668	20[illegible]	218	18[illegible]	466	(85)	(99)
BTN CAMBIAL	102.360	106.913	112.075	131.274	125.253	102.942	641	(56)
LTN	815.110	879.592	689.520	829.351	752.890	856.155	-	-
LFT	2.515.790	2.917.287	2.421.096	2.006.321	2.231.290	2.954.714	119	(87)
BTN ESPECIAL	3.973.783	5.023.101	6.[illegible].567	7.50[illegible].157	9.09[illegible].805	10.854.049	-	-
2. EXTERNA	73.128	75.854	88.189	111.906	149.240	177.279	1.383	(12)
B.I.B (**)	73.128	75.854	88.189	111.906	149.240	177.279	1.383	(12)
SUB-TOTAL	7.482.475	9.004.415	9.31[illegible].648	10.586.228	12.[illegible].659	14.945.60[illegible]	984	(35)
LTN ESPECIAL	2.182.817	2.464.840	2.725.636	3.075.857	3.497.580	3.996.29[illegible]	2.291	42
TOTAL	9.665.292	11.469.255	12.037.284	13.662.085	15.848.239	18.94[illegible].8[illegible]	1.125	(27)

FONTE: DTN/CODIP

(**) BRAZIL INVESTIMENT BONDS (TITULOS PUBLICOS FEDERAIS NO EXTERIOR)

(***) VALORES DEFLACIONADOS PELO INPC

7. POLÍTICA INDUSTRIAL E PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

7.1. POLÍTICA INDUSTRIAL

A implantação de uma nova política industrial e de comércio exterior é o componente central da retomada do desenvolvimento econômico em novas bases e, consequentemente, elemento indispensável para consolidar e dar sentido de continuidade ao processo de estabilização levado a efeito no ano de 1990.

De fato, o progresso tecnológico impõe um desafio a toda a sociedade brasileira, na medida em que está em curso um processo de reestruturação da economia mundial. A difusão das novas tecnologias e as novas práticas de organização e gestão de empresas, associadas às mudanças tecnológicas, estão transformando radicalmente as bases da concorrência nos mercados internacionais de produtos e serviços. Com efeito, a abundância de trabalho barato e a disponibilidade de matérias-primas, vantagens comparativas exploradas há décadas por países em desenvolvimento, como o Brasil, estão sendo deslocados pela capacidade de incorporação de inovações, base da competitividade no mercado mundial.

Dentro desse quadro, a principal responsabilidade do Estado, nesta fase do desenvolvimento industrial brasileiro, é garantir a estabilização macroeconômica e a reconstrução de um ambiente favorável ao investimento em geral, com o estabelecimento de regras claras e estáveis para a vida econômica. É preciso que o setor público dedique-se às suas funções primordiais. Por exemplo, reforçar o sistema educacional básico e a estrutura de desenvolvimento científico-tecnológico de modo a contribuir no aprimoramento dos padrões de competitividade do País.

Assim, a elaboração de uma Política Industrial exige parâmetros de atuação governamental e de regulação da atividade econômica substancialmente diferentes daqueles vigentes ao longo do processo de substituição de importações. A partir de agora, é necessário utilizar de forma mais eficaz as forças do mercado para induzir a modernização tecnológica do parque industrial e para aperfeiçoar a organização da produção e a gestão do trabalho.

As estratégias estabelecidas nas Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior, conforme Portaria MEFP nº 365, de 26.06.90, têm por objetivo o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, mediante a modernização e reestruturação da indústria.

Nesse sentido, vem sendo adotada a exposição planejada da indústria brasileira à competição internacional; a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária; a reestruturação competitiva das indústrias através de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica; o apoio à capacitação tecnológica da indústria; a mobilização da sociedade visando à melhoria dos padrões de qualidade e preço; e, por último mas não menos importante, o aumento da competitividade em setores industriais oligopolizados.

A amplitude da Política Industrial e de Comércio Exterior requer a utilização de mecanismos de coordenação e articulação que viabilizem o planejamento consensual entre o Governo e iniciativa privada. Esses mecanismos são o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

O PCI, em fase de elaboração, tem duas finalidades básicas, a saber: desenvolvimento dos setores de tecnologia de ponta, aí incluídas a informática, a química fina, a biotecnologia, a mecânica de precisão e os novos materiais; e reestruturação dos setores industriais e de serviços que possam alcançar preços e qualidade em padrões internacionais.

No início de 1991, o PCI apresentará com mais detalhes a estratégia brasileira de desenvolvimento industrial e será debatido na Comissão Consultiva de Política Industrial, a ser criada, que contará com representantes destacados do Governo Federal e do empresariado privado.

O PBQP, por seu turno, é um programa concebido com o que há de mais atual no campo da qualidade e da produtividade, e prevê ações voltadas para a conscientização e motivação dos dirigentes empresariais, trabalhadores e consumidores; o desenvolvimento dos recursos humanos, a modernização da infra-estrutura tecnológica e o aprimoramento da articulação institucional entre o Estado, a Indústria, o Comércio, o Setor de Serviços e entidades das áreas de Educação e de Ciência e Tecnologia.

Sua operacionalização será conduzida, prioritariamente, pela iniciativa privada, que contribuirá com a maior parte dos recursos financeiros necessários. Ao Governo caberá o papel de catalisador, mobilizador e articulador para a execução e avaliação dos resultados. Com esse objetivo, foi instalado o Comitê Nacional de Qualidade e Produtividade, que terá a responsabilidade sobre a estratégia geral do programa.

Os instrumentos a serem utilizados serão políticas de financiamento (investimento em capital fixo, capacitação tecnológica e comércio exterior), política de exportações e de importações, assim como a utilização do poder de compra do Estado e o apoio à capacitação tecnológica da indústria.

Com relação a esse último instrumento, a Portaria MEFP nº 538, de 13.09.90, criou o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, que visa estimular a cooperação entre a indústria e a área de Ciência e Tecnologia, estabelecendo uma série de medidas e instrumentos a serem aplicados na capacitação tecnológica da indústria. Esta passa a ter o mercado como referência e a empresa como o agente da estratégia dessa capacitação. Os financiamentos e incentivos fiscais deverão ser dirigidos às empresas que, por sua vez, serão incentivadas a contratar Institutos, Universidades e pequenas e médias empresas tecnologicamente dinâmicas. Para coordenar e divulgar as ações deste Programa, já existe uma Comissão Permanente junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

A efetivação da Política Industrial e de Comércio Exterior dependerá de um esquema de gerenciamento apoiado não só na coordenação, dos órgãos públicos, mas, principalmente, na articulação promovida pelos Grupos executivos de Política Setorial (GEPS). Estes terão como objetivo discutir e submeter à decisão governamental as medidas relacionadas à

aplicação de mecanismos e instrumentos apropriados. Além disso, deverão estimular a interação das várias empresas e entidades atuantes em cada complexo industrial.

No final do ano de 1990, foram criados 12 GEPS para debaterem as estratégias de competitividade e os programas setoriais de qualidade e produtividade, sendo que, a partir dos diversos estudos realizados e com as conclusões do ciclo de reuniões dos GEPS, está sendo elaborado o Programa de Competitividade Industrial - PCI, anteriormente citado.

Com o intuito de dotar a Política Industrial e de Comércio Exterior de instrumentos legais compatíveis, a Lei nº 8.032, de 12.08.90, eliminou as isenções e reduções aplicáveis aos impostos sobre produtos industrializados (IPI), principais instrumentos previstos no Decreto-lei nº 2.433/88, que instituiu a Política Industrial do Governo anterior.

O Executivo enviou também ao Congresso Nacional proposição alterando a Lei nº 7.232/84, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, definindo, pelo Decreto nº 99.541, de 30.05.90, uma lista de produtos de informática, considerados potencialmente competitivos, que receberão proteção até outubro de 1992. Da mesma maneira, está sendo revista a lei de "software" (7.648/87), a fim de se eliminar exigências anacrônicas ali contidas.

No bojo dessa política foram reduzidos, para um máximo de 70% em valor, os índices de nacionalização para que os bens de capital sejam considerados de fabricação nacional. Ademais, o Código de Propriedade Industrial, instituído pela Lei nº 5.772/71, também deverá ser revisto, tendo em vista a mudança de orientação indicada nas Diretrizes aqui comentadas.

Por outro lado, durante o ano de 1990 diversas providências no âmbito da Política Industrial e de Comércio Exterior foram adotadas, relativas ao ajuste de preços relativos, redução de tarifas de importação, desregulamentação, privatização e controle dos setores olipolizados da economia.

Todo esse esforço, no sentido de dotar a indústria nacional de padrões de competitividade internacional, é de extrema importância para o aperfeiçoamento do setor secundário, na medida em que a capacidade de inovar das empresas brasileiras não acompanhou o dinamismo do processo de industrialização verificado nos países desenvolvidos, principalmente na última década. Como exemplo, no Brasil, as aplicações em Ciência e Tecnologia perfazem apenas 0,5% do PIB, enquanto que este índice atinge, nos países industrializados, valores entre 2,3% e 2,9% do PIB.

7.2. PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

A Lei nº 8.031, de 12.04.90 instituiu o Programa Nacional de Desestatização com o objetivo maior de reorientar a estratégia de atuação e participação do Estado na economia, transferindo para a iniciativa privada aquelas atividades indevidamente exploradas pelo setor público.

A participação excessiva do Estado no setor produtivo ensejou o surgimento de graves desequilíbrios nas finanças públicas e deslocou a

atuação governamental de suas obrigações essenciais nas áreas de educação, tecnologia, saúde e saneamento, determinando o agravamento das condições de vida dos segmentos mais carentes da população.

A decisão de desestatizar foi tomada dentro do contexto de implantação do Plano Brasil Novo. As Leis nºs 8.018/90 e 8.031/90, que regulamentaram as privatizações, estabelecem os seguintes objetivos:

- reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades atualmente exploradas pelo setor público;

- contribuir para a redução da dívida pública;

- viabilizar a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

- contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

- permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para consecução das prioridades do Governo;

- fortalecer o mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa.

O Programa Nacional de Desestatização possui uma Comissão Diretora, subordinada diretamente ao Presidente da República, sendo a indicação de seu membros referendada pelo Congresso Nacional. A ela compete propor a inclusão de empresas no Programa, além de coordenar, supervisionar e fiscalizar a sua execução.

O processo de desestatização será feito mediante a alienação de participação societária, abertura de capital, aumento de capital com renúncia ou cessão de direitos de subscrição, transformação, incorporação, fusão ou cisão, alienação de bens ou instalações ou dissolução de empresas.

As instituições financeiras credoras das empresas a serem privatizadas podem financiar a compra de ações ou de bens de estatais mediante a utilização total ou parcial dos créditos correspondentes. Além disso, os detentores de títulos da dívida interna da empresa estatal, que contenham coobrigação do Tesouro Nacional, terão o direito de utilizá-los no pagamento da aquisição das ações. Também será permitida a transferência de titularidade dos depósitos e outros valores retidos junto ao Banco Central em decorrência do Plano de Estabilização Econômica.

Ao longo do ano de 1990, 19 empresas e diversas participações acionárias foram efetivamente incluídas no Programa Nacional de Desestatização, dando início a um amplo trabalho de avaliação econômico-financeira, que conterá recomendação, à Comissão Diretora, do preço mínimo de venda das ações. Ademais, os trabalhos de consultoria envolverão a execução de auditoria especial na empresa, realização de

montagem e execução do processo de desestatização e elaboração de proposta sobre a sistemática de alienação das ações e de atuação junto ao mercado de capitais. Tais atividades, a cargo de firmas de consultoria contratadas mediante licitação pública, já se encontram em andamento na maioria das empresas incluídas no Programa, conforme pode ser observado na Tabela 7.2.1.

O resultado das avaliações e análises realizadas pelas firmas de consultoria constarão de relatórios a serem submetidos à Comissão Diretora. O relatório final sobre a CST, USIMINAS e USIMEC já foi concluído e está sendo submetido à análise do grupo técnico encarregado. Os estudos realizados na MAFERSA e GOIASFERTL constam de relatórios preliminares, sendo prevista a entrega do relatório final para março de 1991. No restante das empresas, os trabalhos de consultoria ainda se encontram em fase inicial de execução.

7.2.1. FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Para a execução do Programa Nacional de Desestatização, a Lei nº 8.031/90, em seu art. 9º, criou o Fundo Nacional de Desestatização - FND, de natureza escritural, constituído mediante depósito das ações ou quotas representativas da participação societária da União nas empresas integrantes do Programa. A constituição do FND teve o objetivo de assegurar, através de uma administação centralizada, a uniformidade de procedimentos e o cumprimento dos cronogramas e eventos dos diversos processos de alienação.

O Decreto nº 99.464, de 16.08.90, designou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como gestor do Fundo, com as responsabilidades que lhe são atribuídas pelo art. 21 da citada Lei nº 8.031/90.

Assim que as ações são depositadas no FND, a União outorga poderes ao BNDES para aliená-las nas condições aprovadas pela Comissão Diretora. Porém, até que seja encerrado o processo de desestatização, o Departamento do Tesouro Nacional deverá manter a escrituração contábil das empresas de cujas ações a União seja titular.

A Comissão Diretora, por sua vez, além de estabelecer as condições de alienação das quotas, poderá expedir normas complementares visando à fiel execução dos projetos de desestatização e a conservação dos direitos e interesses dos depositantes de ações junto ao FND.

Em suma, o processo de desestatização deverá se pautar pela adoção de critérios que assegurem a segurança e transparência que a venda de ativos públicos requer. Cada uma das etapas que compõem o Programa, inclusive a instalação e operação do FND, estarão sujeitas a auditoria externa independente que compreenderá a elaboração de relatório a ser submetido à Comissão Diretora. Além disso, têm sido envidados esforços no sentido de se promover ampla divulgação do processo, visando propiciar ao público conhecimento das características e condições gerais de execução do Programa Nacional de Desestatização.

TABELA 7 2 1

EMPRESAS INCLUIDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE PRIVATIZACAO

SETORES	EMPRESAS	CONCLUSAO DOS SERVICOS DE CONSULTORIA (PREVISAO)
SIDERURGICO	CIA SIDERURGICA DO NORDESTE COSINOR **	17 4 91
	ACOS FINOS PIRATINI S/A **	16 4 91
	CIA SIDERURGICA DE TUBARAO - CST *	[illegible] 3 91
	USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS *	06 [illegible] 91
EXTRATIVA MINERAL	INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE - ICC **	[illegible] 6 91
	MINERACAO CARAIBA LTDA **	[illegible] 4 91
FERTILIZANTES	GOIAS FERTILIZANTES S A GOIASFERTIL **	[illegible] 4 91
	FERTILIZANTES FOSFATADOS S A FOSFERTIL **	[illegible] 9 91
	FERTILIZANTES NITROGENADOS DO NORDESTE S A NITROFERTIL *	[illegible] 9 91
	ULTRAFERTIL IND E COM. DE FERTILIZANTES **	02 9 91
NAVEGACAO INTERIOR	EMPRESA DE NAVEGACAO DA AMAZONIA S/A - ENASA ***	[illegible] 91
	SERVICO DE NAVEGACAO DA BACIA DO PRATA SNBP ***	[illegible] 6 91

7.3. CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO

Os Certificados de Privatização (CP) foram criados pela Lei nº 8018, de 11.04.90. São títulos de emissão do Tesouro Nacional. Podem ser utilizados como pagamentos de ações das empresas do setor público que venham a ser desestatizada, e têm as seguintes características: nominativos, não-negociáveis (exceto com expressa autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento) e sem data de resgate.

Fazem parte da estratégia de médio e longo prazo, que procura aumentar o grau de concorrência da economia (garantindo maior presença do setor privado) e reduzir a pobreza (liberando recursos públicos para aplicações nas áreas sociais). Ademais colaboram, a curto prazo, com a estratégia de combate à inflação, gerando receitas fiscais que incrementam o superávit do Tesouro Nacional.

São títulos de aquisição compulsória pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Os limites mínimos de aquisição, por tipo de instituição, são os seguintes:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3% ATIVO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO OU 18% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, O QUE FOR MENOR
ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	
- FECHADAS	
. PÚBLICAS	25% DAS RESERVAS
. OUTRAS	10% DAS RESERVAS
- ABERTAS	10% DAS RESERVAS
SEGURADORAS	10% DAS RESERVAS

A sistemática de correção dos valores dos CP implica na sua desvalorização através do tempo, como forma de induzir seus detentores a comprar, o mais rápido possível e a preços mais elevados, as ações das empresas em processo de desestatização.

A Resolução BACEN nº 1.755, de 15.10.90,determinou que "se no prazo de noventa dias após o pagamento de cada parcela, não forem oferecidas ações de empresas passíveis de privaização em montante equivalente, no mínimo, ao valor atualizado daquela parcela e das anteriores de certificados de privatização, ficará interrompida a aquisição de novos certificados, até que sejam oferecidas ações, no mínimo, em montante equivalente, considerado seu valor mínimo de avaliação". Com isso, ficam os portadores de C.P. garantidos contra a impossibilidade de negociação dos títulos.

A Portaria nº 550 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de 17.09.90, permitiu que as instituições adquirentes de CP convertessem, neste título, créditos incontroversos, vencidos e não-pagos, junto à União e aos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em proporções crescentes ao longo do tempo (iniciando com 10% e atingindo

até 25% do valor devido), cada parcela vencível de setembro de 1990 a janeiro de 1991.

O primeiro lote de CP foi vendido no mês de julho, arrecadando Cr$ 10,9 bilhões, que representaram 3% das receitas totais do Tesouro Nacional, dando importante contribuição ao superávit de caixa do Governo Federal, como mostra a Tabela 7.3.1. Nos meses de agosto e setembro foram vendidos CP num montante total de Cr$ 11,4 bilhões e Cr$ 11,8 bilhões, respectivamente, mantendo a referida proporção de 3%.

O Comunicado nº 001 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de 15.10.90, suspendeu o processo de vendas de CP. O cancelamento da venda da quarta parcela de CP se deveu ao não-cumprimento da aludida Resolução BACEN nº 1.755/90, uma vez que até então não haviam sido ofertadas ações de empresas em processo de desestatização.

Mesmo com a venda de CP interrompida, a Portaria nº 627 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, autorizou, em 26.10.90, a antecipação da solicitação de conversão em CP dos créditos exigíveis junto à União, de que trata a Portaria MEFP nº 550/90.

A Portaria nº 683 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de 14.11.90, regularizou o mercado secundário de CP, autorizando a sua negociação em Bolsas de Valores, de acordo com as normas estabelecidas pelo Comunicado conjunto BACEN/CVM nº 30, de 16.11.90.

TABELA 7.3.1
CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO - VALORES VENDIDOS EM 1990

Cr$ Milhões

	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
(A) C P	10.876	11.361	11.806
(B) RECEITA TOTAL TESOURO NACIONAL	337.649	368.675	374.294
(A)/(B)	3%	3%	3%
(C) SUPERAVIT TOTAL DO TESOURO NACIONAL	23.485	24.850	25.043
(D) SUPERAVIT S/ OS CP (D)=(C)-(A)	12.609	13.489	13.237

Fonte:DTN

8. FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO, INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

8.1. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS-PASEP

A Lei Complementar nº 26, de 11.09.75, com vigência a partir de 01.07.76 e regulamentada pelo Decreto nº 78.276, de 17.08.76, unificou os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 07.09.70 e 03.12.70, respectivamente, dando origem ao Fundo de Participação PIS-PASEP.

Seus objetivos básicos consistem em integrar o empregado no crescimento das empresas e assegurar-lhe, bem como ao servidor público, a fruição de patrimônio individual progressivo, estimulando a poupança, corrigindo distorções na distribuição de renda e possibilitando a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social.

O Fundo é gerido por um Conselho Diretor, composto de representantes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, do Banco do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Caixa Econômica Federal, além de representantes dos Participantes do PIS, dos Participantes do PASEP e dos contribuintes do PIS.

O Fundo de Participação PIS-PASEP é constituído dos seguintes recursos:

- parcelas devidas pelos contribuintes do PIS recolhidas até 05.10.88, na forma do que dispõem as Leis Complementares nºs 7, de 7.9.70, e 17, de 12.12.73, e demais normas correlatas;

- parcelas devidas pelos contribuintes do PASEP recolhidas até 05.10.88, na forma do que dispõe a Lei Complementar nº 8, de 03.12.70, e normas correlatas;

- juros, correção monetária e multas devidas pelos contribuintes dos Programas, em decorrência da inobservância das obrigações a que estão sujeitos;

- retornos, por via de amortização, dos recursos aplicados através de operações de empréstimos e financiamentos, incluído o total das receitas obtidas em tais operações;

- resultados de toda e qualquer operação financeira realizada, compreendendo, quando for o caso, multa contratual e honorários;

- resultados das aplicações do Fundo de Participação Social-FPS.

Para que o PIS-PASEP alcance plenamente os seus objetivos, os seus recursos são aplicados nos setores produtivos da economia, segundo as prioridades definidas nos Planos de Desenvolvimento do Governo. Tais aplicações são efetuadas, na sua quase totalidade, pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Economico e Social-BNDES, que também está autorizado a destinar ate 5% das novas operações que realizar, anualmente, com aqueles recursos, ao Fundo de Participação Social-FPS (subconta do PIS-PASEP), com vistas a realização de investimento em ações ou debentures conversiveis, para capitalização e fortalecimento da empresa privada nacional.

Ao final de cada exercicio financeiro, as contas individuais dos participantes do Fundo são creditadas das quantias correspondentes a:

- aplicação da correção monetária sobre os respectivos saldos credores verificados ao término do exercicio financeiro anterior;

- incidencia dos juros de 3% sobre os respectivos saldos credores corrigidos;

- resultado liquido adicional das operações financeiras realizadas, apos a constituição das reservas e provisões necessárias.

8.1.1. EXERCICIO FINANCEIRO 1989/90

O exercicio financeiro do Fundo de Participação PIS-PASEP corresponde ao periodo de 1º de julho de cada ano ate 30 de junho do ano subsequente.

A partir do exercicio 1989/90, o Fundo não mais conta com os recursos provenientes de arrecadação de contribuições, porquanto o art. 239 da Constituição Federal lhes deu outra destinação - passaram a custear o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono aos trabalhadores de baixa renda.

Os dados existentes na Tabela 8.1.1.1 indicam que as aplicações do Fundo de Participação PIS-PASEP, em 30.06.89, somavam Cr$ 810.717.092 mil. Desse total, apenas 7,8% (Cr$ 62.849.748 mil) correspondem às realizadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, referentes à aplicação de disponibilidades e aos saldos residuais de operações anteriores a 01.07.74, data a partir da qual, por determinação da Lei Complementar nº 19, de 25.06.74, os recursos passaram a ser aplicados, de forma unificada, pelo BNDES.

TABELA 8.1.1.1
APLICAÇÕES DO PIS/PASEP
(Saldo em 30.06.90)

Cr$ mil

AGENTES	PIS	PASEP	PIS-PASEP	
			VALOR	COMPOSIÇÃO %
BB	-	38.264.642	38.264.642	4,7
BNDES	519.405.638	228.461.706	747.867.344	92,3
CEF	24.585.106	-	24.585.106	3,0
TOTAL	543.990.744	266.726.348	810.717.092	100,0

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP

Releva mencionar que, do total de recursos alocados, 42,1% (Cr$ 341.157.875 mil) destinaram-se a financiamentos de insumos e equipamentos básicos em apoio a atividades prioritárias da economia brasileira (Tabela 8.1.1.2), tendo elevado sua participação na composição do saldo total de aplicações, passando de 34,7% no exercício 88/89 para 42,1% no exercício 89/90.

Os recursos aplicados pelo BNDES no mercado de ações através do Fundo de Participação Social - FPS, corresponderam, em 30.06.90, a Cr$ 25.960.772 mil, ou 3,2% do total dos recursos, estando, portanto, em consonância com o limite fixado para aplicações no mercado acionário.

As receitas do período 89/90, decorrentes das aplicações já descritas, atingiram a importância de Cr$ 779.251.326 mil, com destaque para o PIS, que obteve cerca de 66,9% daquele total, e, entre os agentes, para o BNDES, responsável por 90,9% da geração de receitas para o Fundo, conforme Tabela 8.1.1.3.

TABELA 8.1.1.3
PIS/PASEP RECEITAS POR PROGRAMA (*)
- Exercício 89/90 -

Cr$ mil

DISCRIMINAÇÃO	BB	BNDES	CEF	TOTAIS	
				VALORES	%
PIS	-	491.006.209	30.237.070	521.243.279	66,9
PASEP	40.555.343	217.452.704	-	258.008.047	33,1
PIS-PASEP	40.555.343	708.237.070	30.237.070	779.251.326	100,0
Participação %	5,2	90,9	3,9	100,0	-

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP
(*) - inclusive receitas do Fundo de Participação Social - (FPS)

A Tabela 8.1.1.4 apresenta as receitas por espécie, em valores correntes, para uma série de 10 anos. verifica-se um acréscimo de 27% acima da correção monetária, merecendo destaque por sua magnitude as rubricas: "Rendas de Correção Monetária" e "Remuneração de Valores Disponíveis", que representam 95,9% das receitas do Fundo. Esta última, no montante de Cr$ 40.029.557 mil, representa a remuneração dos recursos eventualmente disponíveis, enquanto não utilizados em suas finalidades específicas (empréstimos, pagamento de saques e de despesas).

Tais resultados viabilizaram a distribuição, aos participantes, de Cr$ 688.915.904 mil, respondendo o PIS por 67,3% desse montante. A parcela mais significativa é a correção monetária das contas, que representa 94,0% do valor total (Tabela 8.1.1.5).

TABELA 8.1.1.5
PIS/PASEP
RESULTADOS CREDITADOS AOS PARTICIPANTES - 1989/90

Cr$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PIS	PASEP	PIS-PASEP	COMPOSIÇÃO %
Correção Monetária	435.976.169	211.773.513	647.749.682	94,0
Juros de 3% a.a.	13.476.386	6.546.095	20.022.481	2,9
Resultado Líquido Adicional	14.231.064	6.912.677	21.143.741	3,1
TOTAL	463.683.619	225.232.285	688.915.904	100,0
Participação %	67,3	32,7	100,0	-

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP

É relevante destacar que, como o Fundo não contou mais com a arrecadação de contribuições, em face da nova destinação dada a esses valores pelo art. 239 da Constituição Federal, o total dos créditos efetuados nas contas dos trabalhadores originou-se do resultado das aplicações dos recursos PIS/PASEP. Tais resultados têm sido suficientes para garantir uma rentabilidade das contas dos trabalhadores equivalente à da caderneta de poupança, e, ainda, elevar as reservas próprias (Tabela 8.1.1.6).

TABELA 8.1.1.6
PIS/PASEP
VALORIZAÇÃO ANUAL DOS SALDOS DAS CONTAS

EXERCÍCIOS	PERCENTUAIS			
	CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS	RESULTADO LÍQUIDO ADICIONAL	TOTAL
76/77	37,78	3,00	5.24	49.13
77/78	30,92	3,00	(*)	34.85
78/79	39.38	3,00	8.33	55.17
79/80	55.25	3,00	5.65	68.68
80/81	68.28	3,00	8.48307	87.60
81/82	89.93	3,00	8,5	111,70
82/83	125,50	3,00	8,5	151,40
83/84	187,32	3,00	3.93	207.23
84/85	246.281	3,00	3,168	267,64
85/86	125,957	3,00	0	132.736
86/87	237,432	3,00	3.168	258.244
87/88	371,467	3,00	3.168	400.547
88/89	555.485	3,00	3.168	595.915
89/90	3.293.690	3,00	3.168	3.503.013

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP
(*) Distribuído no período seguinte.

No exercício 89/90, o número de contas dos participantes chegou a 61.996.585 com crescimento de 2.3% com relação ao exercício anterior, e foram pagos saques no montante de Cr$ 1.096.619 mil, sendo 56,9% desse valor relativos a rendimentos e 43.1% a saques de principal. A partir do exercício 89/90, o abono deixou de integrar os saques do PIS/PASEP, passando a ser pago através do Fundo de Assistência do Trabalhador - FAT. A Tabela 8.1.1.7 mostra a evolução dos saques, segundo sua natureza.

TABELA 8.1.1.7
PIS/PASEP
COMPOSIÇÃO DOS SAQUES

Cr$ mil

EXERCÍCIO	ABONO	RENDIMENTO	QUOTAS	TOTAL DOS SAQUES	CRESCIMENTO ANUAL %	ÍNDICE 76/77 = 100
76/77	-	4	2	6	-	100
77/78	7	1	3	11	83	183
78/79	11	2	5	18	64	300
79/80	15	6	15	36	100	600
80/81	37	12	20	69	92	1.150
81/82	114	16	44	174	152	2.900
82/83	236	39	88	363	109	6.050
83/84	794	190	429	1.413	289	23.550
84/85	1.339	256	1.772	3.367	138	56.117
85/86	5.548	909	2.813	9.270	175	154.500
86/87	8.707	1.022	6.141	15.870	71	264.500
87/88	24.771	9.518	22.712	57.001	259	950.017
88/89	210.385	62.100	89.357	361.842	535	6.030.700
89/90	-	623.965	472.654	1.096.619	203	18.276.983

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP

Em termos de programas, o PIS pagou 51,0% dos saques e o PASEP 49,0%, como explicitado na Tabela 8.1.1.8, respondendo os rendimentos por 62,0% das retiradas ocorridas no PIS e 51,6% no PASEP.

TABELA 8.1.1.8
PIS/PASEP SAQUES PAGOS - 1989/90

Cr$ mil

ESPÉCIE	PIS	PASEP	PIS-PASEP VALOR	PIS-PASEP %
RENDIMENTOS	346.631	277.334	623.965	56,9
QUOTAS	212.732	259.922	472.654	43,1
T O T A L	559.363	537.256	1.096.619	100,0
PERCENTUAIS	51,0	49,0	100,0	-

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP

O total dos saques expressa, tão-somente, 0,2% dos créditos realizados nas contas dos participantes; em conseqüência, 99,8% do ingresso de recursos destinaram-se à capitalização do Fundo.

O relato até aqui desenvolvido focalizou as realizações de interesse imediato dos participantes. Todavia, como ficou evidenciado, o

objetivo de "formar patrimônio para os trabalhadores" também foi alcançado, pois, não obstante a distribuição de elevadas quantias a título de rendimentos, o patrimônio líquido do Fundo tem evoluído a taxas expressivas.

É importante mostrar que, em 30.06.90, o patrimônio líquido do Fundo atingiu o montante de Cr$ 808 bilhões registrando um crescimento, acima da correção monetária, de 9,4% em relação ao exercício anterior. A participação do PIS naquele montante correspondeu a cerca de 67%. (Tabela 8.1.1.9).

TABELA 8.1.1.9
PIS/PASEP PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- Valores correntes -

Cr$ mil

EXERCÍCIO	PIS	PASEP	PIS-PASEP
76/77	47	30	77
77/78	85	48	133
78/79	141	76	217
79/80	271	135	406
80/81	585	285	870
81/82	1.303	616	1.919
82/83	3.422	1.542	4.964
83/84	11.131	5.013	16.144
84/85	42.541	18.252	60.793
85/86	122.188	53.761	175.949
86/87	443.282	227.210	670.492
87/88	2.150.065	1.111.034	3.261.099
88/89	14.429.050	7.347.650	21.776.700
89/90	542.148.101	265.900.487	808.048.588

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP

Dessa forma, os resultados obtidos neste exercício permitem observar o desempenho do Fundo, o qual propiciou às contas dos participantes, uma rentabilidade de 6,26%, se computados os juros e o resultado líquido adicional.

É oportuno realçar, também a crescente capitalização do Fundo, como já demonstrado na Tabela 8.1.1.9 onde se observa que o patrimônio variou de Cr$ 21.777 milhões, em 30.06.89, para Cr$ 808.049 milhões, em 30.06.90, correspondendo a um acréscimo de 9,4% acima da correção monetária.

Tal desempenho pode ser melhor visualizado através dos índices de capitalização alcançados nos exercícios de 79/80 a 89/90, quando foram registradas taxas entre 84,4% e 99,8%, como demonstra a Tabela 8.1.1.10.

TABELA 8.1.1.10
PIS/PASEP CAPITALIZAÇÃO DAS CONTAS DOS PARTICIPANTES

Cr$ mil

EXERCÍCIO	Valor Creditado aos Participantes	Saques	Percentagem de	
			Saques	Capitalização
79/80	225	31	13,8	86,2
80/81	499	69	13,8	86,2
81/82	1.120	174	15,5	84,5
82/83	3.320	363	10,9	89,1
83/84	11.983	1.413	11,8	88,2
84/85	44.891	3.367	7,5	92,5
85/86	89.338	9.270	10,4	89,6
86/87	442.189	15.870	3,6	96,4
87/88	2.514.288	57.001	2,3	97,7
88/89	17.921.338	361.842	2,0	98,0
89/90	688.915.906	1.096.619	0,2	99,8

Fonte: Conselho Diretor PIS/PASEP

Revela-se oportuno consignar que a magnitude das aplicações realizadas, dos resultados obtidos e dos benefícios concedidos aos trabalhadores, especialmente àqueles de baixa renda, conferem ao Fundo de Participação PIS-PASEP importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social.

8.2. FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL - FINSOCIAL

O Decreto-Lei nº 1940, de 25.05.82, instituiu o Finsocial, com o objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter assistencial relacionados com alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno produtor. Para tanto, estabeleceu contribuição social obrigatória de:

- 0,5% sobre a receita bruta das empresas públicas e privadas que realizam venda de mercadorias, bem como das instituições financeiras e das sociedades seguradoras; e

- 5% sobre o valor do imposto de renda devido por empresas que realizam, exclusivamente, venda de serviços.

Nos termos do art. 4º do referido Decreto-Lei, constituem recursos do FINSOCIAL, o produto da arrecadação da contribuição social, recursos de dotações orçamentárias da União, retornos de aplicações e outros recursos de origem interna ou externa.

De acordo com o disposto no Decreto nº 91.236, de 08.05.85, os valores arrecadados são transferidos pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento diretamente aos Ministérios Setoriais, quando se tratar de consignações específicas constantes do O.G.U., e ao BNDES, quando se tratar de consignação a Encargos Gerais da União.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 05.10.88, os recursos provenientes da arrecadação da contribuição social passaram a integrar o Orçamento da Seguridade Social, destinando-se a financiar as despesas relativas a saúde, previdência e assistência social. Neste contexto, ampliou-se o âmbito de atuação do Fundo, permintindo sua alocação para o pagamento de encargos de caráter previdenciário.

O Orçamento da União, referente a 1990, contemplou a destinação de recursos do Finsocial para aplicação nos projetos a cargo dos Ministérios, não cabendo dotações para investimentos pelo BNDES.

Conforme pode ser observado pela Tabela 8.2.1, na dotação prevista para o exercício de 1990 consignou-se a este Fundo a cifra de Cr$ 502.178 milhões. Deste total, Cr$ 125.131 milhões foram destacados para o Ministério da Ação Social, Cr$ 155.049 milhões ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e Cr$ 100.271 milhões ao Ministério de Saúde, o que chegou a representar 76% dos respectivos recursos orçamentários.

O total de recursos empenhados, ao longo do exercício de 1990, correspondeu a Cr$ 473.922 milhões, cuja destinação por principais programas encontra-se discriminada na Tabela 8.2.2.

8.3. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - FND

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23.07.86, teve como objetivo principal fornecer recursos para realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O patrimônio inicial do Fundo foi constituído pela conferência de ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União. Foram excluídas as ações necessárias à manutenção do controle acionário, bem como as de propriedade das companhias de capital aberto e de suas controladas. Também não estavam sujeitas a depósito no FND, as ações da Nuclebrás, do BNDESPAR e de outras empresas que viessem a ser apontadas pelo então Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Para alcançar seus objetivos, o Fundo necessita contar com recursos de caixa que viabilizem suas aplicações em operações de empréstimo ou repasse e de capitalização. Tais recursos são providos pelas participações societárias do FND e mediante subscrição, pela União e pelo público em geral, de quotas e obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

A carteira de ações do FND, em dezembro de 1990, estava avaliada em Cr$ 262.544 milhões, dos quais 95% correspondiam a ações ordinárias. Estes direitos perfazem o ativo permanente do Fundo. O Patrimônio Líquido do FND equivale a Cr$ 120.026 milhões, formado por cotas integralizadas no valor de Cr$ 110.666 milhões e Resultados Acumulados de Cr$ 9.360 milhões. Durante o exercício de 1990, o demonstrativo de resultados do FND apresentou resultado negativo de Cr$ 14.088 milhões, provocado, em grande medida, pelas despesas com juros e correção monetária dos recursos captados.

TABELA 8.2.1

FINSOCIAL - EXERCICIO 1990

CR$ MIL

DESTINACAO	DOTACAO	EMPENHADO	PARTICIPACAO (%)
MINIST. SAUDE	100.270.970	85.124.812	20
MINIST. ACAO SOCIAL	125.131.404	122.062.655	25
MINIST. TRAB. PREV. SOCIAL	155.048.551	155.048.551	31
MINIST.. EDUCACAO	35.098.791	35.073.163	7
OUTROS	86.628.318	76.612.449	17
TOTAL	502.178.034	473.921.630	100

FONTE: DTN.

O orçamento do FND apresenta uma receita total de Cr$ 191.676 milhões, já incluído o crédito suplementar aprovado pelo Decreto nº 99.938/90. Cerca de 95% desses ingressos correspondem à transferência da União para compra de quotas do FND, objetivando o resgate do empréstimo compulsório cobrado em 1986. As outras receitas são provenientes de juros de empréstimos (2,2%), juros de títulos de renda (1,7%), amortização de empréstimos (0,6%) e dividendos (0,5%).

Conforme observado na Tabela 8.3.1, o percentual de realização destas receitas manteve-se baixo, devido ao fato de que a operação que previa transferências do Tesouro Nacional, no valor de Cr$ 181.965 milhões não foi concretizada, uma vez que tais recursos somente foram aprovados em dezembro. A realização das transferências deverá ocorrer ao longo de 1991.

No que se refere às despesas, a reprogramação concedida pelo Decreto nº 99.938/90, estabeleceu a seguinte distribuição (Tabela 8.3.2):

- Despesas correntes - Cr$ 4.082 milhões. Desse total Cr$ 3.831 milhões destinaram-se a juros OFND;

- Despesas de capital - Cr$ 187.594 milhões. Formada, basicamente, por resgate de OFND subscritas pelo Banco Central (Cr$ 122.410 milhões), subscrição de debêntures da Eletrobrás (Cr$ 59.555 milhões), concessão de empréstimos (Cr$ 3.081 milhões) e participações societárias (Cr$ 2.547 milhões).

As aplicações diretas correspondentes às rubricas "Aquisição de Títulos de Créditos" e "Principal de Dívida por Contrato (Bacen)" tiveram realização nula, uma vez que tais desembolsos estavam vinculados às transferências da União para subscrição de quotas do FND que não foram efetivados pela razão já exposta anteriormente.

O baixo grau de realização da rubrica "Outras Despesas Correntes/Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" é causado pelo fato de que tais despesas referem-se à emissão de quotas do FND para resgate do empréstimo compulsório. Tendo em vista que tais quotas deverão assumir a forma nominativa, na medida em que a listagem dos mutuantes do FND for completada, a emissão será efetivada.

O exame do Demonstrativo das Variações Patrimoniais do FND permite verificar o desempenho efetivo do Fundo, ao longo do exercício de 1990 (Tabela 8.3.3).

Os recursos desembolsados foram da ordem de Cr$ 5.362 milhões, correspondendo às seguintes rubricas:

a) juros OFND - Cr$ 3.844 milhões;
b) Aquisição de Ações - Cr$ 1.047 milhões;
c) IOF - Cr$ 430 milhões
d) Serviços de Auditoria e Devedores Diversos - Cr$ 1 milhão.

Quanto aos ingressos de recursos, foi contabilizado no período o montante de Cr$ 15.839 milhões, a seguir discriminado:

a) Rendas de Aplicações Financeiras - Fundo de Liquidez - BNDES: Cr$ 7.543 milhões;

TABELA 8.3.2

FND - EXECUCAO ORCAMENTARIA - 1990
(DESPESAS)

CR$ MIL

ESPECIFICACAO	DOTACAO INICIAL (1)	SUPLEMENTACAO CONCEDIDA DEC 99.938/90	REPROG.FINAL APROVADO DEZ/90 (2)	REALIZACAO	GRAU DE REALIZACAO (%)
DESPESAS CORRENTES	1.690.947	2.391.077	4.082.024	4.314.349	105.69
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA	1.690.724	2.140.551	3.831.275	3.904.163	101.90
APLICACOES DIRETAS	1.690.724	2.140.551	3.831.275	3.904.163	101.90
JUROS S/A DIV. POR CONTRATO (JU/OFND)	1.690.724	2.140.551	3.831.275	3.904.163	101.90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	223	250.526	250.749	410.186	163.58
APLICACOES DIRETAS	223	250.526	250.749	410.186	163.58
OUTROS SERVICOS DE TERC.-PESSOA JURIDICA	223	250.526	250.749	787	0.31
CONTRIBUICOES (IOF)	0	0	0	409.399	-
DESPESAS DE CAPITAL	859.163	186.734.617	187.593.780	1.047.353	0.56
INVERSOES FINANCEIRAS	859.163	64.324.086	65.183.249	1.047.353	1.61
TRANSF.INTERGOVERNAMENTAIS EMPR.COM.E FINANC.	113.103	2.434.250	2.547.353	1.047.353	41.12
CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAP.DE EMPRESAS	113.103	2.434.250	2.547.353	1.047.353	41.12
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	113.103	136.897	250.000	0	-
EXERCICIO DE DIREITO DE SUBSCRICAO	0	2.297.353	2.297.353	1.047.353	45.59
SUBSCRICAO DE ACOES DA TELEBRAS	0	1.047.353	1.047.353	1.047.353	100.00
SUBSCRICAO OUTRAS EMP. DA CARTEIRA/FND	0	1.250.000	1.250.000	0	-
APLICACOES DIRETAS	746.060	61.889.836	62.635.896	0	-
AQUISICAO DE TITULOS DE CREDITO	0	59.554.976	(4) 59.554.976	0	-
CONCESSAO DE EMPRESTIMOS	746.060	2.334.860	3.080.920	0	-
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO	226.203	0	226.203	0	-
FINANC. PROJ.PESQUISAS (FINEP)	226.203	0	226.203	0	-
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	519.857	2.334.860	2.854.717	0	-
FINANC.INSUMOS BASICOS	184.899	433.532	617.931	0	-
FINANC.BENS DE CAPITAL	132.917	466.880	599.797	0	-
FINANC.BENS DE CONSUMO	202.541	600.275	802.816	0	-
FIN. PEQUENA E MEDIA EMPRESA	0	834.173	834.173	0	-
AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA	0	122.410.531	122.410.531	0	-
APLICACOES DIRETAS	0	122.410.531	122.410.531	0	-
PRINCIPAL DA DIV. POR CONTRATO (BACEN)	0	122.410.531	(5) 122.410.531	0	-
TOTAL DAS DESPESAS	2.550.110	189.125.694	191.675.804	5.361.702	2.80
DISPONIVEL INICIAL	0		573.353	1.079.084	
DISPONIVEL FINAL	0		573.353	11.556.631	

FONTE: BNDES

(1) VALORES ATUALIZADOS MONETARIAMENTE PELA URO (DECRETO 99.231, DE 01/05/90) ATE MARCO/90 (90% DO IPC ACUMULADO JAN/FEV 90).

(2) A PRECOS CORRENTES

(3) O VALOR DAS SUBSCRICOES DE QUOTAS PELA UNIAO FICOU LIMITADO AO TOTAL DAS OPERACOES ESCRITURAIS, ASSIM COMPOSTO:

RESGATE DAS OFNDS 122.410.531
SUBSCRICAO DE DEBENTURES ELETROBRAS..... 59.554.976
T O T A L...............................181.965.507

(4) SUBSCRICAO PELO FND DE DEBENTURES DA ELETROBRAS CORRESPONDENTES AO VALOR DOS CREDITOS DA PETROBRAS JUNTO AO SETOR ELETRICO.

(5) RESGATE DAS OBRIGACOES DO FND (OFND) SUBSCRITAS PELO BACEN EM 1987, A TITULO DE ADIANTAMENTO DE RECURSOS. ESTAS OFND FORAM TRANSFERIDAS PARA O TESOURO NACIONAL E TINHAM VENCIMENTO NO DECORRER DO 2.SEMESTRE/90. TODAVIA OBJETIVANDO A LIQUIDACAO ESCRITURAL DA SUBSCRICAO DE QUOTAS, CORRESPONDENTE AO EMPRESTIMO COMPULSORIO DE 1988, PROJETOU-SE VENCIMENTO UNICO PARA 31/12/90.

b) Rendas de Aplicações Financeiras - Banco Central: Cr$ 3.032 milhões;

c) Retorno de Financiamentos - Cr$ 3.689 milhões;

d) Outras receitas - Cr$ 1.575 milhões.

8.4. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da assistência financeira continuada aos setores produtivos da Região, propiciando o incremento da produção e da produtividade das atividades econômicas, além de contribuir para a redução do déficit de empregos do Nordeste.

Sua criação, juntamente com os Fundos de Financiamento do Norte e Centro Oeste, decorreu do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, posteriormente regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.89.

Os recursos do FNE são provenientes de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e produtos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados. Sua aplicação é realizada, pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), contemplando programas de financiamento ao setor produtivo da Região Nordeste, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, assegurando-se, ainda, a destinação de um percentual de 50% para atividades localizadas no Semi-árido.

Os recursos do FNE, no exercício de 1990, tiveram suas aplicações pautadas na seletividade das operações, com o objetivo de obter-se maior eficiência dos créditos concedidos. Sob esse prisma, foram aplicados 444,6 milhões de BTN, atingindo 98,5% da dotação de 451,4 milhões de BTN, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme Tabela 8.4.1.

TABELA 8.4.1
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS/CONTRATAÇÕES
POSIÇÃO EM 31.12.90

Em 1.000 BTN

PROGRAMAS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CONTRATAÇÕES	
		QUANTIDADE	VALOR
CRÉDITO RURAL	301.500	30.361	328.638
CRÉDITO INDUSTRIAL	149.900	1.253	115.988
T O T A L	451.400	31.614	444.626

O cálculo realizado com a matriz Insumo - Produto da Economia do Nordeste indica que as aplicações do FNE, no exercício de 1990 propiciaram a geração do Valor Bruto da Produção da ordem de 573,6 milhões de BTN e contribuíram para a formação de 47.678 empregos diretos e indiretos (Tabela 8.4.2)

TABELA 8.4.2
REPERCUSSÕES ECONÔMICAS DAS APLICAÇÕES DO FNE
NA REGIÃO NORDESTE (1)

Posição: 31.12.90 | Em 1.000.000 BTN

VARIÁVEIS	RESULTADOS (2)		
	CRÉDITO RURAL	CRÉDITO INDUSTRIAL	TOTAL
1. Valor Bruto da Produção	364,2	209,4	573,6
2. Valor Agregado (produto)	192,0	82,9	274,9
3. Salários Pagos	38,6	20,1	58,7
4. Geração de Emp.(Dir.- Indiretos) .	37.707	9.971	47.678
5. Efeitos p/Trás (Compra Insumos) ..	112,8	96,9	209,7
6. Efeitos p/frente (Vda.Insumos) ...	204,3	118,7	323,0
7. Importações			
7.1. Do Resto do País	60,7	37,7	98,4
7.2. Do Resto do Mundo	29,4	7,9	37,3

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

Notas: (1) Cálculo realizado com a Matriz de Insumo-Produto da Economia do Nordeste, tomando por base os recursos do FNE que foram injetados na economia da Região.

(2) Resultados a serem alcançados após a maturação dos investimentos e dos seus impactos econômicos ao longo da cadeia produtiva regional.

No Setor Rural foram aplicados 328,6 milhões de BTN, mediante a contratação de mais de 30 mil operações de crédito. As aplicações de crédito industrial atingiram 116,0 milhões de BTN. Isto correspondeu a um valor total de aplicações da ordem de 444,6 milhões de BTN, ou 98% do total de dotação orçamentária do período.

Em face das medidas adotadas pelo BNB para desburocratização dos créditos rural e industrial, facilitando, sobretudo, o acesso dos produtores e empresários ao FNE, verificou-se que, até 31.12.90, foram destinados 54,4% dos recursos totais aos mini, pequenos e médios produtores rurais e micro, pequenos e médios empresários industriais, de acordo com a Tabela 8.4.3.

A distribuição espacial dos recursos do FNE, para o exercício de 1990, encontra-se discriminada na Tabela 8.4.4. Com relação à distribuição entre os Estados, envidou-se esforços para evitar a excessiva concentração nas áreas de maior dinamismo econômico, procedendo-se à promoção e indução de negócios nas áreas de menor demanda espontânea.

TABELA 8.4.3

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)

VALORES CONTRATADOS POR CATEGORIA DE PRODUTOR/EMPRESARIO - PERIODO DE 1989/1990

POSICAO EM 31.12.90

VALORES EM 1.000 BTN

CATEGORIA DE PRODUTOR	AREA DE CREDITO RURAL (1)				AREA DE CREDITO INDUSTRIAL				T O T A L			
	1989		1990		1989		1990		1989		1990	
	QUANTIDADE	PARTICIPACAO RELATIVA NO TOTAL (%)	QUANTIDADE	PARTICIPACAO RELATIVA NO TOTAL (%)	QUANTIDADE	PARTICIPACAO RELATIVA NO TOTAL (%)	QUANTIDADE	PARTICIPACAO RELATIVA NO TOTAL (%)	QUANTIDADE	PARTICIPACAO RELATIVA NO TOTAL (%)	QUANTIDADE	PARTICIPACAO RELATIVA NO TOTAL (%)
1. MINI/PEQUENO	28.074	92	147.150	45	1.171	93	25.122	22	29.245	93	172.272	39
2. MEDIO	1.752	6	54.156	16	21	2	15.437	13	1.773	6	69.593	16
3. GRANDE	535	2	127.332	39	81	5	75.429	65	596	2	202.761	46
TOTAL	30.361	100	328.638	100	1.253	100	115.988	100	31.614	100	444.626	100

FONTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BNB)

NOTA: (1) INCLUI AS OPERACOES DE REPASSES A BANCOS ESTADUAIS

8.4.1. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1990

Os recursos transferidos pelo Departamento do Tesouro Nacional para o FNE, até 31.12.90, foram da ordem de Cr$ 36.487,2 milhões, aí incluído o montante referente ao saldo do ano anterior (Tabela 8.4.1.1). As variações financeiras do Fundo que, de acordo com o Decreto nº 98.339/89, são corrigidas com base no BTNF, atingiram a cifra de Cr$ 26.450,8 milhões, enquanto que as rendas de atualização monetária, obtidas sobre as operações de crédito contratadas, foram de Cr$ 19.637,3 milhões. Isso correspondeu a uma receita total de Cr$ 80.132,8 milhões, deduzidas as despesas operacionais do Fundo.

Uma parte destes recursos (Cr$ 38.102,8 milhões) foi aplicada nos diversos programas do FNE, e o restante encontra-se com as liberações de financiamentos já contratadas (Cr$ 6.329,3 milhões), e com projetos aprovados e em fase de contratação (Cr$ 7.372,2 milhões), restando Cr$ 28.328,3 milhões para continuidade do atendimento às 8.832 propostas em carteira na posição de 31.12.90.

8.5. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Previsto no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.89, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. Na observância do dispositivo constitucional, os recursos do FNO se destinam exclusivamente a atender às necessidades de empreendimentos situados nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará Rondônia, Roraima e Tocantins. Na forma prevista pela Lei nº 7.827/89, cabe ao Banco da Amazônia (BASA) o gerenciamento do Fundo.

Seus recursos representam seis décimos por cento (0,6%) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados efetuados pela União (Disposições Constitucionais Transitórias, art. 34, § 10, I). Por essa razão, os repasses ao BASA se dão através do Departamento do Tesouro Nacional, na forma prevista pela Portaria STN nº 21, de 18.01.90.

Os dados da Tabela 8.5.1 apresentam a posição das aplicações do FNO por Unidade da Federação. O valor total das aplicações durante o ano de 1990, foi de Cr$ 19.558,30 milhões, correspondendo a 2.347 operações aprovadas e liberados. Isso demonstra o bom desempenho do Fundo, o qual, desde o início de suas operações, em novembro de 1989, tem ampliado sensivelmente o atendimento oferecido aos beneficiários da região, graças à adoção de um programa de aplicações que contempla as necessidades e limitações dos diversos segmentos da economia regional.

A maior parcela dos recursos, cerca de 76%, foram destinados ao setor rural, enquanto que 24%, ao setor industrial. Das unidade federadas a que absorveu maior volume de crédito foi o Estado do Pará (49,5%), seguido do Estado de Tocantins (19,8%) e de Rondônia (14,4%).

TABELA 8.5.1

POSICAO DAS APLICACOES DO FNO POR VALOR CONTRATADO
CONTRATADAS EM 1990
POSICAO EM 31.12.90

CR$ MILHOES (*)

UNIDADES FEDERADAS	SETORES ECONOMICOS						
	RURAL		INDUSTRIAL		T O T A L		
	NO.OP	VALOR	NO.OP	VALOR	NO OP	VALOR	%
ACRE	57	203.64	10	103.37	67	307.01	1.57
AMAPA	23	194.10	3	36.34	26	230.45	1.18
AMAZONAS	159	959.30	43	975.54	202	1.934.84	9.89
PARA	806	6.833.01	91	2.857.27	897	9.690.28	49.55
RONDONIA	443	2.091.62	25	720.27	468	2.811.89	14.38
RORAIMA	59	703.11	0	0.00	59	703.11	3.59
TOCANTINS	623	3.840.48	5	40.24	628	3.880.72	19.84
TOTAL	2170	14.825.27	177	4.733.03	2347	19.558.30	100.00
%		75.80		24.20		100.00	

FONTE: BANCO DA AMAZONIA S.A.

(*) BTNF=CR$ 103.5081 (31.12.90)

8.5.1. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1990.

A Tabela 8.5.2 demonstra que, durante o exercício de 1990 o total de recursos ingressados no FNO foram da ordem de Cr$ 27.872,1 milhões. Deste montante, Cr$ 12.162,4 corresponderam às transferências do Tesouro Nacional, Cr$ 11.845,7 milhões, a rendas sobre disponibilidades, e Cr$ 3.855,0 milhões referentes à renda de juros e correção monetária obtidas com as operações de crédito contratadas.

As despesas com remuneração do BASA, no mesmo exercício, atingiram o montante de Cr$ 225,3 milhões, correspondendo a 0,8% do total de recursos ingressados até 31.12.90. Após deduzidas as despesas, os recursos do FNO somaram Cr$ 27.646,0 milhões, dos quais Cr$ 15.041,5 milhões encontram-se aplicados em financiamentos, e Cr$ 12.604,5 milhões, em disponibilidades financeiras a serem utilizadas no atendimento de propostas em carteira.

As aplicações do Fundo cobriram os setores rural e industrial, envolvendo um total de 19 subprogramas creditícios (Tabela 8.5.3). No setor rural, os subprogramas considerados prioritários foram pecuária leiteira (26,7%); pecuária de corte (16,2%); pesca artesanal (8,8%); culturas comerciais (7,6%); pequenos animais (4,5%) e recuperação de áreas degradadas (4,2%), dentre outros. Quanto ao setor industrial, os subprogramas de maior demanda foram micro e pequenas empresas com 9,9% do total de empréstimos; agroindústrias, com 3,9%; unidades de processamento, frigorificação de alimentos e produção de gelo, com 3,6%; e produção de bens intermediários, com 2,8%.

É de se ressaltar que o maior nº de contratos aprovados e liberados para o presente exercício determinar uma atuação bastante diversificada e abrangente dos programas do FNO, comportando investimentos em setores tradicionais e setores de produção de alimentos, com vistas ao incremento da auto suficiência da região na produção de gêneros básicos para consumo da população.

8.6. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE - FCO

O Fundo Constitucional de Financimento do Centro Oeste (FCO) foi instituído pela Lei nº 7.827, de 27.09.89, para fins de aplicação de recursos federais em programas de financiamento ao setor produtivo da Região Centro Oeste, de acordo com o que preceitua o art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

A gerência do FCO é composta por duas instâncias operacionais: Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, que absorveu estas atribuições da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste - SUDECO, extinta em março de 1990; e Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil é o responsável pela elaboração da proposta de programa de financiamento e do relatório de prestação de contas dos resultados alcançados, além de executar as atividades típicas de agente financeiro já a Secretaria de Desenvolvimento Regional aprecia e aprova o programa de financimento, harmonizando-o com o plano regional de desenvolvimento e executa a avaliação dos resultados obtidos.

TABELA 8.5.2

FNO - EXERCICIO FINANCEIRO DE 1990
POSICAO EM 31.12.90

(EM CR$)

MESES	TRANSFERENCIAS DO TN (A)	RENDAS VALORES DISPONIVEIS (B)	RENDAS DE ATUALIZACAO MONETARIA (C)	REMUNERACAO DO BANCO (D)	OUTRAS DESPESAS (E)	TOTAL DE RECURSOS (F=SDO.ANT.+A+B+C-D-E)	FINANCIAMENTOS (G)	RECURSOS DISPONIVEIS (H=F-G)
SALDO ANTERIOR	209.596.146.37	323.282.404.41	3.007.222.17	1.828.177.23		534.357.595.72	10.247.401.01	523.310.194.71
JAN	233.780.750.33	356.418.495.70	9.711.915.78	1.997.678.95		1.151.971.078.58	44.402.860.23	1.107.568.216.33
FEV	272.854.319.99	820.767.082.68	58.788.031.14	3.603.357.38		2.300.777.155.01	240.836.898.78	2.059.940.256.23
MAR	784.970.460.03	989.086.374.74	112.964.177.07	6.653.244.78	131.421.60	4.181.013.500.47	378.620.172.76	3.802.393.327.71
ABR	659.259.206.44	17.838.046.66	1.471.349.70	8.132.565.89	695.000.00	4.850.754.537.38	491.513.688.57	4.359.240.848.81
MAI	1.770.250.866.41	232.931.365.80	14.225.744.94	11.876.832.54		6.856.285.681.99	525.979.102.31	6.330.306.579.68
JUN	542.284.478.00	649.020.929.58	56.648.862.52	13.209.144.78		8.091.030.807.31	697.304.605.08	7.393.726.202.23
JUL	1.159.210.003.15	897.033.034.89	65.878.603.14	18.262.559.39		10,194.889.889.10	998.330.932.46	9.196.558.956.64
AGO	923.062.385.36	906.289.147.81	72.572.521.02	20.445.295.52		12.076.368.647.30	1.765.940.372.10	10.310.428.275.70
SET	66.379.468.04	1.287.095.901.01	274.556.073.39	23.842.333.49		14.281.557.756.70	3.142.288.769.23	11.139.268.987.50
OUT	1.544.707.454.12	1.587.879.951.97	421.542.374.94	30.717.017.42		17.804.970.520.30	5.618.973.433.72	12.185.997.086.60
NOV	1.413.406.210.31	1.831.860.083.04	927.674.967.20	36.946.836.48		21.940.964.944.40	9.827.079.872.44	12.113.885.072.00
DEZ	1.961.657.483.34	1.955.243.274.05	1.836.014.756.21	47.855.199.83		27.646.025.258.20	15.041.509.900.50	12.604.515.357.70
EXERCICIO ATUAL	12.162.419.231.90	11.854.746.092.30	3.855.056.599.22	225.370.243.68	826.421.60			

FONTE: BASA
B = ENCARGOS TOTAIS E RETORNOS
C = ENCARGOS TOTAIS E AMORTIZACOES
G = SALDOS DE APLICACAO
D = INCLUI: TAXA DE ADMINISTRACAO - LEI NO.7827/89
TAXA DE SUPERVISAO DE CREDITO - LEI NO.7827/89
E = DESPESA DE AUDITORIA - LEI NO.7827/89

De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 7.827/90, constituem fontes de recursos do FCO:

- 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados entregue pela União na forma do art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal;
- retornos e resultado de suas aplicações;
- resultados da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados;
- contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e
- dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em Lei.

O valor das operações contratadas até 31.12.90, discriminadas na Tabela 8.6.1, beneficiaram setores produtivos do Distrito Federal (19%), Goiás (29%), Mato Grosso (29%) e Mato Grosso do Sul (23%).

TABELA 8.6.1
FCO - RECURSOS APLICADOS - 1990

Cr$ milhões

	DF	GO	MT	MS	Total
RECURSOS	5.162	7.878	7.878	6.249	27.167 (*)
-Financiamentos	1.445	3.919	7.639	6.518	19.521
.Rurais	914	2.215	5.759	3.021	11.909
.Agroindustriais	27	185	338	234	784
.Industriais	373	1.037	413	1.337	3.160
.Infra-Estrutura Básica	-	-	78	1.226	1.304
.Encargos a Capitalizar	131	482	1.051	700	2.364
-Disponibilidades	3.717	3.959	239	(269)	7.646
.Parcelas a liberar	580	940	86	131	1.737
.Recursos a aplicar	3.137	3.019	153	(400)	5.909

(*) inclui provisões líquidas, cujo ingresso ocorre em jan/91.

Observa-se que os programas de financiamento destinaram-se, preponderantemente, à atividade rural, onde se destaca o Estado do Mato Grosso, que chega a absorver 48% do total de recursos alocados naquele segmento.

Os critérios para aplicação dos recursos do FCO, obedecem a diretrizes estabelecidas na própria lei de criação do Fundo, que define tratamento preferencial aos pequenos e mini produtores rurais e pequenos e microempresas, em especial aquelas ligadas à produção de alimentos básicos, com utilização intensiva de mão-de-obra e matéria-prima locais. A concessão dos financiamentos atende a condições de pagamento diferenciados a favorecidos, cujas taxas de juros não podem ser superiores a 8% a.a., sendo vedada a aplicação a fundo perdido.

A quantidade de operações contratadas corresponde a um total de 2.934 projetos aprovados e liberados no exercício, dos quais 2.616 correspondem a programas rurais.

TABELA 8.6.2
FCO - PROJETOS POR TIPO DE PROGRAMAS - 1990

Em Cr$ milhões

PROGRAMAS	DF	GO	MT	MS	Total
-Rural	66	86	1.103	1.361	2.616
-Industrial	6	24	160	125	315
-Infra-Estrutura Básica	-	-	1	2	3
TOTAL	72	110	1.264	1.488	2.934

8.6.1. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1990

No início do exercício, os recursos do FCO somavam Cr$ 394 milhões, sendo Cr$ 297 milhões aplicados em financiamentos e Cr$ 97 milhões em disponibilidades financeiras. Em 31.12.90, o total de recursos alcançou a cifra de Cr$ 24.176 milhões, assim distribuída: Cr$ 17.157 milhões aplicados em financiamento, e Cr$ 7.019 milhões em disponibilidades financeiras destinadas a atender propostas em carteira, aprovadas até aquela data. Dessa maneira, as operações contratadas e em fase de contratação, com prazo final para a efetiva formalização fixado para 28.02.91, deverão absorver a totalidade dos recursos ingressados no exercício. A Tabela 8.6.1.1 demonstra a evolução dos recursos, mês a mês, no decorrer do exercício financeiro de 1990.

As transferências do Tesouro Nacional são decendiais. No exercício, o FCO recebeu recursos num total de Cr$ 11.953 milhões, conforme demonstrado, mês a mês, na coluna "A" da Tabela 8.6.1.1.

Na forma do Decreto nº 98.339, de 27.10.89, as disponibilidades financeiras do Fundo são remuneradas pela variação do BTNF, quinzenalmente. Estas receitas somaram Cr$ 7.285 milhões, conforme demonstrado na coluna "B" da Tabela 8.6.1.1.

8.7. FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM

Através do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, foi criado o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), supervisionado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e operado pelo Banco da Amazônia S/A (BASA).

O objetivo básico do FINAM é o de acelerar o processo de desenvolvimento da região Amazônica, respeitando o meio ambiente, no intuito de diminuir as disparidades históricas entre os níveis de renda, qualidade de vida e benefícios sociais ainda existentes entre as regiões Norte e Nordeste e as regiões Sul e Sudeste, principalmente.

TABELA 8.6.1.1
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE (FCO)
MOVIMENTACAO DE RECURSOS
EXERCICIO FINANCEIRO DE 1990
POSICAO EM 31.12.90

CR$

MESES	TRANSFERENCIAS DO TN (A)	RENDAS S/ VALORES DISPONIVEIS (B)	RENDAS DE ATUALIZACAO MONETARIA (C)	REMUNERACAO DO BANCO (D)	OUTRAS DESPESAS (E)	TOTAL DE RECURSOS (F=SALDO ANT.+ A+B+C-D-E)	FINANCIAMENTOS (G)	RECURSOS DISPONIVEIS (H=F-G)
SALDO ANTERIOR	209.596.146	185.465.405	451.255	1.090.787	--	394.422.018	297.422.628	96.999.390
JANEIRO	253.780.750	56.025.662	198.965	698.745,6	--	703.728.649	424.372.754	279.355.895
FEVEREIRO	272.854.320	349.156.320	759.549	1.831.142,3	--	1.324.667.696	660.011.091	664.656.605
MARCO	784.970.460	678.234.625	361.314.415	4.268.809,0	17.482	3.144.900.906	662.272.976	2.482.627.930
ABRIL	659.259.207	129.271.194	930.324.159	7.030.494,9	17.628	4.856.707.344	1.588.654.692	3 268 052 652
MAIO	1.770.250.867	23.940.015	17.081.942	8.078.662,6	--	6.659.901.504	1.484.261.936	5 175.639 568
JUNHO	542.284.478	386.804.744	87.419.855	11.593.433,2	34.397	7.664.782.750	1.853.330.281	5.811.452 469
JULHO	1.159.210.003	692.887.930	143.409.844	49.011.952,8	--	9.611 278.575	2.309.878.664	7.301.399.911
AGOSTO	923.062.386	745.215.671	192.597.267	37.625.829,1	41.635	11.434.486 434	4 545.919 100	6.888 567.334
SETEMBRO	667.379.468	810.203.309	315.206.779	43.243.094,2	--	13.184.032.896	6 215 409 983	6.968.622.913
OUTUBRO	1.544.707.454	946.925.830	558.923.178	52.359.524,5	24.737	16.182.205.097	8.598.087.457	7 584.117.639
NOVEMBRO	1.413.406.210	1.112.333.979	869.355.920	77.708.220	27.894	19.499.565.093	12.044.767.547	7.454 797.545
DEZEMBRO	1.961.657.484	1.354.273.459	1.462.963.638	102.423.703	31.855	24.176.004.116	17 157 160.176	7.018.843.939
EXERCICIO ATUAL	11.952.823.088	7.285.272.737	4.939.555.512	395.873.612	195.628			

FONTE: BANCO DO BRASIL

Objetiva ainda a valorização da mão-de-obra local, a fixação do homem na própria região, a criação de infra-estrutura básica, capaz de atrair novos empreendimentos, a integração econômico-social e a segurança nacional, através da ocupação territorial da Amazônia.

O FINAM tem como principal fonte de recursos a dedução de parte do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, estabelecidas em todo o País. O percentual máximo de dedução é de 40%, dos quais, 24% destinam-se a aplicação através do FINAM e FINOR e o restante - 16% - corresponde ao PIN e PROTERRA.

Constituem-se, ainda, fonte de recursos, os resultados das aplicações, sobretudo via recebimento de dividendos e eventuais aplicações do Governo Federal, através da subscrição de quotas. Outras origens são a transferência de recursos de outro Fundo e a subscrição voluntária de quotas.

Os recursos alocados, à disposição do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, em 1990, atingiram o montante de Cr$ 19.422 milhões, provenientes das seguintes fontes:

- Repasses de incentivos fiscais	Cr$ 13.582 milhões
- Atualização monetária	Cr$ 5.833 milhões
- Outros recursos	Cr$ 7 milhões
T O T A L	Cr$ 19.422 milhões

Os recursos do FINAM são aplicados pelo BASA, atendendo determinação da SUDAM, através de subscrição de ações das empresas beneficiárias, com projetos previamente aprovados pelo respectivo Conselho Deliberativo daquela autarquia.

As aplicações do FINAM atingem todas as unidades federativas que compõem a Amazônia Legal, correspondendo aos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Ao longo do exercício de 1990, o Fundo liberou recursos da ordem de Cr$ 12.733 milhões, que foram aplicados nos diversos setores econômicos conforme Tabela 8.7.1. Os programas de investimentos, em curso no ano de 1990, elegeram o Setor Industrial como prioritário, destinando-lhe 59% do total de recursos do FINAM. Se considerado o Setor Agroindustrial, esta participação eleva-se para 73,4%, demonstrando, sua importância como instrumento de estímulo ao setor manufaturado da região.

TABELA 8.7.1
FINAM - APLICAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO - 1990

Em Cr$ milhões

SETOR	VALOR	%
AGROINDUSTRIAL	1.847	14,51
AGROPECUÁRIO	2.194	17,23
INDUSTRIAL	7.504	58,93
SERVIÇOS BÁSICOS	46	0,36
SETORIAL	1.142	8,97
TOTAL	12.733	100,00

Fonte: Banco da Amazônia

A maior parte das inversões do FINAM, durante o exercício de 1990, foram destinadas aos Estados de Mato Grosso (55,9%), Pará (23,3%) e Amazonas (12,7%), conforme Tabela 8.7.2.

TABELA 8.7.2
FINAM - APLICAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA - 1990

em Cr$ milhões

UNIDADE FEDERATIVA	VALOR	%
ACRE	76	0,59
AMAZONAS	1.616	12,69
AMAPÁ	62	0,49
MARANHÃO	211	1,65
MATO GROSSO	7.115	55,87
PARÁ	2.970	23,33
RONDÔNIA	25	0,20
RORAIMA	169	1,34
TOCANTINS	489	3,84
TOTAL	12.733	100,00

Fonte: Banco da Amazônia

8.8. FUNDO DE INVESTIMENTO DO NORDESTE - FINOR

Também criado pelo Decreto-Lei nº 1376/74, o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR , tem como fontes de recursos as parcelas dedutíveis do imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas, relativas a incentivos fiscais; subscrições realizadas pela União Federal; subscrições voluntárias efetuadas por pessoas físicas e jurídicas; retornos e resultados de aplicações e outros recursos previstos em lei. O FINOR é operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Seus recursos são administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

(SUDENE), sob a forma de subscrição de ações ou debêntures conversíveis ou não em ações de empresas consideradas aptas para receber incentivos fiscais.

As mudanças introduzidas pelo sistema permitiram às empresas beneficiárias modernizar-se quanto aos aspectos societários, quebrando as barreiras ainda existentes com relação a uma possível abertura do capital social. E de outro modo, os investidores contribuintes optantes passam a deter inteira proteção legal relativamente à aplicação dos seus incentivos fiscais.

O FINOR possui uma carteira constituída por ações e debêntures de 1.379 empresas localizadas na Região Nordestina. A preços de mercado, o valor das ações mantidas pelo FINOR corresponde a Cr$ 29.979 milhões, enquanto que o valor das debêntures atinge a cifra de Cr$ 2.844 milhões.

A Tabela 8.8.1 apresenta o fluxo dos recursos destinados ao FINOR, nos anos de 1989 e 1990. Observa-se haver sido alocado ao Fundo, em 1989, o montante de Cr$ 50.794,7 milhões, a preços de dezembro/90, ao passo que, durante o ano de 1990, esses recursos atingiram a cifra de Cr$ 42.652,7 milhões, havendo um decréscimo real da ordem de 16,03%.

TABELA 8.8.1
FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE (FINOR)

FONTES DE RECURSOS
POSICAO EM 31.12.90

CR$ MILHOES

FONTES	1989			1990		
	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	% SOBRE TOTAL	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	% SOBRE TOTAL
INCENTIVOS FISCAIS	705.6	49.953.4	98.3	17.496.0	34.025.5	79.8
DIVIDENDOS DA CARTEIRA	1.2	115.6	0.2	38.7	96.6	0.2
JUROS/AMORTIZACAO DE DEBENTURES	4.2	229.3	0.5	170.0	316.0	0.7
ATUALIZACAO MONETÁRIA	26.2	496.4	1.0	4.57[illegible]	8.214.6	19.3
TOTAL	737.2	50.794,7	100,0	22.271.8	42.652,7	100.0

Fonte Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Deflator IPC
OBS.: Valores constantes a preços de dezembro de 1990

A Tabela 8.8.2 evidencia a distribuição espacial dos recursos destinados ao FINOR nos exercícios de 1989 e 1990, a preços de dezembro/90. Observa-se que, no ano de 1990, os Estados do Ceará e Bahia foram os mais aquinhoados, com 21,0% e 20,2%, respectivamente. Nas últimas posições, encontram-se os Estados de Sergipe e Alagoas, com 1,2% e 1,3% respectivamente.

TABELA 8.8.2
FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE (FINOR)
APLICACAO DE RECURSOS POR ESTADO
POSICAO EM 31.12.90

CR$ MILHOES

ESTADO	1989			1990		
	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	% SOBRE TOTAL	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	% SOBRE TOTAL
CEARA	117,8	9.644,7	20.8	3.592.1	6.134,5	20.6
BAHIA	120,3	9.735.6	21.0	3.451,0	5.995.1	20.1
PERNAMBUCO	84.6	6.817,6	14,7	2.919.9	5.240.8	17.6
MARANHAO	74.6	5.445.7	11.7	2.531.7	4.167.7	14.0
PARAIBA	61.0	4.769.3	10.3	1.408.1	2.526.7	8.5
PIAUI	42.3	3.524.4	7,6	1.135.3	1.962.7	6.6
R.G.DO NORTE	14.3	924.6	2.0	1.104.8	1.842.8	6.2
MINAS GERAIS	20.9	1.593,5	3.4	507.4	1.028.5	3.5
ALAGOAS	26.3	2.224.5	4.8	222.3	426.3	1.4
SERGIPE	19.6	1.773.5	3.8	207.5	466.4	1.6
TOTAL	582	46.453	100	17.080	29.792	100

FONTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BNB)

OBS.: VALORES CONSTANTES A PRECOS DE DEZEMBRO DE 1990

No exercício de 1990, foram aplicados recursos pelo FINOR no valor de Cr$ 17.080 milhões, acusando um decréscimo, em termos reais de 35,9%, em relação ao exercício anterior.

No final de 1990, o Patrimônio Líquido do FINOR atingiu a cifra de Cr$ 38.137,9 milhões, valor que corresponde a 17.403,3 milhões de quotas. Com relação ao exercício anterior, houve crescimento patrimonial de 2.380, 2%, em termos nominais, revelando um crescimento acima do índice oficial de inflação (Tabelas 8.8.3 e 8.8.4).

TABELA 8.8.3
FINOR - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

D A T A	Valor em CR$ Milhões	Quantidade de Quotas	Valor Patrimonial Unitário de Quota - CR$
31.12.89	1.537,7	4.077.383.627	0,3771
31.12.90	38.137,9	17.403.304.531	2,1914

Fonte: BNB

TABELA 8.8.4
FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VALORES CORRENTES

Cr$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1989	1990
Patrimônio Líquido Anterior	158,3	1.537,7
MAIS	1.481,1	39.036,2
Incentivos Fiscais	705,6	17.496,0
Resultados de Aplicações	221,1	3.208,0
Variação da Cart. de Ações	528,2	13.674,0
Atualização Monetária	26,2	4.577,1
Juros Correção Monetária VOBACEN	-	81,1
MENOS	101,7	2.436,0
Reservas Opções(art.18 DL.1376/74)	59,0	1.541,9
Baixa de Leilão	38,9	403,3
Taxa de Administração da Carteira	3,8	490,8
Patrimônio Líquido(Posição Final)	1.537,7	38.137,9

Fonte: BNB

IV - ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1. ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

1.1. DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE.

Objetivo:
Implantar um Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações, para permitir as ações de comando em tempo de guerra, e exercitá-lo em tempo de paz, com base na Estrutura Militar de Guerra, do Decreto Reservado nº 8, de 17 Jan 80.

Atividades:

a) foi realizada a interligação dos computadores do Centro de Operações do Comando Supremo (COCS) e do Centro de Coordenação do Poder Aeroespacial Brasileiro (CCPAB) por meio de fibras óticas;

b) foram adquiridos os sistemas computacionais destinados aos centros de operações da Marinha e do Exército; e

c) foi assinado com CASNAV convênio relativo à transferência da responsabilidade da manutenção e do desenvolvimento do "software" do sistema C 3 I para o EMFA.

1.2. CONSTRUÇÃO DE SATÉLITES PARA INFORMAÇÕES DO MEIO AMBIENTE E SENSORIAMENTO REMOTO

Objetivo:
Visa implantar estações terrenas de satélites em localidades distintas do território nacional.

Atividades:

a) aquisição de equipamentos para rede terrestre;

b) sistema Rádio TRP - 2617 MB - 770;

c) sistema Multiplex MCP - 120/MCP - 480; e

d) sistema Óptico TLO - 8/ELO - 34.

1.3. DESENVOLVIMENTO DE VEÍCULOS LANÇADORES DE SATÉLITES

Objetivo:
Especificar, projetar e fabricar veículos lançadores de satélites, com a finalidade de colocar em órbita 4 (quatro) satélites de fabricação nacional, até dezembro de 1993.

Atividades:

a) fabricação, carregamento e ensaio em vôo do SONDA IV PT 05,

sendo que foram fabricados componentes mecânicos, atingindo-se 40% das atividades inicialmente previstas para 1990;

b) realização de 1 (um) ensaio no solo de propulsores VLS;

c) realização de ensaios de análise modal sobre maquete de VLS; e

d) realização parcial de ensaios de qualificação no solo dos sistemas de separação de estágios do VLS.

1.4. CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

Objetivo:

O programa de implantação do campo de lançamento de Alcântara está subordinado aos objetivos da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) e prevê a implantação em Alcântara - MA de um moderno centro de lançamento que atenda também a programas de maior complexidade e porte.

Atividades:

a) edificações

Nas residências para cabos/taifeiros e civis de nível auxiliar (20 unidades) foi executada a estrutura, as instalações e parte do acabamento. Foi também terminada a construção da casa de máquinas e do setor de comando e controle e executada a alvenaria e as instalações elétricas do almoxarifado central.

b) infra-estrutura.

Foi concluído o poço arteziano nº 2 e a estação elevatória do fluxo d'água do Setor C da vila residencial de Tapireí.
Foi executado o plantio de grama em 21 casa de nível superior e 54 casas de nível médio.

c) instalações/sistemas.

A execução da rede de cabos das edificações e a execução da integração das antenas das edificações foram concluídas. Quanto aos equipamento de comunicação administrativas e operacioais do CLA, foram concluídas o interfone operacional , a sinalização operacional, as comunicações em SHF, UHF, VHF e a Central Telefônica, além de ter sido implantado 95% do sistema de meteorologia.

- conclusão da linha de transmissão de energia elétrica em 138 KV, entre miranda e Três Marias, extensão de 140 Km;

- conclusão do lançador de porte médio; e

- lançamento de um foguete SONDA III, em 30 Nov 90, que atingiu os parâmetros previstos, tendo como objetivo principal qualificar a equipe operacional e os equipamentos do Centro de Lançamento de Alcântara.

1.5. DESENVOLVIMENTO DE SATÉLITES

Objetivo:

Especificar, projetar, fabricar e operar 4 (quatro) satélites, sendo 2 (dois) de coleta dados e 2 (dois) de sensoriamento remoto e implantar a infra-estrutura de solo necessaria a operacao dos satelites.

Atividades:

a) do 1º satelite de coleta de dados (SCD-1), foi efetuada a conclusão dos testes no modelo estrutural, a conclusão da fabricacão e testes do modelo de vôo dos equipamentos e o inicio da integração do modelo de vôo;

b) no segmento solo efetuou-se a conclusão do desenvolvimento do "Software" de rastreio e controle de satélites;

c) instalação da estação de rastreio e controle de satelites de Cuiabá (em andamento);

d) no 2º satélite de coleta de dados (SCD-2), foi executada a fabricação do modelo de identificação-qualificacão dos equipamentos modificado em relação ao SCD-1 (em andamento); e

e) efetuado o projeto preliminar do 1º satélite de sensoriamento remoto (em andamento).

1.6. DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS

Objetivo:

Apoiar programas de tecnologia das Forcas Singulares, no que transceda os objetivos especificos e as disponibilidades previstas no orçamento dos Ministerios da Marinha, do Exercito e da Aeronautica, nos assuntos de pesquisa cientifica e tecnologica de interesse comum.

Pricipais Programas apoiados:

a) desenvolvimento de misseis;

b) Guerra Eletronica;

c) Sistemas Digitais de Controle e Processos;

d) Explosivos e Propelentes; e

e) Pilhas Termicas.

2. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Compete à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, criada pela Lei 8.028, de 12 de abril de 1990, prestar assistência direta e imediata ao Presidente da República, realizando estudos, formular diretrizes, orientando normativamente, planejando, coordenando, supervisionando e controlando a condução de assuntos referentes a pessoal civil da administração pública federal direta, indireta e fundacional, bem como àqueles referentes a serviços gerais, modernização e organização administrativas e sistemas de serviços de processamento de dados destas entidades.

A SAF/PR é o órgão central dos Sistemas de Pessoal Civil - SIPEÇ Modernização Administrativa - SIDEMOR, Administração de Recursos de Informação e Informática do Setor Público - SISP, Serviços Gerais - SISG e de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Atividades:

a) Imóveis Funcionais

Objetivando a redução dos gastos públicos, o Governo Federal colocou à venda cerca de 11.000 imóveis funcionais localizados na área Octogonal Sul, no Cruzeiro,no Guará,em Taguatinga, na Asa Sul,na Asa Norte e no Lago Sul, dos quais foram alienados até 31.12.90, 7.686 unidades residenciais, dentre as quais 37 mansões, propiciando uma arrecadação de Cr$ 4.282,4 milhões.

Encontram-se em processo final de avaliação e alienação imóveis pertencentes à administração indireta federal.

Foi implantada pela SAF/PR e pela Caixa Econômica Federal - CEF uma central de vendas de imóveis funcionais, dotada de sistema totalmente informatizado que permitiu a venda, na última semana de novembro, de 1.314 imóveis, representando em média, a alienação de 32 imóveis por hora.

Cabe salientar, ainda, que a venda desses imóveis propiciou aumento significativo no Imposto de Transmissão de Bens Imóveis para o Governo do Distrito Federal, bem como contribuiu para a estabilização do mercado imobiliário de Brasília.

b) Leilões de Veículos Oficiais

Os primeiros leilões realizaram-se em dia 19 de maio de 1990, nas capitais de Estados da Federação tendo sido arrematados 4.472 veículos, totalizando uma arrecadação de Cr$ 1.101 milhões, recolhidos ao Tesouro Nacional, que efetuou os repasses às autarquias e fundações, dos valores correspondentes aos veículos de suas respectivas frotas. Novo leilão foi realizado em 15 de dezembro de 1990, em Brasília, objetivando a alienação dos veículos remanescentes(em número de 203), respondendo pela arrecadação Cr$ 46,5 milhões.

c) Instruções Normativas

Com vistas à normatização de atos administrativos foram publicadas as seguintes instruções:

- **Instrução Normativa nº 01, de 22.3.90 (D.O.U. de 23.03.90):** Orienta os órgãos da Administração Federal direta e as entidades autárquicas e fundacionais quanto aos procedimentos a serem adotados em relação a equipamentos de informática e software das entidades ou dos órgãos extintos ou dissolvidos, que passaram a pertencer aos órgãos organizados e estruturados em decorrência da reforma administrativa.

- Instrução Normativa nº 02, de 20.04.90 (D.O.U. de 23.04.90): Orienta os órgãos da Presidência da República, os Ministérios, as Autarquias e as Fundações, organizados nos termos da Lei nº 8.028/90, todos integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG e do Serviço Nacional de Protocolo - SENAPRO, quanto aos procedimentos relativos às atividades de comunicações administrativas.

- Instrução Normativa nº 06, de 16.05.90 (D.O.U. de 17.05.90): Define as normas para a realização de despesas com recursos provenientes de dotações orçamentárias, inclusive provenientes de suprimento de fundos para o atendimento de gastos com aquisição de revistas, jornais e periódicos, considerados de natureza estritamente técnica e necessários ao serviço.

- Instrução Normativa nº 10, de 05.06.90 (D.O.U. de 07.06.90): Orienta os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, quanto aos procedimentos a serem adotados para classificação, identificação, aquisição, cadastramento, utilização, reaproveitamento, transferência, cessão, alienação e definição de quantitativo de veículos automotores de transporte rodoviário.

- **Instrução Normativa nº 13, de 10.11.90 (D.O.U. de 14.11.90):** Baixa normas e procedimentos para a concessão do Vale-Transporte aos servidores da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

d) Inventário dos Ministérios e Órgãos Extintos

Visando assegurar o cumprimento da Lei nº 8.028/90 e do Decreto nº 99.202/90, a SAF efetuou o acompanhamento atos dos inventariantes dos órgãos extintos.

Em articulação com o Arquivo Nacional/MJ e com a Biblioteca Nacional/SEC a SAF vem participando de grupo de trabalho, com objetivo de orientar, tecnicamente, os inventariantes e liquidantes dos órgãos e entidades extintas, bem como os receptores do respectivo acervo documental, arquivístico e bibliográfico, no sentido de proceder à transferência, guarda e recuperação da informação.

e) Modernização Administrativa

Análise das Estruturas Regimentais dos órgãos da Administração Direta e das Autarquias e dos Estatutos das fundações, em atendimento ao disposto no art. 254, do Decreto, nº 99.244, de 10.5.90. Como resultado

destes trabalhos foram aprovadas as seguintes estruturas:

- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC;
- Biblioteca Nacional;
- Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC;
- Secretaria da Cultura;
- Secretaria da Ciência e Tecnologia;
- Secretaria do Meio Ambiente;
- Secretaria de Desportos;
- Secretaria da Administração Federal;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; e
- Ministério da Educação.

f) Recursos Humanos

No conjunto das ações específicas relacionadas a recursos humanos, procura-se adotar uma política que supere algumas práticas administrativas tradicionais e encare a questão como estratégica para o desenvolvimento da Adminstração Pública Federal, adotando-se princípios e procedimentos modernos de administração e desenvolvimento de recursos humanos, principalmente no que se refere à capacitação, desenvolvimento e avaliação de desempenho, ao cadastramento, aos planos de carreira, à remuneração adequada e à integração sistêmica.

As informações relativas às metas de redução de pessoal e atual estágio destes trabalhos estão na Tabela 2.1, a seguir.

TABELA 2.1

REFORMA ADMINISTRATIVA

AJUSTE NO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

ORGAO	META (PESSOAL)	REDUCOES REALIZADAS ATE 31/12/90				% META
		APOSENT	DISPON	DISPEN	TOTAL	
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	391	10	88	868	966	247
MINISTERIO DA ACAO SOCIAL	3.855	58	96	6 578	6.732	175
MINISTERIO DA AERONAUTICA	7.502	1.035	2 641	6 123	9.799	131
MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA	10.327	1 773	9.035	2 201	13.009	126
MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	48.844	6.803	2 216	37 790	46.809	96
MINISTERIO DA EDUCACAO	43.456	3 410	1.839	1 602	6 851	16
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA	97 001	9.605	8 559	40 811	58 975	61
MINISTERIO DA JUSTICA	3 124	831	586	703	2 120	68
MINISTERIO DA MARINHA	4.775	310	546	259	1 115	23
MINISTERIO DA SAUDE	44 510	5 325	13 614	4.192	23 131	52
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	0	70	248	24	342	DAD INS.
MINISTERIO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL	19.499	3.835	8 425	1 388	13 648	70
MINISTERIO DO EXERCITO	4 999	773		832	1 605	32
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO FEDERAL	8.198	524	10	173	707	9
SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA	2.206	11	168	818	997	45
SECRETARIA DA CULTURA	482	90	129	132	351	73
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	1.926	11	289	1 126	1 426	74
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.294	117	878	153	1.148	89
SECRETARIA DO MEIO-AMBIENTE	1.817	158		98	256	14
SECRETARIA DOS DESPORTOS	0				0	DAD INS
TOTAL	304.206	34.749	49.367	105.871	189.987	62

FONTE.

As reduções efetivamente realizadas constituem-se nos afastamentos concluídos e nas relações destes com as metas estabelecidas.

Deve ser ressaltado que os dados consolidados excluem os relativos às entidades criadas neste governo, por não possuirem quadro de pessoal quando do estabelecimento das metas, como as Secretarias da Cultura, Administração Federal, Desenvolvimento Regional, IBAÇ IBPÇ etc. Nestes casos as reduções estão incluídas nas entidades em extinção.

g) Informática do Setor Público

Em fase de execução, o sistema de Acompanhamento Comunitário de Preços no Varejo-PACPV tem por objetivos:

- desenvolver e preparar uma metodologia necessária à coleta, ao tratamento e a divulgação das informações sobre preços do varejo;

- repassar os instrumentos necessários de treinamento às comunidades interessadas;

- desenvolver uma estratégia de "marketing" para promover o programa e incentivar as comunidades no acompanhamento de preços praticados no varejo;

- desenvolver um sistema computadorizado para repasse às comunidades; e

- estudar e propor alternativas institucionais de incentivo a comunidades na coleta, no tratamento e na disseminação das informações.

Em fase de implementação, o Diretório de Base de Dados objetiva promover a coleta das bases de dados de outros acervos de informação existentes nos órgãos da Administração Pública Federal de modo a provê-la, e ao público em geral, do conhecimento e das facilidades de acesso a esses acervos.

3. SECRETARIA DA CULTURA

3.1. COORDENAÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS DIREITOS DO AUTOR

Objetivo:
Assegurar ao autor condições para exercer seus direitos sobre a utilização da obra.

Metas Alcançadas:

- emissão de Certificados de Registros das cessões patrimoniais do Direito Autoral;

- fiscalização do mercado videográfico através do registro de 1.068 empresas, distribuição de 6,8 milhões de etiquetas e do registro de 4.888 filmes para vídeo; e

- participação na Reunião de Negociações sobre Comércio Multilateral - Rodada do Uruguai, no âmbito do GATT, que tratou de questões sobre aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual.

3.2. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Objetivo:
Apoiar as atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro voltadas para a publicação de livros e revistas, montagem e realização de cursos e exposições, aquisição de documentos e outros bens de valor histórico, de acordo com o disposto na Lei 7.651, de 03 de fevereiro de 1988.

Metas Alcançadas:

- oferecidos 3 (três) cursos;

- publicados 50 exemplares de livros e documentos;

- realizados seminários para público de 120 pessoas.

3.3. DIFUSÃO E INTERCÂMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Objetivo:
Apoiar e estimular as atividades e eventos que favoreçam o intercâmbio e a difusão cultural.

Metas Alcançadas:

- apoio à realização dos Festivais de Inverno em Ouro Preto e de Campina Grande;

- apoio à realização do Festival de Teatro de Londrina;

- incentivo à difusão de obras cinematográficas através do apoio à realização dos festivais de Cinema de Gramado, Brasília e Natal;

- apoio à realização do "X Congresso Brasileiro de Crítica Literária" e à realização do "Encontro Internacional de Escritores de Língua Portuguesa"; e

- apoio à realização do "II Festival Internacional do Folclore e do Artesanato" - Campo Grande-MS.

3.4. FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

Objetivo:

Subsidiar o Secretário da Cultura na formulação e definição de diretrizes e estratégias para a ação governamental na área cultural.

Metas Alcançadas:

- elaboração do Plano Plurianual para a área cultural - 1991/1995;

- participação no III Encontro de Ministros da Cultura e responsáveis pela Política Cultural da América Latina e do Caribe, objetivando uma maior integração cultural do Brasil com estes países, a partir da retirada de barreiras protecionistas e de práticas discriminatórias que penalizam a circulação de bens e serviços culturais na região;

- participação do I Encontro dos Ministros da Informação e Cultura dos Países de Língua Oficial Portuguesa, realizado em Lisboa, Portugal, com o objetivo de definir uma estratégia conjunta para a formulação de uma política comum do audiovisual, principalmente no plano da televisão, entre os países de língua portuguesa; e

- elaboração do Texto para Publicação "Cultura e Modernidade", no qual são definidas as políticas e estratégias para área cultural do Governo Federal.

4. SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

4.1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT é um programa de impacto na area de Ciencia e Tecnologia, lançado pelo Governo Federal, como instrumento complementar de implantaçao de politica de fomento nesta area, visando, basicamente, o aumento quantitativo do apoio financeiro à pesquisa e ao estabelecimento de novos critérios, mecanismos e procedimentos que permitam formas indutivas de apoio à comunidade cientifica orientadas para areas prioritarias.

As areas prioritárias, selecionadas de acordo com as recomendações do Terceiro Plano Basico de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico - III PBDCT, e referendadas por ampla consulta aos segmentos representativos da comunidade de Ciencia e Tecnologia do País, foram as seguintes: (PADCT I)

- Biotecnologia - SBIO
- Educação para a Ciência - SPEC
- Geociências e Tecnologia Mineral - GTM
- Instrumentação - SINST
- Quimica e Engenharia Quimica - QEQ
- Informação em Ciencia e Tecnologia - ICT
- Manutenção - SPM
- Planejamento e Gestão em Ciência e Tecnologia - PGCT
- Provimento de Insumos Essencias - SPIN
- Tecnologia Industrial Basica - TIB

O PADCT, apoiado financeiramente por Acordo de Emprestimo com o Banco Internacional para a Reconstrucao e Desenvolvimento - BIRD, é coordenado pela Secretaria da Ciencia e Tecnologia da Presidencia da Republica e executado pelas seguintes Agencias de Fomento: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico - CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior - CAPES/MEC.

A partir de 15 de março de 1990, profundas modificações vem ocorrendo no cenario da Ciencia e Tecnologia brasileira, principalmente pela definição de uma Politica para o Desenvolvimento Industrial e o Comercio Exterior. Um amplo conjunto de incentivos financeiros e fiscais para a Pesquisa e o Desenvolvimento Industrial, aliado a novos mecanismos governamentais, estão sendo implementados no sentido de assegurar o revigoramento das atividades de Ciencia e Tecnologia, com especial ênfase à associação entre os segmentos acadêmicos e industriais.

No âmbito do PADCT, as novas medidas adotadas vieram representar significativo avanço na sua eficacia operacional, especialmente no que diz respeito à obtenção dos equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, já que a publicação da Lei 8.010, de 29.3.90, permitiu uma radical simplificação do processo de importação de tais bens e a modernização dos laboratorios brasileiros.

Principais Resultados Alcançados

a) Química e Engenharia Química - QEQ

O Subprograma QEQ manteve em execução, em 1990, 217 projetos, com ênfase ao apoio aos Centros de Formação de Recursos Humanos, a Grupos de Pesquisas e à implantação de Centrais Analíticas. Em termos mais específicos, merecem destaque:

- a melhoria geral dos cursos de graduação, através da aquisição de insumos, de utensílios e de equipamentos de grande, médio e pequeno portes, fundamentais para a criação e modernização da infraestrutura básica para o ensino experimental e para a pesquisa;

- apoio à implantação da Central Analítica no Instituto de Química da Universidade São Paulo - USP; e

- estabelecimento ou consolidação de laboratórios especializados (Universidades Federais de Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro).

b) Geociências e Tecnologia Mineral - GTM

O Subprograma GTM manteve em execução, em 1990, 139 projetos, com ênfase em ações de envergadura em pesquisa e desenvolvimento e na melhoria das carentes infraestruturas laboratoriais.

Pelo seu impacto no setor e pelo objetivo multiplicativo na função de recursos humanos, na investigação científica e tecnológica e na geração de conhecimentos, merecem destaque os projetos que resultaram em:

- aquisição de espectrômetros de massa para o Centro de Pesquisas Geocronológicas da USP;

- linha de extração em silicatos e espectrômetro de massa para isótopos estáveis na UFPE;

- prensa servocontroladora para ensaios experimentais em Mecânica de Rochas - USP/EESC;

- equipamentos de sismologia, gravimetria e magnetometria essenciais às pesquisas em Geofísica básica e aplicada; e

- consolidação dos dois únicos Centros de pós-graduação em Geologia de Engenharia existentes no Brasil - UFRJ e USP/EESC.

c) Biotecnologia - SBIO

O Subprograma SBIO manteve em execução, em 1990, 103 projetos, destacando-se a formação de recursos humanos e a criação de infra-estrutura laboratorial de pesquisa, envolvendo os três componentes: agropecuária, saúde e energia.

As contribuições do Subprograma de Biotecnologia para a agropecuária dizem respeito ao aumento da capacitação tecnológica com implantação, organização e estruturação de laboratórios de cultura de

tecidos, de biologia molecular e enfermaria genética e conseqüente formação de recursos humanos.

Na área de Saúde foram selecionados casos de demanda aguda e de substituição de importações, destacando-se os projetos do "Gene Manguinhos", que viabilizou a implantação do centro de Biotecnologia de Manguinhos, formando pessoal especializado.

Na área de energia propôs-se a produção de Etanol por fermentação contínua com células imobilizadas, resultando no domínio de técnicas de imobilização, estudos de engenharia de processos fermentativos e formação de pessoal.

d) Instrumentação - SINST

O Subprograma de Instrumentação manteve em execução em 1990, 124 projetos, com relevante contribuição para o fortalecimento da competência empresarial, com relação a fabricação de produtos de diversas categorias de instrumentos. Dentre os projetos executados, destacam-se:

- desenvolvimento de sistemas de monitoração dos processos de fermentação e destilação para obtenção de álcool etílico, com base em sistema digital de controle distribuído - SDCD;

- desenvolvimento da tecnologia de tomografia por ressonância magnética nuclear;

- projeto e construção de um instrumento para ánalise espectral;

- desenvolvimento de um espectrofotômetro de absorção atômica monofeixe; e

- detecção de sinais biogenéticos com criorefrigerador.

e) Educação para a Ciência - SPEC

O Subprograma SPEC manteve em 1990, 99 projetos, abrangendo a formação de professores, através de: cursos de pós-graduação, licenciatura e magistério; pesquisas em ensino de ciências e de matemática; treinamento de professores em exercício; criação de Clubes de Ciências; realização de feiras de ciência; publicação de revistas de ensino de ciências e matemática; realização de congressos e encontros.

Merece destaque a concentração de recursos no apoio a projetos de maior abrangência, concentrados em Redes de Disseminação e projetos de cooperação internacional, envolvendo grupos de excelência de instituições brasileiras e estrangeiras.

f) Informação em Ciência e Tecnologia - ICT

O Subprograma ICT manteve em 1990, 06 projetos, destacando-se o relativo à Rede de Acesso Público à Base de Dados. Além disso, foram desenvolvidos projetos de formação de recursos humanos, fortalecimento das estruturas institucionais e o enriquecimento de coleções bibliográficas.

g) Planejamento e Gestão em Ciência e Tecnologia - PGCT

O Subprograma PGCT manteve em execução no ano de 1990, 37 projetos, destacando-se a criação e consolidação de cursos de pós-graduação e fortalecimento de Núcleos de Política e/ou Gestão nas Universidades, com o reforço de suas estruturas e com o desenvolvimento de estudos e pesquisas.

h) Tecnologia Industrial Básica - TIB

O Subprograma TIB manteve em execução em 1990, 33 projetos, destacando-se a implantação de Rede de Núcleos de Informação em Tecnologia Industrial e a implantação do Laboratório Nacional de Metrologia do INMETRO/CEMCI. Foram realizados vários estudos sobre Política Tecnológica Industrial.

Além disso, foram implantados Laboratórios Metrológicos Secundários da RNC (COPPE/RJ, FIPAI/SP, NUTEC/CE, IPT/SP, CERTI/SÇ CEPED/BA, CETEC/MG); criação e produção de Cursos Padrão de Qualidade Industrial; realização de Cursos para profissionais do Setor Industrial; implantação do Projeto Nacional de Especialização em Gestão de Qualidade e Projetos Institucionais de Recursos Humanos com o INMETRO e o INPI.

i) Manutenção - SPM

O Subprograma de Manutenção manteve em execução no ano de 1990, 114 projetos, concentrando-se na implantação e financiamento de estruturas de manutenção de equipamentos científicos em todas as Regiões do País, sendo 06 núcleos, 15 centros e 39 unidades de manutenção.

j) Provimentos de Insumos Essenciais - SPIN

O Subprograma SPIN manteve em execução em 1990, 101 projetos, destacando-se o Sistema de Armazenamento e Distribuição de Insumos - SARDI, como Unidade Central e a Unidade Satélite para fornecimento de gás Hélio, situada em Lorena/SP.

Resultados relevantes estão sendo alcançados pela proposta de utilização de matérias primas brasileiras, em projetos de química e bioquímica.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

P A D C T

Recursos Orçamentários - 1990

Cr$ milhões

SUBPROGRAMAS	CONTRAPARTIDA NACIONAL	RECURSOS BIRD	TOTAL
QEQ	252	135	387
GTM	184	96	280
SBIO	189	96	285
SINST	120	63	183
SPEC	95	54	149
ICT	11	4	15
PGCT	13	7	20
TIB	215	110	325
SPM	59	26	85
SPIN	57	24	81
SNM	61	53	114
CIAMB	36	28	64
SE/PADCT	103	-	103
TOTAIS	1.395	696	2.091

4.2. COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA)

Foi reformulada a proposta do II Plano Nacional de Informática - PLANIN, através da revisão e atualização de suas diretrizes gerais, à luz da Política Industrial e de Comércio Exterior. Na nova proposta, foram estabelecidas: diretrizes específicas, metas quantitativas, prazos e responsabilidades das instituições intervenientes. Foram também identificados os recursos necessários e respectivas fontes.

A proposta do II PLANIN foi aprovada pelo Conselho Nacional de Infomática e Automação - CONIN, em sua reunião de 18 de dezembro, e encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

O CONIN, órgão formulador da Política de Informática, teve sua

composição alterada, e sua presidência ficou a cargo do Secretário da Ciência e Tecnologia (artigo 39 da Lei 8.028/90). Em reunião de 20 de novembro de 1990, o CONIN aprovou novo Regimento Interno (Resolução nº 21, de 21 de novembro de 1990, da Secretaria da Ciência e Tecnologia).

Foram realizadas quatro reuniões do CONIN, no ano de 1990, que permitiram a adoção de medidas significativas para a atualização da Política de Informática à luz da Política Industrial e de Comércio Exterior.

Foram adotadas diversas medidas com o objetivo de atualização da política de informática, quais sejam:

- elaboração e publicação da lista de produtos de informática cuja importação requer a anuência prévia do Governo, no período de 1º de janeiro de 1991 a 29 de outubro de 1992, quando será extinto esse controle conforme prevê a Lei 7.232, de 29.10.84 (Resolução nº 20, de 26.10.90, da Secretaria da Ciência e Tecnologia);

- implementação de um Programa de Melhoria da Relação de Preço/Desempenho, com mecanismos de controle dos compromissos assumidos pelas empresas produtoras dos bens cuja importação continue a requerer anuência prévia até outubro de 1992 (Resolução nº 22, de 28 de dezembro de 1990, da Secretaria da Ciência e Tecnologia);

- estabelecimento de condições permitindo as "joint ventures tecnológicas", nas quais empresas nacionais de informática podem contar com a participação tanto de capital quanto de tecnologia de empresa estrangeira.(Resolução nº 19, de 11 de outubro de 1990, da Secretaria da Ciência e Tecnologia);

- aperfeiçoamento da legislação quanto à comercialização de programas de computador e de estímulo à sua produção no País, de forma a adequar a Lei de "Software" às Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior e ao Programa Federal de Desregulamentação do Governo. Foi criada uma Comissão com o objetivo de elaborar proposta, ao CONIN, de aperfeiçoamento do texto da Lei, considerando os seguintes pontos:

  . eliminação de restrições à distribuição de programas de computador no País;

  . substituição do exame de similaridade, entre programas nacionais e estrangeiros, por outros instrumentos; e

  . avaliação da conveniência de manter-se o atual sistema de registro e cadastro de programas de computador.

- elaboração e encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei atualizando a Lei de Informática (LEI 7.234/84), no que diz respeito à definição de empresa nacional, ao estabelecimento de prazo para término da análise de projetos de desenvolvimento e producão de bens de informática e de

incentivos fiscais, além de eliminação de regras relativas à transferência de tecnologia no setor de informática, dentre outros.

As compras de bens de informática por parte do Governo Federal são muito representativas em termos de mercado nacional. De forma a definir tais compras com antecedência e propiciar melhor programação industrial e financeira das empresas nacionais, aumentando sua produtividade e reduzindo custos, a SCT estruturou processo de articulação das compras federais de bens de informática.

Como objetivo imediato, buscou-se concentrar as aquisições previstas em 1990 de forma a que as empresas nacionais pudessem superar as dificuldades geradas pela retração momentânea do mercado.

Como objetivo de médio e longo prazos, a SCT/DEPIN e a Secretaria da Administração Federal/SINFOR criaram um grupo de trabalho que elaborou relatório final, aprovado pela Portaria Conjunta nº 0003, de 17.12.90, propondo mecanismos para a operacionalização de processo normativo voltado, especialmente, para a racionalização das aquisiçõs de bens e serviços na área de informática do Governo Federal.

Com a cooperação mútua dos governos do Brasil e Argentina, em ambos os países, foram redimensionadas metas e recursos dos projetos científicos e tecnológicos do Programa Brasileiro-Argentino em Informática.

Foi estruturada a 5ª Escola Brasileiro-Argentina de Informática - EBAI, ianugurada em janeiro de 1991 em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de quinhentos pesquisadores, professores e estudantes dos dois países e de diversos outros países latino-americanos.

Como resultados relevantes de pesquisa e desenvolvimento no país, em informática, destacamos:

- avanço significativo às pesquisas referentes a processamento paralelo, com aplicação na construção de supercomputadores, notadamente nas universidades e centros de pesquisa do País; e

- encontra-se em fase de conclusão, a implantação da linha de pesquisa de confecção de máscaras para circuitos integrados e de prototipagem rápida desses componentes, no Centro Tecnológico para Informática - CTI, da SCT, em Campinas - SP.

4.3. DESENVOLVIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS NA ÁREA DE MICROELETRÔNICA

O Programa de Desenvolvimento de Circuitos Integrados na Área de Microeletrônica objetiva implantar o ciclo tecnológico completo de fabricação de circuitos integrados, que garantam a competitividade dos produtos finais da indústria eletrônica no final da década de 90, concentrando-se no desenvolvimento das tecnologias que permitam a realização de protótipos e pequenas séries de circuitos a mínimo custo e prazo. Essas tecnologias reforçam a capacidade da indústria de

equipamentos para responder com rapidez e qualidade à demanda de novos produtos de eletrônica e contribuem para a capacitação da indústria de microeletrônica na contínua otimização dos seus produtos. Abaixo apresentam-se os principais comentários a respeito do desenvolvimento desse programa durante o exercício de 1990.

a) tendo sido interrompidas, por falta de recursos, as obras de instalação da linha de fabricação de máscaras, e considerando a urgente necessidade de atendimento à demanda de serviços de prototipagem rápida, estão sendo realizadas negociações com empresas privadas, entidades de pesquisa e desenvolvimento e de financiamento, objetivando a aceleração da implantação desses serviços;

b) paralelamente às negociações acima mencionadas e visando iniciar a confecção de máscaras até o final de 1991, está sendo implantado um projeto de instalações laboratoriais alternativas e com qualidade adequada, com a finalidade de instalar os equipamentos de fabricação de máscaras, tendo-se iniciado as obras para sua construção.

c) Enfatizando sua atuação nas atividades de verificação de conformidade, ensaios de confiabilidade e análise de falhas, foram estabelecidos procedimentos padronizados, com garantia de qualidade, tendo atendido, dentro das limitações de sua capacidade, à demanda de empresas e entidades de pesquisa e ensino;

d) foram mantidas atividades de montagem e encapsulamento de pequenas séries de componentes, atendendo empresas e entidades de pesquisa e ensino;

e) dando seqüência ao desenvolvimento das tecnologias de mostradores de informação, iniciou-se a instalação de linha piloto de mostradores de cristal líquido e, em cooperação com a Universidade Estadual de Campinas e a Associação Brasileira de Informática (ABINFO), foi demonstrado um sistema de votação eletrônica, usando tela sensível ao toque;

f) o apoio à formação de Recursos Humanos foi reforçado com a realização, em conjunto com o CPqD/TELEBRÁS, ITAUCOM e SID, dos Projetos Multiusuários CMOS-4, CMOS-5 e Bipolar-2, atendendo a 14 universidades e centros de pesquisa. Iniciou-se, ainda, a implantação de um programa de reciclagem de pessoal, através de bolsas do RHAE, cobrindo ciência e tecnologia de projeto, manufatura e caracterização de circuitos integrados.

4.4. FINANCIAMENTO À PESQUISA

As ações levadas a cabo pelo CNPq em 1990 foram viabilizadas com recursos do Tesouro Nacional, envolvendo cerca de Cr$ 25,584 bilhões de cruzeiros.

As atividades desenvolvidas pelo CNPq durante este exercício foram evidentemente condicionadas por inúmeros fatores de ordem interna e externa, envolvendo aspectos políticos, administrativos e econômico-financeiros. Na realidade, o ano de 1990 pode ser caracterizado como um ano de transição, com diversas mudanças que interferiram significativamente na programação do órgão.

A maior e mais relevante mudança foi a operada com a o desencadeamento de um conjunto de políticas e projetos de modernização, com redefinições dos rumos de desenvolvimento econômico e social do País. No bojo destas mudanças, sobressaem três orientações ou prioridades governamentais que repercutiram mais intensamente na programação institucional do CNPq. A primeira corresponde ao conjunto de medidas relacionadas com a Reforma Econômica, visando ao controle da inflação e contenção do déficit público. A segunda diz respeito às diretrizes e determinações desencadeadas para a reorganização da Administração Federal implicando em remanejamentos e redução do corpo de servidores do órgão e uma intensa negociação visando assegurar as condições necessárias à preservação das relações funcionais sustentadas em critérios transparentes e de eficiência.

Um terceiro grupo de novas orientações e medidas está associado à política de modernização industrial com ênfase nos componentes de competividade, qualidade e ganhos de produtividade. Embora de repercussão mais gradual, estas diretrizes demandaram uma revisão e adequação dos programas e atividades desenvolvidas pelo CNPq.

O Plano de Trabalho proposto e executado pelo CNPq, no exercício de 1990, compreendeu um conjunto de programas e atividades envolvendo as seguintes atribuições institucionais do órgão:

- fomento;

- execução de pesquisa;

- difusão e informação

- administração.

No que tange ao Fomento, esta programação estabeleceu metas objetivas para cada modalidade de bolsa e auxílio, que constituíram o cerne dos programas básicos correspondentes a cada uma das áreas do conhecimento.

A ação de fomento prevista para 1990 apresentava perspectivas animadoras se comparada aos anos anteriores. Foi fixada uma meta global de 44.110 bolsas, logrando-se a realização de 32.240 bolsas. Ainda assim, foi superada, por larga margem, a realização dos anos anteriores.

Linhas de Bolsas no País

As metas estabelecidas para Iniciação Científica representaram um crescimento de mais de cem por cento em relação ao ano anterior. O índice de realização alcançado foi de 75%, dentro das condições ditadas pelo orçamento, bem como do comportamento da demanda.

O objetivo de ampliação do programa de Bolsas nessa modalidade é o de apoiar o surgimento de vocações científicas junto à massa de graduandos nas diversas áreas do conhecimento.

Na modalidade aperfeiçoamento obteve-se uma realização de 95% das metas, demonstrando sua importância na formação de recursos humanos em diversas áreas e novos campos do conhecimento que requerem maior flexibilidade para capacitação e atualização de pessoal engajado em atividades específicas.

Relativamente ao mestrado e doutorado, estes correspondem a modalidades do sistema de pós-graduação formal, cujas metas foram plenamente satisfeitas (100% para Mestrado e 97% para Doutorado).

Apesar do crescimento significativo havido nos últimos anos, o atual "stock" de recursos humanos qualificados em cursos de pós-graduação "strictu-sensu" ainda é insuficiente para atender à demanda crescente da sociedade e às necessidades futuras do País no que tange à sua capacitação técnico-científica.

A modalidade de pós-doutorado no País constituiu uma novidade na programação junto às Instituições consolidadas, como instrumento de intercâmbio de pesquisadores entre as entidades de pesquisa e pós-graduação nacionais.

As metas estipuladas para bolsas de pesquisa apresentaram um pequeno acréscimo em relação aos anos anteriores e foram significativamente ultrapassadas em sua realização, em cerca de 9%.

A formação de recursos humanos no exterior (linhas de bolsas no exterior) tem o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a qualificação e competência dos pesquisadores para que o país possa participar ativamente dos frutos do desenvolvimento científico e tecnológico. No âmbito do CNPq, as metas estipuladas nas diversas áreas do conhecimento são orientadas mais diretamente para o estímulo da pesquisa científica e tecnológica. De maneira particular, busca-se expandir de forma mais acentuada, a formação de pesquisadores nas áreas do conhecimento associadas às tecnologias avançadas.

A estimativa de recursos totais aplicados nos programas de Bolsas no País e no Exterior são da ordem de Cr$ 15.385 milhões.

A realização direta de pesquisa científica pelo CNPq constitui uma atividade importante ocupando mais de 50% de sua força de trabalho.

A programação desta atividade para o exercício de 1990 correspondeu ao Plano de Trabalho envolvendo as ações propostas por uma rede de dez unidades de pesquisa que também prestam serviços à comunidade em suas áreas específicas de atuação e, em alguns casos, oferecem cursos de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado.

O objetivo principal das ações arroladas nos Planos de Trabalho das Unidades foi o de dar continuidade aos projetos de pesquisa em desenvolvimento, incluindo apoios para melhoria de infra-estrutura, recuperação e ampliação de prédios e equipamentos.

Nesta linha destacam-se três Institutos que constituem exemplos marcantes por sua tradição e pelo papel que desempenham em suas áreas de conhecimento: o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), que absorveu-se Cr$ 770 milhões, dedicando-se à pesquisa em física teórica, cosmologia, física da matéria condensada, além da manutenção dos cursos de doutorado em Física; o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) que envolveu dispêndios da ordem de Cr$ 312 milhões, na promoção do conjunto de atividades de formação, pesquisa e intercâmbio; o Observatório Nacional (ON) que participou com cerca de Cr$ 467 milhões na execução orçamentária anual, aplicados na geração de pesquisa científica nas áreas de astronomia, astrofísica e geofísica bem como na manutenção de serviços técnicos essenciais ao País, como a rede gravimétrica nacional, a rede geomagnética, estações sismológicas e o serviço da hora legal.

Em outro contexto, as atividades de execução de pesquisa contemplam novas áreas de impacto importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, entre eles, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em fase de construção, viabilizando o primeiro acelerador de partículas no Hemisfério Sul. Seus dispêndios foram da ordem de Cr$ 214 milhões.

Outra unidade é o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), com dispêndios de Cr$ 388 milhões, que vem se afirmando como centro de desenvolvimento de pesquisas em ciência da computação e polo irradiador da informática e de suas aplicações.

Entre as outras unidades de pesquisa sobressai, por suas peculiaridades e tradição científica, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), cuja execução oramentária correspondeu a Cr$ 623 milhões, no desenvolvimento de 138 linhas de pesquisa e 104 projetos científicos, com destaque para a implantação do Departamento de Ecologia.

Durante o exercício de 1990, deve-se registrar o início da construção da sede própria do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), em Itajubá (MG), a manutenção do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e a extinção do Centro de Pesquisas em Ciência e Tecnologia (CPCT), cujas atividades foram incorporadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e pela Coordenadoria de Estudos do CNPq.

No campo da difusão e informação científica e tecnológica cabe destacar o papel do Instituto Brasileiro em Informação Científica e Tecnológica (IBICT), que em 1990 adotou nova estrutura, privilegiando as atividades de ensino e pesquisa, absorção de novas tecnologias, elaboração de produtos e serviços para a comunidade técnica e científica, cooperação e assistência técnica a redes e sistemas de informação. Recentemente incorporou as atividades que eram desenvolvidas pela extinta STI/MIC e pelo sistema CEBRAE, no âmbito da informação tecnológica.

Também desenvolvendo atividades orientadas para a divulgação científica, em articulação com o desenvolvimento de estudos e pesquisas em História e Filosofia da Ciência encontra-se o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

4.5. DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO EM TECNOLOGIAS ESPACIAIS

4.5.1. Ciências Espaciais e Atmosféricas

A área de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA) do INPE realiza pesquisas fundamentais e aplicadas visando adquirir um maior conhecimento científico dos fenômenos físicos e químicos que ocorrem na atmosfera e no espaço. Os resultados científicos destas pesquisas, de caráter tanto experimental como teórico, têm sido divulgados através de congressos, simpósios, relatórios e publicações em periódicos, em nível nacional e internacional. A aplicação destes conhecimentos e da tecnologia desenvolvida para obtenção e processamento dos dados necessários tem importantes implicações ambientais, sociais e econômicas, gerando importantes subprodutos de utilidade para a sociedade como um todo.

Para a obtenção dos dados necessários às pesquisas, esta área dispõe de laboratórios para o desenvolvimento do instrumental necessário, incluindo a construção de cargas úteis para lançamento a bordo de balões estratosféricos, estações de sondagem ionosférica através de ondas de rádio observatórios de luminescência atmosférica, estações de medidas geomagnétticas, equipamento de laser, estações para medidas de ozônio e radônio atmosférico, radio-observatório para estudos astrofísicos, estações de recepção de dados de satélites e sistemas computacionais de tratamento de dados. São também realizadas pesquisas utilizando medidas efetuadas a bordo de satélites através de acordos de cooperação internacional.

Vários convênios e acordos de cooperação internacionbal permitem a participação em diversas missões de âmbito internacional, notadamente com instutuições e universidades dos Estados Unidos, países da Europa, Japão e União Soviética. As principais modalidades de cooperação envolvem projetos e missões conjuntas e intercâmbio de especialistas e de informações. O INPE tem desfrutado de grande prestígio internacional, através do forte fluxo de publicações de excelência em ciência espaciais e atmosféricas, com o que tem conseguido participar de eventos com a comunidade internacional, recebendo constantes convites neste sentido.

As atividades de pesquisa nesta área, que têm sido desenvolvidas pela Coordenação Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas, está composta atualmente pelas Divisões de Geofísica Espacial; Aeronomia; Astrofísica; e pelo Centro de Lançamento de Balões.

As pesquisas realizadas nesta área, estão descritas sucintamente a seguir:

a) Divisão de Geofísica Espacial

As atividades desta divisão incluem as linhas de pesquisa Geomagnetismo, Magnetosfera, Química da Média e Baixa Atmosfera.

Em Geomagnetismo estudam-se as causas e os efeitos das variações do campo magnético terrestre, São realizadas medidas contínuas das variações do campo geomagnético, investigações da indução eletromagnética e da condutividade elétrica da crosta terrestre, e sondagens magnetotelúricas em várias regiões no Brasil e também na Antártica, através da participação do INPE em todas as expedições do

Programa Antártico Brasileiro. Dentre os resultados obtidos em 1990 encontra-se a aferição da potencialidade do método magnetotelúrico em fornecer informações úteis para a exploração de minerais, águas subterrâneas e na interpretação das características de regiões sismicamente ativas, e ainda a instalação de 50 magnetômetros para estudos do eletrojato equatorial.

A Magnetosfera conduz estudos dos processos físicos que convertem as radiações, as partículas e os campos provenientes do Sol em diversos fenômenos nas proximidades da terra. São realizados estudos teóricos de física de plasma espacial e estudos experimentais sobre plasmasfera e cinturões de radiação, integração magnetosfera e atmosfera, e interação magnetosfera e meio interplanetário, Em 1990 esta linha de pesquisa participou da primeira etapa do projeto internacional ELBBO para lançamento de experimentos a bordo de balões de longa duração.

Na química de Média e Baixa Atmosfera são investigadas reações químicas, concentrações, distribuições e as influências naturais e antropogênicas sobre os gases minoritários da atmosfera com destaque para o ozônio, monóxido de carbono, dióxido de carbono e metano. Entre os gases não reativos, destaca-se o radônio. Estes gases já foram medidos em diversos pontos do País. Em 1990 foram realizadas as missões ROCOZ, com o lançamento de 12 foguetes com ondas de ozônio (colaboração INPE/NASA) e CERRADO 90 para obtenção de dados de ozônio produzidos por queimadas no cerrado.

b) Divisão de Aeronomia

As atividades da Divisão de Aeronomia estão atualmente estruturadas nas linhas de pesquisa: Física da Alta Atmosfera e Ionosfera.

Em física de Alta Atmosfera são realizados estudos de composição, dinâmica e fotoquímica da alta atmosfera terrestre. Durante este ano continuaram-se as observações das emissões atmosféricas, foram realizadas as análises dos dados dos fotômetros e do radar de laser já obtidos, tiveram continuidade o desenvolvimento, dentre outros, de cargas úteis a serem lançadas a bordo de foguetes de sondagem e do radar de laser transportável.

Em Ionosfera realizam-se estudos experimentais e teóricos da ionosfera da região equatorial e de baixa latitude no Brasil, e seu acoplamento aos processos geofísicos de alta latitude, através de medidas obtidas em vários pontos do País e na Antártica. Em 1990, destacam-se as participações nas campanhas observacionais dos Projetos Internacionais SUNDIAL e SUPER WAG.

c) Divisão de Astrofísica

Esta divisão está atualmente estruturada em linhas de pesquisa em Astrofísica Extragaláctea, Astrofísica de Alta Energia e Radioastrofísica.

A Astrofísica Extragaláctea realiza estudos observacionais e teóricos de fenômenos energéticos localizados nos núcleos ativos de galáxia e de como a matéria e a radiação se distribuem nas galáxias e aglomerados de galáxias. Foram ralizadas diversas missões observacionais ao longo do ano no Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA/CNPq) e duas missões no Cerro Tololo Interamerican Observatory no Chile.

A Astrofísica de Alta Energia realiza estudos de fenômenos cósmicos associados a altíssimas temperaturas e partículas relativísticas, Em 1990 teve andamento o desenvolvimento de cargas úteis para os experimentos a bordo de balões para estudo de fontes pulsantes de raios-x e gama próximas ao centro da galáxia. Foram feitos estudos teóricos e observacionais da distribuição espacial da radiação cósmica de fundo e dada continuidade ao desenvolvimento de um telescópio de máscara codificada no espectro da radiação gama.

A Radioastrofísica realiza pesquisas de fenômenos espaciais, diagnosticados por ondas de rádio, principalmente em ondas milimétricas. Destaca-se em 1990, a descoberta de cinco novos masers de vapor dàgua estrelares, o monitoramento da explosão de um maser de vapor dàgua de incomum intensidade e a descoberta das estruturas finas de banda estreita de aproximadamente 20Hz, em emissão e absorção, com variação de 60%, superpostas nos espectros de regiões ativas em ondas milimétricas.

d) Centro de Lançamento de Balões

Este centro suporta as atividades de lançamento, a bordo de balões estratosféricos, de detectores de raios gama para as pesquisas em Astrofísica de Alta Energia e de experimentos para medidas de campos elétricos. Este ano foram lançados dois balões com carga útil astrofísica, em colaboração com pesquisadores japoneses.

Além destas realizações, a área preparou o Projeto SATCEA, que prevê o desenvolvimento de um satélite científico em colaboração com a área de engenharia espacial do INPE, e foram iniciados os primeiros trabalhos para a concretização deste objetivo.

4.5.2 - Observação na Terra

Os trabalhos nesta área são conduzidos pela Coordenação Geral de Observação na Terra, que foi criada em 1990 a partir da fusão das áreas de sensoriamento remoto e meteorologia. A área é responsável pelas atividades de pesquisa, desenvolvimento, aplicações e transferência de metodologias para utilização das informações derivadas dos dados dos satélites de observação da Terra, operação, geração e distribuição de produtos derivados destes dados e o desenvolvimento de tecnologias associadas a essas atividades.

Funcionalmente, a Coordenação Geral de Observações da Terra, está constituída da Divisão de Sensoriamento Remoto e Meteorologia Espacial, da Divisão de Processamento de Imagens, da Divisão de Operações; da Divisão de Ciências da Terra, da Gerência do Programa Amazônia, do Projeto Novas Aplicações e do Núcleo de Computação.

a) Divisão de Sensoriamento Remoto e Meteorologia Espacial

Em Sensoriamento Remoto os trabalhos visam obter informações a partir de dados adquiridos por sensores remotos, instalados a bordo de aviões ou satélites. As atividades nesta área incluem além do desenvolvimento de metodologia para extração de informações de imagens, a transferência ao usuário interessado e a formação de pessoal especializado no setor.

Os trabalhadores de pesquisa objetivam ampliar de forma contínua os conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao

emprego eficiente dos dados e das metodologias de sensoriamento remoto na avaliação dos recursos terrestres, além de estudos de radiometria de campo e de laboratório. Os principais trabalhos conduzidos neste âmbito foram:

- conclusão de Macrozoneamento do Vale do Paraíba e litoral norte de São Paulo, em cooperação com o consórcio de desenvolvimento da região (CODIVAP), beneficiando 36 prefeituras;

- estudo de sistemas aquáticos através de sensoriamento remoto (Hidrelétricas de Tucuruí e Barra Bonita);

- sistema de informações agrícolas com base em métodos probabilísticos de amostragem de áreas e técnicas de sensoriamento remoto;

- desenvolvimento de métodos de estimativa de produtividade;

- estudos de geobotânica na região de Carajás;

- apoio à Polícia Federal na identificação de pistas clandestinas na região indígena dos Yanomami; e

- instalação de rede de computadores no Laboratório de Tratamento de Imagens Digitais.

Em termos de orientação técnica é realizada a transfereência de connhecimentos como também das metodologias desenvolvidas para diferentes segmentos da comunidade nacional. Em 1990 foram realizados:

- VI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, em Manaus;

- IV Curso Internacional de Sensoriamento Remoto;

- II Encontro Nacional de Laboratórios de Sensoriamento Remoto;

- 22 atividades de treinamento (cursos e estágios), oferecidos a 176 pessoas; e

- apoio técnico-científico à rede de Laboratórios de Sensoriamento Remoto e assinatura de acordos visando a implantação de 02 novos laboratórios.

Em meteorologia por satélites foi dada continuidade às pesquisas e desenvolvimentos voltados para as aplicações dos satélites ambientais, notadamente para determinação de ventos a partir do movimento de nuvens, vigilância de tempo severo, temperatura da superfície do mar, sondagens atmosféricas, estimativa de precipitação e determinação de características da superfície terrestre. A estrutura segue a lógica de, a partir dos resultados das pesquisas, desenvolver algoritmos e rotinas para a sua aplicação e finalmente operacionalizá-los. Em 1990, foram ainda instaladas uma estação de recepção do satélite GOES em São José dos Campos e linhas de comunicação entre Cachoeira Paulista e São José dos Campos. As atividades em Meteorologia Espacial somadas às atividades operacionais de recepção e processamento de dados meteorológicos formam, dentro do sistema nacional de meteorologia, o Centro de Aplicação de Satélites Ambientais (CASA). Neste ano foram contratadas as obras para este Centro.

b) Divisão de Processamento de Imagens

Suas atividades concentram-se em pesquisa de técnicas avançadas de extração de informações de imagens obtidas por satélities; desenvolvimento de Sistemas computacionais e metodologias de processamento e integração de imagens e dados geográficos; transferência de tecnologia e cooperação com a indústria no desenvolvimento de produtos, difusão da tecnologia e formação de recursos humanos em nível nacional. Em 1990 foram realizados:

- industrialização das placas gráficas SITIM-340/12 e SITIM-340/28, compatíveis com microcomputadores tipo IBM-PC;

- adaptação do software MICROMAGICS (previsão de tempo gráfica) nas placas EGA e CGA para ser executado na placa SITIM-340/12;

- desenvolvimento de um sistema que integra as funções de processamento de imagens (SITIM), do sistema geográfico de informações (SGI) e de meteorologia para ser executado em ambiente de estação de trabalho;

- adaptação do software SITIM-SGI para ser executado nas placas gráficas SITIM-340/12 e SITIM-340/28.

c) Divisão de Operações

A Divisão de Operações é responsável pela operação dos sitemas de recepção, gravação, processamento e armazenamento de sinais de satélites de sensoriamento remoto, das séries LANDSAT e SPOT e, satélites meteorológicos, e ainda aprimorar as instalações através do desenvolvimento de instrumentação e de sistemas. A Divisão mantém ainda a Estação SARSAT (busca e salvamento por satélite).

Em 1990 foram produzidas e comercializadas cerca de 4000 imagens, entre fitas compatíveis com computador e fotos em papel. Neste período foi adquirido um moderno sistema de processamento de imagens SPOT, a ser instalado em 1991, visando o aumento da capacidade de geração de produtos oriundos do satélite francês. Foi obtido ainda, através de acordo com o Canadá, um Sistema de recepção e processamento para o satélite ERS-1 (radar de microondas), a ser instalado também em 1991. Foram adquiridos também um sistema de processamento de meteorologia e um gravador de alta densidade para recuperação MSS.

d) Divisão de Ciências da Terra

A Divisão de Ciências da Terra objetiva promover e realizar pesquisas científicas em ciências atmosféricas e oceânicas em âmbito regional, nacional e internacional. As seguintes linhas de pesquisa vêm sendo desenvolvidas na Divisão: Micrometeorologia, Climatologia, Oceanografia, Geoquímica Ambiental, Física de Nuvens e Instrumentação.

Em Micrometeorologia foram realizados estudos da camada limite da atmosfera em tópicos como: estudos de balanços de radiação e energia; modelagem de evapo-transpiração, processos termodinâmicos que governam os transportes verticais de massa e energia; escoamento de fluidos

estavelmente estratificados em regiões atmosféricas; estudos sobre a interação da Floresta Amazônica com a atmosfera.

Em instrumentação foram realizados os testes de campo da estação automática de micrometeorologia, foi iniciado o desenvolvimento de uma estação sinótico-meteorológica e foram construídos 73 radiômetros que serão utilizados para estudos de balanço de radiação na Amazônia.

Em Oceanografia foi realizado um experimento marítimo para testar um novo desenho de bóia oceanográfica ancorada com torres meteorológica com aeroleme e bússola e foi iniciado um estudo para utilização de subsistemas e sensores desenvolvidos no INPE em bóias de sinalização da Marinha. Teve desenvolvimento ainda a pesquisa sobre mudanças globais causadas por processos oceânicos em várias escalas de tempo.

Em Geoquímica Ambiental foi implantado o projeto de análise das características hidrogeoquímicas da Bacia do Rio Buquira na região de Campos do Jordão, foram construídas 5 unidades de coletores automáticos de chuva e foi concluído o projeto COST, coordenado pelo INPE com participação de 5 universidades brasileiras, e teve por objetivo analisar a qualidade da água de chuva em vários pontos do litoral brasileiro.

Em Física de Nuvens vem se desenvolvendo o programa física da precipitação-gerenciamento de recursos hídricos em convênio com a Fundação Cearense de Meteorologia.

e) Gerência do Programa Amazônia

Esta Gerência é responsável pela coordenação do Programa de Monitoramento Ambiental da Amazônia que engloba projetos relacionados à Amazônia, desenvolvidos em várias áreas do INPE. Ele foi estabelecido no início de 1989 como parte do Sistema de Monitoramento Territorial do Programa Nossa Natureza, lançado pela Presidência da República, para coordenar trabalhos científicos do Instituto que têm produzido dados relevantes a este ecossistema de importância global e as alterações que nele se verificam em decorrência do atual processo de ocupação.

Seu principal objetivo a médio prazo, em relação à Amazônia, é apoiar e expandir atividades de levantamentos de novos dados, monitorar suas condições ambientais e modelar efeitos das alterações na cobertura vegetal pela ação antrópica, contando para isso com apoio de pesquisadores e técnicos do INPE e de Instituições a ele associadas com a mesma finalidade, com recursos internos e obtidos de fontes diversas nacionais e estrangeiras.

Em sequência, são apresentados os principais resultados dos subprojetos:

- a vigilância de queimadas por satélites tem sido executada operacionalmente pelo INPE que fornece às instituições do meio ambiente, as coordenadas dos principais focos de queimadas, o que permite as ações de controle e combate;

- o Subprojeto de Monitoramento da Vegetação na Amazônia Legal tem produzido uma base de dados bastante útil e confiável,

tendo concluído o levantamento dos desmatamentos do ano de 1989;

- vários estudos teóricos vêm sendo executados para determinação dos limites fitogeográficos e correlação de dados obtidos por satélites;

- os estudos de limnologia de grandes lagos na Amazônia estão sendo realizados com o auxílio de fotos de satélitis e excursões aos locais de interesse. Os resultados destas pesquisas permitirão avaliar o impacto dos grandes reservatórios na Amazônia, principalmente naquilo que se refere ao seu melhor aproveitamento para as populações locais;

- o subprojeto Desmatamento ampliou-se para se iniciar a caracterização dos diferentes tipos de antropismo, além de através da implantação do sistema de informação geográfica para Amazônia, definir-se as alterações da cobertura vegetal nos diferentes ecossistemas; e

- o Subprojeto Mudanças Climáticas foi ampliado com o Subprojeto ABRACOS (Anglo Brazilian Amazonian Climate Observersation Study) que tem como principais objetivos a comparação das condições de clima entre áreas com floresta e áreas desmatadas. Foram instaladas estações automáticas para estudos microclimáticos e do mesoclima, com recepção remota, e que serão operados por cinco meses. A primeira missão com duração de 60 dias contou com a participação de pesquisadores do Reino Unido, do INPE e do INPA. Neste Subprojeto os estudos de trocas de massa e energia entre a atmosfera e as coberturas vegetais na Amazônia visam determinar as trocas de calor sensível e calor latente em locais com coberturas vegetais de diversos tipos. Os conhecimentos aqui gerados deverão ser usados na modelagem de possíveis efeitos e modificações dos ecossistemas.

f) Projeto Novas Aplicações

Este projeto teve início em 1989 com o nome de Programa de Microondas com o objetivo principal de dotar o Brasil de capacitação tecnológica, tanto em conhecimento quanto em instrumentação, na área de Sensoriamento Remoto nas faixas de microondas. Em 1990, foi dada continuidade a capacitação de recursos humanos, ao desenvolvimento do projeto de un reflectômetro transportável, à estudos teóricos e experimentais da interação energia/matéria em microondas e a estudos sobre a extração de ruído speckle em imagens radar. O INPE instalará em 1991 uma estação de recepção e processamento para o satélite ERS-1 da ESA, obtida através de acordo com o Canadá.

g) Núcleo de Computação

Em 1990 o Núcleo de Computação participou do gerenciamento da implantação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), com a aplicação de métodos da Engenharia de Sistemas e softwares especializados, integrou projetos de interpretação de imagens

utilizando-se técnicas de Inteligência Artificial e foi dada continuidade aos estudos de sistemas integrados de previsão de tempo.

4.5.3 - Engenharia e Tecnologia Espacial

A comprovada importância da utilização de satélites no Brasil levou o INPE a voltar-se para o desenvolvimento de tecnologias espaciais que têm resultado nas mais diversas aplicações. O instituo montou uma sólida infra-estrutura em laboratórios, equipamentos e recursos humanos, e hoje é capaz de desenvolver projetos que exigem tecnologias de ponta. Os trabalhos realizados têm por finalidade desenvolver capacitação tecnológica para assegurar a continuidade do programa espacial brasileiro, através do futuro engajamento do INPE no desenvolvimento de outros satélites ou subsistemas espaciais.

Presentemente, as atividades desta área estão votadas principalmente para atender aos programas da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) e do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), que aparecem em item específico.

As atividades nesta área são desenvolvidas pela Coordenação Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial através das Divisões de mecânica, de Eletrônica I, de Eletrônica II e de Manufatura, pelas Gerências do Programa Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), do rograma Sino-brasileiro (CBERS) e de Novos Satélites, e ainda pelo Serviço de Garantia do Produto.

Além dos trabalhos da MECB e CBERS, tiveram andamento em 1990, os projetos: métodos variacionais e numéricos para análise de estrutura; revestimento para redução do arrasto de fricção; controle térmico; metodologias para testes térmicos de satélite; veículos recuperáveis; desenvolvimento de software para análise térmica; tecnologia de materiais; métodos avançados da mecânica contínua; desenvolvimento de tubos de calor; sistemas propulsivos; estimadores de controle de altitude; sensor de horizonte; unidade inercial; desenvolvimento de dispositivos de controle; controle de altitude; e engenharia de computação.

a) Missão Espacial Completa Brasileira (MECB)

Este programa, no INPE, compreende o projeto e fabricação de quatro satélites, sendo dois para a coleta de dados ambientais (SCD1 e SCD2) e dois para sensoriamento remoto de recursos naturais (SSR1 e SSR2), bem como a implantação de uma infra-estrutura em solo para o rastreio e controle dos satélites e processamento dos dados de carga útil.

Em 1990 foram concluídos a fabricação e os testes dos equipamentos de vôo do primeiro satélite de coleta de dados (SCD1). Foram concluídos também os testes de qualificação do modelo estrutural refeito após o insucesso nos testes de qualificação realizados em 1987. Com isto, foi possível iniciar a integração final do modelo de vôo do satélite, após o que ele passará por uma bateria de testes funcionais e ambientais que visam verificar a sua aptidão para o lançamento. A conclusão desses testes está prevista para agosto de 1991.

O Segmento de Solo, para o rastreio e controle do SCD1, é constituído por um centro de controle em São José dos Campos

(já instalado), por uma estação terrena em Cuiabá (parcialmente concluída) e outra em Alcântara (obras em andamento) e por um centro de missão em Cachoeira Paulista (já instalado) para o processamento de dados de carga útil. As tarefas mais importantes em 1990, relativas a este segmento foram: desenvolvimento do software de rastreio e controle do satélite, continuidade das obras e serviços em Cuiabá para a implantação da estação terrena e integração da estação terrena piloto. Será integrado todo o segmento de solo que deverá estar operacional em 1992.

Considerando-se a situação de desenvolvimentodo SCD1 e do Segmento de Solo, estima-se que o primeiro satélite poderá ter o seu lançamento realizado no primeiro trimestre de 1992.

O desenvolvimento do SCD2, cujo projeto é semelhante ao SCD1 teve continuidade em 1990 com o desenvolvimento do modelo de vôo dos equipamentos recorrentes (reprodução daqueles que não sofreram alteração de projeto) e do modelo de qualificação dos equipamento modificados. Este desenvolvimento está sendo feito em parte no INPE e em parte na indústria nacional. Neste último caso enquadram-se o transponder de carga útil, com contrato já em andamento, estrutura, transponder de comunicação, painel solar e pequenas partes mecânicas. Este satélite deverá estar concluído até o final de 1992.

As atividades referentes aos satélites de sensoriamento remoto em 1990 se ativeram ao desenvolvimento do projeto preliminar ao nível de sistema. Com relação a esses satélites o INPE buscará uma participação crescente da indústria nacional. Estão em fase de contrato o projeto e desenvolvimento dos subsistemas estrutura, suprimento de energia e carga útil e do equipamento decodificador de telecomandos, A conclusão dos satélites está prevista para 1995 (SSR1) E 1996 (SSR2).

b) Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS)

O Programa CBERS objetiva o desenvolvimento e operação em órbita de dois satélites para monitoração de recursos terrestres. É um programa em cooperação com a República Popular da China e teve início efetivo em setembro de 1988. As fases A e B do programa, respectivamente de concepção e especificação, foram executadas e concluídas até novembro de 1989.

Com as especificações congeladas dever-se-ia iniciar a fase C de fabricação dos modelos de engenharia e qualificação dos equipamentos dos satélites. Devido a dificuladaes orçamentárias, o início do trabalho da fase C no Brasil, foi adiada, Em junho de 1990 foi realizada uma reunião do mais alto nível de gerenciamento em Beijing, China, quando avaliou-se o estado do Programa e delineou-se novo planejamento para o ano.

Nesta reunião foram discutidos problemas existentes com o controle dos satélites em órbita bem como com a integração de um modelo de vôo do satélite no INPE. A posição brasileira foi claramente colocada ficando o lado chinês de, após consultar as autoridades no país, dar uma resposta sobre as demandas do INPE.

Devido aos atrasos ocorridos não foi possível cumprir o cronograma estabelecido, havendo necessidade de nova programação com atraso na data de lançamento dos satélites.

Um novo cronograma para o Programa deverá ser estabelecido após a reunião extraordinária do Comitê de Gerenciamento ocorrida em dezembro de 1990.

c) Divisão de Manufatura

Esta divisão atende às necessidades do INPE quanto a oficina mecânica, desenho, fabricação de circuitos impressos, computação gráfica, montagem de equipamentos eletrônicos e engenharia de produto.

4.5.4. Tecnologias Associadas

O INPE tem desenvolvido atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas do conhecimento que não são exclusivas do setor espacial, mas que lhe dão suporte. Essas atividades estão agrupadas funcionalmente em um órgão denominado Centro de Tecnologias Associadas, composto de Laboratórios Associados que atuam nas áreas de Sensores e materiais, Plasma, Computação e Matemática Aplicada (que inclui o Serviço de Processamento de Dados), e Combustão e Propulsão.

a) Laboratório Associado de Sensores e Materiais (LAS)

O Laboratório Associado de Sensores e Materiais - LAS, tem por objetivo pesquisa e o desenvolvimento em áreas correlacionadas à Tecnologia Espacial envolvendo a Detecção de Radiação, Geração de Energia no Espaço e Sensoriamento Ambiental. Suas atividades vão desde a fabricação dos materiais a serem utilizados, em sensores até o desenvolvimento destes dispositivos, passando pelo estudo da Física relacionada ao seu funcionamento. As principais atividades realizadas em 1990 foram:

- Sensores de Radiação: projetado e construído um novo reator epitaxial do tipo HWE; desenvolvimento de detectores quânticos para radiação entre 5 e 12 microns; continuação do desenvolvimento de membranas piezo e piroelétrica de PVDF;

- Micro-sensores de Silício: completados protótipos de sensores piezoresistivos para pressões diferenciais e acelerômetros; instalados diversos processos de fabricação;

- Células Solares de Uso Espacial: fabricado um lote de células solares, bem como células com qualificação espacial com eficiência de 11,5%, desenvolvidos modelos numéricos para otimização e caracterização realizados testes de qualificação de protótipos de painéis solares;

- Crescimento de Cristais: crescidos monocristais PbSnTe, HgCdTe, PbS, GeTe, InSb e KCl, para pesquisas em detecção de radiação; continuação das pesquisas conjuntas com o IKI-URSS para crescimento de cristais em micro e macrogravidade; modelagem numérica da distribuição longitudinal de solutos em cristais.

- Técnicas Fototérmicas: desenvolvimento de instrumental e continuação das pesquisas para caracterização óptica e térmica de materiais; e

- Teoria de Semicondutores: desenvolvidos modelos teóricos e estudos aplicados.

b) Laboratório Associado de Plasma

O Laboratório Associado de Plasma (LAP) tem pro objetivos gerais estudar a Física de Plasmas e desenvolver suas aplicações. A Física de Plasmas combina conceitos de eletromagnetismo, física de fluídos, mecânica estatística e física atômica numa metodologia unificada para o estudo e utilização prática de gases ionizados. As principais aplicações da Física de Plasmas volta-se para a pesquisa espacial e para a fusão termonuclear controlada, que muito estimularam o avanço desta ciência. Outras aplicações incluem novos tipos de fontes de radiação coerente, propulsores iônicos, técnicas avançadas de separação de isótopos e fontes de plasma para processos. Os principais resultados obtidos são:

- Plasma Quiescente: automatização da medida do potencial de plasma, desenvolvimento de catodos de Ni/BaO, medição do perfil espacial da densidade de íons de H-; geração e detecção de ondas Langmuir lineares; medição do potencial de plasma nas proximidades de esferas metálicas;

- Plasma Magnetizado: otimização do dispositivo de confinamento magnético de plasma por restrição a campo inverso; obtenção de diafragma para estudo do mecanismo de geração de campo inverso pelo efeito dínamo; desenvolvimento de diagnósticos para análise de instabilidades MHD, por espectroscopia ótica e por sonda direcional; medição de parâmetros de plasma;

- Centrífuga de Plasma: construção e testes de circuito formador de pulso para obter corrente de plasma de 1KA constante durante 12 ms desenvolvimento de circuito de varredura de sondas de Langmuir para medição de temperatura eletrônica, densidade e potencial de plasma durante uma única descarga; construção de espectrômetro de massa;

- Propulsão Iônica: instalação e caracterização do sistema de alto-vácuo da câmara de testes de propulsores iônicos; instalação de um sistema de análise de gases residuais na câmara de testes; instalação e testes do sistema de controle de fluxo de massa; projeto da câmara de ionização; projeto do sistema de emissão de elétrons;

- Plasma e Radiação (Girotron): construção e testes do sistema de bobinas magnéticas; testes do sistema de refrigeração das bobinas magnéticas; confecção do canhão de elétrons; instalação e testes do sistema de alto-vácuo; preparação de cátodos de Ba/Sr; montagem da fonte de alta tensão; e

- Plasma Toroidal: conclusão do projeto conceitual do tokamak de pequena razão de aspecto Proto-ETA; estudos de estabilidade em descargas de alto beta do tokamak JET; estudos de acessibilidade e absorção de ondas híbridas inferiores em tokamaks de pequena razão de aspecto; estudos de aquecimento e pré-ionização de plasmas em tokamaks por ondas de radiofrequência.

c) Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada (LAC)

Visa desenvolver projetos de pesquisa em conjunto com outras unidades do INPE e entidades externas, bem como pesquisar assuntos de interesse da instituição que demanda pessoal altamente treinado nessas áreas. Os principais resultados obtidos em 1990 foram:

- Inteligência Artificial e Algoritmos: pesquisas em inteligência artificial; visão computacional; representação do conhecimento; lógica temporal e algoritmos de interpolação numérica e correlação automática para geração e avaliação de modelos digitais de elevação;

- Pesquisa Operacional: pesquisas em otimização e sistemas estocásticos;

- Engenharia de Software: proposta de um laboratório de engenharia de software para atender o INPE;

- Transferência de Calor: soluções analíticas e numéricas para problemas envolvendo transferência de calor; e

- Wavelets: estudos técnicos desta nova técnica de análise de sinais.

d) Laboratório Associado de Combustão e Propulsão (LCP)

Situado em Cachoeira Paulista, tem como função dar suporte às atividades do INPE e interagir com a comunidade externa dentro de seu campo de especialidade. Principais resultados obtidos em 1990:

- Desenvolvimento de Propelentes Líquidos: obtenção de cetazina (produto intermediário); construção do equipamento para hidrólise da cetazina (última fase do processo de obtenção de hidrazina);

- Desenvolvimento de Catalisadores: obtenção de diversos lotes de catalisadores com diferentes características de suporte; início dos testes de desempenho em propulsor;

- Sistemas Propulsivos Dipropelentes Líquidos: construção e testes de motor em nióbio, empuxo 100N;

- Pesquisa de Combustores Pulsantes: condução de pesquisa básica sobre queima pulsante de turfa filandesa; e

- Prestação de serviços: entrega de protótipo de incinerador de resíduo industrial, capacidade 40kg/h (Liquid Carbonic); projeto, construção, testes e entrega de injetores de combustível e resíduo aquoso, capacidade 120 kg/h (Peróxidos do Brasil); projeto conceitual de protótipo de queimador de gases para plataformas (CENPES/Petrobras).

4.5.5. Centros Operacionais

a) Laboratório de Integração e Testes (LIT)

O LIT é um grande conjunto de laboratórios com a finalidade principal de realizar a integração e testes de satélitres artificiais. Em 1990 o Laboratório realizou todas atividades de testes (qualificação, aceitação, funcionais) requisitadas pelo primeiro satélite da MECB, cujo modelo de vôo se encontra em fase de pré-integração. Foram realizados também todos os testes requisitados dos subsistemas do segundo satélite. O LIT realizou ainda a manutenção de instrumentos eletrônicos e computacionais do INPE e outros órgãos. Em 1990 foram atendidos cerca de 80 pedidos de testes oriundos de clientes externos.

b) Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC)

As atividades do CPTEC no decorrer do ano de 1990 voltaram principalmente para a sua implantação.

As atividades já operacionais de Monitoramento do Tempo tiveram prosseguimento, tanto para o atendimento de usuários institucionais setoriais externos como para o apoio a experimentos internos do lançamento de balões estratosféricos. Na área de clima, o CPTEC editou regularmente o seu Boletim de Monitoramento Climático - CLIMANÁLISE - com tiragem de 1.200 exemplares mensais.

5. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

As atribuições da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM/PR), na condução da política ambiental, podem ser sistematizadas em três conjuntos básicos:

a) planejamento, coordenação e disseminação, consubstanciados, respectivamente, no Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), tendo a SEMAM como órgão central e o IBAMA como órgão executivo;

b) educação ambiental, para mobilização da coletividade, o monitoramento e fiscalização de caráter preventivo e repressivo dos agentes poluidores e predatórios, e a geração e difusão de ciência e tecnologia para utilização sustentada dos recursos do meio ambiente; e

c) unidades de conservação, em que se preservam ecossistemas vulneráveis, a recuperação de áreas já degradadas e o desenvolvimento ecologicamente sustentado, que busca a adequação ambiental de todas as ações antrópicas.

No âmbito interno, pelas dimensões continentais do País e pela natureza multissetorial da função de preservação, os delineamentos da política ambiental evoluíram para modalidades essencialmente integradas, descentralizadas e participativas. A Constituição Federal inclui a preservação do meio ambiente entre as áreas de competência comum e concorrente, da União, Estados e Municípios. No âmbito do Governo Federal, os Ministérios e órgãos setoriais articulam-se com a SEMAM para viabilizar um ação abrangente e equilibrada nas questões de meio ambiente, introduzindo uma nova sistemática, adotada a partir de 1990.

No plano internacional, o governo se posiciona no sentido de colaborar com os esforços que se realizam mundialmente para avaliar e corrigir os desequilíbrios ecológicos globais. Objetiva, também, transmitir uma imagem correta, sem distorções, dos problemas ambientais brasileiros e suas implicações sócio-econômicas, evidenciando as necessidades de cooperação tecnológca e financeira internacional para programas de preservação ambiental no País. A II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada no Brasil, em 1992, constituirá, na visão do governo, um foro para definir o papel de cada País e do conjunto das nações na criação de novas perspectivas para o futuro ecológico comum.

Além da ação institucional, relacionada com a implantação da nova estrutura organizacional do setor, fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e aperfeiçoamento da legislação e da coordenação intersetorial no âmbito do poder público e instituições privadas, a SEMAM desenvolveu suas atividades, em 1990, tendo como principais diretrizes a modernização da política de meio ambiente, o incentivo à educação ambiental, a elaboração do zoneamento ecológico-econômico, o apoio a modelos de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis e a articulação técnica, científica e financeira com o exterior.

As principais atividades e programas desenvolvidos pela SEMAM, no exercício, foram:

- coordenação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a ser financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de preservar os ecossistemas nacionais e fortalecer os órgãos de meio ambiente;

- operacionalização do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);

- coordenação do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), que deverá ser concluído em 1991, objetivando apoiar os órgãos responsáveis pela preservação ambiental, proteger os indígenas e realizar ação fundiária na regial de influência da rodovia BR-364;

- participação na Comissão Interministerial encarregada de organizar a II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e apoio ao Ministério das Relações Exteriores no Comitê Intergovernamental de Mudaçãs Climáticas, no Protocolo de Montreal sobre proteção da camada de ozônio da atmosfera, no Tratado de Cooperação Amazônica, na Comissão de Estudos sobre Diversidade Biológica e na programação da Comissão Internacional da Baleia;

- participação no desenvolvimento do projeto de zoneamento ecológico-econômico, no grupo de trabalho sobre a situação atual do Programa Nacional de Energia Nuclear, e na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), encarregado de coordenar as ações de gerenciamento costeiro, Programa Antártico, levantamento da plataforma continental e outras;

- coordenação das ações visando à efetiva integração dos órgãos federais aos princípios da preservação do meio ambiente; e

- formulação das diretrizes federais de regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente, das Estações Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental (APA), bem como dos decretos de criação de diversas unidades de preservação.

O IBAMA desenvolveu sua ação enfatizando a proteção dos grandes ecossistemas nacionais, o controle e prevenção da poluição urbana, a fiscalização e controle do uso dos recursos naturais e dos processos de transformação dos produtos, o apoio ao uso sustentado dos recursos naturais renováveis, o gerenciamento, implantação e manejo de unidades de conservação (parques e reservas) e o incentivo à pesquisa para aperfeiçoar a tecnologia de uso racional dos recursos naturais e de proteção ao meio ambiente.

Entre as diversas ações do IBAMA, em 1990, destacam-se:

- programa de sensoriamento remoto aplicado à gestão do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, compreendendo ações de monitoramento, mapeamento e zoneamento em diversas regiões do Brasil;

- combate preventivo às queimadas e ao desmatamento em todo o território nacional, sobretudo em regiões florestais e áreas de preservação, envolvendo cerca de 3 mil agentes;

- execução da "Operação Amazonica", para combater as queimadas e desmatamentos na região, envolvendo cerca de 320 agentes;

- operação permanente de fiscalização, para preservar as áreas remanescentes da Mata Atlântica;

- gerenciamento, com implantação de infra-estrutura, vigilância, demarcação, regularização, fundiária, pesquisas e planos de manejo de 34 parques nacionais, 23 reservas biologicas e 84 estações ecologicas, abrangendo 2% do território brasileiro;

- cadastramento de garimpos e garimpeiros, visando avaliar o nível de degradação e contaminação ambiental das áreas, e início das ações de recuperação e controle;

- inventario de resíduos industriais perigosos e avaliação ecotoxicologica da contaminação por agrotoxicos envolvendo trabalhos de pesquisa e ações corretivas e normativas;

- recuperação e aparelhamento do Centro Nacional de Conservação e Manejo dos Sirenios, do Centro de Recuperação e Reintrodução de Animais Silvestres (CEBRAS), do Centro de Estudos do Migrações de Aves (CEMAVE), do Centro Nacional de Conservação e Manejo de Quelonios da Amazonia (CENAQUA), e dos demais centros de conservação e manejo da fauna;

- fiscalização e combate ao trafico de peles, à pesca predatoria e a caça de animais do Pantanal Mato-Grossense, em ação conjunta com a Polícia Federal e Polícia Florestal;

- combate à pesca predatória e vigilancia dos defesos do camarão, lagosta, sardinha e outras especies, proibição temporaria da pesca profissional nos periodos de piracema, coibição do uso de apetrechos impropios a pesca e execução do projeto IARA de aproveitamento racional de recursos pesqueiros;

- execução do projeto de viabilização socio-economica, de reservas extrativistas;

- implantação de seringais em áreas favoraveis, apoio ao processo produtivo em ares de seringais nativos e de cultivo, manutenção dos niveis de produção e comercialização da borracha natural e regulação do abastecimento e preços no mercado nacional de borracha; e

- treinamento e capacitação de recursos humanos para atividades de gerenciamento, assitencia técnica, controle e fiscalização ambiental.

6. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Secretaria do Desenvolvimento Regional - SDR foi estruturada no âmbito da Presidência da República como órgão de assistência direta ao Presidente da República. Para tanto, articula-se com as demais Secretarias e com os Ministérios setoriais objetivando o estabelecimento de consistente estratégia regional, como componente do Plano Brasil Novo, nos termos do art. 50 do Decreto nº 99.244, de 10.5.90, que dispôs sobre a nova estrutura do Governo Federal.

Estão diretamente vinculadas à estrutura da Secretaria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), além da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR). Com a reforma administrativa, foram transferidos para a competência da SDR o Programa Grande Carajás e as atribuições das extintas Superintendências de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e da Região Sul (SUDESUL), assim como do Instituto do Açucar e do Álcool (IAA) e de parte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Diante do quadro de intensas e persistentes disparidades de níveis de desenvolvimento existentes entre as diferentes regiões do País, que configuram um dos grandes desafios da sociedade brasileira na atualidade, a ação da Secretaria tem sido orientada dentro das seguintes diretrizes:

- atenuar os desequilíbrios intra e inter-regionais;
- alcançar o máximo proveito em áreas-programa estrategicamente escolhidas;
- alcançar melhores níveis de qualidade de vida das populações marginalizadas em bolsões de pobreza e em áreas de tensão social;
- promover a interiorização do desenvolvimento através da implementação de programas estratégicos;
- promover o descongestionamento e a descentralização da atividade econômica, com alívio das megalópoles e de outros centros urbanos saturados;
- formular modelos alternativos de desenvolvimento, baseados no ecodesenvolvimento, com melhoria da qualidade de vida e elevada utilização de tecologia apropriada;
- racionalizar a agroindústria açucareira, com atuação normativa do Poder Público e fomento à iniciativa privada;
- atuar em áreas de recuperação de terras e combate aos efeitos de enchentes e de erosão; e
- promover e incentivar o turismo.

Ainda dentro da programação relativa ao primeiro ano de Governo, desenvolveu-se grande esforço na consecução de ações programáticas e de cunho normativo, que visaram, precipuamente:

- dar maior eficiência à atividade governamental no campo das questões sucroalcooleiras, liberando-se o segmento produtivo da tutela do Governo;

- dar continuidade às obras de saneamento, de controle de enchentes e na recuperação de terras;

- fomentar a expansão do turismo receptivo e interno, inclusive com base no turismo ecológico;

- fortalecer e aprimorar a legislação da Zona Franca de Manaus; e

- realizar, no âmbito das macro-regiões, amplo conjunto de programas e projetos de interesse regional, a partir dos recursos orçamentários consignados.

Destacam-se, também os trabalhos de revisão do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR e Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e de consolidação dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

6.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Região Norte

- **Programas de Cooperação Fronteiriça:**
  Visam a implantação de programas de desenvolvimento regional em áreas de fronteiras objetivando geração de empregos e elevação da renda regional; integração das áreas fronteiriças à vida sócio-econômica dos respectivos países; fortalecimento dos governos locais; proteção às comunidades indígenas e difusão de tecnologias adequadas;

- Plano Modelo de Desenvolvimento Tabatinga/Apapóris:
  Iniciado em 1988, compreende uma área de 28 mil Km2 no extremo oeste do Estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia. Foi elaborado o Diagnóstico Regional Integrado da área e definidas as estratégias, objetivos e políticas, bem como definição de projetos prioritários para o desenvolvimento integrado da área. Foram, ainda, elaborados 21 pré-projetos selecionados, sendo 9 binacionais e 12 nacionais;

- Programa de Desenvolvimento das Comunidades Fronteiriças Brasileiro-Peruanas:
  Iniciado em 1989, com base no Tratado da Amizade e Cooperação Brasil-Perú (1979) e na Declaração de Rio Branco (1987), firmada pelos governos dos 2 países, cobrindo uma área de 10.320 Km2, abrangendo o Município de Assis Brasil (AC) e a

Província de Tahuamanu, no Perú. Foram realizados estudos básicos destinados a apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento (elaboração de diagnósticos e definição de políticas); identificação de 6 projetos binacionais e 12 nacionais, nas áreas de produção, social, meio ambiente e comunidades indígenas, e desenvolvimento urbano. Elaboração dos estudos de pré-viabilidade para os projetos identificados;

- Programa de Desenvolvimento das Comunidades Fronteiriças Brasileiro-Bolivianas:
  Iniciado em 1990, com base na Declaração Conjunta de La Paz (1989), firmada pelos respectivos Governos, cobre uma área de aproximadamente 280 mil Km2, visando realizar estudos básicos para o Diagnóstico Regional; Realização de estudos básicos de campo para o dagnóstico nos municípios de Brasiléia (AC), Guajará-Mirim e Costa Marques (RO);

- Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia:
  Esse Programa objetiva o apoio a instituições que vêm desenvolvendo estudos para o zoneamento da Amazônia, através de colaboração técnica e financeira, contemplando processamento de dados, desenvolvimento de metodologias e treinamento de equipes multidisciplinares.

Região Nordeste

- formulação de um plano emergencial para enfrentamento dos efeitos da estiagem parcial ("Seca Verde") na região Nordeste;

- acompanhamento sistemático da programação das ações dos Ministérios, Secretarias e demais órgãos federais, desenvolvidas no Nordeste, bem como das aplicações do Fundo Constitucional do Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR;

- acompanhamento das ações desenvolvidas pela SUDENE, em especial daquelas referentes ao planejamento e elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional; e

- elaboração de proposta de cooperação técnica CEPAL/SDR-SUDENE, com vistas ao fortalecimento técnico-institucional das instâncias locais de planejamento e administração do desenvolvimento rural da Região Nordeste.

Região Centro-Oeste

- ações de desenvolvimento regional, destacando-se a realização de projetos de interesse do meio rural e de pequenas comunidades, e aplicações na infraestrutura social e econômica de Rondônia e de Goiás;

- Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - PROCENTRO, Implementação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia -

PLANAFLORO; Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso - PRODEAGRO: **Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal**; Ecodesenvolvimento do Pantanal Matogrossense; combate a Erosão em Goiânia (GO), Ponta Porã (MS), Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antonio do Leverger, Varzea Grande e São José do Rio Claro (MT); construção da Usina Hidrelétrica de São Domingos (GO) e armazéns comunitários no Mato Grosso.

6.2. PLANEJAMENTO REGIONAL

Região Sul-Sudeste

- participação no Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 99.400, de 18.7.90, que visa a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e ao estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos;

- negociação com a Missão de Cooperação Técnica do Japão - JICA, sobre a continuidade da cooperação técnica do DNOS em projetos de engenharia fluvial, em especial o Projeto Itajaí;

- participação nos trabalhos de Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional, no que tange às regiões Sul e Sudeste, como resultado das atividades do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 99.540, de 21.9.90;

- definição de ações visando a integração dos Países do Cone Sul, através da SDR;

- participação no Projeto Microbacias, da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Estado de Santa Catarina;

- reestudo dos projetos relativos à drenagem no Vale do Rio Tubarão, e redragagem do Canal de Tubarão, no Estado de Santa Catarina;

- participação nos estudos preliminares para o Planejamento do Rio Gravataí, no Rio Grande do Sul, dentro de Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil (através do extinto DNOS) e a República Federal da Alemanha;

- avaliação do Projeto do KFW, Banco de Fomento Alemão, para o Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo/RS; e

- tratativas com relação ao Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia da Lagoa Mirim/RS e ao Tratado Binacional Brasil-Uruguai, visando dar continuidade aos mesmos.

A programação no âmbito da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL constitui-se num programa de pré-investimentos estratégicos, onde destacam-se os seguintes subprogramas:

- subprograma de Insumos Básicos:
  foi desenvolvida a fase de diagnóstico, consubstanciada nos relatórios finais relativos à infra-estrutura de transporte e energia, recursos naturais e meio-ambiente, siderurgia, cimento, fertilizantes, carboquímica fina, celulose e papel;

- subprograma de Modelo Energético Regional:
  considerando que a Região Sul detém cerca de 60% do potencial energético nacional, o Subprograma visa a definição de um modelo energético regional que aponte alternativas de maior significado estratégico, evitando-se o risco de consagrar uma matriz energética que imponha restrições ao conhecimento e à modernização tecnológica.

- Subprograma de Transportes:
  objetiva ampliar e diversificar o sistema de transportes da Região Sul, de modo a reduzir custos de deslocamentos da produção, incorporar espaços sub-regionais economicamente deprimidos e promover a integração da economia regional com o restante do País e com os países do Cone Sul.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul visa promover o desenvolvimento integrado da Bacia do Rio Mampituba, mediante o uso adequado dos solos e dos recursos hídricos. Dentro dos Subprogramas Sombrio e Vales do Rio Mampituba, as ações incluíram a drenagem de áreas, retomada das obras da Barragem do Rio Leão, conclusão de aqüedutos, elaboração de estudos agroeconômicos, hidrológicos e topográficos do Rio Mampituba, elaboração de cartografia planimétrica complementar e avaliação dos elementos hidrológicos no que tange à transposição de bacias.

O Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia da Lagoa Mirim tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social, do lado brasileiro, da bacia hidrográfica da Lagoa Mirim, através de projetos de irrigação e geração de energia. As ações desenvolvidas foram no sentido da operação e manutenção da Barragem Eclusa do Canal de São Gonçalo, possibilitando o fornecimento de água potável a 200 mil habitantes e ao complexo portuário e industrial do município de Rio Grande e assegurando o suprimento de água para irrigação de 120.000 hectares de arroz, bem como a operação e manutenção do Distrito de Irrigação do Arroio Chasqueiro, envolvendo a conclusão da construção de 15 km de canais de irrigação, 11 estruturas de controle de canais, 15 pontilhões de madeira e o fornecimento de 15 comportas metálicas.

A Secretaria do Desenvolvimento Regional - SDR assumiu as atividades de coordenação do setor sucroalcooleiro, sendo que a compatibilização da produção às necessidades da frota movida a álcool, tem sido motivo de grande preocupação e especial acompanhamento, visando a não recorrência do quadro crítico vivenciado no início de 1990.

Nesses termos e coerente com o projeto governamental de desregulamentação da economia e da proposta de presença mínima do Poder Público, mediante medidas de privatização de atividades, intensificou-se o processo de estreitamento da articulação institucional com o setor sucroalcooleiro, objetivando criar um projeto de co-gestão para a agroindústria, envolvendo:

- a adoção de um modelo moderno e integrado que envolve produtores de cana-de-açucar, açúcar, e álcool das diversas regiões do País;

- a articulação e integração com entidades de classe, empresários e organismos ligados às atividades; e

- a realização de cadastramento para acompanhamento das empresas, sindicatos e outras entidades atuantes no setor.

Com base nos estudos específicos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, foram adotadas medidas que conduziram à correção da defasagem dos preços da cana-de-açúcar, do açucar e do álcool.

Foi aprovada , por outro lado, nova sistemática, no caso do álcool carburante, para equalização de custos de produção agrícola.

A adoção dessa nova sistemática resultou em significativas vantagens, tais como:

- prescinde-se do aporte de recursos do Tesouro Nacional para a equalização das receitas dos produtores;

- ficam mantidos os preços finais uniformes para o álcool carburante;

- os consumidores de açúcar deixam de subsidiar os de álcool carburante, já que os recursos para o novo programa serão gerados pelo consumo dos combustíveis;

- supera-se a prática operacionalmente complexa de repasses de recursos diretamente aos produtores do álcool carburante; e

- retira-se o subsídio industrial, sendo o valor correspondente incorporado ao preço do produto. O benefício passa a favorecer exclusivamente a atividade agrícola, destacando-se que o ganho do plantador de cana nas regiooes Norte/Nordeste e no Estado do Rio de Janeiro é indispensável para compensar os maiores custos de produção decorrentes de condições edafoclimáticas específicas.

Foi elaborado o Plano de Safra 1990/91, considerando a disponibilidade de matéria-prima, direcionando a fabricação de açúcar e álcool com prioridade para o abastecimento interno, e elegendo-se regras para a exportação de excedentes de açúcar. No caso do álcool, foram estabelecidos critérios para a cobertura do déficit provável mediante importação de álcool, ampliação das regiões de mistura do metanol, utilização do MTBE (metil-tercio-butil-éter) e adição de gasolina ao álcool em algumas regiões.

Em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria do Desenvolvimento Regional participou de estudos conjuntos sobre o GEPLACEA - Grupo de Países Latino Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar e sobre a OIA - Organização Internacional do Açúcar, promovendo-se, oportunamente, a extensão das articulações à ICUMSA - "Internacional Comission for Uniform Methods of Sugar Analysis".

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Defesa Contra Inundações e Recuperação de Terras foram:

- reestudo das obras de muro de contenção das águas do Rio Amazonas, na cidade de Parintins/AM;

- estudos para identificação e caracterização de áreas com processos erosivos potenciais no Distrito Industrial de Manaus/AM;

- reanálise do Projeto de Transposição do Rio São Francisco para Irrigação do Semi-Árido Nordestino; e

- análise de projeto de obras de aterro e drenagem da cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

Dentro do Programa Grande Carajás, foram mantidas negociações com o Banco Mundial para a elaboração de estudos de "Alternativas Energéticas para o Pólo Metalúrgico de Carajás", sob a supervisão e coordenação da SDR, e participação da Secretaria do Meio Ambiente - SEMAM/PR, da Secretaria de Ciência e Tecnologia - SCT/PR, das Secretarias de Minas e Metalurgia e de Energia do Ministério da Infra-Estrutura, e da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

A SDR coordenou Câmara Técnica Intersetorial, com participação dos Ministérios da Agricultura e Reforma Agrária e da Infra-Estrutura, da SEMAM/PR, da SCT/PR e dos Governos dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, que analisou e propôs a criação do Programa de Pólos Florestais da Amazônia Ocidental. Tal Programa deverá reflorestar cerca de 1 milhão de hectares na região, na década de 90, preservando ou recuperando a fauna e flora nativas em 300 mil hectares, sob a liderança da Companhia Vale do Rio Doce.

No âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE - SDR/PR, destacamos as seguintes atividades:

- concepção de conjunto de programas estratégicos de desenvolvimento regional, para implementação a longo prazo em diversas regiões do País;

- coordenação do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Nº 82 da SDR/PR, de 23.7.90, com o objetivo de propor recomendações sobre a implantação de um Complexo Tecnológico-Industrial, na Zona Franca de Manuas, para o desenvolvimento e fabricação de equipamento de exploração de recursos naturais e controle ambiental; e

- elaboração de documento detalhado contendo proposta de criação e operacionalização do "Sistema Integrado de Desenvolvimento Regional - SIDER", especificando um novo modelo de administração da Política de Desenvolvimento Regional;

Com recursos remanescentes do contrato 2353/BR, assinado pelo Governo Brasileiro e o Banco Mundial, foram desenvolvidas ações

contempladas nos Planos Operativos Anuais (POAs), exercício fiscal de 1990/91 nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, nas áreas de saúde, educação, assistência técnica, extensão rural e aquisição de insumos agrícolas, construção de estradas vicinais e infra-estrutura dos núcleos urbanos de apoio rural nas áreas de atuação do Programa.

Realizou-se negociação com o Banco Mundial no sentido da prorrogação em mais um ano de contrato relativo à Colonização de Novas Áreas em Rondônia (2353-BR), com a aprovação da proposta apresentada pela Secretaria.

As principais atividades relacionadas à Divisão Territorial foram:

- elaboração e encaminhamento, pela Comissão de Estudos Territoriais, ao Congresso Nacional, dos estudos e anteprojetos relativos à criação, na Amazonia Legal, de novas unidades territoriais, a saber:

. Estado do Tapajós;

. Território Federal do Alto Rio Negro;

. Território Federal de Solimões;

. Território Federal de Trombetas.

Os estudos apresentados têm por base a interiorização do Poder Federal, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico de vasta região, promoção de maior aproximação com os países limítrofes (Guiana Francesa, Suriname e Guiana), abrindo novas perspectivas de comércio pelo Caribe, e controle das vias de acesso fluvial ao Rio Trombetas.

7. SECRETARIA DOS DESPORTOS

A Secretaria dos Desportos da Presidência da República foi criada pela Lei 8.028, de 12 de abril de 1990, competido-lhe precipuamente:

- realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto no País;

- zelar pelo cumprimento da legislação desportiva; e,

- prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, aos Territórios e às entidades nacionais dirigentes dos desportos.

Em 1990, houve considerável concentração de esforços para:

- redefinir o papel e as funções do Estado, visando diminuir substancialmente a participação relativa do poder público;

- rever a legislação desportiva para adequá-la aos princípios da liberdade de organização e de autonomia decisória, incluindo o reordenamento das ações dos órgãos colegiados, sobretudo do Conselho Nacional dos Desportos;

- conferir identidade própria ao desporto educacional;

- considerar o desporto educacional como forma de exercício de direito da infância e da adolecência brasileiras, onde reside a maior parte da dívida social do País e onde se situam as mais amplas possibilidades de uma ação educativa-formadora; e,

- determinar, claramente, as responsabilidades da União, das instituições de ensino superior, e das organizações privadas atuando no desporto universitário.

Ainda em 1990, quanto à alocação de recursos, procurou-se escolher os projetos nos quais os efeitos distributivos dos benefícios alcançassem espacialmente todas as regiões brasileiras.

As ações e realizações da SEDES englobaram, em 1990, três grandes segmentos:

- Programa "Desporto e Sociedade", incluindo as práticas formais e não formais;

- Programa de Desportos para as Pessoas Portadoras de Deficiência; e

- Ações Especiais, sobretudo voltadas à elaboração do ante-projeto de Lei sobre Normas Gerais para o Desporto.

O Programa Desporto e Sociedade engloba os projetos das modalidades amadoras e dos esportes profissionalizados. Em 1990, mereceram atenção especial os Jogos das Crianças, os Jogos Escolares, a Disseminação dos Desportos de Massa através do apoio financeiro supletivo a estados, municípios, e entidades dirigentes dos desportos.

Os Jogos das Crianças traduzem a preocupação constante com o desenvolvimento integral dos menores de 10 a 13 anos de idade para os quais são organizadas competições complementares do processo educativo e estimuladoras de talentos. O trabalho é baseado no trinômio Sociedade, Governo Municipal e Secretaria dos Desportos da Presidência da República. Em 1990 foram beneficiadas cerca de 760 mil crianças de 846 cidades.

Os Jogos Escolares Brasileiros reuniram, em Brasília, mais de 3.000 atletas, de 11 a 18 anos, vindos de 26 Unidades da Federação, para competirem em 13 modalidades, constituindo-se em evento de fundamental importância para a consolidação da prática desportiva no âmbito do sistema educacional. Serviram, também, para o aprimoramento motor dos jovens brasileiros, para a identificação de novos talentos, e para o aperfeiçoamento de treinadores e técnicos, além de possibilitarem o congraçamento e aproximação de estudantes de todas as regiões do país.

A Secretaria dos Desportos da Presidência da República custeou, ainda, parte das despesas financeiras dos XLI Jogos Universitários Brasileiros viabilizando, assim, sua realização. Este segmento tem merecido tratamento diferenciado no contexto dos sistemas desportivo e educacional.

O projeto Semana da Pátria, através da realização de jogos e atividades de lazer, congregou 50 mil crianças em mais de 800 municípios, possibilitando, assim, a integração sócio-cultural da comunidade. Nestas ocasiões, foram explicados e ressaltados os símbolos e os valores permanentes da Pátria. Incluiu-se, também, a cessão de material desportivo necessário à realização das competições.

Para a Disseminação do Desporto de Massa, a Secretaria contribuiu com recursos financeiros supletivos, que permitiram a construção de quadras poliesportivas de baixo custo, em cerca de 40 localidades, levando o benefício dos desportos para regiões carentes e cidades longínquas. Tratam-se de projetos propagadores de resultados pois atingem diretamente as populações mais carentes e empobrecidas, a merecerem sempre, por parte da Administração Pública, atenção prioritária.

O apoio às Entidades Nacionais Dirigentes dos Desportos contribuiu decisivamente para que as Confederações Nacionais pudessem cumprir, satisfatoriamente, seus calendários e programações, resultando apoio a 30 eventos esportivos nacionais e internacionais. Ressalte-se a concessão de passagens aos atletas brasileiros para competirem no exterior e no País.

O Programa de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência beneficiou este segmento de hiposuficientes da população brasileira com quatro projetos voltados para o fomento de competições, aperfeiçoamento de recursos humanos, desenvolvimento tecnológico, e apoio à literatura especializada.

Em 1990, quanto ao fomento esportivo foram apoiadas as competições das entidades especializadas, cabendo enfatizar:

- da ABRADECAR, Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas, 7 eventos, destacando-se os IX Jogos Panamericanos, em Caracas, na Venezuela e os V Jogos Brasileiros, em Brasília;

- da CBDS, Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, em Santiago, no Chile e o Campeonato Brasileiro de Natação, em Belo Horizonte;

- da ANDE, Associação de Desportos de Excepcionais, o Campeonato Brasileiro de Amputados "Les Austres" e Paralizados Cerebrais, no Rio de Janeiro; e,

- da ABDC - Associação Brasileira de Desportos para Cegos, os I Jogos das Olimpiádas Especiais, no Distrito Federal.

A SEDES/PR incentivou e participou, ainda, da implantação de 5 núcleos de iniciação desportiva para as pessoas portadoras de deficiência, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (São Paulo), da AMPARE, do DEFER e da APAM no Distrito Federal, e outra em Penápolis/SP.

No segmento de Capacitação de Recursos Humanos mereceram atenção três cursos de curta duração em Educação Física e Desportos para Deficientes e a co-participação da Secretaria em quatro simpósios especializados.

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológicos foi iniciado um diagnóstico situacional do desporto para pessoas portadoras de deficiência.

A SEDES/PR participou da elaboração técnica e contribuiu financeiramente para a elaboração de manuais especializados em programa de destrezas esportivas dos 5 principais desportos de setor. As publicações consideraram, ainda, os seguintes assuntos: Atividades Motoras; Regras Oficiais; Princípios Básicos de Iniciação e Informações sobre as principais Entidades Nacionais reconhecidas pelo C.N.D.. Para tanto, foram impressos cerca de 17 mil exemplares.

Foram levantados o atendimento da demanda e o interesse dos atletas portadores de deficiência, trabalho desenvolvido conjuntamente com as entidades do setor, afim de se elaborar um diagnóstico da clientela existente no País.

O Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, em 1990, contemplou cursos profissionalizantes, bolsas de estudo, assistência jurídica, assistência social, internações, hospitalizações e demais benefícios aos atletas e seus dependentes.

Entre as ações especiais desenvolvidas pela SEDES/PR, há de se destacar aquelas voltadas para a modernização e a atualização da legislação desportiva:

De "fato", a Constituição Federal de uma ampla revisão da

legislação desportiva, especialmente pelo que dispõe o artigo 24, "que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desportos", entre outros. Convém lembrar ainda o avanço representado pelo art. 217 que impõe "ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada cidadão".

O sistema vigente, estruturado verticalmente, hierarquizado e, sobretudo, autoritário, foi concebido há cinqüenta anos, para uma realidade cultural e econômica do país diversa e não pode mais dar respostas adequadas, rápidas e eficazes às crescentes exigências do desporto moderno e da sociedade brasileira atual.

Exemplo típico desta situação é o futebol brasileiro. Tradicionalmente administrado de forma amadorística, incompatível com a evolução do esporte mundial, especialmente o europeu e o americano, o futebol nacional declinou, desarticulou-se, empobreceu os clubes e assistiu impassível ao êxodo dos talentos brasileiros em direção à Europa. Esse quadro, marcado pelo desinteresse popular e pela ausência de espetáculos com qualidade mínima, inviabiliza uma reação espontânea do sistema.

A proposta de Ante-Projeto de Lei instituindo Normas Gerais sobre Desportos, firmemente embasada no texto constitucional e nas diretrizes de ação do atual governo, objetiva especificamente:

- a modernização e a moralização do desporto brasileiro; e,

- a desregulamentação e a retirada do Estado do processo desportivo nacional.

A concepção de todo o anteprojeto proposto está apoiada em quatro diretrizes básicas:

- concepção da lei fundamentada em princípios;

- profunda reforma da estrutura organizacional e do sistema de poder do desporto;

- estruturação do Desporto Profissional em bases empresariais; e,

- modernização das relações de trabalho no Desporto Profissional, especialmente na área do futebol.

A proposta da Secretaria estabelece a base para essa recuperação: organização do Desporto Profissional em bases empresariais, obrigando os clubes a manterem a gestão de todas as suas atividades desportivas profissionais sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos. O modelo profissional de gestão induzirá, necessariamente, à adoção de decisões racionais, descartando os critérios descabidos que sistematicamente as vem orientando nos últimos tempos. A partir daí, pode-se esperar lenta, mas segura recuperação.

8. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), foi criada pela Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990, que deu nova estruturação à Presidência da República e aos Ministérios. Foi regulamentada pelo Decreto nº 99.244 de 10 de maio de 1990, que dispôs sobre a reorganização e funcionamento dos órgãos que integram a Presidência.

Projetos e Atividades Desenvolvidos:

- assessoramento permanente ao Presidente da República com a constante produção de conhecimentos estratégicos relacionados às mais relevantes questões de interesse nacional;

- coordenação, execução, supervisão e controle do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia no Campo Nuclear;

- produção de conhecimentos estratégicos relacionados com questões de relevante interesse nacional;

- acompanhamento, estudos e análises das principais tendências da conjuntura internacional com reflexos no Brasil;

- execução permanente de medidas visando a salvaguarda de conhecimentos estratégicos de interesse de preservação do Estado;

- elaboração de alternativas estratégicas de médio e longo prazo, bem como de análises estratégicas específicas, objetivando a inserção do Brasil no Primeiro Mundo, e encaminhamento de soluções para os problemas internos de desequilíbrios sociais e regionais;

- acompanhamento da ação governamental, com vistas à avaliação dos impactos a médio e longo prazo;

- acompanhamento, supervisão e controle do Programa Calha Norte, ampliando a presença do Governo Federal na faixa de fronteira norte da Amazônia Brasileira.

- gerenciamento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira;

- projetos especiais de tecnologia;

- propulsão naval;

- reator de pesquisas;

- enriquecimento de urânio por ultracentrifugação;

- enriquecimento de urânio a laser;

- produção de grafita nuclear;

- produção de urânio metálico;
- aceleradores lineares de elétrons;
- reprocessamento de combustível nuclear;
- equipamentos eletrônicos e materiais especiais;
- desenvolvimento de sistemas de segurança de textos e dados;
- sesenvolvimento de sistemas de segurança de voz;
- sistemas de segurança criptológica;
- desenvolvimento de componentes cripto-dedicados;
- ensino de análise e de operações de inteligência;
- promoção de eventos extracurriculares;

9. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça, durante o ano de 1990, passou por um período de adaptação às novas diretrizes traçadas pela Reforma Administrativa deflagrada pelo Governo. Nesse sentido, este Ministério, com uma nova equipe, trabalhou e se adaptou a essa nova realidade.

Devido à incorporação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial-INPI, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, do Departamento Nacional do Registro do Comércio e das Polícias Rodoviária e Ferroviária Federal e a implantanção da Secretaria Nacional de Direito Econômico - SNDE, a estrutura organizacional do Ministério da Justiça aumentou consideravelmente, consequentemente causando o crescimento de sua área de atuação e de seus encargos.

Em face do Decreto nº 99.179, de 15.03.90, que instituiu o programa Federal de Desregulamentação, foi criada a Comissão Permanente de Desregulamentação, no âmbito do Ministério da Justiça, por intermédio da Portaria nº 23, de 07.06.90. No decorrer do exercício passado, esta Comissão analisou 61 assuntos diversos, concretizando as seguintes desregulamentações:

- projeto de decreto que dispõe sobre concessão e uso de passaportes e demais documentos de viagens necessários para entrada e saída do Território Nacional;

- proposta para instalação de "entrada especial" para brasileiros que desembarcam em aeroportos nacionais, oriundo do exterior;

- revisão do processo de atendimento administrativo nos aeroportos, principalmente no que tange a passaportes;

- promoção da campanha institucional objetivando difundir no Departamento de Polícia Federal a Central de Atendimento a Estrangeiro, pelo sistema de Discagem Direta Gratuita - DDG, para quaisquer dúvidas, reclamações ou sugestões;

- promoção da campanha institucional, realizada pela Empresa Brasileira de Notícias S/A, no sentido de orientar estrangeiros e brasileiros para obtenção de documentos de viagem, podendo o interessado recebê-lo pelo Correio; e

- resolução do Conselho Nacional de Metrologia - CONMETRO no sentido de permitir a utilização de mais de três cores nas embalagens de lata.

No âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça, com o propósito de evitar e coibir distorções nas concessões de declaração de utilidade pública, foi confeccionado e publicado o manual "Entidade de Utilidade Pública - Manual para Requerimento". Editado,

ainda, o "Guia Prático para Orientação a Estrangeiros no Brasil", sendo este distribuído a diversas instituições como embaixadas, empresas estrangeiras, entidades religiosas, etc. No âmbito dos direitos da **cidadania foram consignados Cr$ 7,6 milhões.**

No que diz respeito ao Sistema Penitenciário Nacional foi realizado trabalho sobre o déficit de vagas do Sistema, mediante o qual se constata uma carência de vagas da ordem de 58.000 e 290.000 mandados de prisão expedidos e não cumpridos. Assim, foram celebrados 11 (onze) convênios dentro do Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário, que contou com Cr$ 1.068 milhões para construção e reforma de estabelecimentos penais.

No programa Integração das Ações de Justiça e Segurança Pública foram firmados 2 (dois) Convênios: Convênios nº 02/90 com a Universidade Federal do Pará, no valor de Cr$ 0,8 milhões, cujo objeto prevê a realização do Fórum Internacional de Criminologia Crítica e o Convênio nº 10/90 celebrado com o Governo do Estado de Goiás para a realização do Encontro Nacional de Dirigentes Penitenciários, no valor de Cr$ 2,6 milhões.

No que se refere ao Registro do Comércio, houve incremento no processo de informatização, objetivando propiciar à clientela serviços ágeis e aumentar a produtividade das juntas comerciais, por meio da simplificação, racionalização dos atos, dos registros e das rotinas de serviço. Para o Departamento Nacional do Registro do Comércio foram **consignados Cr$ 324,7 milhões.**

Com o objetivo de evitar o abuso do Poder Econômico, o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Direito Econômico - SNDE, convidou a prestar esclarecimentos sobre eventuais práticas distorcidas de mercado e reajuste abusivo de preço 52 (cinquenta e duas) empresas, ocasião em que foram acordadas a suspensão e a manutenção dos preços por períodos determinados, com o fito de se observar a Lei da Livre Concorrência, como também, estabelecer a cooperação para formar uma nova mentalidade no empresariado, adaptada à atual política econômica de mercado aberto. Na área de Defesa do Consumidor foi elaborado o projeto "Balcão do Consumidor", que visa atender ao Público em geral, no que se refere à pesquisa de preços de produtos comercializados no mercado, estando previsto a sua instalação, inicialmente, em Brasília, estendendo-se, a seguir, por todo o País.

A Secretaria de Polícia Federal em operações de combate ao tráfico ilícito de entorpecentes dinamitou 66 (sessenta e seis) pistas de pouso clandestinas na região dos Yanomami. Durante 1990 o Departamento de Polícia Federal apreendeu várias substâncias entorpecentes, principalmente cocaína, pasta de cocaína, maconha e sementes, cujo valor da comercialização está estimado em Cr$ 4.000 milhões. No mesmo período, foram apreendidas mercadorias clandestinas no valor de Cr$ 848,8 milhões. Esta Secretaria contou, em 1990, com recursos da ordem de Cr$ 11.301 milhões.

Em defesa do Plano Econômico, a Secretaria de Polícia Federal, em conjunto com a Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB, fiscalizou estabelecimentos comerciais, principalmente as grandes redes de supermercados e shopping-centers.

Relativamente ao registro de estrangeiros, foi instalado nas capitais de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre e Rondônia, o Sistema de Registro de Cadastramento de Estrangeiros em Microcomputador, habilitando as Seções de Registros de Estrangeiro a expedir cédulas de identidade em curto espaço de tempo.

O Projeto de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAN foi implantado no Estado do Paraná como experiência "piloto", onde serão feitos os ajustes finais visando sua efetiva implantação nas demais Unidades da Federação. Este Projeto tem como escopo propiciar o recadastramento do Sistema de Placa Única de Identificação de Veículos, o controle dos veículos automotores de procedência estrangeira, a criação do Sistema Interestadual de Compensação de Multas de Trânsito e o fornecimento de subsídios aos órgãos responsáveis pelos sistemas rodoviários nacional, estadual e municipal. No setor de Trânsito ocorreu, também, o curso de Pós-Graduação "lato sensu" em Trânsito, ministrado na cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Universidade Federal daquela cidade, que teve por objetivo a formação de profissionais na área de trânsito, de modo a fornecer elementos para a formação de equipes multidisciplinares nas áreas de direito, de medicina, de engenharia, de administração, de fiscalização, de psicologia e de educação no trânsito, de forma a proporcionar aos órgãos executivos do Sistema, atribuições pertinentes à organização e administração do trânsito com maior eficácia e eficiência. Foram destinados à área de Trânsito Cr$ 113,2 milhões.

A Imprensa Nacional, com recursos da Ordem de Cr$ 2.712 milhões, realizou quatrocentos e quarenta e seis edições do Diário Oficial, Seções I e II e do Diário da Justiça, Seções I e II, perfazendo-se um total de setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito páginas, sendo impressos cinco milhões, quinhentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e seis exemplares do Diário Oficial e do Diário da Justiça, além de quarenta e cinco milhões, setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e nove unidades de impressos, Obras e Avulsos. O órgão em alusão executou relevante trabalho para os Tribunais Eleitoral de Rondônia e do Distrito Federal, no que se relaciona à confecção de cédulas eleitorais e de blocos de boletins de urna, destinados à eleição do dia 03 de outubro.

O Arquivo Nacional deu continuidade aos contatos com várias instituições, com vistas ao recolhimento de documentos e dos acervos documentais dos órgãos extintos pela reforma administrativa deflagrada pelo Governo, encaminhando aos liquidantes instruções para a organização dos seus acervos, como também procedeu ao atendimento, através da área de consultas, à comunidade acadêmica nacional e estrangeira e aos cidadãos que buscam informações para a comprovação de seus direitos, por intermédio da realização de pesquisas. Dentre as atividades deste Órgão, destaca-se a realização do IV Seminário Nacional de Gestão de Documentos, realizado em novembro no Ministério da Justiça. Seu objetivo foi de contribuir para a modernização dos Arquivos Federais e discutir políticas de gestão da informação governamental. Foram alocados para estas ações cerca de Cr$ 512 milhões.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, durante o exercício de 1990, expediu quatro mil e noventa e nove Patentes, decidiu, sobre cinqüenta e um mil, trezentos e quarenta pedidos de Marcas,

sendo onze mil, oitocentos e oitenta e oito Pedidos de Patentes Depositados, além de coordenar assuntos relacionados à participação do Brasil em convenções, tratados, e acordos internacionais, no campo da Propriedade Industrial e da Transferência de Tecnologia. Estão, ainda, em vias de desenvolvimento:

- Programa de Tecnologia Avançada Materiais - PROTAM: objetiva desenvolver atividade no sentido de proporcionar às comunidades técnico-científicas e empresariais, uma visão mais detalhada das atividades-fim e programas especiais do INPI, nos assuntos relacionados com o desenvolvimento tecnológico em materiais;

- Programa de Promoção ao Patenteamento - PROMOPAT: visa prestar assessoria técnica às Empresas, Universidades e Centros de Pesquisas Nacionais, capacitando-os no que concerne aos aspectos técnicos e legais para a efetiva utilização do Sistema Patenteário, como forma de obter proteção à tecnologia gerada no país, além de fornecer subsídios à otimização da pesquisa e ao desenvolvimento de novos processos e/ou produtos industriais;

- Programa de Comercialização de Tecnologia Nacional Patenteada - PROCOMTEC: difundir no País, por boletins mensais, as patentes obtidas por inventores nacionais, objetivando acelerar a comercialização dos inventos já protegidos; e

- Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica - PROFINT: visa proporcionar às empresas assinantes do PROFINT, condições de análise das tendências de mercado e a evolução tecnológica em nível internacional, através do intercâmbio com os principais países industrializados, mantendo para essa finalidade um banco de dados sobre as patentes concedidas mundialmente. Para realização de suas atividades, o INPI contou com Cr$ 2.419 milhões, provenientes de arrecadação própria.

No que se refere à Rede Nacional de Metrologia Legal, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO realizou hum milhão, setecentas e trinta e sete mil, duzentas e uma verificação de medidas e instrumentos de medição. A área de Metrologia Científica e Industrial, verificou a aferição e a calibração de vários padrões nas áreas de acústica e vibração, mecânica, eletricidade e calor. Destacam-se, ainda, reuniões bilaterais entre Brasil e Argentina, visando-se à harmonização das normas e da legislação dos dois países, no âmbito da Metrologia, Normalização e da Qualidade Industrial, onde se enfatizou o campo de mercadorias pré-medidas, recaindo a prioridade neste, devido à substancial pauta de exportação da Argentina para o Brasil de alimentos e bebidas, sobretudo do leite e derivados, óleos comestíveis e azeites, entre outros. Nesse sentido, acordaram os dois países sobre a necessidade de se estabelecer uma série de medidas que serão implantadas no campo jurídico, com o intuito de não obstacularizar o livre comércio entre as duas nações. Para tanto, o INMETRO contou com cerca de Cr$4.407 milhões.

A Fundação Nacional do Índio executou dentro do programa Assistência do Índio, atividades voltadas ao setor de saúde, educação e atividades produtivas.

No campo da saúde estão relacionadas atividades de vacinas aplicadas, atendimentos médicos e de enfermagem, assistência materno-infantil, atendimento odontológicos, bem como ações emergenciais foram desenvolvidas com vistas ao combate e ao controle do surto de doenças infecto-contagiosas existentes na localidade do grupo indígena Yanomami, através da prestação de assistência médico-sanitária e pela distribuição de medicamentos. Neste setor foram aplicadas Cr$ 73,8 milhões.

Dentre as atividades realizadas nesta área, destacamos a celebração de Convênio entre a Fundação Nacional do Índio e a Escola Paulista de Medicina, visando ampliar e melhorar a qualidade do atendimento de saúde prestado às comunidades xinguanas da Administração Regional do Xingu, beneficiando cerca de 2.500 índios.

- por outro lado foram intensificados os entendimentos com o Ministério da Saúde, Divisão Nacional de Saúde Bucal e Divisão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, objetivando:

- inclusão da FUNAI no Sistema Unificado de Saúde;

- prestação de assistência odontológica em áreas indígenas, de forma contínua e sistemática, notadamente no que se refere às ações preventivas, através da aplicação de fluor e recuperação da saúde oral;

- prosseguimento de ações preventivas contra doenças sexualmente transmissíveis em áreas indígenas;

- realização do levantamento das necessidades de saúde, com vistas a elaboração do Plano de Metas da FUNAI, para o período de 1991/1995;

- execução e implantação do Plano Emergencial de Assistência à Saúde Yanomami, visando a manutenção do atendimento emergencial e o não recrudescimento de epidemias dentro das comunidades indígenas daquelas áreas;

- elaboração de um Plano Permanente de Assistência à Saúde Yanomami, a ser executado num período de 05 (cinco) anos, que iniciou-se no segundo semestre de 1990; e

- encaminhamento ao Ministério da Saúde, para aprovação, do Projeto Emergencial de Assistência aos povos Xavante-Borôro, localizados ao Sul do Estado do Mato Grosso. O referido Projeto contemplará 70 (setenta) aldeias constituídas de cerca de 6.500 índios, durante três meses consecutivos, através de equipes de saúde da própria FUNAI, realizando ações médico-sanitárias e levantando a situação das condições sanitárias atuais, com vistas à elaboração de um Plano Permanente de Atividade de Saúde;

Foi elaborado o Projeto Emergencial de Atenção à Saúde das

Comunidades Indígenas da Administração Regional de Porto Velho, beneficiando cerca de 1.800 índios Karitiana, Karipuna, Gavião, Arara e Uru-Eu-Wau-Wau. O citado Projeto objetiva:

- diminuir os altos índices de doenças endemo-epidêmicas nas áreas indígenas jurisdicionadas àquela Administração;

- prevenir o aparecimento de surtos epidêmicos por doenças evitáveis através de vacinas;

- promover o treinamento do pessoal auxiliar de saúde, responsável pelos postos de enfermagem, através de cursos e estágios, visando desenvolver os projetos de saúde;

- atualizar dados demográficos e de saúde das comunidades indígenas visitadas;
- construção, reforma e ampliação de enfermarias, bem como aquisição de equipamentos e material cirúrgico, para as mesmas;

- construção, reforma e equipagem das Casas do Índio de Atalaia do Norte e São Gabriel da Cachoeira, ambas no Amazonas; e

- manutenção de equipes de saúde na casa do índio de Boa Vista/RR e nos Postos Indígenas Surucucu, Paapiú, Jeremias e Demini, objetivando combater e controlar o surto de epidemias no Território Indígena Yanomami.

Na área de educação, a FUNAI aplicou Cr$ 13,4 milhões. Neste sentido destacamos a celebração de Convênio entre a FUNAI e a Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, objetivando a aquisição de material didático e enxoval de alunos indígenas da região norte-amazonas, para o ano letivo de 1990.

No tocante à educação indígena, foi elaborado um plano de ação visando:

- formação de recursos humanos especializados em educação indígena, dando ênfase à formação de professores indígenas bilíngües, além da elaboração de material didático-pedagógico específico;

- implementação de uma política de publicações em línguas indígenas que garanta a continuidade do processo bilíngüe; e

- adoção de programas curriculares e metodologias de ensino, calendário escolar e processo de avaliação,, etc., diferenciados, na medida que a escola indígena seja entendida como espaço de encontro e instrumento de mediação entre duas culturas.

Ainda com relação à questão indígena destacamos:

- articulação com a FAE - Fundação de Assistência ao Estudante, objetivando a renovação de Convênio para o fornecimento de material escolar aos estudantes indígenas, sob a tutela da FUNAI;

- celebração de Convênio entre a FUNAI e a Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, visando o fornecimento de material

didático-pedagógico e merenda escolar, beneficiando 200 alunos das escolas dos Postos Indígenas Pakuera e Marechal Rondon;

- celebração de Convênio FUNAI/Prefeitura Municipal de Amambaí-MT, visando a distribuição de material e merenda escolar aos índios daquele Município;

- encaminhamento ao Ministério da Educação, para conhecimento e aprovação de projetos relativos a construção e a equipagem de 54 escolas dentro dos padrões tradicionais e culturais de cada grupo indígena (beneficiando, inicialmente, 3.511 alunos índios de 54 aldeias de todo país). Da mesma forma serão reformadas e ampliadas 25 escolas, beneficiando as 06 (seis) Superintendências Executivas Regionais, conforme Convênio já celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no valor de Cr$ 129,8 milhões; e
- discussão com a Secretaria Nacional de Ensino Tecnológico do Ministério da Educação, da proposta de criação de uma Escola Técnica Agropecuária de 2º Grau, no Município de Oiápoque-AP, para alunos índios e não-índios.

As ações do Serviço de Atividades Produtivas foram desenvolvidas com um custo de Cr$ 95,7 milhões. Dentre as principais atividades destacam-se:

- acompanhamento da entrega de 64 (sessenta e quatro) residências às famílias "Terena", do Posto Indígena Kopenoti e "Guarani", do Posto Indígena Nimuedaju, construídas através de Convênio celebrado entre a FUNAI/Secretaria de Habitação de São Paulo e Prefeitura Municipal de Avaí/SP;

- participação, juntamente com o Serviço de Meio Ambiente das terras Indígenas (SEMATI/CORPI), o Centro Nacional de Pesquisas de Recursos Genéticos (CENARGEM/EMBRAPA) e o IBAMA, da reunião onde foram discutidos formas de encaminhamento da questão dos cavalos selvagens existentes na área Yanomami;

- realização do levantamento das necessidades do componente "Atividades Produtivas", visando a elaboração do Plano de Metas da FUNAI, para o período 1991/1995, com a contemplação das seguintes ações estratégicas;

- capacitação/reciclagem de Recursos Humanos para assistência e orientação técnica;

- levantamento do potencial sócio-cultural, agro-ambiental e econômico para elaboração de projetos;

- implantação de infra-estrutura para apoio à produção; e

- instalação de Unidades Regionais para produção de sementes e mudas.

10. MINISTERIO DA MARINHA

10.1. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Objetivo:

Orientar as atividades de pesquisas para o desenvolvimento de novos sistemas de armas, aperfeiçoamento dos meios de controle de navegação, comunicação e eletrônica.

Realizações:

a) desenvolvimento dos protótipos finais de equipamentos de contra-medidas eletronicas Radar (CME-Radar) e de medidas de apoio a guerra eletronica (MAGE);

b) desenvolvimento, integração e aceitação do Sistema de Simulacão para Treinamento (SSTT), das tripulações de navios aeronaves e de Estados-Maiores de Forças, em procedimentos taticos na condução de operações navais;

c) desenvolvimento de diversas pesquisas e atividades correlatas, abrangendo os campos da/Construção Naval, Acustica Submarina, Armamento e Munição;

d) realização de estudos visando manter a marinha com capacidade de pesquisa de desenvolvimento de sistema, materiais, metodos e processos, e de gerencia, analise e viabilidade de projetos nas áreas de Sistemas Digitais, Sistemas Interciais, Radar, Comunicações e Eletrônica; e

e) desenvolvimento, integração e operação de um Sistema de Controle Tatico (SICONTA).

10.2. AMPLIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE APOIO

Objetivo:

Aprimorar a infra-estrutura de apoio da Marinah, para fazer face à contínua sofisticação dos meios e das exigencias do seu emprego.

Realizações:

a) término das obras civis de ampliação do Departamento de Avionica e Armamento (DAA) da BAENSPA;

b) prosseguimento da ampliação das instalações do Centro de Reparo e Suprimento Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais, afim de adequa-lo para possibilitar a manutenção do armamento leve e pesado, viaturas comuns, blindadas e anfibias do CFN;

c) prosseguimento das aquisições e instalações de maquinas teleimpressoras, telecomandadores, e terminais fonotelegraficos e acessorios nas Organizações Militares de terra e navios, visando a ampliação, modernização e padronização dos sistemas de comunicações por Telex e Radioteletipo (RATT);

d) término da modernização da Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro e implantação de nova Estação Rádio da Marinha em Brasília, afim de permitir-lhes desempenhar eficientemente os serviços a que deverão atender;

e) prosseguimento da implantação do novo Sistema Telefônico da Marinha (SISTELMA), integrando as centrais das diversas Organizações Militares, afim de reduzir o uso da rede pública no tráfego interno da marinha; e

f) prosseguimento das obras de infra-estrutura para construção de Submarinos no Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro.

10.3. RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS FLUTUANTES

Objetivo:

Dotar a Marinha de meios operativos através da aquisição e da construção de novas unidades, além da modernização das existentes.

Realizações:

a) incorporação do Navio de Desembarque Doca (NDD) "Rio de Janeiro", de procedência norte-americana;

b) continuação dos estudos visando à modernização das Fragatas classe "Niteroi"; e

c) desenvolvimento de estudos e projetos visando à modernização do NAEL "Minas Gerais".

10.4. REAPARELHAMENTO DA MARINHA

Objetivo:

Prover a Marinha de uma força naval moderna e eficiente, através da ativação do parque industrial nacional e da absorção de novas tecnologias no campo de construção naval.

Realizações:

a) continuação do processo de obtenção de três submarinos de propulção diesel-elétrica, em fase de construção no AMRJ; e

b) continuação do processo de obtenção de três Corvetas classe "Inhaúma", de projeto nacional, em construção no AMRJ (uma unidade) e Estaleiro Verolme (duas unidades).

10.5. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS

Objetivo:

Desenvolver e aplicar novas técnicas, imprescindíveis para tornar o País menos dependente do Exterior em projetos especiais relacionados com a Segurança Nacional.

Realizações:

a) prosseguimento da operação do primeiro reator nuclear de pesquisa, bem como do circuito termo-hidráulico de alta pressão, em cooperação com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo (IPEN), ambos inteiramente projetados e construídos no Brasil; e

b) continuação do desenvolvimento do projeto do reator de pequeno porte, tanto aplicável à propulsão nuclear de submarinos, como na geração de energia elétrica em áreas remotas.

10.6. OPERAÇÃO E ADESTRAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS

Objetivo:
Manter adestradas e prontas para operações no Atlântico Sul as forças navais visando à defesa do mar territorial e das vias navegáveis.

Realizações:

a) emprego de unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais em operações e exercícios de vulto interno à Marinha e, ainda, com unidades e forças navais de nações amigas. Quanto a essas, pontificam as tradicionais manobras navais: Unitas, Cabrália e Ninfa;

b) exercícios de menor vulto e viagens ao Exterior em apoio à política externa brasileira, compreendendo a presença de navios da Marinha em países da América do Sul, Caribe, África Ocidental, portos amazônicos da Colômbia e Peru e portos fluviais do Paraguai e Argentina;

c) visita do navio-Escola "BRASIL" - projetado e construído no AMRJ - cinco portos nacionais e vinte e um países. O Cruzeiro que durou 209,5 dias, contou com a participação de Guardas-Marinha de onze nações amigas, oficiais da Força Aérea e Exército Brasileiros, três diplomatas do Ministério das Relações Exteriores e um Praticante da Marinha; e

d) manutenção e reparo dos meios flutuantes, aéreos e do material específico das Forças de Fuzileiros Navais, de acordo com programação constante do Programa Geral de Manutenção (PROGEM).

10.7. MISSÃO ANTÁRTICA

Objetivo:
Prover a realização de pesquisas científicas na Região Antártica com a finalidade de compeender os fenômenos lá ocorrentes, sua influência sobre o Brasil e possibilitar a participação do País no aproveitamento dos recursos naturais da área.

Realizações:

a) prosseguimento do Programa Antártico Brasileiro, registrando-se o término da Operação Antártica VIII, com 28 projetos de pesquisa e o início da operação Antártica IX, com 18 projetos de pesquisa;

b) desenvolvimento de pesquisas em 20 subprojetos relacionados com ciências da Atmosfera, da Terra e da Vida, Geofísica da Terra Sólida, Educação/Treinamento e Logística;

c) apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), a acampamentos e refúgios brasileiros na Ilha Elefante e na Ilha Rei George, com a participação do navio de Apoio Oceanográfico "Barão de Teffé";

d) realização de sete vôos de apoio da FAB à Antártica;

e) ocupação permanente da EACF;

f) instalação de um módulo de meteorologia e outro para alojamento de pesssoal na EACF;

g) realização de inspeções, por um grupo de observadores brasileiros, às estações antártica da Coréia, Uruguai, Argentina e China, de acordo com o estabelecido no Art. VII do Tratado da Antártica;

h) início dos contatos com o CNPq para se proceder à transferência das atividades relacionadas com a componente científica do PROANTAR a cargo da SECIRM; e

i) continuação de estudos para a obtenção de um navio polar para pesquisas.

10.8. PROGRAMA SETORIAL DE RECURSOS DO MAR

Objetivo:
Aumentar o conhecimento do mar adjacente da costa brasileira, a previsão do comportamento de seus fenômenos, além da exploração de recursos nele existentes e a preservação ambiental, visando ampliar a capacidade de aproveitamento racional dos recursos vivos, minerais e energéticos.

Realizações:

- dada continuidade aos projetos de pesquisa relacionados com o estudo das massas d'água, dos estuários e dos recursos vivos, além de iniciados os trabalhos que objetivam a implmentação do "Programa para o levantamento dos Potenciais Sustentáveis de Captura de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva", em cumprimento às metas do Programa Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), através de convênios com universidades, Institutos de Pesquisa e Governos Estaduais e Municipais.

10.9. DELIMITAÇÃO DA MARGEM CONTINENTAL

Objetivo:
Ocupar a área marítima destinada ao Brasil, com cerca de 4 milhões de quilômetros quadrados, no sentido de habitá-la à exploração dos recursos do mar.

Foram realizados o levantamento e a delimitação da plataforma continental brasileira de acordo com o contido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Para isso, no ano de 1990 foram efetuadas as seguintes atividades:

a) aquisição de equipamentos científicos destinados aos meios flutuantes que participaram dos trabalhos de coletas de dados no mar;

b) implementação da oficina de reparos de cabos sismográficos na DHN; e

c) capacitação e treinamento de pessoal.

10.10. DESENVOLVIMENTO DE MEIOS FLUTUANTES

Objetivo:
Criar suporte para o desenvolvimento de meios operativos, no País e Exterior, tanto na fase de concepção de novos projetos, quanto na fase de construção.

Realizações:

a) desenvolvimento de estudos e projetos para obtenção de Submarino diesel elétrico de ataque; e

b) prosseguimento da construção de um Navio-Tanque no Estaleiro ISHIBRAS, com financiamento do Fundo da Marinha Mercante.

10.11. GERENCIAMENTO COSTEIRO

Objetivo:
Coordenar e promover a nível federal as ações de zoneamento e monitoramento ambiental da costa brasileira, a partir de áreas prioritárias, bem como o monitoramento das atividades nela existentes com vistas ao melhor uso do solo, das águas e do ar das áreas consideradas.

Realizações:

a) o Programa de Gerenciamento Costeiro para 1990 (PROGERCO 90), além de incorporar o Estado do Pará em seu contexto, buscou promover o incremento dos projetos de gerenciamentos costeiros iniciados em 1987, 1988 e 1989 nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Objetivou estabelecer as bases para as futuras ações de uso

Projetado e de monitoramento da Zona Costeira. Definiu-se como necessário dar prioridade às tarefas de Macrozoneamento Costeiro já iniciadas em onze Estados litorâneos, pelos PROGERCO-87, 88 e 89, a fim de permitir uma aceleração do processo nesses Estados, favorecendo, inclusive, a expansão do mapeamento temático da área a abranger em cada um, de modo a complementar a autonomia regional na condução dos programas específicos de administração do litoral;

b) efetivou-se a transferência da Coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro da SECIRM para a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAN/PR), em decorrência de que a futura aplicação do Plano nacional de Gerenciamento Costeiro, como determina a Lei nº 7.661/88, deverá ocorrer através de órgãos e entidades integradas ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA); e

c) realização do III Encontro de Coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO), na cidade de Belém/PA, no período de 10 a 14/DEZ/90, com a participação de representantes da SEMAN/PR e de todos os coordenadores estaduais dos projetos de Gerenciamento Costeiro apoiados pela CIRM.

10.12. VIATURAS E MATERIAIS ESPECIALIZADOS

Objetivo:

Dotar as organizações Militares de condições de pleno emprego, aprestamento e desempenho.

Realizações:

a) aquisição de viaturas operativas terrestres para o Corpo de Fuzileiros Navais;

b) prosseguimento da aquisição de equipamentos e componentes para o sistema de comunicações em UHF;

c) aquisição de equipamentos de engenharia de combate para o Corpo de Fuzileiros Navais; e

d) aquisição de duas portadas táticas leves "CASTOR", de procedência francesa, para a Força de Fuzileiros da Esquadra.

10.13. PATRULHA COSTEIRA

Objetivo:

Exercer a Polícia Naval, visando ao controle, no que interessa à Segurança Nacional, do uso do mar territorial e zona contígua, das águas interiores, da plataforma submarina, bem como dos terrenos da Marinha e marginais dos portos, rios, lagos e canais.

Realizações:

a) continuação do processo de obtenção de 4 (quatro) Lanchas de Patrulha e Polícia Naval de 50 toneladas, em construção no Estaleiro EBIN;

b) continuação do processo de obtenção de (4) quatro Navios-Patrulha de 200 toneladas, em construção no Estaleiro Mauá (duas unidades) e AMRJ (duas unidades);

c) realização de ações de patrulha costeira pelas unidades dos Distritos Navais; e

d) desenvolvimento de estudos de projetos para obtenção de navios-patrulha de 1100 toneladas.

10.14. AÇÕES INTEGRADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Objetivo:

Verificar a faixa de fronteira através do aumento da presença brasileira, dentro do princípio de integração, desenvolvimento e segurança.

Realizações:

a) incorporação de uma Lancha-Patrulha Fluvial (LPF-5) de 50 toneladas;

b) obtenção de uma embarcação regional, apropriada para o serviço de Agência Flutuante de Capitania dos Portos, para operar prioritariamente no Rio Negro;

c) prosseguimento de obtenção de equipamentos de comunicações (HF/SSB) para os navios e Organizações Militares de terra da Marinha, na Região Amazônica; e

d) prosseguimento da construção de uma Lancha Balizadora de 20m, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

10.15. MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE

Objetivo:

Desenvolver, manter e operar a infra-estrutura de saúde para atendimento do pessoal da ativa, inativos de dependentes, estendendo-se às populações ribeirinhas carentes no que concerne à assistência.

Realizações:

a) operação e manutenção da rede hospitalar e para-hospitalar da Marinha; e

b) visita de navios da Marinha, principalmente os Navios de Assistência da Amazonia, bem como no pantanal mato-grossense e locais isolados no litoral. A realização dessas missões, em convênio com o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Previdência Social e LBA, trouxe bons resultados

nas áreas de assistência médica, odontológica e farmacêutica às populações carentes, estímulos e orientação cívico-sociais aos habitantes ribeirinhos, contribuindo para transmitir um verdadeiro espírito de civismo, integração e nacionalidade a esses brasileiros. Tais missões têm alcançado a média anual de 50.000 atendimentos.

10.16. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO À NAVEGAÇÃO

Objetivo:
Assegurar a proteção da navegação realizada pelos navios que se utilizam do mar territorial e/ou vias navegáveis brasileiros.

Realizações:

a) operação e manutenção da rede meteorológica da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e apoio às estações meteorológicas das redes fixa e móvel marítimas;

b) operação e manutenção da rede maregráfica da DHN;

c) avaliação, controle e divulgação das informações sobre o meio-ambiente marinho em geral para utilização em proveito das Organizações Navais e da segurança da navegação;

d) execução da manutenção dos navios hidrográficos, oceanográficos, balisadores e faroleiros subordinados à DHN, de acordo com o Programa Geral de Manutenção (PROGEM); e

e) execução dos levantamentos hidrográficos por navios e por comissões hidrográficas, conforme o Programa de Trabalho da DHN.

11. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

No tocante ao "Projeto de reaparelhamento do Exército" deu-se continuidade ao processo de completamento de três brigadas e a implantação da Brigada de Aviação do Exército e do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica.

Quanto aos projetos de Equipamento, Manutenção e Suprimento de Material, foram realizadas as seguintes atividades:

- na área de telecomunicações, manutenção das redes do sistema de comunicações fixas;

- na área de saúde, instalação de um acelerador linear no Hospital Central do Exército, de um auto-analisador para bioquímica e de um contador de raios gama no Instituto de Biologia do Exército; e

- na área do Sistema de Informática, aquisição de equipamentos de grande e pequeno porte e prosseguimento da implantação do Banco de Dados Gerais com vistas ao aperfeiçoamento do Sistema de Informatização e das atividades administrativas do Ministério do Exército.

No Projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Exército conseguiu atingir o domínio da tecnologia de obtenção do grafite nuclearmente puro. Prosseguiram os trabalhos associados aos sistemas de mísseis solo-solo anti-carro, de defesa antiaérea, de guerra eletrônica e de mísseis antiaéreos, bem como os associados ao morteiro pesado auto-rebocado, aos rádios para comunicações, às viaturas de combate e a cozinha de campanha móvel.

Quanto à construção de quartéis, em 1990, foram concluídas seis obras iniciadas em anos anteriores, na Base de Aviação de Taubaté, um posto médico na guarnição de Campinas (SP) e um pavilhão no 3º Batalhão de Suprimento em Canoas (RS).

Além dessas realizações, o Exército desenvolveu, em 1990, as seguintes ações complementares:

- formação de recursos humanos altamente qualificados, pelo Instituto Militar de Engenharia;

- execução da Operação Amizade, de apoio às famílias atingidas pelas enchentes na Grande Recife;

- participação na segurança das eleições;

- transferência de tecnologia gerada nos institutos militares para a indústria nacional;

- construção, conservação e restauração de rodovias federais e estaduais, num total de 3.200 Km, destacando-se o Programa SOS Rodovias;

- realização de obras diversas de infra-estrutura em todo o território nacional, mediante convênios com instituições, governos estaduais e municipais;

- realização de levantamentos topográficos, demarcação de áreas indígenas e confecção de cartas topográficas, na área da cartografia;

- participação no Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI), selecionando e convocando profissionais da área de saúde para auxiliar a população carente da Região Norte;

- distribuição de cesta básica de alimentos à população atingida pela estiagem prolongada na Região Nordeste;

- atendimento médico e odontológico às populações indígenas;

- realização do Projeto Recreio (colônia de férias para crianças carentes em várias guarnições do País);

- formação de mão-de-obra especializada, nas áreas de saúde, mecânica e informática, seja diretamente pelas organizações militares, seja em convênio com outras instituições;

- participação em projetos de reflorestamento;

- atendimento às populações ribeirinhas nas áreas de fronteira e, no interior, nas zonas de ação dos batalhões de Engenharia de Construção;

- cooperação com o Ministério da Saúde no combate às endemias e em campanhas de vacinação pelo País;

- convênio com o FUNRURAL, visando ao atendimento das populações ruruais em hospitais militares;

- prosseguimento do Projeto Esperança, com financimento da ONU (UNFDAC-PNUD), ensejando a elaboração de um programa educacional para atuar na prevenção quanto ao uso indevido de drogas; e

- participação no Projeto Calha Norte, com ações efetivas nas fronteiras das calhas dos rio Solimões e Amazonas, iniciando-se a implantação dos núcleos de Maturacá (AM) e Auaris (RR), dando prosseguimento aos melhoramentos nos núcleos de Japurá, Ipiranga, Palmeira, Estirão do Equador, Clevelândia do Norte, Surucucu, Querari e São Joaquim, e à implantação, conservação e melhoramento de vias de comunicação na região fronteiriça.

As principais realizações no que se refere às entidades vinculadas, em 1990, foram:

- início do processo de dissolução da PRÓLOGO S/A - Produtos Eletrônicos, tendo em vista tratar-se de empresa deficitária; e

- produção, pela Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), de 170 toneladas de pólvora, 6,5 mil toneladas de explosivos, 60 unidades de conjuntos rádio e 106 unidades de conjuntos telefônicos, 23 mil armas leves e 1,4 milhão de peças de recuperação para armamento leve, 6,9 milhões de peças, espoletas e estopins, em suas quatro fábricas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

12. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

12.1. CONTEXTO DAS AÇÕES

Durante o ano de 1990, aprofundou-se o processo de neodistensão nas relações internacionais, verificando-se importantes desdobramentos no sentido da substituição dos padrões de confronto ideológico e estratégico-militar da Guerra Fria por novas modalidades de interação no eixo Leste-Oeste. Esse processo, estreitamente vinculado à continuidade da reestruturação política e econômica na União Soviética e no Leste Europeu, conduziu, entre outros exemplos expressivos, à unificação da Alemanha, ao reexame das premissas do Tratado de Varsóvia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a avanços na área de redução de armamentos e aos entendimentos no âmbito da Conferência sobre a Coooperação e Segurança na Europa -- continente cujo mapa político e estratégico sofreu, assim, alterações notáveis.

A neodistensão contribuiu para a configuração de novos parâmetros de relacionamento não apenas na Europa, mas também em outros cenários regionais, entre os quais a América Central. Em um ambiente marcado por evoluções positivas, no plano político-estratégico, em diferentes áreas geográficas, a emergência da crise no Golfo Pérsico, com a invasão do Kuaite pelo Iraque, deixou patente que o esgotamento da Guerra Fria não implica a diminuição dos riscos de conflito armado.

Paralelamente, acentuou-se o processo de revalorização do multilateralismo, exemplificado na contribuição da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos para o encaminhamento de questões como a efetivação da independência da Namíbia e a realização de eleições na Nicarágua. A crise do Golfo Pérsico constituiu ponto de inflexão de grande relevo na valorização do multilateralismo, com a adoção de resoluções mandatórias do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito do assunto. Na agenda política internacional, continuaram a merecer especial destaque os chamados "novos temas" - meio ambiente, direitos humanos e combate ao tráfico de drogas.

A multipolaridade, que emerge como traço característico da distribuição de poder na macro-estrutura internacional em gestação, aparece associada à ascensão de atores cujo poder deriva mais da vitalidade econômica do que da capacidade militar. Não obstante, a rapidez das mudanças na ordem internacional e as novas situações que dela resultam tornam singular a posição dos Estados Unidos da América. Este país, por um lado, vem-se fortalecendo, em função de fatos como a retração internacional da URSS e a natureza estratégico-militar da crise do Golfo, mas, por outro lado, vê reduzida sua margem de influência em certos cenários, como o da Europa, e defronta-se com dificuldades econômicas, ligadas sobretudo aos déficits orçamentário e comercial.

Em contraste com a celeridade do reordenamento político do mundo pós-Guerra Fria, a lentidão e a timidez continuaram a caracterizar a atitude dos países mais avançados em relação a problemas que afetam negativamente os países em desenvolvimento, tais como dívida externa, deterioração dos termos de intercâmbio, protecionismo e obstáculos ao acesso a tecnologias de ponta.

A análise da evolução recente da economia mundial à luz das interações entre progresso técnico e padrões de competição revela sinais preocupantes para os países em desenvolvimento. No novo paradigma industrial que se vem impondo desde o início dos anos 80, cuja mola mestra é a tecnologia, decresce a importância de matérias-primas e de mão-de-obra na geração de competitividade. O liberalismo nos países industrializados tem incidido essencialmente sobre as políticas econômicas internas; a face exterior desse liberalismo mostra-se muito menos vigorosa, pois são preservados mecanismos neoprotecionistas e mantidas aberturas apenas setoriais, inspiradas no princípio da reciprocidade, prejudicial aos países em desenvolvimento, que não podem oferecer contrapartidas no mesmo nível do mundo desenvolvido. O fenômeno de formação dos grandes espaços geoeconômicos em diferentes áreas -- Comunidade Econômica Européia, Bacia do Pacífico, América do Norte -- apresenta também o risco de recurso crescente a tais formas de comércio administrado. Somam-se, ainda, as incógnitas sobre os efeitos para os países em desenvolvimento da evolução da acirrada disputa comercial e tecnológica entre os EUA, a CEE e o Japão, bem como do encaminhamento a ser dado aos desequilíbrios econômicos dos Estados Unidos.

Por outro lado, os dados que compõem o cenário econômico internacional não constituem configurações acabadas e podem ser sementes de desdobramentos positivos. Ainda não está respondida a indagação sobre se prevalecerá nos chamados "megablocos" a tendência a maior grau de fechamento ou de abertura ao exterior. Há analistas que supõem que a própria dinâmica inerente à formação dos "megablocos" aponta para um crescimento econômico que redundará em benefícios para o conjunto do sistema. Na mesma linha, vislumbra-se na integração do Leste Europeu à economia de mercado um poderoso fator de dinamização da economia mundial, ainda que possa beneficiar prioritariamente países com maior poder de imantação na área, como a Alemanha.

Aceleraram-se, em 1990, as complexas negociações na "Rodada Uruguai" do GATT, para liberalização do comércio internacional. Os países desenvolvidos privilegiam a ocupação de espaços nas chamadas novas áreas (serviços, propriedade intelectual, investimentos), buscando nelas estabelecer uma regulamentação internacional favorável a seus interesses. Os países em desenvolvimento demandam ação prioritária para garantir o acesso de seus produtos ao mercado externo, reparar os desgastes no neoprotecionismo e garantir a possibilidade de integração ao núcleo dinâmico da economia mundial, o que pressupõe, crescentemente, a capacitação tecnológica.

No plano regional, a despeito das imensas dificuldades com que se defronta a América Latina, poucos momentos da história ter-se-ão mostrado tão propícios à aproximação entre os países latino-americanos. Para tanto contribuem, entre outros dados, a disseminação de modelos de governo democrático, que serve de alicerce à multiplicação de contatos entre os governantes; a adoção, em diferentes países, de diretrizes econômicas que ampliam as possibilidades de intercâmbio comercial; e a substituição da retórica pela busca de modalidades concretas e pragmáticas de cooperação. Intensificaram-se, em 1990, os processos de consulta e coordenação política e os movimentos de integração econômica assentados sobre bases realistas, entre os quais cabe ressaltar o que tem lugar no Cone Sul do continente. O lançamento, em meados do ano, pelo Presidente dos EUA, da "Enterprise for the Americas Initiative" foi visto, diferentes

países da região, como importante sinal da disposição norte-americana de compor uma agenda construtiva com a América Latina.

Integra também o contexto das ações desenvolvidas pela diplomacia brasileira em 1990 a natural projeção, na cena externa, das condições internas do país e das diretrizes políticas do Governo. A partir de 15 de março, a luta pelo desenvolvimento ganhou nova feição e novo direcionamento, erigindo como um dos componentes básicos do esforço de modernização do país a maior abertura à competição externa e a inserção crescente na economia internacional. O conjunto de decisões de política econômica -- retração do papel do Estado, apoio à livre iniciativa, liberalização do comércio exterior, nova política industrial, nova política de capacitação tecnológica, medidas para atração de investimentos estrangeiros -- amplia de forma substancial as oportunidades de cooperação entre o Brasil e outras nações em diferentes setores.

A política externa brasileira espelha, igualmente, a legitimidade e os valores inerentes à reconquista das liberdades democráticas e à escolha dos governantes pela vontade soberana do povo. Projeta, assim, na cena internacional opções de atuação diplomática que expressam causas abraçadas pelo Governo e aspirações largamente difundidas na sociedade brasileira, como a preservação do meio ambiente, a defesa dos direitos humanos e o compromisso com a transparência nas ações governamentais, como, para citar-se exemplo com claras implicações diplomáticas, as recentes decisões referentes à utilização da energia nuclear.

12.2. PRINCIPAIS AÇÕES

Em consonância com a prioridade que o Brasil atribui às relações com seus vizinhos, a política externa brasileira procurou, em 1990, dinamizar sua vertente de atuação latino-americana em todos os planos -- bilateral, regional e multilateral. As visitas bilaterais de nível presidencial, seja do Presidente brasileiro ao exterior ou dos mandatários da região ao Brasil, incluíram encontros com os Presidentes da Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia, México e Equador (a lista desses contatos é substancialmente ampliada quando se incluem os encontros por ocasião das cerimônias de posse, tanto deste governo como de governos da região -- por exemplo, do Chile e do Uruguai; concretizaram-se numerosas reuniões do Chanceler Francisco Rezek com seus homólogos do continente; concluíram-se acordos e avançaram-se negociações que aprofundam e diversificam o intercâmbio do Brasil com seus vizinhos em variados setores.

A política econômica inaugurada em 15 de março, em particular a maior abertura do mercado brasileiro à concorrência externa, permitiu ao Brasil aprofundar sua participação no processo de integração regional e, especialmente, do Cone Sul. Introduziu-se, assim, na política externa brasileira novo elemento de estímulo, o qual se acrescentou à comunhão de valores democráticos e às iniciativas que já se encontravam em curso para dar renovado vigor ao relacionamento do Brasil com a região.

Ao longo do ano, o processo de integração do Cone Sul foi acelerado por vários fatos: os Presidentes do Brasil e da Argentina anteciparam, para 31 de dezembro de 1994, a criação de um mercado comum;

reunidos em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores e da Economia do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai concordaram na conveniência de formar, até 31 de dezembro de 1995, uma Zona de Livre Comércio, aberta a outros países da ALADI, e convidaram o Paraguai a juntar-se a um espaço econômico comum; iniciaram-se as negociações do "Grupo Mercado Comum Quadripartite", envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Além da aceleração do processo de integração econômica do Cone Sul, a cooperação entre o Brasil e seus parceiros na América Latina estendeu-se à ampla pauta de atividades.

Com a Argentina, destaca-se a histórica "Declaração sobre Política Nuclear Comum" firmada pelos Presidentes do Brasil e da Argentina em Foz do Iguaçu, fruto das relações modelares entre os dois países. Ocorreram, ainda, entre outros fatos, o lançamento do avião CBA 123, construído pelos dois países, e a divulgação do edital de licitação relativo à construção e exploração de ponte rodo-ferroviária entre São Borja e Santo Tomé.

O relacionamento entre o Brasil e o Uruguai em 1990 manteve o alto nível que o caracteriza, estando previsto encontro presidencial em 1991. As relações com o Paraguai mantiveram o costumeiro padrão de entendimento, favorecidas ainda mais pelo processo de transição democrática em curso naquele país. A hidrelétrica de Itaipu, pedra angular do relacionamento bilateral e exemplo clássico de cooperação empresarial internacional no âmbito latino-americano, encontra-se no estágio final de obras, prevendo-se para o início de 1991 a inauguração da 18a. e última unidade geradora da usina.

Durante a visita, em julho, do Presidente Patrício Aylwin ao Brasil, foram assinados com o Chile um Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica e um Acordo sobre o combate ao tráfico e uso de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Por ocasião da visita da Ministra da Economia do Brasil ao Chile, firmou-se também Memorandum de Entendimento que estabelece a criação de uma comissão conjunta de acompanhamento de políticas econômicas.

Em encontro na fronteira, do Presidente do Brasil e do Presidente da Venezuela, foi reiterado o inequívoco compromisso de seus governos com relação às populações da região amazônica, à defesa do meio ambiente e à busca de fórmulas cooperativas no tratamento de assuntos referentes às áreas lindeiras. Após a crise do Golfo Pérsico, elevou-se o volume de petróleo exportado pela Venezuela ao Brasil. Com a Bolívia, foram assinados, durante visita ao Brasil do Presidente Jaime Paz Zamora, acordos complementares para a plena implementação do processo de integração energética. Por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Equador, Rodrigo Borja, foram examinados mecanismos para o incremento do comércio, bem como a possibilidade de novos financiamentos oficiais brasileiros para obras equatorianas de infra-estrutura.

O Vice-Presidente da República compareceu às cerimônias de posse dos Presidentes do Peru, Alberto Fujimori, e da Colômbia, César Gaviria. Com o Peru verificaram-se profícuas negociações no âmbito da cooperação e do comércio fronteiriço, bem como iniciativas de ajuda brasileira para minorar os efeitos da seca que assolou aquele país. Com a Colômbia, prosseguiram os trabalhos da Comissão de Cooperação Fronteiriça.

Com o Suriname e a Guiana, são dignos de nota a continuação dos esforços de cooperação técnica e o financiamento de alguns programas de exportação de bens e serviços brasileiros.

Dinamizaram-se, igualmente, as relações com o México, cujo Presidente, Carlos Salinas de Gortari, realizou visita ao Brasil. Na ocasião, firmaram-se o Acordo de cooperação na área de meio ambiente, o Acordo-quadro de cooperação fazendário-financeira, o Convênio de cooperação em matéria de promoção de co-investimentos e o Memorandum de entendimento para aproveitamento de preferências que se outorgam aos dois países em licitações públicas internacionais.

O Brasil tem acompanhado com atenção a evolução dos acontecimentos na América Central. Estamos dispostos a prestar ajuda técnica e econômica aos países centro-americanos, na medida em que eles nos solicitem e dentro de nossas possibilidades. Quanto ao Caribe, o Brasil tem procurado participar de iniciativas tendentes a intensificar seu relacionamento com os países da região; nesse sentido, participou de reunião, em Caracas, de Grupo de Trabalho com os países do CARICOM, destinada a examinar mecanismos para aumentar o comércio intra-regional, compartilhar tecnologia e racionalizar os sistemas de comunicação e transporte entre a América Latina e o Caribe. Registra-se, entre o Brasil e Cuba, um rápida consolidação do relacionamento, atestada pelo incremento do comércio bilateral e nas visitas recíprocas de autoridades brasileiras e cubanas de alto nível.

Delegações de vários países centro-americanos e caribenhos -- entre as quais, duas chefiadas por Presidentes (Presidente Fidel Castro, de Cuba, e então Presidente Daniel Ortega, da Nicarágua) -- compareceram à posse deste governo. Por outro lado, o Brasil enviou delegação de alto nível à posse do Presidente de Honduras e fez-se representar pelo Vice-Presidente da República nas cerimônias de investidura dos Presidentes da Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana.

O Brasil participou ativamente dos trabalhos dos diversos foros multilaterais latino-americanos que o país integra, entre eles o "Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política" ("Grupo do Rio"), a ALADI, o SELA, o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica.

O "Grupo do Rio" viu reforçada sua função de foro de consulta e coordenação política e teve atuação dinâmica em 1990. O Presidente da República esteve presente à Reunião de Cúpula do Grupo em Caracas, onde se coordenaram posições e se emitiu declaração presidencial sobre um conjunto de temas de interesse comum. Foram, ademais, incorporados ao Mecanismo o Chile, o Equador, a Bolívia, o Paraguai, um país centro-americano e um representante da Comunidade do Caribe. O Chanceler Francisco Rezek participou, no México, da Sétima Reunião Ordinária do Grupo, bem como dos encontros entre o Grupo e interlocutores extra-regionais -- em Dublin, com representantes da Comunidade Econômica Européia; em Budapeste, com representantes do Leste Europeu; e em Nova York, à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas, com os Chanceleres da CEE, Europa Central e Oriental, Canadá, Japão, República Popular da China e ASEAN.

A ALADI, que completou dez anos em 1990, recebeu a visita do Presidente da República ainda como Presidente-eleito e, posteriormente, do

Chanceler Francisco Rezek. Inscrevem-se entre as principais decisões referentes à ALADI em 1990 a ampliação do horizonte de trabalho da Associação e a avaliação das medidas necessárias para que alcance a flexibilidade e eficácia requeridas pelas atuais perspectivas de integração latino-americana. No âmbito do tratado da Bacia do Prata, celebraram-se reuniões com o objetivo de dar continuidade ao projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná. Os membros do Tratado de Cooperação Amazônica procederam a uma revisão crítica dos mecanismos institucionais e decidiram reforçar a competência da Secretaria Pro-Tempore, que passou a dispor de capacidade para diligenciar, junto a fontes externas, recursos para implementação de diversos programas coordenados pelas Comissões Especiais, nas áreas de meio ambiente, assuntos indígenas, transportes, turismo, ciência, tecnologia e saúde.

Nas relações com os países industrializados, a política externa brasileira tem-se norteado pela disposição de exercitar, incessantemente, a vocação para o diálogo e a negociação, baseada no reconhecimento sereno das divergências e no desejo de solucioná-las de modo objetivo e livre de ressentimentos.

Certos problemas na pauta das relações do Brasil com os países industrializados envolvem questões cruciais para nosso desenvolvimento, entre as quais a necessidade de equacionamento definitivo da dívida externa, a transferência de tecnologia e o acesso de produtos brasileiros a mercados do mundo desenvolvido.

As reformas implantadas a partir de 15 de março na economia brasileira e as atitudes do Governo em temas como o da preservação do meio ambiente e o da transparência do programa nuclear tem concorrido para a intensificação do diálogo político de alto nível e para a superação de algumas dificuldades de relevo na agenda entre o Brasil e os países desenvolvidos. Paralelamente às conversações oficiais, o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores e autoridades da área econômica do Governo desenvolveram também, ao longo do ano, múltiplos contatos com meios políticos, empresariais, acadêmicos e de imprensa daqueles países.

A visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, no início de dezembro, marcou importante etapa no relacionamento bilateral. A visita sucedeu-se a dois encontros que o Presidente do Brasil e o Presidente dos Estados Unidos já haviam mantido em território norte-americano, bem como a uma série de conversações entre representantes dos dois países sobre várias questões de interesse comum, entre as quais se incluem as referentes à liberalização comercial, propriedade intelectual e fornecimento de bens de tecnologia avançada. O Chanceler Francisco Rezek e outras autoridades brasileiras efetuaram visitas aos Estados Unidos; por outro lado, vieram ao Brasil, no período, importantes autoridades norte-americanas, como o Secretário de Agricultura, a Representante para Assuntos Comerciais (USTR), o Secretário do Comércio e o Assessor para Assuntos Nucleares do Departamento de Estado.

O Brasil recebeu o anúncio pelo Presidente George Bush, em meados do ano, da "Iniciativa para as Américas" como sinal de disposição norte-americana de compor uma agenda construtiva com a região e de atribuir efetiva prioridade à cooperação econômica em setores importantes.

Registra-se na proposta da Iniciativa para as Américas importante avanço conceitual, ao prever-se o tratamento integrado das variáveis comerciais, da dívida externa e de investimento. Reuniões entre representantes dos EUA e dos quatro países do "Grupo Mercado Comum" do Cone Sul vêm sendo realizadas, com o objetivo de firmar-se um Acordo-Quadro, que deverá servir de base institucional para a implementação da Iniciativa e de moldura para negociação de diversos temas de interesse dos países envolvidos. Neste particular, foram também frutíferos os entendimentos mantidos durante a visita do Presidente Bush a Brasília.

A partir de março de 1990, as relações Brasil-Estados Unidos passaram por uma inflexão em sentido crescentemente positivo, notadamente através da diluição do contencioso comercial entre os dois países. A visita do Presidente George Bush veio consolidar esse salto qualitativo no relacionamento bilateral. Assinale-se que, durante a mesma, foi anunciada a criação de um grupo de trabalho bilateral sobre transferência de tecnologia sensível, tendo sido confirmada à autorização norte-americana para exportação ao Brasil de um supercomputador. Pouco antes da visita, fora concluído um Memorandum de Entendimento com vistas à cooperação bilateral na área do meio ambiente, o primeiro assinado entre o Brasil e os Estados Unidos.

Ao Brasil interessa estreitar seus laços com o Canadá, entre outros motivos por se tratar de importante parceiro comercial e com tradição de investimentos em nosso país. Esse interesse coincide com orientação canadense de buscar maior aproximação com a América Latina, exemplificada na decisão de ingressar na OEA em 1989. Realizou-se, em 1990, reunião de consultas governamentais de cooperção técnica Brasil-Canadá para estabelecer o programa de trabalho conjunto da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA). Visitaram o Brasil o Presidente do Senado do Canadá e missão canadense da área de meio ambiente.

A necessidade de redobrada atenção da política externa brasileira à Europa Ocidental impõe-se não só pela tradicional relevância daquela região para o Brasil -- nela se encontram, por exemplo, nosso maior parceiro comercial (a Comunidade Econômica Européia) e nossos maiores parceiros no campo científico-tecnológico (a República Federal da Alemanha e a França) --, mas também pelas rápidas mudanças que o continente europeu experimenta, em função dos processos simultâneos de aceleração da unificação européia e de neodistensão no eixo Leste-Oeste.

O Presidente da República, ainda como Presidente-eleito, realizou visitas a Portugal, Itália, RFA, Reino Unido, França e Espanha. Conversações políticas de alto nível também se realizaram durante as viagens oficiais do Ministro das Relações Exteriores a Portugal, Itália e França, e de outros membros do Governo, entre os quais a Ministra da Economia, a diferentes países europeus. O Chanceler Frencisco Rezek participou, igualmente, dos encontros do Grupo do Rio com a Comunidade Econômica Européia.

O Brasil recebeu, por seu turno, as visitas de vários representantes europeus, como, da Suiça, o Ministro da Economia e Conselheiro Federal, e o Ministro das Finanças; do Reino Unido, o Ministro da Energia e a Ministra responsável pela Agência para o Desenvolvimento Ultramarino; da República Federal da Alemanha, o Ministro da Cooperação

Econômica e o Ministro da Pesquisa e Tecnologia; da Finlândia, o Ministro do Comércio Exterior; da Espanha, o Secretário de Estado da Cooperação; da França, a Ministra-Delegada junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Realizaram-se, em Brasília, as reuniões da Comissão Mista Brasil-CEE, com a presença do Comissário da Comunidade, Abel Matutes, da Comissão Mista Brasil-RFA de Cooperação Econômica e da Comissão Mista Brasil-Áustria de Cooperação Econômica e Industrial.

A densidade dos contatos permitiu a exposição, a interlocutores europeus, das reformas econômicas no Brasil e dos pontos de vista brasileiros em relação à cooperação externa; a troca de informações sobre a agenda política e econômica internacional; a exploração de novas perspectivas de intercâmbio em diversas áreas; avanços expressivos em projetos de interesse mútuo, como no caso da cooperação com a RFA e o Reino Unido para a preservação do meio-ambiente; e o exame, tempestivo, do conjunto das relações entre o Brasil e parceiros europeus, como no caso da Comissão Mista com a RFA, que se concretizou às vésperas da unificação da Alemanha.

Em relação ao Leste Europeu, o Governo deu continuidade ao processo de consolidação de seus laços políticos e econômicos com os países daquela região. No início de 1990, o Presidente da República, ainda como Presidente-eleito, visitou a União Soviética, ocasião em que manteve encontro com o Presidente Mikhail Gorbachev. Em outubro, foi realizada visita oficial à Tcheco-Eslováquia, adotando-se, entre outros documentos, a Declaração sobre o Desenvolvimento das Relações Bilaterais e o Protocolo de Intenções sobre as Relações Econômicas Bilaterais. O Ministro das Relações Exteriores, como já mencionado, participou das reuniões do Grupo do Rio com os países do Leste Europeu. O Ministro da Aeronáutica realizou visita oficial à União Soviética e o Ministro da Infra-Estrutura visitou a Romênia. Ainda em 1990, foram assinados Acordos Culturais com a República Democrática Alemã, em março, e com a Bulgária, em julho.

No plano econômico-comercial, cabe destacar a realização da VI Exposição Industrial do Brasil na União Soviética, a inauguração de empresa de processamento de suco de laranja brasileiro na URSS, em "joint-venture" com empresa daquele país, e a inauguração de agência do BANESPA em Moscou, bem como a participação brasileira nas feiras internacionais de Leipzig (RDA) e Bucareste (Romênia). Em novembro, realizou-se a Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica para passar em revista as relações bilaterais e indicar novos meios e formas de desenvolvê-las.

Em consonância com a diretriz que atribui ao Japão posição de especial realce na política externa brasileira, o Presidente República visitou Tóquio como Presidente-eleito e compareceu à cerimônia de entronização do Imperador Akihito, quando manteve, entre outros encontros, audiência com o Primeiro-Ministro Toshiki Kaifu. Na mesma linha, o Ministro das Relações Exteriores efetuou visita oficial àquele país. Entre os itens das conversações do Presidente e do Chanceler brasileiro com as autoridades japonesas incluiu-se a questão das dificuldades para a liberação de recursos do "Fundo de Reciclagem de Superavits Comerciais".

O trabalho de aproximação da diplomacia brasileira com os países da Bacia do Pacífico, superando os obstáculos da distância e do

desconhecimento mútuo, já é hoje exercido de forma constante e sistemática. O Brasil, que já mantinha relações formais com 23 países da área da Ásia e Oceania, procedeu, em 1990, à criação da Embaixada no Vietnam, com representação cumulativa com a Embaixada em Cingapura. O Chanceler Rezek manteve numerosos contatos com representantes daquela área, por ocasião da Reunião do "Grupo dos 15" em Kuala Lumpur e das Reuniões do "Grupo do Rio" com a ASEAN, RPC e Japão, em Nova York, bem como em encontros bilaterais paralelos à Assembléia Geral das Nações Unidas. O Brasil recebeu, entre outras, visitas de autoridades da Austrália e da República da Coréia. Quanto às relações comerciais, seu dinamismo evidencia-se no fato de ocupar hoje a Bacia do Pacífico a posição de terceiro parceiro comercial do Brasil, após a CEE e os EUA, e por absorverem os países da ASEAN parcela expressiva das exportações brasileiras.

Na região, a República Popular da China e a Índia são países que exibem paralelismos com o Brasil, em termos de escala e patamar de desenvolvimento, e com os quais a diplomacia brasileira está empenhada em aprofundar relações. Em 1990, o Brasil recebeu a importante visita do Presidente da República Popular da China, Yang Shangkun, em cujo contexto foram assinados dois atos bilaterais -- o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica e o Memorandum de Entendimento sobre Minério de Ferro -- e teve lugar a Terceira Reunião de Consultas Políticas entre os dois países.

A política externa brasileira tem procurado explorar novas oportunidades de cooperação com os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que busca preservar os laços políticos e econômicos que acumulou ao longo do tempo com esses parceiros e que constituem patrimônio inestimável de nossa diplomacia.

As dificuldades econômicas de muitos países em desenvolvimento, em grande parte decorrentes do ônus da dívida externa e da deterioração dos termos de intercâmbio comercial, têm acarretado sérios empecilhos à cooperação no eixo Sul-Sul. Esses obstáculos exigem redobrados esforços para a identificação de faixas de complementariedade, tal como tem ocorrido, com resultados amplamente positivos, na América Latina. É com esse espírito que o Brasil tem participado de novas vertentes de coordenação no eixo Sul-Sul, como a do "Grupo dos 15", mecanismo integrado por países em desenvolvimento que se identificam no objetivo de promover consultas e cooperação com espírito pragmático. O Grupo dos 15 realizou sua primeira reunião em 1990, em Kuala Lumpur, à qual compareceu o Chanceler Francisco Rezek.

As ações da diplomacia brasileira em relação à África desenvolveram-se no contexto das severas dificuldades econômicas daquela região e das modificações no panorama interno da África Meridional, nomeadamente Angola, Moçambique e África do Sul, onde as negociações de paz e as promessas do Governo sul-africano de declínio do "apartheid" trazem repercussões para todo o continente.

O Brasil saudou a independência da Namíbia com o envio de missão especial às comemorações, a elevação de nosso Escritório de Observação em Windhoek à categoria de Embaixada e a nomeação de Embaixador. Foram estabelecidas relações diplomáticas com a República do Malaui, com representação cumulativa com a Embaixada em Lusaca, Zâmbia. O Brasil participou, na Nigéria, da Segunda Reunião da Zona de Paz e de

Cooperação do Atlântico Sul. Realizou-se reunião de cooperação bilateral com o Togo e foram iniciadas conversações com a Nigéria e o Gabão com vistas à intensificação da cooperação na área de petróleo; com o Governo de Moçambique para a implementação do projeto de carvão de Moatize e com o Governo do Zimbábue para a venda de aeronaves da EMBRAER. Iniciou-se a preparação para as visitas que realizarão ao Brasil o Presidente do Senegal e o líder Nelson Mandela, cujo convite para vir a nosso país traduz a solidariedade brasileira com a luta do povo da África do Sul por sua emancipação.

Quanto ao Oriente Próximo, a crise do Golfo Pérsico, ao mesmo tempo em que colocou graves desafios para o Brasil, rendeu-lhe uma das principais vitórias diplomáticas em 1990 -- o êxito da missão especial enviada a Bagdá, que conseguiu retirar do território iraquiano os brasileiros que lá se encontravam, sem afastar-se da estrita observância das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Manteve o Brasil a coerência com suas posições de princípio em relação aos conflitos da região, as quais se fundamentam na defesa de solução pacífica, à luz da Carta das Nações Unidas e das resoluções pertinentes da ONU.

Intensificaram-se as relações entre o Brasil e o Irã, país cujo projeto de reconstrução abre novas perspectivas para a cooperação brasileira e que, após a crise do Golfo, respondeu rápida e positivamente à solicitação brasileira de elevação do volume de suprimento de petróleo. O Irã enviou ao Brasil, em 1990, o Ministro da Agricultura, o Vice-Ministro do Petróleo, o Chefe de Gabinete da Presidência da República e o Conselheiro Político do Presidente do Irã. Em novembro, o Ministro da Infra-estrutura do Brasil, acompanhado de missão empresarial, deslocou-se a Teerã, onde manteve importantes reuniões de trabalho com autoridades iranianas.

Visitaram Brasília, no decorrer do ano, o Chanceler da Organização para a Libertação da Palestina, o Presidente do Parlamento da Síria, o Secretário-Geral da Assembléia do Povo da Líbia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, havendo este último celebrado com o Brasil um acordo comercial e um acordo para criação de Comissão Mista.

Em várias oportunidades o Governo brasileiro reiterou sua posição com referência ao problema palestino, através da retirada das forças israelenses dos territórios ocupados e da convocação de uma Conferência Internacional de Paz, com a presença de todas as partes interessadas e de representantes legítimos do povo palestino, de acordo com as Resoluções 181, 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No que diz respeito ao problema libanês, o Governo brasileiro reafirmou sua conhecida posição em favor da retirada de forças estrangeiras do território daquele país.

O Brasil tem emprestado seu firme apoio à evolução recente no sentido da valorização do papel dos organismos internacionais, pois a defesa do multilateralismo constitui diretriz básica de nossa política externa, como meio de participação nos processos decisórios e de atribuição de poder a foros que expressem a vontade coletiva.

Entre outras demonstrações do respaldo do Brasil aos organismos multilaterais podem-se arrolar não apenas a participação do Presidente Collor na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (quando

firmou, com outros Presidentes, a Declaração sobre o Centenário do Sistema Interamericano), na Assembléia Geral das Nações Unidas e na Cúpula Mundial para a Criança, mas também o fato de não haver o Brasil hesitado em acolher e dar integral cumprimento às Resoluções mandatórias do Conselho de Segurança da ONU relativas à crise do Golfo Pérsico.

A política externa brasileira projeta no cenário internacional preocupações que o Governo e vastos segmentos de nossa sociedade partilham sobre assuntos de grande interesse. Nessa linha, e como reflexo da prioridade que atribui à questão ecológica, o Brasil, no plano externo, passou à ofensiva na apresentação de propostas para o direcionamento de recursos crescentes em prol da preservação do meio ambiente, para a intensificação da cooperação internacional, para o acesso às "tecnologias limpas" e para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que sediaremos em 1992. Nesse domínio, exercemos a soberania com a consciência de que nossa ação tem repercussões planetárias.

O sensacionalismo e o alarme que vinham presidindo o tratamento dos problemas ambientais começam a ser substituídos pelo diálogo racional: ao longo de 1990, a legítima preocupação da comunidade mundial traduziu-se em esforços efetivos de cooperação em todos os níveis, em busca da correção dos desequilíbrios que ameaçam a Terra.

No âmbito da preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Governo brasileiro participou, em março e agosto de 1990, de reuniões preparatórias em Nova York e Nairóbi, buscando, em ambas, as posições conciliatórias que se esperam do país anfitrião. As responsabilidades do Brasil nesse sentido levaram, paralelamente, à criação de uma Comissão Interministerial para a preparação da conferência (CIMA), à qual cabe assessorar o Presidente da República nas decisões relativas ao tratamento internacional das questões ambientais, bem como coordenar todos os aspectos logísticos atinentes à realização do evento.

Com a maturidade que lhe confere o regime democrático de Governo, o Brasil entende que a comunidade internacionaal tem o direito de preocupar-se com violações de direitos humanos onde quer que ocorram, e, coerentemente, passou a acolher as críticas construtivas nesse setor. Assinamos e ratificamos a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que entrou em vigor em outubro. É intenção do Governo aderir, o quanto antes, aos dois Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas -- o Pacto de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais -- e à Convenção Americana sob Direitos Humanos (Pacto de São José), ora sob consideração do Congresso Nacional. As preocupações brasileiras estendem-se também às populações indígenas; em função da atenção com que o Governo vem tratando a questão, a Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias das Nações Unidas decidiu até mesmo desconsiderar comunicação recebida sobre alegadas violações de direitos dos Yanomamis.

No que respeita ao combate a drogas ilícitas, o Brasil tem prestado sua contribuição para os esforços tanto multilaterais como bilaterais. Em 1990, participamos da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao tema; da Conferência Ministerial de Londres para a Redução da Demanda de Entorpecentes e o Combate à Ameaça da

Cocaína; e da Reunião Ministerial de Ixtapa, México, promovida pela "Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas" (CICAD). No plano bilateral, além da continuidade de programas com outros países, foram assinados Acordos de cooperação contra drogas ilícitas com o Equador e o Chile. Encontra-se sob exame do Congresso Nacional a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, de 1988.

As diretrizes do Governo brasileiro ampliam, portanto, a faixa de coincidência entre o Brasil e a comunidade das nações nos chamados "novos temas políticos" -- meio ambiente, direitos humanos, combate ao narcotráfico --, que ocupam posição de destaque na agenda internacional contemporânea. Temos consistentemente advogado, contudo, que a legítima atenção que esses temas merecem, e à qual emprestamos nosso decidido respaldo, não pode servir para obscurecer a importância da problemática do desenvolvimento e da impostergável necessidade de cooperação internacional para a elevação dos padrões de vida da humanidade em seu conjunto.

Do mesmo modo, temos advertido para a necessidade de que a evolução positiva no sentido da valorização do multilateralismo não seja deturpada pela instrumentalização de foros e temas para atender interesses de restrito círculo de potências, mas seja acompanhada da democratização do processo decisório internacional. Neste aspecto, vimos aventando sugestões concretas com nossos parceiros, entre as quais a conveniência de repensar a composição e procedimentos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para evitar a preponderância excessiva de poucas potências e adequá-lo às novas realidades do panorama internacional.

O apoio do Brasil ao multilateralismo expressa-se quotidianamente, pela ativa participação em vasta gama de foros e em negociações sobre múltiplos temas. No âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Governo brasileiro tem apoiado medidas tendentes a solucionar a grave crise financeira que aquela organização atravessa e procura obter maior colaboração para projetos a serem desenvolvidos em território nacional. No que concerne ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), buscou-se aumentar o volume de assistência alimentar concedida às regiões Norte e Nordeste. Procurou-se também aumentar a participação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em projetos brasileiros no setor, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da AIDS e de outras doenças contagiosas. Cumpre ainda ressaltar, que na Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Governo brasileiro desenvolveu a contento uma tarefa de esclarecimento quanto aos casos de liberdade sindical dos quais é objeto e promoveu ampla atualização de suas obrigações relativas à aplicação das Convenções da OIT no Brasil.

As preocupações brasileiras estendem-se também à Antártida e ao espaço exterior. No âmbito do Sistema do Tratado da Antártida, o Brasil participou da X e da XI Reuniões Consultivas Especiais, realizadas no Chile. Durante a primeira delas foram aceitas como Partes Consultivas o Equador e os Países Baixos. A XI Reunião examinou a possibilidade de adoção de medidas abrangentes destinadas à proteção do meio ambiente antártico. Tendo em vista que tais medidas deverão ser objeto de um instrumento jurídico internacional (Protocolo à Convenção de Washington ou Convenção) e o fato de existirem diversas propostas formais, o encontro avançou no sentido de procurar identificar um texto comum como base de negociação para nova Reunião Especial, a realizar-se em abril de 1991.

Na área espacial, o Brasil participou da XXXIII Sessão do Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), das Nações Unidas, na qual foram discutidas medidas de proteção ambiental para o uso de fontes de energia nuclear no espaço.

No que diz respeito à Comissão Internacional da Baleia (CIB), o Brasil fez-se representar em sua XLII Reunião Anual, realizada em Noordwijk, Países Baixos, durante a qual foi estendido o período de vigência da moratória internacional da caça à baleia até a realização da próxima reunião anual da Comissão, a ter lugar em junho de 1991.

Quanto à atuação diplomática nos temas de natureza econômica, ressaltam-se, em primeiro plano, as negociações da Rodada Uruguai do GATT-Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que absorveram grande parte das atividades de política comercial em 1990, ano previsto para o término da Rodada. A intensa participação brasileira em todos os 15 Grupos Negociadores demonstrou a prioridade que atribuímos ao processo de negociação.

Dois fenômenos de decisiva importância poderão moldar o quadro econômico mundial nos próximos anos: o primeiro está ligado aos resultados da Rodada Uruguai do GATT, a qual, sendo exitosa, poderá fortalecer a diplomacia multilateral e, assim, arrefecer a herança neo-protecionista dos anos 70; o segundo são os megablocos econômicos, que, na hipótese de exibirem uma dupla face de abertura interna e fechamento externo, poderão ter efeitos negativos para o comércio mundial.

País dotado de uma diversificada agricultura de produtos tropicais e temperados e de um setor industrial de expressivo porte, O Brasil tem grande interesse tanto nas negociações dos temas tradicionais, tais como produtos tropicais e agricultura, como nas chamadas "novas áreas", tais como propriedade intelectual, serviços e investimento. Estas últimas, debatidas na Rodada por iniciativa dos EUA, teriam por efeito, caso incluídas no âmbito do Acordo-Geral, a ampliação de seu poder regulador.

As negociações sobre agricultura - essenciais para o andamento de todo o processo negociador - refletem amplas divergências entre, de um lado, a Comunidade Econômica Européia (CEE), que resiste a promover significativa liberalização do setor, e, de outro, os EUA e o Grupo de Cairns (que inclui o Brasil), empenhados em uma ampla abertura no comércio internacional de produtos agrícolas.

Com relação aos demais temas da Rodada Uruguai, observamos que a emergência de um novo paradigma industrial em escala mundial tem levado os países industrializados a esforços de ocupação de espaços em novas áreas, procurando aprovar no GATT regras internacionalmente legitimadas que lhes permitam mais amplo controle daqueles segmentos do mercado em que detêm liderança tecnológica e maior competitividade.

Os "novos temas econômicos" constituem, assim, um dos pontos focais da Rodada Uruguai. A questão da propriedade intelectual, essencial para a definição de uma política tecnólogica, tem como um de seus pontos críticos o relacionado a patentes. O tema ligado a serviços, que inclui, por exemplo, serviços bancários, seguros, transportes e telecomunicações, apresenta evidente importância para a política industrial. Com relação a

investimentos, o aspecto essencial e que eventual ajuste sobre a matéria venha a enfatizar os efeitos que medidas relativas a investimentos terão sobre o comércio. Os "novos temas" incidem de forma direta e ponderável **sobre dois aspectos centrais da nossa atual Política Industrial e de** Comércio Exterior - a modernização industrial e comercial, e a difusão de novos padrões tecnológicos - o que está na raiz da alta prioridade que atribuímos às negociações sobre o assunto no âmbito do GATT.

Dentre os muitos trabalhos desenvolvidos durante a Rodada Uruguai, assumiram relevância especial a Reunião Informal de Ministros do Comércio Exterior em Puerto Vallarta, de 18 a 20 de abril, e a Reunião Ministerial realizada em Bruxelas, de 3 a 7 de dezembro, durante a qual, embora estivesse prevista a assinatura dos textos finais das negociações, ficou decidido adiar-se o processo negociador para as primeiras semanas de janeiro.

No processo de elaboração da política de comércio exterior de produtos de base, o Governo brasileiro tem procurado promover ampla participação do setor privado, com o objetivo de coordenar posições negociadoras. Tal orientação tem presidido nossas negociações em organizações internacionais (café, açúcar, cacau, trigo), grupos internacionais de estudos (borracha, chumbo e zinco, cobre, níquel) e associações de países produtores (estanho, bauxita, pimenta-do-reino, castanha-do-pará).

O segundo semestre de 1990 foi marcado por alterações significativas em nossas importações de petróleo, como consequência do conflito no Golfo Pérsico, responsável pelo corte nos suprimentos **originários do Iraque, nosso principal fornecedor.**

Além dos substanciais aumentos nos preços internacionais de petróleo, que provocaram severo ônus para o programa de estabilização econômica, a crise do Golfo teve outras importantes implicações: elevação nas taxas de juros internacionais e desaceleração do nível de atividade econômica nos países desenvolvidos. Tais fenômenos oneram severamente os países mais endividados, quer pelo acréscimo nos pagamentos do serviço da dívida, quer pela contração dos superávits comerciais, em consequência da redução de suas exportações aos países desenvolvidos.

O governo brasileiro procurou tomar iniciativas destinadas a obter compensações adequadas para cobrir os prejuízos causados com a implementação das sanções determinadas pela Resolução 661 do Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, a exemplo de diversos outros países, o Brasil efetuou Consulta ao Conselho de Segurança da ONU, com base no Artigo 50, da Carta das Nações Unidas.

Procuramos igualmente encontrar mercados alternativos, ou renegociar quotas já existentes, para os fornecimentos de petróleo ao mercado brasileiro, uma vez que ainda é assegurada por supridores externos.

A questão do acesso a tecnologias de ponta foi um dos importantes focos de atenção da política externa. As restrições ao acesso a bens de alta tecnologia derivam tanto de preocupações de natureza político-militar como de interesses econômico-comerciais. A alegação, por parte da comunidade internacional, de que nosso programa nuclear dava

margem a inquietações quanto a questões de não-proliferação e à utilização da energia nuclear para fins militares muito contribuiu para restringir nosso acesso a tecnologias sofisticadas.

O compromisso com a transparência nas ações governamentais conduziu o Brasil a adotar um conjunto de medidas com relação ao programa nuclear que tem importantes desdobramentos no plano de nossa atuação externa. São exemplos expressivos dessa atitude a abdicação unilateral do direito de efetuar explosões nucleares, ainda que para fins pacíficos, e o aprofundamento da cooperação bilateral com a Argentina na área nuclear, processo que culminou com a assinatura, em 28 de novembro, em Foz do Iguaçu, da citada Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina. Na ocasião, os dois Chefes de Estado aprovaram o Sistema Comum de Contabilidade e Controle, que será aplicado a todas as instalações nucleares de cada país. Acordaram, ainda, empreender negociações conjuntas com a Agência Internacional de Energia Atômica para a celebração de um Acordo Conjunto de Salvaguardas, que tenha como base o Sistema Comum e, uma vez concluído esse Acordo, tomar iniciativas conducentes a agilizar a entrada em vigência plena do Tratado de Tlatelolco para os dois países. Essa série de medidas, além de promover um estreitamento de nossa cooperação com o país irmão, atesta a utilização, exclusivamente para fins pacíficos da energia nuclear perante a comunidade internacional. A repercussão das medidas adotadas foi imediata e altamente positiva.

No setor de transporte aéreo, o ano de 1990 caracterizou-se pela consolidação dos Acordos Aéreos vigentes, em especial o Acordo com os Estados Unidos da América, de 1989, o qual chega ao final do corrente ano com o pleno aproveitamento do esquema de capacidade autorizado. Salienta-se, por outro lado, a negociação de novos Acordos Aéreos (Quênia e Tailândia), que possibilitarão a abertura de ligações aéreas do Brasil para a região asiática.

Intensificaram-se, no setor de transporte terrestre, as negociações com os países do Cone Sul, visando a facilitar e agilizar o tráfego comercial - rodoviário e ferroviário - nos seus aspectos operacionais, aduaneiros, fitossanitários e migratórios.

No setor de transporte marítimo, deu-se prosseguimento à execução da política brasileira, em defesa da marinha mercante nacional e da sua maior participação no mercado internacional de fretes.

O ano de 1990 marcou, na área de comunicações, o início do programa de construção e lançamento da segunda geração dos satélites brasileiros de telecomunicações.

O Governo brasileiro participou, ativamente, dos trabalhos dos organismos multilaterais dedicados aos temas de transportes e comunicações, entre os quais a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Marítima Internacional (IMO) e a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT).

Iniciativa relevante foi o lançamento do Projeto de Captação de Investimentos e Transferência de Tecnologia, destinado primordialmente à promoção de "joint-ventures" entre pequenas e médias empresas de países desenvolvidos e do Brasil, e que assume caráter prioritário diante da

necessidade de aporte de investimentos estrangeiros diretos para a economia brasileira.

No setor de Feiras e Exposições, o Itamaraty apoiou diretamente a participação brasileira em 60 eventos, dentre os quais se destaca a Feira Internacional de Hannover, considerado como o mais importante na área de subcontratação industrial. Na ocasião, o Itamaraty organizou importante Seminário de Investimentos.

Em coordenação estreita com a EMBRATUR, o Itamaraty vem também participando de diversos projetos de promoção de turismo, incluindo, entre esses, a criação de um Banco de Dados de Turismo.

Na área cultural, as restrições orçamentárias antepuseram limites à atuação do Ministério. Foi possível, no entanto, manter algumas atividades de difusão cultural, cooperação intelectual e ensino da língua portuguesa e divulgação da literatura brasileira no exterior.

Foram enviados aos postos no exterior, para exibição pública, cerca de 35 filmes brasileiros, bem como acolhidas no Brasil equipes de filmagem de aproximadamente 140 documentários ou filmes de ficção estrangeiros. Em termos de mostras de artes plásticas e recitais de música, a atuação do Ministério limitou-se, na maioria dos casos, a prestar apoio institucional, dada a carência de recursos para promoção direta de eventos. Manteve-se, não obstante, a distribuição de gravações de música popular para divulgação radiofônica, havendo sido contempladas nesse projeto emissoras de FM em cerca de sessenta países.

No âmbito da cooperação intelectual, diversas reuniões de Comissões Mistas culturais foram realizadas, bem como celebrado Acordo de Cooperação Cultural com a Bulgária. A unificação ortográfica da língua portuguesa, objeto de proposta da Academia de Ciências de Lisboa, foi examinada em reunião naquela Capital, em outubro.

O Ministério deu prosseguimento aos programas de leitorados em instituições de ensino superior e de estabelecimento e manutenção de centros de estudos brasileiros, cujo número hoje se aproxima de 50. Ainda na área da difusão de língua e literatura, foi promovida a participação brasileira em feiras de livros em Buenos Aires, Bolonha, Gotemburgo, Frankfurt e México.

As atividades de cooperação técnica internacional ampliaram-se através de negociações, entre fontes doadoras e países receptores, de novos programas e projetos bilaterais e multilaterais. Na área da cooperação recebida pelo Brasil, foram incrementados os programas com Reino Unido, Alemanha, Canadá, Japão e França. No âmbito da cooperação com países em desenvolvimento, foram negociados programas e iniciativas com a América Central e Caribe, Argentina, Bolívia, Chile, Guiana, México, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, Angola e Moçambique.

Com relação aos organismos internacionais, e em cumprimento à Resolução 44/211, de dezembro de 1989, da Assembléia Geral das Nações Unidas, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) estabeleceu em 1990 uma Unidade de Administração de Projetos cuja finalidade é o desenvolvimento da capacidade nacional em administração de projetos financiados pelo Sistema das Nações Unidas. A ABC participou também da Reunião de

Especialistas de CTPD (cooperação técnica entre países em desenvolvimento) promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD em Nova York, com o objetivo de examinar mecanismos de ampliação da cooperação sul-sul.

A ABC promoveu, durante 1990, quatro seminários a nível nacional e em conjunto com o setor produtivo, com vistas a maior integração do segmento privado nas atividades de cooperação técnica internacional. Organizou ainda o "TECH 90", centrado na discussão da política de transferência de tecnologia para o Brasil, como parte de um projeto maior de incremento da competitividade da indústria brasileira.

Com as limitações impostas pela escassez de recursos, os programas de estudantes-convênio tiveram prosseguimento em 1990, com sua ênfase mantida na América Latina e África. Estudam hoje no Brasil cerca de 3500 beneficiários do programa em nível de graduação, dos quais 400 foram selecionados no ano em curso, e aproximadamente 400 em nível de pós-graduação (PEC-PG), dos quais 100 admitidos no ano em curso. Foi lançado, por outro lado, o programa em nível técnico (PEC-TEC), a ter início efetivo no próximo ano com cerca de vinte estudantes, e retomado o programa na área militar (PEC-MIL), que contemplou seis estudantes em 1990.

Na área de cooperação em ciência e tecnologia, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica com o Chile e prosseguiram as negociações de instrumento similar com a Coréia. Entre as reuniões bilaterais especializadas, merecem destaque as que se realizaram com o México, a URSS, a CEE e a Alemanha. Com a Argentina, os encontros de maior relevo foram os do Conselho Binacional do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia e da Comissão Intergovernamental do Programa binacional de Pesquisa e Estudos Avançados em Informática.

O Instituto Rio Branco formou, em 1990, dezessete novos diplomatas, dos quais quatro bolsistas estrangeiros. Foram realizados, no corrente ano, dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o mesmo número de Cursos de Altos Estudos, resultando na aprovação de quarenta e três Segundos Secretários e quatorze Conselheiros, respectivamente. O Instituto promoveu ainda, em coordenação com o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais e o PNUD, o Seminário sobre Formulação de Política Exterior, destinado a diplomatas latino-americanos.

Vale notar, do ponto de vista administrativo, que, num esforço sobretudo de racionalização e economia, foram extintas as seguintes repartições, com impacto favorável sobre a disponibilidade de recursos já a partir de 1991: a Delegação para o Desarmamento e Direitos Humanos, em Genebra; a Delegação Permanente junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres; a Missão Permanente junto às Nações Unidas, em Viena; a Representação Permanente junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos, em Roma; a Embaixada do Brasil na República Democrática Alemã; o Consulado-Geral em Atlanta; e os Vice-Consulados em Milagro, Nassau, Mello, Guayaquil, e Iocoama.

Em termos orçamentários, destinou-se ao Ministério - na Lei de Meios e em créditos suplementares - a importância de Cr$ 12.524 milhões dos quais Cr$5.745 milhões para pessoal e encargos sociais (sendo 67, 70 % para o exterior) e Cr$ 6.961 milhões para outras despesas correntes e de

capital (dos quais 68,6% para o exterior), até 31 de outubro último. Tais recursos se destinaram sobretudo a custear as seguintes atividades e projeto, nas proporções indicadas:

- Execução da Politica Exterior: 69,03 %
- Participação em Organismos Internacionais: 10,52 %
- Amortização e Encargos de Financiamentos: 5,66 %
- Promoção Comercial do Brasil no Exterior: 3,37 %
- Recuperação do Patrimonio e Imobiliário e Artístico (Projeto): 2,26 %
- Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos: 1,90 %
- Intercambio Cultural: 1,08 %
- Cooperação Externa para o Desenvolvimento: 0,79 %
- Demarcação de Fronteiras: 0,75 %
- Manutenção do Cerimonial: 0,65 %
- Outras Atividades: 3,99 %

Como entidade vinculada, o Itamaraty conta com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), que engloba a Agencia Brasileira de Cooperação e o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais. Essa Fundação, com orçamento de Cr$ 151 milhões, desenvolve seu programa de trabalho por 4 atividades, as quais contam proporcionalmente com a seguinte parcela do orçamento da FUNAG, relativamente a coordenação e manutenção:

- Serviços Administrativos: 76%
- Promoção da Cooperação Técnica Internacional: 21%
- Estudos e Pesquisas na area de Relações Internacionais: 3%
- Contribuição para a Formação do Patrimonio do Servidor Público: 0,02%

13. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

13.1. SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SENEB

É a Secretaria responsável pela coordenação do resgate de uma das maiores dívidas sociais do País: o analfabetismo. Uma outra dimensão da amplitude das suas ações são os inúmeros artigos constitucionais, cujas competências encontram-se sob a responsabilidade da sua estrutura.

Pelo significado, extensão de efeitos, envolvimento da sociedade e pela própria determinação constitucional (Art. 60 das Disposições Transitórias), o programa de maior mobilização em 1990 foi o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. Concebido sob a ótica do " ...pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho..." (Art. 205 da Constituição Federal), acolheu sugestões de todos os representantes da sociedade (entidades de classe, Partidos Políticos e Federações Empresariais, dentre outros), e foi lançado em 8.9.90.

Foram ainda mobilizadas todas as demais secretarias e Órgãos descentralizados do Ministério, envolvidos no maior projeto educacional brasileiro. A efetividade foi garantida auscultando-se toda a comunidade envolvida e as ações articuladas garantiram um nível de eficiência compatível com as condições de fundo. A eficácia da primeira fase do Programa pode ser assegurada pelo envolvimento e conscientização alcançados junto à sociedade, cabendo a uma fase posterior a avaliação quanto aos resultados finais do processo ora iniciado. Em 1990, a economicidade foi comprometida pelo fluxo das liberações, mas, a partir de 1991, deverá haver aporte, direto e indireto, de recursos privados, inclusive externos, a exemplo do Banco Mundial e do Governo Japonês.

As demais ações da SENEB estão inseridas nas áreas de Educação Pré-Escolar, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Supletiva e Educação Especial, as quais serão, a seguir, objeto de maior detalhamento.

Na Educação Pré-Escolar, o Ministério apoiou financeiramente a aquisição de equipamentos e material permanente (Cr$ 124 milhões) que beneficiaram mais de 3.000 classes estaduais e 9.000 classes municipais, abrangendo praticamente todos os Estados da Federação e aproximadamente 800 Municípios.

As diretrizes para 1990, de ampliar o acesso e melhoria da qualidade do Ensino Fundamental no País e particularmente nas Regiões Norte e Centro Oeste, foram executadas através da realização de programas de apoio financeiro e técnico. Para que as ações atinjam os níveis de eficácia, eficiência e economicidade é necessária uma atividade simbiótica de pelo menos três Órgãos: SENEB, FNDE e FAE. As condições de conjuntura e a dinâmica da fase inicial da reforma administrativa nem sempre favoreceram a excelência desses indicadores. Contudo, muito foi realizado, inclusive com a participação de recursos do BIRD, como foi o caso do Projeto Monhangara :

- construídas, reformadas e equipadas 32 escolas;

- distribuídos aproximadamente 270 mil pacotes de material didático; e

- treinados cerca de 5.500 docentes e técnicos administrativos.

No âmbito normativo as ações na área do Ensino Fundamental envolveram o encaminhamento de proposições de expressivo significado no contexto educacional brasileiro no curto, médio e longo prazos:

- ampliação do ano letivo de 180 para 200 dias úteis/aula;

- aumento gradativo de 720 para 1.200 horas/aula/ano (a ser atingido em 1993);

- liberdade de adequar o calendário escolar às especificidades regionais; e

- extinção gradativa do 3º turno nas escolas municipais e estaduais.

Trabalha-se, ainda, na revisão crítica dos currículos, dentro de uma visão propedêutica da educação, avaliando a incorporação de novas matérias ou a inserção de conteúdos programáticos a exemplo de ecologia, tóxicos, saúde e sexologia.

Acrescente-se a elaboração de subsídios para definição de diretrizes políticas e linhas de ação para o Ensino Fundamental e de propostas de acompanhamento e apoio ao PNAC e ao Projeto "Ministério da Criança", numa perspectiva de ação interministerial, bem como a elaboração de documentos conjuntos: "Propostas Preliminares Para uma Política Nacional de Valorização e Dignificação dos Profissionais da Educação Básica" e "Programas Anuais e Plurianuais".

No âmbito da reforma administrativa, o Ensino Médio teve revistas suas competências e por conseguinte foi dotado de nova estrutura, ficando sob sua responsabilidade:

- educação geral;

- formação do magistério para a pré-escola; e

- as séries iniciais do ensino fundamental.

As ações conduzidas na esfera do ensino médio tiveram caráter interno, destacando-se dentre outras:

- realização de Palestras, Seminários, Mesa-Redonda, "Work-Shop" com vistas a subsidiar a criação e organização de um Centro de Estudos e Documentação sobre o Ensino Médio;

- realização de um Encontro Nacional sobre o Ensino Médio onde foi debatido o tema "A Progressiva Extensão da Obrigatoriedade do Ensino Médio" (art. 208, II, da Constituição Federal).

O Ensino Supletivo, para atendimento específico àqueles que não

puderam concluir os estudos no período regular, teve suas ações limitadas ao âmbito interno, devido à escassez de recursos.

A Educação Especial, que na estrutura anterior detinha o "status" de Secretaria, hoje atua ao nível de Coordenação dentro do Departamento de Educação Supletiva e Especial. Contrariando uma avaliação precipitada, esta foi uma das alterações que trouxeram elevado ganho funcional às ações da SENEB, dado que a Educação Especial permeia não só o Ensino Fundamental, mas também os demais níveis e modalidades de ensino, atendendo os portadores de necessidades especiais: mentais, visuais, auditivos, físicos múltiplos e superdotados.

A especificidade do atendimento da educação especial recomenda que, para maior eficácia, as ações executivas sejam conduzidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, pelas instituições particulares especializadas, pelas Universidades e por institutos especializados: o Benjamim Constant - IBC voltado para o ensino de deficientes visuais, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Ambos com instalações, equipamentos, material didático, laboratórios, oficinas pedagógicas, atendimento de professores e de profissionais especializados, que visam dotar o educando de maiores condições de integração social e realização profissional.

Ademais, inúmeros programas contaram com a cooperação da Legião Brasileira de Assistência - LBA, das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais - APAEs, e de outras instituições especializadas, mediante execução descentralizada através de repasses via convênios. Ainda, 810 instituições privadas receberam apoio financeiro, os repasses aos Estados superaram os Cr$ 3 bilhões e a distribuição de material didático beneficiou cerca de 32 mil alunos portadores de necessidades especiais.

13.2. SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - SENETE

A criação de uma Secretaria de Educação Tecnológica, neste governo, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Educação, resulta de um imperativo da sociedade moderna. Caracterizada por desenvolvimento tecnológico acelerado, demanda recursos humanos capacitados a utilizar, a adaptar e criar novas tecnologias capazes de promover a ascensão do país ao nível daqueles que compõem o elenco dos mais desenvolvidos, conforme proposta do programa governamental.

Suas atribuições normativas e de fomento abrangem uma rede de 108 institutos de ensino, distribuídos por todos os Estados e com as seguintes características:

- 19 Escolas Técnicas Federais (industriais) - ETF;
- 37 Escolas Agrotécnicas Federais - EAF;
- 4 Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET; e
- 48 Escolas Técnicas subordinadas às universidades (agrícolas, industriais e de serviços).

Em 1990, 90 mil alunos apresentaram frequência numa das 31 Especializações ofertadas nas unidades federais de ensino tecnologico.

As atividades da Secretaria visaram alcançar aos pressupostos do programa setorial de ação do Governo na área da educação: a eficiência, a qualidade e a modernidade, lastreadas pelo esforço de promover a eqüidade, reduzindo desigualdades sociais e elevando o nível de capacitação tecnológica de jovens e adultos a fim de que se criem as condições necessárias ao desenvolvimento de processos de produção condizentes com as aspirações e vocações nacionais.

A expansão da Educação Tecnológica foi objeto do Programa de Expansão e Melhoria Técnica - PROTEC. Recebido da administração anterior praticamente paralizado, foi revitalizado em 1990 mediante as seguintes ações:

- convênios com unidades de ensino federais (Universidades, ETF e CEFET) e municipais, para conclusão e recuperação de obras iniciadas e expostas à deterioração por falta de continuidade apropriada;

- convênios com municípios para construção e instalação de escolas de 1 Grau na área rural (5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental).

A partir desses investimentos (Cr$ 6.900 milhões, em 1990), o incremento de matrículas será da ordem de 44 mil alunos distribuídos por toda a rede do sistema.

A estratégia adotada para a construção de escolas técnicas industriais e a de criação de Unidades de Ensino Descentralizadas - UED, promovendo-se, assim, a interiorização desse ensino e garantindo-se o padrão qualitativo.

A expansão da Educação Tecnológica realiza-se também por meio de um programa de empreendimentos conjuntos, que une esforços do setor público com os do setor produtivo, a fim de atender as necessidades da oferta de profissionais habilitados requeridos por esses setores. A proposta já está sendo testada em Manaus, onde o MEC construiu e equipou parcialmente uma Unidade de Ensino técnico, cuja manutenção e complementação de equipamentos serão feitas por setores produtivos locais, mantendo-se a supervisão do Ministério. Este programa tem-se revelado efetivo face à demanda local, e eficiente ao promover a oferta de vagas com menor custo.

A efetividade quanto à localização das escolas e o conteúdo curricular é garantida por um processo contínuo de acompanhamento dos alunos, principalmente na etapa de estágio - quando o treinando é submetido às reais necessidades do mercado de trabalho -, e daqueles que já egressaram. Estudos sobre as transformações tecnológicas no sistemas produtivos regionais e nacional subsidiam a detecção dos novos perfis dos profissionais requeridos e as conseqüentes revisões curriculares, métodos, técnicas e equipamentos de ensino.

O aumento da eficácia das ações tem sido obtido através de intenso trabalho articulado junto aos demais órgãos do MEC a exemplo da SENESU e da CAPES, da comunidade empresarial, cooperação técnica internacional e de governos estaduais e municipais. Vale dizer que o ensino tecnológico transpassa os três níveis de ensino (1º, 2º e 3º grau)

e somente atividades articuladas podem assegurar a excelência técnica a uma formação humanista.

O aperfeiçoamento de docentes tem sido buscado nos centros de excelência situados na França, Inglaterra, Alemanha e, ainda, no Japão. Decorre, que além do acréscimo qualitativo verificado nas atividades de ensino, os Centros de Educação Tecnológica já vêm desenvolvendo pesquisas, gerando tecnologia industrial que têm contribuído para a melhoria e modernização dos processos produtivos nacionais. Dentro desta filosofia, teve início o Programa de Informática - PRONINFE, que visa introduzir os recursos da informática no processo de ensino-aprendizagem das escolas de Educação Tecnológicas e Educação Básica.

13.3. SECRETARIA NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR - SENESU

O Sistema Federal de Ensino Superior abrange 53 instituições, sendo 38 Universidades, 5 Centros de Educação Tecnológica e 10 Escolas Isoladas.

A diversidade de personalidade jurídica dessas instituições (Fundações e Autarquias), confere particularidades operacionais que foram afetadas pelas medidas contidas nas reformas Administrativa e Financeira. A determinação de reduzir despesas e redefinir o efetivo de servidores provocou pressões e questionamentos jurídicos face a autonomia universitária.

Após o período de ajuste, resultou uma estrutura mais ágil, tanto a nível interno da Secretaria, quanto nos "campi" universitários, tendo-se priorizado as atividades finalísticas e reduzido as organizações nas áreas de suporte administrativo.

As atividades normativas da Secretaria voltaram-se principalmente ao estudo da questão da autonomia universitária que, embora constitucional, esbarra num sem número de textos legais que colidem com a expressão. Assim, o Ministério preocupa-se em atender o dispositivo constitucional promovendo amplo estudo para a desregulamentação necessária mas a operacionalidade diária impõe sólidas vinculações, não permitindo que a questão seja colocada de forma simplista, vez que a Universidade não é um universo separado da comunidade que a mantém e nem do Estado que lhe dá existência jurídica. Paralelo ao preceito constitucional aventado, há o que determina a Supervisão Ministerial, havendo, pois, para garantir a eficácia das ações e transparência no uso de recursos públicos, que se equacionar o problema em simultaneidade à consideração das competências sobre o acompanhamento acadêmico e gestão das respectivas instituições.

A implantação destes sistemas de avaliação e controle encontra obstáculos políticos e operacionais que necessitam ser vencidos, buscando o engajamento das universidades, de forma que a avaliação permanente garanta a obtenção de resultados efetivos. Complementando, vale dizer que essa dualidade (autonomia vinculada), não raro, gera impasse no relacionamento com os demais órgãos públicos, comprometendo os níveis de eficácia e eficiência das ações pretendidas. Realizado a contento, o processo de desregulamentação e avaliação assegurará, inclusive, maiores recursos para o setor, sendo, portanto, uma das prioridades institucionais da Secretaria.

A SENESU tem ainda incentivado a promoção de empreendimentos conjuntos inter-universidades, buscando complementariedades que atendam os respectivos estágios de pesquisa e desenvolvimentos alcançados. Projeto pioneiro é o CONESUL, de complementação regional na área de informática, integrando os parques das Universidades Federais de Santa Maria e Rio Grande às de Pelotas, Ijuí e Bagé.

No âmbito administrativo, a concomitância de diversas estruturas recém definidas ainda compromete a desejada articulação entre as Secretarias. Os investimentos já iniciados em informatização e nos serviços de informações e estatísticas dentro em breve apresentarão os resultados e contribuirão com as bases históricas e estudos mais recentes, indispensáveis à definição das políticas alocacionais. A otimização da informatização passa também por um melhor aproveitamento do acervo e da capacitação técnica do INEP, no desenvolvimento de pesquisas na área educacional.

O mapa atual das demandas/ofertas de vagas versus a demanda do mercado de trabalho leva a concluir que a efetividade não foi um dos critérios mais utilizados nas inversões promovidas pelos governos antecedentes. Resulta um quadro em que convivem salas superlotadas com outras tantas ociosas.

Face a esta realidade, a SENESU articula alterações na legislação que disciplina o fluxo do processo para abertura de novas instituições e/ou alterações curriculares, para que sejam precedidos de estudos prospectivos mais abrangentes.

O Programa de Crédito-Educativo incorporou, em 1990, 25 mil novos estudantes, totalizando um contingente de 138 mil beneficiados.

Carente de recursos para investimentos de capital, a expansão da oferta de vagas e sua melhor distribuição regional/setorial tem sido estimulada através da criação do 3º turno. Todavia, a não realização de concursos públicos e as restrições orçamentárias têm se constituído em óbices para o nível de economicidade desejado.

Dos programas em curso, o de maior relevância, sobretudo pelo seu impacto social, é o Programa de Reorganização Administrativa e Tecnológica dos Hospitais de Ensino - PRATHE. Criado em 23 de julho de 1990, prevê o estabelecimento de um Plano Quinquenal de Ação, cujo propósito é integrar a rede hospitalar ao Sistema Único de Saúde - SUS, no sentido de aperfeiçoar a capacitação de profissionais para o setor. A medida abre perspectivas para a introdução de um modelo abrangente, que considere tanto as necessidades de assistência médica, quanto as

atividades de ensino e pesquisa e seja articulado com o restante da rede hospitalar. O PRATHE contará com recursos internacionais e considera ações articuladas com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Regional (Módulo Nordeste do Programa).

A supervisão técnica zelou pela manutenção da qualidade de ensino, coibindo a existência de "cursos de final de semana", origem da oferta desqualificada de certificados de nível superior e instrumentos de abuso da boa fé dos cidadãos.

Está sendo dada grande ênfase à expansão de vagas noturnas nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, considerando-se este um aspecto de grande relevância social, pois possibilitará o acesso de estudantes carentes que necessitam trabalhar durante o dia. Apenas 7% das vagas ofertadas correspondiam a cursos noturnos. Para o vestibular referente ao 1º semestre de 1991, obteve-se um aumento de cerca de 12.000 vagas, das quais 30 % noturnas. A meta é chegarmos a um total de 30% dos estudantes em cursos noturnos.

As IFES apresentavam, em média, cerca de 20% de vagas ociosas, além do não preenchimento de todas as vagas oferecidas por ocasião dos vestibulares. Portaria Ministerial complementando o Decreto que regula o vestibular determinou que não pode haver vagas não ocupadas, seja realizando-se novo concurso ou facilitando-se transferências.

O efeito conjugado da expansão de oferta de vagas noturnas e a determinação da referida Portaria, implicará, até 1994, no acréscimo de 140 mil novas vagas a serem ofertadas nas IFES, totalizando um contingente de 500 mil matrículas.

Pela primeira vez um Programa de Alfabetização conta com a participação efetiva da Universidade. Setenta e duas instituições firmaram convênios para atuarem no PNAÇ seja através do treinamento de recursos humanos (professores alfabetizadores), seja na pesquisa e desenvolvimento de novos métodos de alfabetização, seja na mobilização e assessoramento técnico às Comissões Municipais, Estaduais e Nacional de alfabetização.

A contenção de gastos na atividade-meio foi efetuada através de diversas medidas que implicaram na redução de 10% destes custos, mediante extinção de gratificações, redução no número de funções gratificadas e medidas de racionalização administrativas.

13.4. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE

As ações da Fundação, mais do que complementares às da Secretaria de Ensino Básico - SENEB, são essenciais à consecução dos objetivos permanentes determinados na Constituição Federal, particularmente o contido no art. 206, inciso I: "igualdade de condições para acesso e permanência na escola".

Seus principais Programas visam a suprir as carências do estudante nas áreas de alimentação, livro didático, salas de leitura, saúde e material escolar (assegurados no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal).

Em 1990, a direção da FAE promoveu uma completa revisão na sua estrutura organizacional, alterando critérios de departamentalização, reduzindo cargos comissionados, devolvendo servidores requisitados e reduzindo em torno de 50,0% as funções gratificadas. As reformas patrimonial e administrativa originaram a desativação de depósitos, com a consequente redução de custos de armazenagem e segurança patrimonial, a devolução de imóveis locados e cessão de contratos de prestação de serviços. Obteve-se, assim, uma organização mais ágil, que gerenciou os seguintes projetos:.

- o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD foi fortemente prejudicado pela liberação atrasada dos recursos, de 1990, face a falta de planejamento e orçamentação do Governo anterior. Necessitando-se, idealmente, adquirir cerca de 66,5 milhões de exemplares já em 1990, apenas foram distribuídos 4,5 milhões de exemplares remanescentes do saldo de 1989. Em dezembro, no entanto, com grande esforço do atual governo, conseguiu-se ainda em 90, iniciar-se a negociação para adquirir 67,2 milhões de unidades, que deverão estar sendo distribuídas a partir de março de 1991;

- o Programa Nacional de Material Escolar careceu de recursos, tendo suas ações ficado restritas à distribuição de conjuntos disponíveis em estoque: 26 milhões de unidades (cadernos, lápis, borracha e caneta) e 180 mil exemplares de obras didáticas (dicionários e atlas);

- o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atinge aproximadamente 30 milhões de escolares, da maneira análoga ao PNLD, foi impactado pelo fluxo orçamentário-financeiro já mencionado. As principais ações que garantiram melhorar os resultados foram de âmbito administrativo, tendo-se adotado o pagamento antecipado das aquisições (o desconto financeiro obtido foi transformado em tonelagem adicional, aumentando, portanto, o número de beneficiados), aquisições descentralizadas, eliminado intermediários (menores custos sem as despesas extras de comissões) reduzido ao mínimo as compras complementares (historicamente sempre a maiores preços), substituição na pauta de produtos (dificultando a ação de oligopólios) e a ampliação dos prazos de validade das propostas. O fluxo de comunicação entre os compradores também foi agilizado, buscando-se permanentemente os melhores padrões de eficiência e a plenitude da eficácia.

Complementam as ações da FAE o Programa Nacional de Salas de Leitura - PNSL, voltado para a consolidação do processo educacional. Apesar da falta de recursos para a implementação das metas programadas para 1990, o Programa distribuiu 1,8 milhões de livros de literatura e de apoio à pesquisa, adquiridos em 1989, e renovou 197 mil assinaturas de 4 periódicos. Deve-se salientar que hoje são atendidos no PNSL cerca de 30% dos municípios brasileiros, estando os demais sendo cadastrados para atendimento futuro.

O Programa Saúde do Escolar é o único a nível federal, em sala de aula, que atende em caráter preventivo, educativo e curativo, escolares de I Grau da rede pública de ensino, nas áreas de Saúde Geral,

Odontológica e Oftalmologia, dentro das escolas. A execução desse programa é descentralizada através de convênios com as Prefeituras, que recebem recursos para aquisição do material necessário. Até 1990, cerca de 900 clínicas odontológicas, 33 laboratórios óticos e 55 "kits" oftalmológicos haviam sido repassados pela FAE aos Estados/Municípios.

13.5. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - INEP

As atividades do Instituto foram bastante prejudicadas pela sua extinção quando da reforma administrativa, posteriormente reconsiderada.

Voltado para o fomento à pesquisa na área da educação (do Pré-Escolar à Universidade), atualmente financia cerca de 150 projetos, dos quais, 80 selecionados em 1990. A efetividade alocacional se realiza através do Comitê de Pesquisa e do trabalho de consultores "ad hoc", que avaliam as demandas espontâneas ou dirigidas.

Os resultados dos trabalhos retornam à sociedade através da divulgação, num processo contínuo de socialização do conhecimento.

Sendo o seu produto o Relatório Final da Pesquisa, as ações são direcionadas no sentido de facilitar o trabalho do pesquisador, sobretudo agilizando as liberações financeiras e o fluxo dos processos de seleção e acompanhamento dos projetos.

A adoção da prática de liberações parceladas dos recursos facilitou o acompanhamento e trouxe maior eficácia às ações, impedindo que se perdesse contato com o pesquisador após a concessão do financiamento. A redução da participação intermediária das Universidades também se alinha entre as ações que ampliam a eficácia e favorecem a economicidade.

13.6. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

O FNDE, além de administrar os recursos do Salário-Educação, atua como órgão de financiamento a projetos específicos na área de educação.

Com um orçamento de Cr$ 61.400 milhões em 1990, dos quais 65% foram executados, num total de Cr$ 40.200 milhões, o FNDE direcionou seus recursos às três esferas de governo e às entidades particulares, da seguinte forma:

REPASSE DE RECURSOS
- 1990 -

ESFERA	VALOR - Cr$ Milhões	%
Federal	9.800	24
Estadual	11.500	29
Municipal	17.600	44
Particular	1.300	3
T O T A L	40.200	100

Fonte: FNDE

Relativamente aos programas educacionais financiados em 1990, seus recursos tiveram a seguinte destinação:

PROGRAMA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS
- 1990 -
Cr$ milhões

PROGRAMA	VALOR
Administração	725,7
Adm. Financeira	67,6
Ens. Fundamental	39.279,3
Ens. Superior (*)	1,5
Ens. Supletivo	2,1
Assist. a Educandos	18,4
Outros	137,2
T O T A L	40.231,8

Fonte: FNDE

(*) Recursos transferidos pelos hospitais universitários ao FNDE, destinados ao acompanhamento de residência médica pela SENESU.

O Salário-Educação (Quota-Federal) responde por cerca de 60% dos recursos da Autarquia, e se destina, exclusivamente, ao financiamento do Ensino Fundamental que, por sua vez, absorveu 98% dos recursos aplicados em 1990.

Por meio do Sistema de Manutenção de Ensino - SME, o Salário-Educação possibilitou o atendimento de 900.000 alunos através das modalidades Aquisição de Vagas, Indenizações e Escolas Próprias.

Quanto à Quota Estadual do Salário-Educação, foram transferidos aos Estados Cr$ 68.600 milhões, com a seguinte distribruição regional:

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
1990

REGIÃO	VALOR - Cr$ MILHÕES
Norte	1.979
Nordeste	6.959
Sudeste	45.813
Sul	10.172
Centro-Oeste	3.716
T O T A L	68.639

A reformulação de sua estrutura administrativa, associada às medidas de modernização dos seus critérios e normas de concessão, controle e acompanhamento dos projetos financiados, bem como do processo de arrecadação do Salário-Educação, representam o esforço que o FNDE tem implementado no sentido de suplantar as dificuldades existentes e

dinamizar, cada vez mais, seu papel de órgão captador e financiador de projetos educacionais.

A Lei Nº 8.150, de 28.12.90, veio regulamentar a sistemática de aplicação dos recursos provenientes da arrecadação do Salário-Educação junto ao Banco Central do Brasil (até então exercida com amparo de Medidas Provisórias), fato que nos possibilitará, para 1991, reforçar a capacidade de financiamento do Ensino Fundamental.

Após mais de 10 anos com sucessivos atrasos nas liberações, os 2/3 correspondentes à quota estadual do Salário-Educação têm sido repassados aos Estados observando rigorosa pontualidade no cronograma previamente definido, possibilitando a continuidade dos Programas conduzidos pelos Governos estaduais e municipais, constituindo-se num importante fator de economicidade e eficácia.

A transferência de recursos da quota federal tem-se realizado sob a estrita observância, pelos Estados e Municípios, do dispositivo constitucional que determina a aplicação de 25% dos recursos resultantes da arrecadação de impostos na Educação. Além disso, entre outros aspectos, exige-se o efetivo cumprimento dos respectivos Estatutos do Magistério e do ano letivo de 200 dias.

13.7. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES

À semelhança do INEP, este órgão também foi extinto nos primeiros momentos da reforma administrativa, sendo este ato posteriormente reconsiderado, fato que lhe confere características próprias quando da avaliação de suas atividades em 1990.

A redução verificada no efetivo de servidores, motivada pela determinação de devolver os requisitados, criou obstáculos ainda não superados para a consolidação de rotinas adequadas de modernização e informática, impedindo que a organização funcionasse com plena eficiência.

A ausência de dotações (recursos originalmente condicionados) e a necessidade de solicitar suplementações orçamentárias, somaram-se ao ambiente interno em que se deram as ações, tendo acarretado eventuais atrasos no pagamento de bolsas no Brasil e no exterior, embora o exercício tenha-se encerrado com todas as bolsas pagas em dia.

A departamentalização anterior, voltada para Instrumentos da Ação (Programas), passou a ser orientada para o atendimento às principais funções executadas. A estrutura vigente resultou mais ágil, funcional e econômica, reduzindo substancialmente o tempo de tramitação dos processos.

A efetividade das ações de fomento às instituições de Pesquisa e Pós-Graduação é assegurada através de comissões avaliativas e o trabalho de consultores que fazem visitas "in loco", nas mais de 120 instituições beneficiadas com repasses de recursos. Além disso, o assento no Conselho do CNPq e de representantes deste órgão e outros, como a FINEP, no Conselho da CAPES, permite integrar as diretrizes alocacionais e favorece a atuação conjunta que impede o desperdício, duplicidade e pulverização de recursos.

Em 1990, foram concedidas cerca de 18 mil bolsas de estudos, sendo 2 mil no exterior, que possibilitaram estudos a nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

13.8. FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO - FRP

Para cumprir com maior eficácia suas atribuições e atender às diretrizes de Governo, a Fundação Roquete Pinto (ex-FUNTEVE) fixou, para o ano de 1990, três linhas básicas de atuação:

- modernização administrativa;

- implementação da programação educativa; e

- renovação da programação cultural.

No primeiro caso, merece destaque a concepção do novo estatuto, com a consequente revisão da estrutura básica.

Princípios com maior funcionalidade e menor verticalização nortearam a elaboração do estatuto, visando a garantir uma atuação mais integrada entre as diversas áreas que compõem a Fundação.

Vale dizer que, apesar do estatuto estar em fase de aprovação, algumas mudanças foram implantadas já em 1990 como, por exemplo, a criação e organização da Diretoria de Tecnologia Educacional, visando responder com mais rapidez as prioridades fixadas pelo Ministério. Também em 1990, foi regularizada uma pendência funcional, herdada de administrações anteriores, que expunha a Fundação a questionamentos trabalhistas e era forte fator de desestímulo do quadro de servidores.

A implementação de uma programação educativa de rádio e televisão buscou atender a novas prioridades fixadas pelo Ministério da Educação.

Assim, em 1990, visando a apoiar o aperfeiçoamento de professores e a universalização do ensino fundamental, a FRP procurou

- fazer um melhor aproveitamento do acervo de programas;

- dar continuidade à produção de séries iniciadas no ano anterior;

- intercambiar produções realizadas por outras entidades públicas e privadas; e

- produzir novos programas para atender demandas específicas. Aqui, cabe destacar a produção da série "Um Novo Tempo", que a partir do conceito de modernidade em educação trata de temas como ecologia, cidadania, educação para o trânsito, educação do consumidor, educação para saúde, entre outros.

Toda essa programação educativa foi ou será transmitida pelas emissoras operadas diretamente pela Fundação TVE/RJ, TVE/MA e a Rádio MEC/Rio e Brasília, bem como ofertada ao Sistema Nacional de Radiodifusão

Educativa integrado por 24 geradoras e 760 retransmissoras de televisão, assim como 66 emissoras de rádio, alcançando cerca de 1.082 municípios.

Merece, também, destaque, o esforço realizado pela FRP, por meio de sua Diretoria de Tecnologia Educacional, no sentido de conceber novos projetos que serão implementados em 1991, a partir do apoio financeiro do FNDE.

São projetos que respondem às diretrizes gerais do MEÇ consubstanciadas no Plano Nacional de Educação. Com eles, a FRP busca contribuir para a maior eficácia do Sistema Educacional Brasileiro.

Tais projetos abrangem as áreas de habilitação do professor leigo, atualização de professores do ensino fundamental, aperfeiçoamento de professores alfabetizadores, suplência de 5ª a 8ª séries e de apoio ao ensino fundamental.

Ainda a citar o trabalho realizado pelo Centro Nacional de Televisão Educativa do Maranhão, da FRP, que atende a cerca de 25 mil alunos de 5ª a 8ª séries, em recepção organizada.

A Fundação Roquete Pinto, através de sua Diretoria de Produção, dedicou-se, também, em 1990, a renovar e modernizar a programação cultural de televisão (3.700 programas levados ao ar), buscando caracterizá-la como uma programação alternativa para o público em geral.

Procurou-se modernizar a produção dos programas, quer alterando seu formato, quer aperfeiçoando o uso de recursos cênicos, e ainda ofertar um elenco diversificado de programas, abrangendo as áreas de música popular e erudita, artes plásticas, cinema, literatura, teatro, além de uma densa programação informativa, enfatizando temas como saúde, esporte, trabalho, economia, desenvolvimento social, entre outros.

Já na área do rádio (7 mil programas), diante das dificuldades apontadas, dar continuidade à programação cultural de séries abertas e buscar aperfeiçoar a qualidade de sua transmissão foram metas perseguidas ao longo de todo ano.

14. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

As atividades de maior destaque, efetuadas nos principais programas e projetos, em 1990, foram:

- Plano AM-X:
  adquiridas 8 aeronaves;

- Plano Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB):
  prosseguimento da implantação do CINDACTA III, que cobrirá toda a área do Nordeste, e do DACTA Amazônia, que compreende a instalação de radares nas cidades de Manaus, Belém e São Luiz, bem como da modernização dos equipamentos de comunicação terra-avião e de auxílio à navegação aérea;

- Transporte de Superfície:
  o Ministério reformulou toda a política nessa área, alienando veículos e modificando normas de utilização, a fim de permitir redução de gastos;

- Recursos Humanos:
  foram mantidos todos os cursos normais de carreira, inclusive o concurso para formação de sargentos (Escola de Especialistas).

- Combustíveis e Lubrificantes:
  o número de horas voadas sofreu uma redução da ordem de 40%, como medida de economia, fato que gerou uma grande diminuição nos dispêndios da Aeronáutica com combustíveis e lubrificantes, sem prejuízo de suas missões de caráter operacional.

Quanto às empresas vinculadas, as principais realizações são a seguir descritas:

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) desenvolveu e fabricou, em 1990, o EMB 120-Brasília e o EMB 312-Tucano, aviões que têm tido boa aceitação no mercado externo. Em junho, lançou, em parceria com a FAMA, indústria argentina, o primeiro protótipo do CBA 123-Vector, que já alcançou cerca de 150 opções de compra. O projeto do EMB-145, primeiro jato de passageiros a ser construído, teve seus estudos adiados para o próximo ano. Em compensação, o caça tático AM-X, desenvolvido em parceria com a Itália, já é realidade.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) administra 62 aeroportos, zelando pela sua conservação e modernidade. Durante 1990, realizou obras no Aeroporto Internacional de Brasília e estudou a ampliação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, além de continuar as obras do Aeroporto de Guarulhos.

A Telecomunicações Aeronáuticas S.A (TASA) é responsável por cerca de 117 destacamentos de proteção ao vôo. Objetiva, basicamente, implantar, operar e explorar, industrialmente, os circuitos da Rede

Internacional do Serviço Fixo Aeronáutico para fins de segurança, regularidade, orientação e administração do transporte aéreo em geral. A TASA cumpriu, em 1990, todas as suas metas nas áreas de modernização dos sistemas de proteção ao vôo e telefonia aeroportuária.

A Companhia Eletromecânica (CELMA) preparou-se, em 1990, para apoiar os motores Garrett TFE 731-2/3 dos Lear Jets, séries 30 e 50. Externamente, atendeu aos mercados da América do Sul, de parte da América Central e da Europa. No decorrer do ano, foram cumpridas as metas propostas, tendo a empresa faturado, aproximadamente, US$ 64 milhões. Sua privatização é objeto de interesse do Governo, cujo processo já teve início, por força do Decreto nº 99.666/90.

15. MINISTÉRIO DA SAÚDE

15.1. AÇÕES DE SAÚDE NA AMAZÔNIA LEGAL

No decorrer do exercício de 1990, o Ministério da Saúde realizou ações de saúde na Amazônia Legal, abaixo relacionadas.

Execução Direta:

Aquisição de equipamentos e material médico hospitalar, destinado à Comunidade Indígena Yanomami.

Execução Indireta (Descentralização de Recursos):

a) Convênio - Ministério da Saúde/Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, para construção de unidades de saúde;

b) Convênio - Ministério da Saúde/Prefeitura Municipal de Brasiléia-AC para construção e reforma de unidades de saúde;

c) Convênio - Ministério da Saúde/Universidade Federal do Pará, para elaboração do perfil epidemiológico em municípios da faixa de fronteira dos Estados do Pará, Amapá e Rondônia;

d) Convênio Universidade Federal Pará para elaboração do perfil epidemiológico em municípios da faixa de fronteira (Acre, Amapá, Rondônia);

e) Convênio - Ministério da Saúde/Fundação Universidade do Amazonas, para elaboração do Perfil Epidemiológico dos municípios da faixa de fronteira dos Estados do Amazonas, Acre e Roraima;

f) Convênio - Ministério da Saúde/Fundação Universidade do Amazonas, para desenvolvimento de atividades em Saúde do Índio; e

g) Convênio - Ministério da Saúde/Universidade Federal do Mato Grosso, para elaboração do perfil epidemiológico dos municípios da faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso.

15.2. AÇÕES DE SAÚDE NO NORDESTE RURAL PNE

O Projeto de Ações de Saúde no Nordeste Rural - Projeto Nordeste, foi criado pelo Decreto nº 91.178, de 1.4.85, como um dos componentes do Plano de desenvolvimento para a Região Nordeste, tendo como objetivo principal apoiar os esforços do setor saúde para melhorar a equidade, eficiência e eficácia da assistência básica de saúde na sua área de abrangência, através da melhoria e expansão da rede básica de saúde e das capacidades Institucionais do Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde da região.

O Projeto Nordeste tem a sua execução prevista em duas

etapas, sendo a primeira (Projeto Nordeste I) abrangendo parte dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e região norte de Minas Gerais, no valor global de US$ 129.7 milhões, sendo US$ 59.5 milhões de empréstimo junto ao BIRD e o restante contrapartida dos Governos Federal e Estaduais. A segunda (Projeto Nordeste II), abrangerá mais 10 regiões de Saúde do Estado da Bahia e parte dos Estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, no valor global de US$ 610.6 milhões, sendo US$ 267.0 milhões provenientes de empréstimo do BIRD e restante contra partida dos Governos Estaduais.

O Projeto Nordeste I tem o período de execução fixado inicialmente em 8 anos, reajustado atualmente para 6 anos, teve sua efetividade a partir de setembro de 1987, sendo aquele ano juntamente com o de 1988, considerado o primeiro ano do Projeto. O Projeto Nordeste II tem sua efetividade a partir de dezembro/90 e uma execução fixada em 5 (cinco) anos.

15.2.1. Principais Metas Cumpridas

a) Projeto Nordeste I:

- construção e equipamento de cerca de 17 postos de saúde, 20 centros de saúde, 8 unidades mistas, 3 diretorias regionais, 1 laboratório regional, 1 almoxarifado regional, 1 centro de treinamento e 2 oficinas de manutenção;

- ampliação e equipamento parcial de 3 centros de saúde, 1 unidade mista e 1 hospital local;

- recuperação e equipamento de 14 postos de saúde e 1 centro de saúde; e

- capacitação através de cursos, seminários, oficinas de trabalho de 1066 técnicos de nível superior, 640 de nível médio e 92 de de nível elementar.

As consultorias e estudos especiais realizados ou em andamento são:

- avaliação do efeito toxicológico de agrotóxicos sobre a população diretamente exposta, em Juazeiro/BA;

- projeto de saúde e educação na Escola Fundamental da micro-região de Canudos/BA;

- pesquisa do uso de farelo de arroz na desnutrição de crianças, no estado do Piauí;

- modelo assistencial para Secretaria Estadual de Saúde - SES do Rio Grande do Norte;

- sistema de planejamento e programação local, SES do Rio Grande do Norte;

- divisão territorial e setorização, SES do Rio Grande do Norte;

- Sistema de Gestão, SES no Rio Grande do Norte; e

- Sistema de Vigilância à Saúde, SES do Rio Grande do Norte.

Durante o exercício de 1990, o Projeto sacou da conta especial-BACEN, o montante de US$ 10,6 milhões correspondente a 100% de desembolso das metas realizadas.

É de relevância esclarecer que o Projeto NE-I tinha estabelecido em seu cronograma de desembolso, por parte do BIRD, para o período de 1990, US$ 10,7 milhões e chegou a desembolsar US$ 10,6 milhões obtendo assim um percentual de 99,34% de desembolso naquele exercício.

b) Projeto Nordeste - II

Em efetividade, a partir 26.12.90, com o Ministério da Saúde e Estado de Alagoas e a partir de 15.1.91, com os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba e Sergipe.

Dentro das condições de acordo firmado com o Banco Mundial, poderão ser reembolsados, retroativamente as metas previstas no projeto de financiamento que tenham sido realizadas a partir de 1.2.88, um montante de até US$ 18,0 milhões. Tais metas, abrangendo obras civis, aquisição de equipamentos, capacitação de recursos humanos, consultoria e estudos especiais, estão em fase final de levantamento, sendo estimado um reembolso de aproximadamente US$ 12,0 milhões, ou seja, cerca de Cr$ 2.630 milhões dos quais Cr$ 942,6 milhões com recursos financeiros do exercício de 1990.

15.3. REAPARELHAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA

Em 1990, a aquisição de equipamentos no INCA foi orientada para algumas prioridades, determinadas a partir dos seguintes critérios:

a) equipamento de serviços cujas instalações estão em fase final de reforma (Centro Cirúrgico);

b) obsolescência de equipamentos em relação às atividades do setor (Laboratório de Patologia Clínica); e

c) renovação de mobiliário que, em alguns setores, não era realizada desde a inauguração do Instituto (Pediatria, Radioterapia).

Assim é que, de janeiro a setembro de 1990, haviam sido adquiridos:

- Instrumental Cirúrgico Cr$ 19,0 milhões

- Equipamento de Neurocirurgia Cr$ 11,0 milhões

- Equipamento de Urologia Cr$ 0,9 milhões

- Equipamentos para transplantes

de medula Óssea Cr$ 0,5 milhões

- Equipamento para Oncologia Clínica Cr$ 0,4 milhões

- Equipamento para Centro de Pesquisa Básica Cr$ 1,9 milhões

- Equipamento para arrefecimento da Central Frigorífica Cr$ 2,7 milhões

- Equipamento Médico-Hospitalar e mobiliário para diversos serviços serviços Cr$ 5,0 milhões

- Equipamentos Eletro-Médicos para diversos serviços Cr$ 3,4 milhões

15.4. AÇÕES DE CONTROLE E DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

A Fundação Nacional de Saúde, surgiu, dentro do processo da reforma Administrativa do para o setor saúde, a partir da fusão da SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, da FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública, da maioria das atividades da ex-SNABS - Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde e de algumas atividades da ex-SNPES - Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Pretende-se que a Fundação Nacional de Saúde seja uma terceira instituição, moderna, ágil, resolutiva e não somente um somatório das instituições anteriores. Seu âmbito de atuação na área de Saúde Pública abrange o controle de vinte e três patologias distintas e que grassam na população brasileira.

15.4.1. Antecedentes

As doenças endêmicas, como a malária, doença de Chagas esquistossomose, febre amarela, dengue, leishmanioses e outras de natureza focal, constituem ainda importantes problemas de saúde. Contudo, o Ministério da Saúde, através da SUCAM/FNS vem desenvolvendo programas de controle que estão reduzindo a transmissão, prevenindo a ocorrência ou impedindo o maior agravamento das mesmas.

a) malária

A malária mantém-se em ascenção a partir dos anos 70, em decorrência da intensificação da colonização e do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia. Entretanto, no ano 1988, foi possível estabilizar o nível endêmico com relação ao ano anterior e, no primeiro semestre de 1989 obteve-se uma redução da sua incidência em torno de trinta mil casos em relação a 1988.

O programa, a partir do segundo trimestre de 1990, iniciou um processo de transformação logística e de técnica operacional, culminando com a elaboração de uma Proposta para Reestruturação do Programa Nacional de Erradicação e Controle da Malária, que deverá ser posta em prática no início de 1991.

b) doença de chagas

A Doença de Chagas vem, historicamente, apresentando uma diminuição gradativa em sua incidência, em vários estados, graças às medidas de combate aos seus transmissores. Pelo menos, em 25% dos municípios da área endêmica comprovou-se a interrupção da transmissão e, em outras regiões, o número de casos é cada vez menor, deixando essa enfermidade de constituir naqueles municípios um problema sanitário grave.

c) esquistossomose

No controle da esquistossomose, milhões de pessoas que vivem nos seus focos vem sendo tratadas, anualmente, com bons resultados que se refletem na diminuição das hospitalizações por esta causa, pela redução das formas graves e do número de óbitos por ela produzidos.

d) febre amarela e dengue

Com relação à febre amarela e dengue, o Ministério da Saúde/SUCAM/FNS defronta-se atualmente com um sério desafio que é a infestação do Aedes aegypti, encontrado em onze estados e centenas de municípios, o qual provocou surtos de dengue em algumas cidades como Rio de Janeiro, Maceió e Fortaleza.

Os programas de Febre Amarela e Dengue, gerenciados pela SUCAM foram implantados e se desenvolveram em torno da erradicação do território brasileiro do Aedes aegypti, transmissor urbano da febre amarela e dengue; da vigilância epidemiológica dessas duas nosologias e da proteção dos indivíduos residentes na área endêmica da febre amarela através da vacinação sistemática dessa população a cada período de 5 anos.

e) Leishmanioses, Peste, Tracoma, Filariose e Bócio Endêmico (Endemias Focais).

Apresentam atualmente uma baixa incidência e as medidas de controle estão sendo aplicadas com bons resultados, nos seus focos principais, que se concentram principalmente no Nordeste Brasileiro.

15.4.2. Políticas Básicas

a) malária

Durante o ano de 1990 o Programa Brasileiro de Controle da Malária, exerceu atividades de erradicação com inseticidas de ação residual na Amazônia e atividades de vigilância epidemiológica, com detecção e extinção de focos novos de transmissão na área extra-amazônica.

Foram executadas:

- atividades de borrifação intra-domiciliar com DDT (algumas vezes com piretróides);

- atividades de detecção, ativa e passiva, e tratamento de casos de infecção malárica;

- atividades de saneamento ambiental reduzido (limpeza de valas, desfolhamento de margens, drenagem e aterro de pequenas coleções d'água) na cidade de Manaus, para conter epidemia de malária iniciada em 1987;

- atividades especiais de borrifação, detecção e tratamento de casos para contenção de epidemia iniciada em 1987 na região do Lago de Itaipu; e
- atividades de capacitação de recursos humanos, como realização do 1º Curso Internacional de Malariologia e 1º Curso de Entomologia para Saúde Pública.

b) doença de chagas

O programa de controle da doença de Chagas vem passando por uma das fases mais importantes de sua atuação, qual seja, o de reavaliação de suas atividades, na medida em que o período de maior densidade de triatomíneos nas habitações (infestação domiciliar) pode ser considerada vencida, em boa parte da área endêmica do país.

Sendo assim, durante os cinco últimos anos, foram adotadas linhas de estudos no sentido de implementar meios, pelo menos em algumas áreas, para que alterações na programação pudessem atender melhor a essa realidade.

Para tanto, ficam consideradas as seguintes diretrizes para o PCDCh:

- a erradicação do Triatoma infestans;

- a expansão do processo de vigilância, através de estudos das áreas com baixos índices de infestação domiciliar;

- o aprimoramento das ações de controle no peridomicílio, principalmente em áreas onde há predominância de Triatoma brasiliensis, Triatoma pseudomaculata e Triatoma sordida;

- o incremento da avaliação do Programa, pela introdução do método sorológico, em escolares de 7 a 14 anos;

- a particulação com o SUS, via COSIPE, para o controle da doença de Chagas transfusional (situação urbana) e a atenção primária ao Chagásico, no sistema previdenciário; e

- a implantação de vigilância epidemiológica da doença de Chagas, na região norte do país.

c) esquistossomose

O Programa de Controle da Esquistossomose baseia-se na supressão das formas graves da endemia, através da redução de sua prevalência a níveis inferiores a 25% por localidade ou núcleo de localidade da área endêmica.

Seu objetivo geral é redução das taxas de prevalência da doença a níveis inferiores a 5% por localidade ou núcleo de localidade fazendo

com que esta endemia possa ser considerada como uma parasitose comum e atendida sistematicamente pelos Serviços Permanentes de Saúde.

Os objetivos especificos do programa são:

- Consolidar os resultados alcançados na redução das taxas de prevalência em todos os Estados;

- evitar a expansão da doença;

- interromper a transmissão da endemia em áreas de focos isolados;

- desenvolver atividades de inqueritos coproscópicos, medicação de pessoas positivas, malacologia nas areas endemicas, de focos isolados e de irrigação;

- capacitação do pessoal das Secretarias de Saúde de Estados e Municipios para assumirem a vigilância epidemiológica das areas com baixa prevalencia ou negativas.

d) febre amarela

O programa de controle da Febre Amarela é elaborado na perspectiva de avaliar as estrategias de combate ao Aedes e às doenças por ele transmitidas, visando a adequação das técnicas tradicionalmente utilizadas, bem como a incorporação de novas tecnologias.

Os objetivos do progama abrangem os aspectos estabelecidos para a FEBRE AMARELA e permanentemente revistos no que tange ao DENGUE, quais sejam:

- interromper a transmissão de DENGUE nos Estados onde já se encontra estabelecida;

- impedir que ocorra transmissão de DENGUE nas demais áreas infestadas pelos vetores;

- deter a expansão dos vetores nas areas já infestadas;

- manter inexistente de Aedes os Estados atualmente isentos dos vetores;

- manter inexistente a forma urbana da FEBRE AMARELA; e

- reduzir a incidencia da forma silvestre da FEBRE AMARELA.

e) endemias focais

As estrategias utilizadas para o controle das leishmanioses (Programa de Controle das Leishmanioses) em 1990, são:

- trabalho em conjunto com as Secretarias de Saúde para diagnostico precoce e tratamento completo;

- trabalho de detecção de animais doentes, através de inquérito

sorológico censitário, idealmente realizado em todas as áreas acometidas; e

- trabalho de combate ao vetor, precedido por inquéritos entomológicos.

O controle da peste (Programa de Controle da Peste) se baseia nas seguintes medidas:

- vigilância continuada e sistemática nas regiões pestígenas conhecidas, em 2 níveis;

- busca de circulação do bacilo da Peste em roedores e pulgas; e

- detecção e diagnóstico precoce de casos humanos suspeitos.

Para o controle eventual de surtos (profilaxia sistemática) foram desenvolvidas as seguintes ações:

- orientação da população sob o risco;

- engajamento da comunidade e dos serviços de saúde na vigilância e Profilaxia da Peste;

- prevenção e controle da infestação murina domiciliar através de medidas de higiene e saneamento das habitações, complementadas por medidas de desratização; e

- acionamento de medidas ofensivas de controle na vigilância de situações de aumento do risco de contágio, ou do efetivo acometimento humano.

O Programa de Controle do Tracoma consiste na descoberta e tratamento dos portadores da Cerato-Conjuntivite Tracomatosa.

Esse trabalho, por si só, não é suficiente para controlar o Tracoma no Brasil, uma vez que a ação medicamentosa não é bastante para atuar adequadamente sobre o problema. É necessário apoio, por parte dos serviços de água e saneamento, bem como uma atuação dos setores de Educação em Saúde, no sentido de mobilizar as comunidades atingidas, para uma melhoria substancial de suas condições de higiene pessoal e do ambiente.

Há vários anos tenta-se a participação da Rede Básica de Saúde nas ações de detecção, diagnóstico e tratamento dos doentes de Tracoma. Vem conseguindo-se um crescimento gradativo dessa desejada participação, embora ainda muito reduzida.

O Programa de Controle da Filariose busca interromper a transmissão, através da redução dos índices de morbidade, pela identificação dos portadores de microfilaremia e aplicação de medicação específica.

O controle do vetor também é indicado, sendo mais viável e eficiente o controle larvário mediante manejo ambiental adequado.

O Programa de Combate ao Bócio Endêmico está compreendido em dois sub-programas:

- o Sub-Programa da Iodação do Sal que leva a prática a suplementação alimentar de Iodo (já que a doença advém da carência desse nutriente básico), via adição de Iodo ao sal refinado ou moído destinado ao consumo humano do animal. O Iodo é fornecido às empresas moageiras ou refinarias de sal. Uma assistência é prestada a essas empresas, para garantir a obtenção de níveis corretos de iodação do sal, pela observância de normas técnicas que regem essa prática; e

- o Sub-Programa de Vigilância Epidemiológica do Bócio Endêmico que é um instrumento de avaliação do impacto da ação (iodação do sal) sobre a Endemia.

15.4.3. Metodologia e Estratégias

a) malária

- incremento do apoio logístico ao programa;

- ações visando neutralizar a permanente escassez de drogas antimaláricas e de inseticidas de ação residual; e

- desenho de nova proposta para o Programa Nacional de Erradicação e Controle da Malária, a ser implantada em 1991.

b) doença de chagas

- interrupção da transmissão; e

- medidas de combate aos transmissores (pesquisas e borificações domiciliares).

c) esquistossomose

Em áreas endêmicas:

- exame coproscópico por censo nas localidades até 100 habitantes por amostragem de 20 a 10% nas localidades com 101 a 999 habitantes e 1000 ou mais habitantes respectivamente;

- medicação em massa nas localidades que apresentarem índices de prevalência superior ou igual a 50%;

- medicação dos positivos onde esses índices forem inferiores a 50% (a critério dos técnicos locais, poder-se-ia fazer a medicação dos conviventes);

- aplicação de moluscicida nos criadouros de importância epidemiológica.

Em áreas de focos isolados:

- coproscopia por censo;

- medicação dos portadores e conviventes;

- aplicação de moluscicida nos criadouros de importância epidemiológica.

d) febre amarela e dengue

- casas tratadas (eliminação de focos);

- vacinação;

- notificação de casos;

O Programa de vacinação anti-amarílica posto em prática pelo governo tem impedido o surgimento de surtos de febre amarela em áreas em ocupação da Amazônia, do mesmo modo que as práticas anti-vetoriais desenvolvidas nas cidades infestadas conseguiram neutralizar as epidemias de dengue e evitar que elas se multiplicassem.

Com base nessas premissas foram planejadas uma série de atividades dispostas em 3 (três) sub-programas, cada um dos quais voltado para alcançar um objetivo específico que, somados, resultariam numa situação ideal de controle da Febre Amarela silvestre e do Dengue, além da manutenção da erradicação da transmissão urbana da Febre Amarela.

e) Leishmanioses, Peste, Tracoma, Filariose e Bócio Endêmico (Endemias Focais)

No que concerne às endemias "Focais", como Leishmanioses, Peste, Tracoma, Filariose e Bócio Endêmico, o controle é realizado pelo Ministério da Saúde e outras instituições, como Secretarias de Saúde, Universidades e instituições de pesquisas.

Durante o ano de 1990 o Programa de Controle das Leishmanioses manteve restrita atuação às áreas já trabalhadas e de maior incidência, ficando a cobertura da totalidade das zonas endêmicas dependente da expansão do contigente de campo e da infra-estrutura laboratorial.

Em 1990, no âmbito do controle do bócio Endêmico foram mantidos os trabalhos básicos de iodação do sal destinado ao consumo humano e animal, a nível das fontes moageiras e refinadoras de sal.

No programa de Tracoma, o trabalho foi realizado predominantemente no Nordeste, onde se situam as áreas mais afetadas.

Quanto ao programa de Filariose, continuaram sendo trabalhadas áreas focais em Belém e Recife (região do grande Recife).

15.4.4. Campanha de Controle da Malaria

Resumo da Programação e Resultados Alcançados
\- 1990 -

POPULAÇÃO DA AREA ENDEMICA	EXAMES LABORATORIAIS		INDICES				Nº DE BORRIFAÇÕES	
	Program.	Realiz.	Posit.	ILP	IAES	IPA	Program.	Realiz.
51.355.061	3.560.592	3.315.836	573.524	17.3	6.5	11.2	3.654.936	1.855.399

Fonte: Divisão de Malaria - DIM

15.4.5.- Campanha Contra Chagas

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
\- 1990 -

POPULAÇÃO DA AREA ENDEMICA	UNIDADES DOMICILIAR		BORRIFACAO DOMICILIAR	
	Program.	Realiz.	Program.	Realiz.
54.105.619	5.213.548	2.454.133	1.170.865	259.748

Fonte: Divisão de Chagas - DIDOCH

15.4.6. Campanha Contra Esquistossomose

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
\- 1990 -

POPULAÇÃO EXPOSTA AO RISCO	COPROSCOPIA		TRATAMENTO			
	Nº exames laborator.		Nº de Pessoas		Nº de Criadouros	
	Program.	Realiz.	Program.	Realiz.	Program.	Realiz.
43.227.232	5.558.803	1.523.304	906.513	225.256	19.517	3.054

Fonte: Divisão de Combate à Esquistossmose - DIESP

15.4.7. Campanha Contra Febre Amarela e Dengue

- Quadro I -

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
- 1990 -

Nº DE MUNICIPIOS EM INSPEÇÃO		CASOS A TRATAR		VACINAÇÃO		CASOS NOTIFIC.	
Progr.	Realiz.	Programadas	Realizadas	Progr.	Realiz.	FA	DENGUE
2.771	1.045	15.444.334	7.373.173	7.860.825	3.268.332	2	26.790

Fonte: Divisão de Combate à Febre Amarela e Dengue - DIFA

- Quadro II -

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
- 1990 -

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADAS	REALIZADAS
Casas a visitar	4.288.551	1.537.250
Casas a trabalhar	3.510.917	638.932
Nº de casos de LTA	33.489	17.576
Nº de casos de calazar	2.415	1.767
Nº de amostras canina	1.856.492	697.743

Fonte: Divisão de Endemias Focais - DIENF
Obs.: Dados estimados

15.4.8. Campanha Contra Peste

Resumo das Atividades Programadas, Realizadas e Casos Humanos Investigados
- 1990 -

Nº DE MUNIC.A TRABALHAR		CASOS HUMANOS - INVESTIG.	
Programação	Realização	Nº de suspeitos	Nº de positivos
351	269	227	22

Fonte: Divisão de Endemias Focais - DIENF

15.4.9. Campanha Contra Filariose

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
- 1990 -

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE MUNICIPIOS À TRABALHAR		Nº DE PESSOAS À EXAMINAR		Nº DE PESSOAS À TRATAR	
	Program.	Realiz.	Program.	Realiz.	Program.	Realiz.
Pará	02	02	390.024	210.000	129	100
Pernambuco	05	02	317.936	80.000	4.154	3.400
T O T A L	07	04	707.960	290.000	4.283	3.500

Fonte: Divisão de Endemias Focais - DIENF

15.4.10. Campanha Contra o Tracoma

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
- 1990 -

Nº DE MUNICIPIOS		Nº DE EXAM.OFTAL.		Nº DE TRATAMENTOS	
Program.	Realiz.	Program.	Realiz.	Program.	Realiz.
168	91	1.256.911	355.000	339.734	158.200

Fonte: Divisão de Endemias Focais - DIENF

15.4.11. Campanha Contra Bocio Endemico

Resumo das Atividades Programadas e Realizadas
- 1990 -

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
- Nº de indústria a assistir	232	232
- Sal a iodatar (Ton.)	2.124.076	2.000.000
- Nº de amonstras para análise	199.820	81.000

Fonte: Divisão de Endemias Focais - DIENF

15.4.12. Projetos Especiais

Projeto de Controle da Malaria na Bacia Amazonica - PCMAM

Os objetivos específicos do PCMAM são:

a) reduzir a ocorrência de casos de malária a menos de 100 mil casos por ano e a menos de 500 óbitos por ano até 1995. Eliminação da ocorrência de casos autóctones em áreas extra-amazônicas e em áreas urbanas e periurbanas da Amazônia até 1995;

b) fortalecer o desenvolvimento do setor saúde, mediante o aumento de sua eficiência organizacional e de sua receptividade a novas condições. Estes objetivos institucionais serão intentados pela incorporação de novas tecnologias tais como sistemas computadorizados, pelo desenvolvimento de um programa de treinamento em serviço (desenvolvimento de recursos humanos) bem como pela implantação de dois novos programas: um para o fortalecimento da pesquisa operacional, e o outro para expandir as atividades de mobilização comunitária;

O projeto tem sua área de atuação nos Estados da Amazônia Legal e seu custo global é de US$ 198,0 milhões, sendo que US$ 99,0 milhões resultante de acordo de empréstimo com o BIRD e US$ 99,0 milhões do Governo Brasileiro.

O acordo foi assinado em 2.6.89 e entrou em efetividade em 20.9.89; sendo que a conclusão está prevista para 19.9.94.

São componentes do projeto o Prgrama de controle da Malária e o Desenvolvimento Institucional da SUCAM.

Projeto de Controle de Doenças Endêmicas no Nordeste - PCDEN

O Projeto de Controle de Doenças Endêrmicas no Nordeste - PCDEN, objetiva o controle da doença de Chagas da Esquistossomoses e da Leishmaniose. Tem por finalidade reduzir a incidência e a prevalência destas doenças na população exposta a risco. Como consequência, tais doenças deixarão de se constituir em problemas de saúde pública, permitindo que atividades de monitoramento em vigilância epidemiológica sejam suficientes para mantê-las sob controle.

A vigilância epidemiológica, no decorrer da execução do projeto, será objeto de trabalho conjunto da SUCAM e das Secretarias Estaduais de Saúde, sendo progressivamente delegada a estas últimas por meio da transferência de conhecimento técnico e outros recursos que permitam a execução destes trabalhos pelos estados.

Subsidiariamente, o PCDEN promoverá o fortalecimento da capacidade gerencial, de modo a torná-lo mais eficiente e eficaz. Seu objetivo adicional é o apoio às atividades do Ministério da Saúde na redução da ocorrência de novos casos de AIDS e o prazo previsto para a duração do Projeto é de 5 (cinco) anos.

O acordo foi assinado em 17.6.88 e entrou em efetividade em 14.12.88. A data prevista para a conclusão da execução do mesmo é 31 de

dezembro de 1993 e o fechamento do Acordo de Empréstimo com o BIRD será em 30 junho de 1994.

O Projeto tem atuação em nove Estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e no Estado de Minas Gerais, incluindo, aproximadamente, 1.018 Municípios. No caso da Doença de Chagas, estão também comtemplados o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

A população beneficiada, que recebe cobertura do Projeto, é estimada em 30 milhões para a esquistossomose e 8,4 milhões para as leishmanioses. As instalações laboratoriais para o controle da Doença de Chagas estão previstas para dar cobertura a 12.2 milhões de indivíduos que residem em áreas com transmissão de doença de Chagas.

A atuação relativa à prevenção e controle da AIDS é de âmbito Nacional.

Para atingir os objetivos propostos, as ações do PCDEN estão agrupadas em:

- Prevenção e Controle da Transmissão das Doenças (PCTD)
- Mobilização Comunitária (MC)
- Pesquisa Operacional (PO)
- Desenvolvimento Institucional (DI)
- Prevenção e Controle da AIDS

Os três primeiros componentes tratam diretamente da doença de Chagas, da esquistossomose e das leishmanioses; o quarto se refere à melhoria funcional, não apenas da SUCAM, mas do sistema de saúde como um todo; e o quinto se destina à diminuição da ocorrência de novos casos de AIDS.

16. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

16.1. FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO - FUNDAF

O FUNDAF destina-se a fornecer recursos para financiar o reaparelhamento e o reequipamento do Departamento da Receita Federal, a atender aos demais encargos específicos inerentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos tributos federais, e especialmente, a intensificar a repressão às infrações relativas a mercadorias estrangeiras e a outras modalidades de fraude fiscal ou cambial, inclusive mediante a instituição de sistemas especiais de controle do valor externo de mercadorias e de exames laboratoriais.

De janeiro a dezembro de 1990 houve um incremento de 18% no número de contribuintes fiscalizados na auditoria externa, que redundou em um aumento de 28%, em termos reais, no total de crédito tributário, constituído pela fiscalização. Este resultado foi reflexo da intensificação de operações de ação fiscal empreendidas pela Receita Federal.

Foram realizadas, também, as seguintes atividades:

- operações especiais de fiscalização no combate à sonegação fiscal, contrabando e descaminho;

- treinamentos nacionais, regionais e sub-regionais;

- pagamento da Retribuição Adicional Variável-RAV aos integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional;

- plano de reparos e adaptações em imóveis ocupados por unidades da Receita Federal;

- aquisição de "hardware", "software" e mobiliário específico para equipamento de processamento de dados; e

- transferência de recursos à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (fonte 157) a fim de desenvolver o programa de Incentivo à Arrecadação da Dívida Ativa da União.

16.2. COORDENAÇÃO DAS AÇÕES PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Sistema Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE, durante 1990, passou por uma transformção institucional sendo desvinculado da administração pública federal e tornando-se um serviço social autônomo.

A Lei Nº 8.154, de 28.12.90, referendou as transformações de dois textos legais anteriores, culminando com a definição da origem e destinação de seus recursos, e objetivos finais da instituição, ou seja, o apoio às micro e pequenas empresas.

Apesar da grande escassez de recursos financeiros e humanos,

para desenvolver seus programas, o Sistema SEBRAE conseguiu empreender uma dinâmica de trabalho que permitiu atingir seus objetivos e metas propostos, em consonancia com a proposta orçamentaria aprovada pelo Ministerio da Economia, Fazenda e Planejamento, através da Secretaria Nacional de Economia.

As diretrizes operacionais do SEBRAE para 1990 deram ênfase à execução de programas que proporcionassem maior impacto social e prestassem atendimento prioritario às atividades que mais contribuissem para a geração de emprego e renda.

Estes programas foram operacionalizados pelos CEAGs, através de cinco programas basicos:

a) Capacitação Gerencial

Este programa visa ao desenvolvimento gerencial das empresas de pequeno porte através de ações isoladas ou coletivas, tendo como instrumentos, dentre outros, consultoria, treinamento, associações de interesse economico (centrais de compras, vendas e serviços).

As atividades desenvolvidas pelo Sistema, junto ao segmento, foram:

- consultoria a 18.706 empresas;
- 1.908 cursos, com 34.096 horas/aulas, e 42.843 participantes nas áreas de recursos humanos, capacitação gerencial, vendas, iniciação empresarial, administração financeira e de pessoal, produção e marketing;
- atendimento com consultoria a 195 associações de microempresarios, principalmente nos setores cacaueiro, oleiro-ceramico, pescadores de açude, artesãos, barraqueiros, produtores de doces, sapateiros, carpintaria, agropecuaria e tecelagem;
- 744 cadastros;
- 9 diagnosticos atendendo aos setores de produtos alimenticios, empresas comunitarias e microregiões do setor de cacau;
- 297 palestras/seminarios/reuniões tecnicas versando sobre iniciação empresarial, associativismo, fomento industrial, dentre outros;
- 31 perfis de oportunidades de investimento;
- 123 projetos sendo a maior parte de viabilidade econômica e financeira;
- 25 grupos de produção;
- 1973 registros de empresas;

- 03 centrais de compras/serviços; e

- 08 cooperativas.

b) Mercado

O objetivo deste programa visou identificar, promover e viabilizar oportunidades de negócios para às empresas de menor porte. As ações desenvolvidas através do Programa Mercado, abrangeram o apoio à exportação, à promoção de feiras e exposições locais, regionais e nacionais, acesso das micro e pequenas empresas às compras governamentais, apoio à comercialização, além da organização de cadastros de informações.

Os resultados alcançados, durante o exercício de 1990, foram:

- 61 feiras, correspondendo desde feiras de artesanato até a participação na XXXIX FENIT e da Couro Modas;

- atendimento a 57 associações comerciais, industriais e de classe em diversos municípios dos Estados do Pará e Paraná;

- 18 caravanas de negócios com predominância do setor de vestuário;

- 04 bolsas de negócios;

- 71 cursos/palestras/seminários sobre fomento ao comércio, com 570 horas/aula;

- 8.945 empresas participantes/consultas;

- 13.341 cadastros de registros de empresas.

c) Tecnologia

Considerando que o parque produtivo nacional defronta-se com situações de ineficiência, em decorrência da utilização de tecnologias ultrapassadas de processo e de produto. Este programa visa difundir as atualizações tecnológicas, mediante a identificação de necessidades das empresas de menor porte, adequando os seus produtos, em termos de custos e qualidade, ao perfil das diversas classes de demanda, através de ações de monitoração tecnológica, extensão tecnológica, assistência tecnológica de processo e produto, controle de qualidade, correção do fator potência, substituição de energia, treinamento, informações e divulgação de estudos e pesquisas.

As realizações operacionais, no período, foram:

- 39 estudos sobre correção do fator potência;

- 27 cursos sobre monitoração tecnológica, qualidade industrial e consultoria de sistemas elétricos e auxiliares, com um total de 664 horas aulas e 397 participantes;

- 03 projetos na área de correção fator potência sistemas auxiliares e de melhoria tecnologica;

- 1.192 registros de marcas e patentes;

- 1.436 cadastros sobre armazenamento de informações tecnológicas, setores de vestuario, produtos alimentares, madeira e mobiliario, dentre outros;

- 52 diagnósticos nos setores de vestuário, madeira e mobiliario, produtos alimentares e em empresas consumidoras de gas;

- 03 seminarios sobre marcas e patentes; e

- 3.958 empresas atendidas.

d) Estudos e Pesquisas

Este programa visa à realização de estudos e pesquisas sobre assuntos relativos as micro e pequenas empresas, inclusive, quanto ao impacto das políticas governamentais junto ao segmento, bem como a elaboração de indicadores economicos, cadastros, perfis de oportunidade de investimento e análise de conjuntura de opinião, dentre outros.

No periodo, as atividades desenvolvidas pelo sistema foram:

- 23 estudos de oportunidade de investimento;

- 21 perfis industriais, nos setores derivados de ferro, beneficiamento de cafe, avicola de corte, madeira, farinha de osso, artefatos de cimento, dentre outros;

- 54 pesquisas diversas sobre o Plano Brasil Novo, salarios, implantação de industria de implementos agricolas, implantação de serviços de galvanoplastia, situação das empresas do Distrito Industrial de Sao Luiz, situação das microempresas de Belo Horizonte e situação socio-econômico dos municipios;

- 512 diagnosticos sobre diversos setores econômicos e municipios;

- 06 cadastros de empresas;

- 780 relatorios sobre indicadores industriais; e

- 16 projetos.

e) Difusão de Informação

Este programa visa à disseminação da informação, em larga escala, às micro e pequenas empresas atraves, principalmente, do balcão do

empresário, boletins, informes, cadernos tecnológicos, seminários, simpósios, encontros palestras e respostas técnicas.

As atividades desenvolvidas, foram:

- 66.759 empresas atendidas;

- 143 palestras e reuniões técnicas, entre outros assuntos, sobre ICMS, legislação trabalhista, formação de preço de vendas, registro de empresa, fundo constitucional de financiamento a microempresa no Estado e análise da situação da microempresa;

- 1.145 registros de empresas;

- 18 boletins e manuais técnico-informativos;

- 112.361 consultas no Balcão do Empresário;

- 1.850 distribuições de manuais e folhetos informativos;

- 120 respostas técnicas; e

- 816 cadastros.

Os programas desenvolvidos pelo SEBRAE Nacional, durante o exercício de 1990, foram:

a) Coordenação das Ações de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Nesta atividade, o SEBRAE efetuou o acompanhamento técnico/gerencial da programação de apoio às micro, pequenas e médias empresas, desenvolvida pelos CEAGs, através de viagens aos Estados, bem como realizou reuniões técnicas.

b) Estudos e Pesquisas

As realizações apresentadas para este programa, foram:

- 02 pesquisas, uma sobre o impacto do Plano Brasil Novo e outra sobre Competitividade Industrial;

- 04 projetos abrangendo: criação de empresas, modernização gerencial nas micro e pequenas empresas, iniciação empresarial para cursos técnicos do 2º grau e geração de emprego e renda nos centros urbanos.

c) Articulação Institucional

Este programa visou proporcionar o intercâmbio institucional entre o Sistema SEBRAE e órgãos governamentais e privados, nacionais e internacionais, com vistas à complementação de esforços para desenvolver e fortalecer o segmento empresarial de pequeno porte, através da disseminação de informações relevantes, debates sobre a problemática das micro e pequenas empresas, dentre outras.

d) Elaboração e Difusão de Informação

As atividades desenvolvidas pelo SEBRAE neste programa foram:

- 11 boletins técnicos de eventos;

- 302 respostas técnicas;

- 526 atendimentos através do Balcão do Empresário.

16.3. FINANCIAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES

Para a formação de estoques reguladores, o orçamento reservou a quantia de Cr$ 3.892 milhões assim discriminada: Cr$ 62 milhões para pagamento de juros, Cr$ 17 milhões para encargos de dívida, Cr$ 2.094 milhões destinados à equalização, Cr$ 332 milhões para concessão de empréstimos e Cr$ 1.387 para amortização do principal.

A execução da despesa indica as seguintes realizações: Cr$ 49 milhões de juros, Cr$ 11 milhões de encargos, Cr$ 1.887 milhões de equalização, Cr$ 276 milhões de concessão de empréstimos e Cr$ 868 milhões de amortização do principal, totalizando Cr$ 3.091 milhões.

Com o intuito de reduzir sua participação nas atividades econômicas do País, devolvendo-as à iniciativa privada, o Governo não fez estoques reguladores no exercício de 1990.

Da dotação de Cr$ 332 milhões, destinados à concessão de empréstimos, Cr$ 276 milhões foram utilizados para pagamento de despesas de armazenagem de estoques de passagem de 1989 para 1990.

As receitas provenientes da comercialização dos estoques alcançaram o montante de Cr$ 926 milhões.

16.4. FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

a) Trigo

Para o programa Trigo e Triticale foram previstos recursos orçamentários, sob a forma de concessão de empréstimos, da ordem de Cr$ 70.015 milhões, destinados à aquisição, à vista, de 6.100 mil toneladas de trigo nacional e 1.700 mil toneladas de trigo importado - esclarecendo que foram adquiridas, no exterior, 82 mil toneladas a prazo, com financiamentos externos, cujos gastos não se incluem nas Operações Oficiais de Crédito - OOC e, ainda, a cobertura de todas as despesas relacionadas com a manutenção e movimentação do produto, inclusive encargos financeiros.

Foram dispendidos Cr$ 57.326 milhões, no exercício, dos quais, Cr$ 52.932 milhões para concessão de empréstimos. Para atender aos compromissos externos decorrentes de importações realizadas em anos

anteriores, foram liberados recursos no valor de Cr$ 4.395 milhões (amortização de empréstimos e juros). Para subsídios - equalização entre o preço de remição e o de venda - não foram liberados recursos no exercício.

Foram recolhidas ao Tesouro Nacional receitas no valor de Cr$ 57.299 milhões, provenientes das vendas do produto durante o exercício.

A mudança da postura governamental, eminentemente desestatizante, determinou modificações na política do trigo, traduzidas nas M.P. nº 224, de 17.09.90, prorrogada pela M.P. nº 248, de 19.10.90, posteriormente convertida na Lei nº 8.096, de 21.11.90. Conseqüentemente, houve declínio da aquisição de trigo pelo Banco do Brasil, em compensação, a partir de outubro, o Governo canalizou recursos para o EGF de trigo que totalizaram, no exercício, Cr$ 22.733 milhões.

Dessa forma, as metas físicas para o programa trigo, no exercício, não foram atingidas. Prevista a compra de 7.800 mil toneladas, foram efetivamente adquiridas apenas 2.648 mil toneladas; portanto, a realização se deu abaixo do volume planejado. As vendas, cuja previsão era de 7.430 mil toneladas, atingiram 7.436 mil toneladas, ou seja, ligeiramente acima da programação. Considerando o estoque inicial de 5.758 mil toneladas e o fluxo de aquisição e vendas, finalizou-se o exercício com um estoque de 970 mil toneladas.

b) Aquisições do Governo Federal - AGF

A Lei Orçamentária original, de 1990 fixou o limite das despesas para o programa AGF em Cr$ 5.702 milhões destinados à aquisição de produtos.

Posteriormente, de modo a adequar o programa à realidade, imposta pela conjuntura econômica, foram abertos créditos suplementares, resultando na elevação daquele valor para Cr$ 35.058 milhões (total das despesas), sendo Cr$ 21.883 milhões para concessão de empréstimos e Cr$ 13.175 milhões para equalização.

Foram liberados, sob a forma de concessão de empréstimos, Cr$ 18.767 milhões e, para equalização, Cr$ 5.598 milhões.

As receitas provenientes da venda dos produtos se elevaram a Cr$ 27.869 milhões.

c) Empréstimos do Governo Federal - EGF

Foram consignados recursos orçamentários, inclusive provenientes de crédito suplementar, para o programa EGF, da ordem de Cr$ 35.542 milhões: Cr$ 35.005 milhões para concessão de empréstimos e Cr$ 537 milhões para equalização.

A política de retração do Governo no monopólio da aquisição do trigo fez com que, em contrapartida, recursos do EGF da ordem de Cr$ 22.733 milhões fossem destinados para o produto.

17.1. DEFESA E VIGILÂNCIA FITOSSANITÁRIA

O Departamento Nacional de Defesa Vegetal, desenvolve ações que objetivam proteger as principais culturas econômicas do País contra as várias pragas e doenças, evitando-se prejuízos significativos e imprevisíveis, contribuindo para a manutenção da oferta de alimentos a nível interno e assegurando excedente exportável, bem como a produtividade e melhoria da produção nas culturas.

As ações do Departamento Nacional de Defesa Vegetal são desenvolvidas através de convênios e ajustes com os Estados, Municípios e entidades privadas, de forma indireta e através da representação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) nos estados de forma direta.

Estas ações são executadas através de 04 subatividades:

a) prevenção e Controle de Doenças e Pragas dos Vegetais

Esta subatividade tem por objetivo prevenir, controlar e combater as doenças e pragas dos vegetais, através de campanhas fitossanitárias e programas específicos. Foram realizados em 1990, o controle à vassoura da Bruxa, o combate ao gafanhoto, o controle à mosca das frutas, ao cancro cítrico e ao bicudo do algodão.

Valores repassados às Regiões:

Regiões Norte	Cr$	0,5 milhão
Região Nordeste	Cr$	7,4 milhões
Região Sudeste	Cr$	2,0 milhões
Região Sul	Cr$	2,1 milhões
Região C. Oeste	Cr$	1,7 milhões

b) controle do comércio e do trânsito de vegetais e seus subprodutos.

Consiste, basicamente, na inspeção fitossanitária em materiais de origem vegetal de importação ou exportação, que é realizada de forma a emitir certificados, atestados liberatórios, apreensões e interdições, de vegetais e seus produtos.

Dentre os principais Portos, Aeroportos, e Postos de fronteiras Internacionais, com trânsito de vegetais onde são realizadas as inspeções fitossanitárias encontra-se 5 de Santos-SP, Rio de Janeiro-RJ, Vitória-ES, Paranaguá-PR e Rio Grande do Sul-RS; Aeroportos Internacionais de Cumbica - Guarulhos-SP e Galeão-RJ, e os Postos de Fronteira Seca de Uruguaiana-RS (Argentina), Livramento-RS (Uruguai) e Foz do Iguaçu-PR (Argentina e Paraguai), que concentram 95% do volume de exportações e/ou importações de produtos vegetais.

Foram inspecionados nos diversos postos de controle de trânsito um volume superior a 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) toneladas

de produtos vegetais de exportação ou importação.

Valores repassados às Regiões:

Região Norte	Cr$	0,3 milhão
Região Nordeste	Cr$	0,5 milhão
Região Sudeste	Cr$	1,1 milhão
Região Sul	Cr$	1,7 milhão
Região C. Oeste	Cr$	0,1 milhão

c) Implantação e manutenção de Estações Fitossanitárias e de Avisos.

A implantação e manutenção de Estações Fitossanitárias e de Avisos tem como objetivos principais:

. identificar as doenças e pragas dos vegetais e as ervas daninhas, as épocas de ocorrência e os prejuízos causados;

. planejar e executar testes de eficiência agronômica e análise de resíduos em alimentos;

. definir as especificações climáticas regionais, determinar localização, intensidade e época de incidências das pragas e doenças;

Foram realizados convênios com Prefeituras e Secretarias de Estados para uma melhor operacionalização das Estações Fitossanitárias e de Avisos, nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Ceará e Mato Grosso.

Valores repassados às Regiões:

Região Norte	Cr$ 0,4 milhão
Região Nordeste	Cr$ 1,9 milhão
Região Sudeste	Cr$ 0,8 milhão
Região Sul	Cr$ 8,8 milhões
Região C. Oeste	Cr$ 4,1 milhões

d) Inspeção e Fiscalização de Produtos Fitossanitários

O objetivo dessa subatividade é:

- realizar campanhas de uso correto e eficaz de agrotóxicos, a nível Nacional, e inspeção da Indústria de Agrotóxicos com a finalidade Fitossanitária, visando o controle de qualidade de produtos.

Valores repassados às Regiões:

Região Nordeste	Cr$ 2,8 milhões
Região Sudeste	Cr$ 1,4 milhão
Região Sul	Cr$ 1,1 milhão
Região C. Oeste	Cr$ 1,1 milhão

17.2. PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

A padronização e classificação de produtos de origem vegetal têm como objetivo verificar as características internas e externas dos produtos vegetais, com base nos padrões físicos ou descritos, a fim de proporcionar preços justos e evitar a comercialização de produtos inadequados ao consumo.

Atividades:

- elaboração de 03 (três) padrões: arroz macerado a frio (PMA 215/90), trigo (PMA 304/90) e embalagens para produtos hortícolas (PMA 306/90);

- acompanhamento de 09 (nove) padrões:
  alho, canjica de milho, arroz, milho, feijão, amendoim, hortigranjeiros, farinha de mandioca e derivados da soja (farelo, torta e farinha);

- orientação na interpretação e aplicação dos padrões;

- estudos para atualização da pauta de produtos a serem classificados por estado (pauta de prioridade);

- discussões visando uniformizar o comércio bilateral entre o Brasil e Argentina, cujo objetivo específico consiste no estabelecimento de normas de qualidade (padrões) e classificação dos principais produtos vegetais, objeto de exportação para os dois países.

b) Classificação de Produtos de Origem Vegetal

Atividades:

- no exercício de 1990, foram classificados 15.516.248,4 toneladas de produtos vegetais, tendo como clientes, o próprio Governo Federal, através da Política de Garantia de Preços Mínimos e o setor privado;

- foram arrecadadas Cr$ 890,5 milhões, sendo que deste total 85% retornaram aos conveniados (23) e contratantes (3) e à Delegacia Federal da Agricultura/RJ, para a manutenção, melhoria, reaparelhamento e expansão da atividade, em todo o território nacional.

17.3. CLASSIFICAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Atividades:

- participação no Grupo de Trabalho encarregado da elaboração do Projeto de Legislação BRASIL/Argentina;

- cadastramento de 480 estabelecimentos que não fazem comércio interestadual/internacional com vistas ao cancelamento do SIF em função da Lei 7.889, de 23.11.89;

- visita a estabelecimentos estrangeiros visando o credenciamento de exportações para o Brasil;

- apreensão de 226.000 Kg de carne clandestina a ser exportada para a Comunidade Económica Européia - CEE;

- participação, em conjunto com a Polícia Federal, Receita Federal e CEE no sentido de evitar o contrabando de carnes;

- assinatura de acordo bilateral com o Peru;

- seminário internacional em conjunto com a FAO sobre a inspeção de pescado para países participantes;

- exame antes e pos morte de animais de abate e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal a saber:

  8.000.000 bovinos
  9.300.000 suinos
  15.000 bubalinos
  880.000.000 aves
  10.000 caprinos
  150.000 coelhos
  200.000 equideos
  300.000 ovinos
  7.000.000 Kl de leite
  4.000.000 toneladas de produtos cárneos
  3.000.000 toneladas exportadas
  1.000.000 toneladas de produtos lácteos e pescado incluindo mel e ovos
  450.000 toneladas de peixe e outros frutos do mar;

- controle e fiscalização de produtos de origem animal nos portos, aeroportos e postos de fronteira;

- credenciamento de estabelecimentos exportadores e importadores;

- controle e fiscalização de 3.025 estabelecimentos sob SIF;

- supervisão de estabelecimentos exportadores e de comércio interno;

- acompanhamento de missões estrangeiras com vistas ao credenciamento de estabelecimentos brasileiros para exportação;

- entendimentos e acordos com países estrangeiros com vistas a importar e exportar produtos de origem animal;

- cadastro e registro de estabelecimentos no SIF;

- tipificação de carcaças suinas e bovinas;

- elaboração e publicação de normas para aves;

- elaboração e publicação de normas para ovos;

- elaboração e publicação do manual de corte de carne bovina e bubalina;

- condenação de carcaças a nível de matadouros e produtos a nível de fabricas por motivo de impropriedades para consumo;

- participação em reuniões do "Codex Alimentarius";

- participação no Programa Nacional de Aleitamento Materno;

- revisão da Legislação Basica sobre Inspeção de Produtos de Origem Animal-RIISPOA;

Colheita e envio de amostras para o Sistema de Laboratório visando:

. resíduos biológicos;
. analises microbiologicas e fisico-quimicas;
. radiação.

- atendimento direto aos usuarios.

17.4. CONTROLE DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS.

O Departamento Nacional de Defesa Animal, através da Divisão de Laboratorio Animal, desenvolveu, no periodo, as seguintes atividades tecnico - cientificas, gerando os seguintes resultados:

- 50.428 exames para diagnostico de doenças dos animais;

- 3.821.000 doses produzidas de imunigenos e reagentes biologicos;

- 27.115 analises realizadas em produtos de origem animal;

- 1.271 analises fisico-quimicas e microbiologicas realizadas em alimentos para animais;

- 1.000 analises de pesquisa de residuos biologicos; e

- 490 partidas para controle de produtos de uso veterinario.

O Departamento Nacional de Defesa Animal, através da Coordenação Geral, deu continuidade, no exercicio de 1990, as suas atividades basicas que compreendem, entre outras:

- vigilancia zoosanitaria;

- profilaxia e combate as doenças dos animais;

- controle da industria produtos veterinarios; e

- controle do trânsito interestadual e internacional de animais e materiais diversos.

Para tanto, desenvolveu esforços representados pelas principais atividades, abaixo descritas:

a) febre aftosa

- produção de vacinas convencionais:

. doses produzidas = 145.028.930
. doses aprovadas = 134.497.230
. % de aprovação = 92,74

- produção de vacinas de maior duração de imunidade:

. doses produzidas = 40.938.905
. doses aprovadas = 34.302.655
. % de aprovação = 83,79
. bovinos vacinados = 72.834.259
. área aprovada: = 4.245.615 Km2 (sob programa)
. propriedades atendidas= 1.625.872 proprietários

b) peste suína clássica

. suínos vacinados = 4.527.092

c) vacinação de aves

- Doença de Newcastle = 108.545.976
- Doença de Gumboro = 89.666.779
- Doença de Marek = 390.999.886
- Epitelioma Contagioso = 105.249.062
- Cólera Aviária = 2.510.730
- Coriza Aviária = 7.587.657

O projeto "Controle das Doenças dos Animais", implantado em 1987, conta com recursos de financiamento externo - (BIRD) - num montante de U$$ 108,4 milhões, sendo U$$ 51,0 milhões provenientes do empréstimo e o restante de contrapartida nacional.

No exercício de 1990, foram dispendidos recursos da ordem de Cr$ 272,6 milhões (sendo o seu equivalente a U$$ 1,4 milhões de recursos nacionais e U$$ 1,5 milhões de recursos externos.

17.5. COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL

Objetivo:
Incentivar o desenvolvimento do cooperativismo e associativismo através da assistência técnica, fomento e autogestão.

Para consecução dos objetivos acima, o Departamento Nacional de Cooperativismo, elaborou e executou os seguintes programas de trabalho:

a) - Autogestão do Sistema Cooperativista

Objetivo:
Apoiar os programas de autogestão do sistema cooperativista,

firmando para isto, foi firmado ajuste com a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, promoveu o fortalecimento e a expansão do cooperativismo nacional, sendo executados 53 cursos e treinamentos diversos, 148.000 publicações de material técnico-educativo e 225 eventos cooperativistas.

b) Promoção do Desenvolvimento Rural pela Ação Intercooperativada - Novas Fronteiras

Objetivo:

Promover o intercâmbio entre cooperativas, com vistas ao desenvolvimento tecnológico e a transferência interinstitucional de experiências bem sucedidas nas áreas de produção, comercialização, agroindustrialização e gestão.

c) Integração entre Cooperativas e o Estado para o Desenvolvimento Rural

Objetivo:

Estimular o envolvimento das entidades cooperativadas como veículo da ação oficial que vise o desenvolvimento rural, sobretudo no que concerne às políticas de geração e transferência de tecnologia, de crédito, de comercialização e de infra-estrutura. Foi firmado convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, objetivando a transferência de tecnologia às cooperativas, tendo sido, realizada transferência de tecnologia do Centro de Gado de Leite para 60 cooperativas da região de Juiz de Fora - MG.

d) Cooperação Internacional

Objetivo:

Estimular e apoiar o intercâmbio entre cooperativas brasileiras com organismos internacionais e cooperativas de outros países, buscando o incremento das relações comerciais, o avanço tecnológico e a capacitação técnico-gerencial. Foram firmados ajustes com IICA e OIT, onde foi executado um estudo sobre o impacto gerado pelos projetos de reforma agrária sobre a renda e o emprego rural e elaborado um programa de produção e exposição de frutas.

e) Apoio do Cooperativismo à Reforma Agrária

Objetivo:

Promover a ação cooperativista em apoio à implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, tendo elaborado um estudo sobre participação do cooperativismo no processo de reforma agrária e efetuada proposta de participação das cooperativas na reforma agrária e na emancipação de projetos.

f) Apoio ao Cooperativismo em Perímetros Irrigados

Objetivo:

Promover o fortalecimento e o desenvolvimento das cooperativas nos perímetros irrigados, com vistas à emancipação dos produtores assentados, sendo elaborado um estudo sobre cooperativismo em perímetros irrigados e processo de emancipação.

g) Apoio à Produção e Exportação de Frutas - FRUPEX

Objetivo:

Promover a divulgação junto às cooperativas, das oportunidades do mercado internacional de frutas e à aproximação dos interesses técnicos e econômicos das cooperativas com os importadores, tendo sido efetuado o lançamento do programa FRUPEX com a participação de 25 cooperativas no II Congresso Internacional de Frutas, realizado em Santiago-Chile.

h) Infra-estrutura Rural

Objetivo:

Promover o desenvolvimento da infra-estrutura rural através do sistema cooperativista, sobretudo a eletrificação rural. Foram firmados convênios com 98 municípios, objetivando a instalação de redes de eletrificação rural, onde foram instalados 400 Km de rede elétrica.

i) Agroambiental Cooperativado

Objetivo:

Promover o desenvolvimento auto-sustentado das cooperativas já instaladas na Amazônia, através de culturas consorciadas, com a utilização de essências nativas e a promoção da educação agroambiental para preservação do meio ambiente. Foram firmados 02 ajustes com cooperativas da região amazônica, objetivando a preservação do meio ambiente e a educação agroambiental cooperativada e o cultivo de essências nativas consorciadas.

j) Apoio ao Cooperativismo Leiteiro.

Objetivo:

Desenvolver instrumentos de fortalecimento do setor cooperativista, visando o aumento da produção e produtividade da pecuária leiteira, através da geração de informações produzidas a partir da integração das instituições de pesquisa e ensino. Foram firmados ajustes com a Universidade Federal da Bahia, Cooperativa de Major Izidoro-AL, e Cooperativa Agropecuária de Unaí-MG, objetivando promover treinamento de técnicos, produtores e mão-de-obra rural, na área de bovinocultura de leite e assitência técnica aos produtores associados ao Sistema Cooperativista da região, no que foram executados 08 cursos para capacitação de recursos humanos na área de bovinocultura de leite, para médicos veterinários, engenheiros agrônomos e produtores rurais, e concedida assistência técnica a 350 propriedades rurais.

17.6. IRRIGAÇÃO

O desempenho da irrigação foi consequência de numerosas ações envolvendo esta moderna técnica de produção agrícola. O desempenho aferido neste exercício, demonstra nitidamente os reflexos do novo "status quo" político e econônico vigente.

Como é conhecido, a principal orientação na fase de implantação deste governo foi o de ajuste econômico e reestruturação administrativa. Neste contexto, verifica-se que a irrigação cresceu no País com influência da iniciativa privada.

Os esforços do governo, através da SENIR, são de natureza suplementar, visando apoiar as iniciativas geradas como decorrência do desenvolvimento da irrigação.

Vale ressaltar ainda, o desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação ambiental, no sentido de manter o indispensável equilíbrio dos ecossistemas, sob uma ótica de uso racional e responsável, dos recursos naturais, em base a postulados sócio-econômicos.

Para a região Nordeste, as diretrizes foram no sentido de investir em tecnologias agrícolas adequadas à região, estimular o aproveitamento racional de seus recursos hídricos e fortalecer as experiências positivas que se cristalizam na irrigação pública e privada.

A irrigação no Nordeste integra-se nesse conjunto de ações, voltadas para o desenvolvimento regional, auferindo especial estímulo à emancipação dos perímetros públicos irrigados.

As principais resultantes do processo de irrigação, que puderam ser aferidas em 1990, foram aquelas relativas à hectares irrigados de forma regionalizada, e estimativas de empregos gerados, população benificiada e produção de grãos (t). As Tabelas 17.6.1 e 17.6.2 a seguir sintetizam os resultados do processo de desenvolvimento da irrigação a cargo da SENIR/90, a nível Nacional, distribuídos por regiões.

a) região sul

Para as realizações na Região Sul, a área irrigada neste exercício foi de aproximadamente 15 mil hectares.

b) região sudeste

O conjunto de ações desenvolvidade pela SENIR, em 1990, para o aumento da área irrigada na região Sudeste, resultou num acréscimo de 16,4 mil hectares irrigados.

c) região centro-oeste

No que concerne ao acréscimo de área em agricultura irrigada, a região Centro-oeste apresentou, em 1990 o melhor desempenho, incrementando 21,7 mil hectares.

d) região nordeste

Até 1990, a área irrigada acumulada é de 732,5 mil hectares, sendo o incremento, neste ano, de 12,3 mil hectares. Cabe salientar que este resultado de área engloba as iniciativas de irrigação pública e privada.

e) região norte

Na região Norte, o único estado beneficiado com recursos liberados em 1990 pela SENIR, foi o Amapá, que desenvolveu ações de infraestrutura de uso coletivo, adquirindo 10 máquinas, construindo 10 reservatórios, beneficiando 34 produtores rurais e incorporando 1,8 mil ha.

TABELA 17.6.1
ÁREAS IRRIGADAS, POR REGIÕES

Em 1.000 ha

REGIÕES	ÁREA IRRIGADA ATÉ 1990
SUL	1.027,1
SUDESTE	858,9
CENTRO OESTE	270,3
NORTE	22,9
NORDESTE	732,5
T O T A L	2.911,7

Fonte:PRONI
SENIR/DIVAN

TABELA 17.6.2

RESULTADOS DE 1990

Região	Área * Irrigada (ha)	População Beneficiada	Empregos Gerados direto	Empregos Gerados indireto	Produção de Grãos (toneladas)
Sul	15.000	48.450	3.900	21.840	120.000
Sudeste	16.350	49.050	654	3.656	130.800
Centro-Oeste	21.700	38.843	868	4.861	217.000
Norte	1.850	7.733	1.295	7.252	11.142
Nordeste	12.300	51.660	8.610	48.216	86.149
T O T A L	67.200	195.736	15.327	85.825	565.091

Fonte: SENIR/DIVAN

17.7. PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PAPP

O Programa de apoio ao Pequeno Produtor Rural tem como objetivo aumentar a renda dos pequenos produtores rurais, permitindo-lhes o acesso ao crédito, ao mercado de insumos e de produtos, bem como estimular a sua organização com vistas à condução mais racional das atividades agropecuárias.

No decorrer do ano de 1990, o segmento da pesquisa agropecuária, contribuiu de forma significativa para a criação das condições básicas indispensáveis ao sucesso do Programa como um todo. Essa contribuição se traduziu no desenvolvimento de pesquisas destinadas à adaptação e geração de tecnologias apropriadas às condições regionais, produção de sementes básicas de variedades mais produtivas e qualitativamente superiores, bem como levantamento de aptidão dos solos.

A seguir são apresentados alguns dados que permitem uma visualização sobre o desempenho do PAPP no âmbito da pesquisa.

TABELA 17.8

DESEMPENHO DO DO PAPP

ESPECIFICAÇÃO	PROJETADO	REALIZADO
Sementes comercializadas (t)	10	8
Pesquisas desenvolvidas	30	30
Empresas assistidas	20	7
Experimentos realizados	18	18
Matrizes e reprodutores produzidos	30	30
Produção de sementes básicas	30	25
Projetos elaborados	20	20
Sementes básicas produzidas (t)	10	10

As ações da pesquisa se orientaram à implantação de sistema de produção envolvendo os produtos agrícolas e as técnicas de cultivo e manejo mais adequados às condições regionais, o que, segundo estudos recentemente realizados pela EMBRAPA, permitem uma condição de retornos sociais e econômicos que atingem níveis próximos à taxa de 25%.

17.8. ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

O principal objetivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o assentamento de trabalhadores rurais e contempla as ações relacionadas à obtenção da terra e a sua distribuição, através de implantação dos assentamentos de famílias de pequenos agricultores.

No assentamento das famílias, caracterizado pela implantação dos respectivos projetos, são desenvolvidas várias atividades como a organização espacial da área e sua demarcação topográfica, a infra-estrutura física (estradas, obras comunitárias, habitação rural), distribuição da terra, administração, entre outras.

Atualmente, existem 524 projetos de assentamento criados no período 1985/90 com capacidade para o assentamento de 94.026 famílias, tendo 71.201 famílias efetivamente assentadas. Desse total foram criados 20 projetos no exercício de 1990, sendo localizados no Nordeste, 7 na região Norte, 1 no Sudeste e 1 no Centro-Oeste.

No início de 1990, a área total decretada de interesse social para fins de Reforma Agrária atingia a 4.707.155 hectares, sendo 3.155.726 hectares com imissão na posse e 1.551.429 hectares sem imissão na posse. Em 1990 o INCRA teve imissão na posse em 46 imóveis, abrangendo uma área de 566.237 hectares.

As áreas selecionadas e vistoriadas para fins de desapropriação no início do ano, cujos processos encontravam-se em tramitação administrativa, atingiam a 607 imóveis e área de 5.830.000 hectares. Em

1990 foi autorizado o ajuizamento de 26 imóveis, correspondendo a uma área de 94.435 hectares.

Nos assentamentos, a principal linha de Crédito rural é representada pelo Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária - PROCERA. No decorrer de 1990 foram beneficiadas 11.074 famílias com crédito de implantação atingindo o valor de Cr$ 597 milhões. Além deste crédito, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, concedeu 3.000 cestas básicas.

Como indicado, tem-se um conjunto de ações complementares e/ou integradas ao assentamento de Trabalhadores Rurais. A seguir, tem-se o relato sintético de tais realizações que referem-se a Projetos de Colonização, Regularização Fundiária, Cadastro e Tributação e Projeto Nordeste.

a) Projetos de Colonização

A implantação dos projetos de colonização é feita, em terras públicas, em terras obtidas via desapropriação, ou em terras obtidas na compra e venda e doações.

Os atuais projetos de Colonização Oficial foram criados antes de 1985, e o esforço desenvolvido nos mesmos objetiva sua consolidação e emancipação.

Atualmente existem 54 projetos de colonização oficial, com 171.900 famílias assentadas. Há 37 projetos emancipados com problemas de destinação de acervo e estão em andamento estudos sobre os Projetos Sagarana (MG), Monte Alegre (PA), Serra do Ramalho (BA) e Barra do Corda (MA), com vistas a emancipação dos mesmos.

Procedeu-se o levantamento de todos os Projetos com vistas a encerrar as pendências existentes e principalmente identificar aqueles em condições de serem emancipados, visando a liberação de recursos e mão-de-obra para a criação de novas frentes de trabalho.

Na colonização particular, foram analisados pelo INCRA 9 projetos, tendo sido aprovados 3. Também foram aprovados 2 projetos de loteamento agrícola e deferidos 41 condomínios urbanos em áreas rurais.

b) Regularização Fundiária

A Regularização Fundiária executada pelo INCRA, em 1990, voltou-se principalmente à titulação de terras, ou seja, a outorga de documentos aos proprietários ou ocupantes, de documentos que, com fé pública, propiciam aos mesmos, entre outros, o acesso ao crédito rural. Foram expedidos entre Títulos de Propriedade Rural, Título Definitivo Rural, Título Definitivo Urbano, Título de Reconhecimento de Domínio, Termo de Reconhecimento, Autorização de Ocupação, Carta de Anuência, Licença de Ocupação, Título de Usucapião Especial e Contrato de Promessa de Compra e Venda, 102.886 (cento e dois mil oitocentos e oitenta e seis) documentos em todo o País.

Cabe destacar ao fato que, do total executado, mais de 78% dos documentos beneficiaram produtores rurais da região Nordeste. O que sinaliza uma adequação de atividades para regiões carentes.

c) Manutenção e Atualização do Cadastro Rural

Os resultados das ações desenvolvidas em 1990, compreenderam a manutenção e atualização cadastral de 9% dos 4.785.983 imóveis cadastrados; emissão de 4.926.087 guias para cobrança do ITR, no valor de Cr$ 292 milhões e arrecadação dos recursos provenientes de 3.321.873 guias correspondente a Cr$ 137 milhões.

d) Projeto Nordeste

As principais realizações neste projeto dizem respeito à Identificação Cadastral, Discriminação e Redistribuição de Terras. Em 1990 a Identificação Cadastral atingiu 781.965 ha e 18.076 ocupantes. Os resultados das discriminatórias formalizadas no termo de encerramento apontam para cerca de 2 milhões de ha, compreendendo 40.619 ocupantes. Deste total, cerca de 84% da área trabalhada foi referente aos estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Com referência à Redistribuição de Terras, existem 101 projetos, correspondendo a 317.657 ha e a 8.039 famílias, envolvidos na execução da atividade, sendo que relativamente a 1990, foram incorporados novos 1.386 ha e 339 famílias referentes aos estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe.

17.9. GERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA

Principais linhas da pesquisa agropecuária:

a) Desenvolvimento de cultivares de alto rendimento com estabilidade genética e capacidade de crescimento em condições adversas e resistentes a pragas e doenças;

b) Controle integrado de pragas, doenças e plantas daninhas, com ênfase no controle biológico;

c) Manejo integrado do solo visando melhor aproveitamento de fertilizantes;

d) Desenvolvimento e implementação de práticas conservacionistas visando, principalmente, o controle da erosão e a proteção do meio-ambiente;

e) Produção de estirpes de bactérias mais eficientes para a fixação de nitrogênio atmosférico;

f) Melhoramento genético com vistas à melhoria do valor nutricional dos alimentos;

g) Desenvolvimento de tecnologia visando a diminuição das perdas durante o processo de colheita, transporte e armazenagem de produtos;

h) Geração de tecnologia de apoio às agroindústrias;

i) Geração de tecnologia de informática na agropecuária;

j) Intensificação do processo de difusão e transferência de tecnologias agropecuárias e florestais;

k) Intensificar a pesquisa na área de engenharia de produção rural.

Durante o ano de 1990 a EMBRAPA desenvolveu projetos de pesquisa, incluídos em 42 programas nacionais de pesquisa.

Tendo como objetivo básico o aumento da produtividade em pesquisas que visem melhor utilização de insumos, maior desenvolvimento de plantas e criação de animais mais produtivos, através do controle integrado de pragas e com a utilização da irrigação e drenagem e da mecanização, a ação da EMBRAPA foi desenvolvida na geração de tecnologias definidas nos diversos Programas Nacionais de Pesquisa - PNPs, organizados e desenvolvidos por produtos e/ou por temas específicos.

Em 1990, há que se destacar, entre as principais realizações, o seguinte:

- desenvolvimento de projetos visando a melhoria na produção de leite com capineiras e forrageiras, transferência de embriões para melhoramento genético do gado leiteiro e modelos físicos de sistemas de produção de leite;

- implementação e aplicação do Programa de Melhoramento Genético de Ovinos, contemplando testes de performance para produção de lã e carne, de velocidade de crescimento e teste complementar;

- desenvolvimento de sistemas agrosilviculturais em estudos de consórcios integrando espécies florestais nativas de elevado valor comercial (mogno, feijão), com espécies frutíferas (banana, cupuaçú e ingá) e culturas agrícolas (milho e feijão);

- produção e comercialização de 9.920 toneladas de sementes básicas de arroz, feijão, batata, milho, trigo, soja, sorgo, cevada, ervilha, mamona, triticale, cenoura, lentilha, cebola, melão e forrageiras;

- desenvolvimento de 01 banco de dados com cerca de 500 informações sobre os 1.400 municípios da região Nordeste;

- recomendação de 78 novas cultivares para milho, arroz, feijão, soja e algodão;

- recomendação de 25 variedades de cultivares para tomate, ervilha, abóbora, cenoura, beterraba, batata, alface e batata doce;

- lançamento de cultivar de mandioca para a região dos cerrados que triplica a produtividade média da região;

- desenvolvimento e divulgação para produção massa do "Baculovirus" para o controle da lagarta do cartucho do milho;

- elaboração do Atlas Sócio-econômico do cerrado;

- introdução e criação de 07 cultivares de arroz irrigado aumentando a produtividade de 4.000 para 5.000 kg/ha nos Estados do RS e SC;

- desenvolvimento e pesquisa aumentando a produtividade de cevada de 1.500 para 2.200 kg/ha;

- desenvolvimento de pesquisas possibilitando o abate de animais de 15 a 24 meses, através de confinamento; idade do primeiro parto com 24 meses, apenas com manejo de pastagem e suplementação mineral; lançamento da cultivar Tanzânia para pastejo superior ao colonião para terras de média e boa qualidade e introdução do besouro africano para ajudar no controle estratégico da mosca do chifre;

- criação do banco de recursos genéticos com espécies da Amazônia;

- elaboração do mapa de "Delineamento Macro-Agroecológico do Brasil", dividido em 4 áreas: de preservação 30%, de aptidão extrativa 28% lavouras 30% e pecuária 12%, subdivididas em 55 zonas distintas;

- elaboração do zoneamento agroecológico e sócio-econômico do Nordeste para subsidiar o planejamento integrado do espaço rural da região;

- desenvolvimento, no âmbito das unidades descentralizadas de softwares para acompanhamento de sistemas de produção, com destaque para suínos e ovinos;

- cooperação técnica internacional com 23 países, envolvendo 48 organismos, com destaque para o Programa Cooperativo de Pesquisa Agrícola do Cone-Sul PROCISUR, envolvendo os seguintes países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai;

- recomendação de novos cultivares de pêssego (01), nectarina (2), conservas (01) e desenvolvimento para recomendação de 05 novos cultivares de banana e 02 de abacaxi;

- recomendação de 02 cultivares de cebola para o período de entressafra para o RS E SP;

- produção e divulgação em massa do controle biológico da "Vespa da Madeira" em pinus para o RS, podendo representar uma economia de US$ 4,2 milhões, ou 350.000 m de madeira. Este trabalho se estenderá para o Estado de Santa Catarina, cuja área plantada é bem mais representativa;

- produção e transferência de matrizes de 12 variedades de uvas para viveiristas e vitivinicultores.

18. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

18.1. PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL

A proposta de atuação do Departamento Nacional de Emprego - DNE foi elaborada pela Secretaria-Executiva do CODEFAT e aprovada na 2ª reunião ordinária realizada em 08.3.90. Em linhas gerais foram aprovadas pelo CODEFAT a realização das seguintes ações:

- operacionalização da atividade de pagamento de benefícios do Seguro-Desemprego e do abono salarial;
- ampliação da capacidade operacional da Rede de Atendimento do Seguro Desemprego;
- ampliação da cobertura municipal, de 12% para 18% do total dos Municípios;
- ampliação da rede de atendimento em 270 novas unidades;
- remanejamento de postos para adequação da rede de atendimento.
- descentralização do atendimento via terminais de computadores em Porto Alegre, Salvador, Curitiba e Recife; e
- aperfeiçoamento do sistema de pagamento de benefícios, estando, para esse fim, previstos dois tipos de projetos, descentralização do retorno do documento de pagamento do seguro desemprego - DSD; e emissão dos cheques de pagamento pelo sistema de códigos de barras.

Durante o período jan-out/1990, 2.462.573 trabalhadores dispensados requereram o Seguro-Desemprego e 2.403.519 foram habilitados ao benefício.

Este movimento de segurados no período representou um crescimento de 112,6% sobre igual a período do ano anterior.

Tal crescimento da clientela do Programa em 1990 decorre de dois fatores igualmente importantes. O primeiro refere-se à nova legislação do seguro-desemprego, Lei 7.998 de 11.1.90, que ampliou substancialmente a clientela potencial do Programa, entendida como a parcela dos dispensados sem justa causa que cumprem os requisitos básicos de habilitação ao benefício.

A ampliação da clientela potencial deveu-se principalmente à redução do requisito de habilitação relativo ao tempo de emprego. Pela legislação anterior, exigia-se 36 contribuições à Previdência Social nos últimos 48 meses anteriores à demissão. A partir da nova legislacão, exige-se apenas 15 meses trabalhados nos últimos 24 meses da data de demissão.

Outros itèns da nova legislação também contribuiram para o crescimento da clientela potencial, notadamente a ampliação das faixas de pagamento e a redução do prazo de espera do seu requerimento. Tal fato

provocou maior interesse pelo Seguro-Desemprego, principalmente entre faixas de remuneração mais elevadas.

O prazo de espera passou de 60 a 120 dias após a data da demissão para apenas 7 a 120 dias, isto contribuiu para aumentar o número de dispensados que recorrem ao Seguro-Desemprego.

a) Abono Salarial - Redução de Custos

Com relação ao pagamento do abono foram realizadas várias mudanças operacionais visando a redução dos custos administrativos deste Programa. Entre elas destaca-se a significativa redução da tarifa.

Outras importantes alterações foram:

- diminuição do tempo de permanência dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT nos agentes pagadores;

- ajuste na forma de cálculo da remuneração devida aos agentes pagadores, que significam um ampliação nas receitas financeiras do FAT.

b) Intermediação e Reciclagem

Este programa financia as atividades de intermediação e reciclagem do trabalhador segurado e reserva recursos para o financiamento de pesquisas e informações sobre o mercado de trabalho.

Os recursos programados para a atividade de Intermediação e Reciclagem do trabalhador não foram totalmente utilizados porque os Estados, para os quais seriam repassados os valores, não conseguiram cumprir, até meados de 1990, as exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Isto inviabilizou a utilização de convênios até meados do exercício, o que naturalmente implicou na utilização de um menor volume de recursos e consequentemente na não consecução integral das metas de intermediação e reciclagem previstas inicialmente.

c) Intermediação de Mão-de-Obra

O serviço de intermediação de mão-de-obra das unidades estaduais do Sistema Nacional de Emprego - SINE, registrou no período de janeiro a novembro de 1990; os seguintes resultados:

- 443.160 trabalhadores inscritos;

- 264.714 vagas ofertadas e

- 108.251 trabalhadores colocados no mercado de trabalho.

O SINE conseguiu manter praticamente inalterada (em torno de 41%) a taxa de aproveitamento das vagas (relação percentual entre o número

de colocados e o número de vagas oferecidas), o que pode significar que a queda no movimento não foi acompanhada por uma deterioração na qualidade do serviço.

18.2. CONFECÇãO, DISTRIBUIÇÃO E EMISSÃO DE CARTEIRAS DE TRABALHO

A esta atividade foram alocados Cr$ 103,0 milhões, sendo realizados Cr$ 43,0 milhões. Os recursos destinavam-se à elaboração de carteiras e à sua distribuição pelos postos emissores (Tabela 4).

Tabela 2

Carteiras enviadas aos postos

UF	QUANT. CTPS (MIL)
AC	50
AL	80
AM	160
BA	310
CE	200
DF	100
ES	100
GO/TO	130
MA	110
MT	100
MS	50
MG	650
PA	150
PB	105
PR	300
PE	250
PI	50
RN	110
RS	300
RJ	780
RO	90
SC	150
SP	1.130
SE	50
TOTAL	5.505

Fonte SNT/DNE

18.3. INSTITUTO DE APRENDIZAGEM

A Consolidação das Leis do Trabalho, que data de 1943, assim como vários decretos que lhe são anteriores ou posteriores, disciplinam o "trabalho do menor"; mais recentemente, a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tratam, com realce, de questões pertinentes à aprendizagem.

Em diversas oportunidades, os organismos envolvidos com a preparação de menores para o trabalho, observaram que a aplicabilidade do "Instituto da Aprendizagem" tem sido problemática, quer pelos preceitos legais que o disciplinam quer pelas novas necessidades sociais de empregados e empregadores, característica da moderna industrialização e do atual estágio de desenvolvimento do comercio e serviços.

O Departamento de Formação Profissional desenvolve estudos sobre o trabalho do menor, disciplinado pelo "Instituto da Aprendizagem", consideradas suas interfaces com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Organica da Assistencia Social, o Decreto nº 2318/86 - "Bom Menino", a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, em decorrencia, propoe as modificações que forem necessarias no texto da nova CLT, face as novas exigencias da realidade social e econômica do país.

Para o desenvolvimento das ações foi formado um "Grupo de Trabalho", integrado por representantes dos Ministerios do Trabalho e Previdência Social, Ação Social e Educação.

18.4. NORMATIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

As principais ações realizadas por este Departamento estão ligadas basicamente aquelas decorrentes de mudanças no arcabouço normativo-jurídico da inspeção e relações coletivas do trabalho, visando adequá-lo ao princípios constitucionais da liberdade sindical e do reconhecimento das convenções e acordos coletivos e instrumentalizar o movimento sindical com os meios necessarios para a busca do seu proprio caminho.

Neste sentido, destacamos abaixo as principais ações desenvolvidas em 1990:

- simplificação dos procedimentos relativos ao Arquivo de Entidades Sindicais Brasileiras -AESB;
- supervisão da ação fiscal, orientando e auxiliando as ações descentralizadas da inspeção do trabalho;
- proposta de extinção da contribuição sindical compulsoria;
- aperfeiçoamento das normas relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- proposição para simplificar e diminuir a regulamentação das profissões;
- proposta para regulamentar o direito de greve no setor publico;
- estudo para reutilizar o sistema federal de inspeção do trabalho como instrumento de supervisão e avaliação da ação fiscal;
- elaboração de projeto de lei sobre representação dos trabalhadores na empresa e regulação do processo de

negociação coletiva; e

- elaboração de projeto de lei sobre registro e organização sindical.

18.5. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

No âmbito da Diretoria de Benefícios, as ações realizadas compreendendo decisões, previsões e controles foram desenvolvidas, com o objetivo básico essencial de melhorar o atendimento à clientela previdenciária.

Atividades:

- ampliação da rede convenente e/ou credenciada visando desafogar a rede de atendimento;

- capacitação dos servidores da linha de Benefícios e Serviços Previdenciários;

- criação de novos locais de atendimento, visando a divisão dos grandes Postos hoje existentes, em outros menores, e a instalação de outros em local onde não havia atendimento da Previdência Social à população;

- padronização do cumprimento às normas mediante entrosamento entre as linhas de benefícios, como forma de acompanhamento e controle da execução;

- informatização da linha de Benefícios e Serviços Previdenciários;

- providências relativas à implantação da nova estrutura do INSS, tanto na revisão de normas e manuais, quanto nos fluxos e rotinas;

- concessão de auxílios materiais a segurados em deslocamento fora de seu domicílio;

- entendimentos com a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, para aproveitamento de sua estrutura organizacional face a extinção dos RPS - Representantes da Previdência Social;

- implantação do sistema de pagamento de benefícios através do cartão magnético;

- normatização e inclusão na manutenção, dos benefícios de Pensão Mensal Vitalícia do seringueiro e seus dependentes (espécie 85 e 86), instituído pela Lei nº 7.986, de 28/12/89;

- pagamento do abono salarial de Cr$ 3.000,00, instituído pela Medida Provisória nº 211 de 24/08/90, a todos os benefícios com valores inferiores a 5 salários mínimos, na competência agosto/90;

- transferências das pensões estatutárias dos ex-funcionários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, para seus respectivos órgãos de origem, conforme Lei nº 7.956 de 20/12/89;

- descentralização do recebimento e fornecimento de formulários para efeito da assistência médica no regime de acordos internacionais;

- reduzido para 10 dias o prazo de reembolso das empresas conveniadas; e

- início do Projeto para descentralização das bases de dados de benefícios para os Postos e regionais da DATAPREV/PRISMA;

Em anexo os dados globais das metas físicas atingidas em 1990.

Benefícios Concedidos

nº de benefícios

	AUXÍLIOS	APOSENTADORIAS	PENSÕES	ACIDENTE/TRABALHO	OUTROS BENEFÍCIOS	TOTAL
BENEF. URBANOS	490.757	228.175	162.686	23.442	69.359	974.419
BENEF. RURAIS	146.665	171.621	57.789	73.924	51.659	501.658
TOTAL	637.422	399.796	220.475	97.366	121.018	1.476.077

Benefícios Mantidos

nº de benefícios

ESPECIFICAÇÃO	DEZEMBRO/89	DEZEMBRO/90	DIFERENÇA
BENEFÍCIOS URBANOS	8.108.063	8.204.179	96.116
BENEFÍCIOS RURAIS	4.196.812	4.328.928	132.116
TOTAL	12.304.875	12.533.107	228.232

Convênios

TIPOS	QUANTIDADE	Nº SEGURADOS
PREVIDENCIÁRIOS	1.369	1.256.370
ACIDENTÁRIOS	733	600.724
GLOBAL	821	1.088.044
TOTAIS	2.923	2.945.138

Credenciamentos

TIPOS	QUANTIDADE	Nº SEGURADOS
PREVIDENCIÁRIOS	123	129.956
ACIDENTÁRIOS	24	11.398
TOTAIS	147	141.354

Atendimento Médico

ATOS MEDICOS REALIZADOS	3.593.292
EXAMES INICIAIS (AX1) REALIZADOS	844.462
EXAMES EM MANUTENÇéO (AXN) REALIZADOS	I.481.782
EXAMES DE RECONSIDERAÇÃO REALIZADOS	440.656
EXAMES DE INVALIDEZ REALIZADOS	174.460
EXAMES DE AC. DO TRABALHO REALIZADOS	261.700
Nº DE REQUISIÇÕES	321.782
OUTROS EXAMES REALIZADOS	68.450

Reabilitação Profissional

SEGURADOS REGISTRADOS	24.235
SEGURADOS ELEGIVEIS	19.812
SEGURADOS REABILITADOS	11.684
MEDIA DE CLIENTES COM MAIS 240 DIAS	1.670
MEDIA DE CLIENTES EM PROGRAMA	7.710
QUANTIDADE AUXILIOS MATERIAIS	974.217

19. MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

Com vistas a concentrar e racionalizar a utilização dos recursos necessários para investimentos em infra-estrutura, bem como para dar maior eficiência na articulação entre seus diversos segmentos, foi criado o Ministério da Infra-Estrutura, o qual absorveu as funções exercidas pelos extintos Ministérios das Minas e Energia, Transportes e Comunicações, além da área de siderurgia do também extinto Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

Com o objetivo de estabelecer políticas, supervisionar, orientar e fiscalizar as atividades ligadas às diversas áreas de atuação do MINFRA, foram criados os seguintes órgãos específicos:

- Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia;

- Secretaria Nacional de Energia;

- Secretaria Nacional de Transportes; e

- Secretaria Nacional de Comunicações.

Face à aglutinação de diversas áreas em um só órgão, foram dispendidos esforços com vistas a racionalizar os serviços e facilitar a comunicação entre os órgãos que compreendem a estrutura do Ministério, de modo a propiciar o seu funcionamento de forma articulada.

Retratam essa diretriz a preocupação com a redução de custos, o aumento da produtividade, a simplificação da burocracia, a desregulamentação e a privatização.

19.1. ENERGIA E HIDROLOGIA

a) Energia

A Secretaria Nacional de Energia, através do DNAEE, órgão responsável pela supervisão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade executou, dentre outras, as seguintes atividades:

- procedeu à fiscalização econômica, contábil, financeira, técnica e comercial de 60 empresas beneficiadas com concessão de serviços de energia elétrica;

- elaborou as tarifas de energia elétrica, com destaque para as seguintes iniciativas:

Implantação das Tarifas de Suprimento: realização de estudos e início da equalização das tarifas de suprimento por região, objetivando a implantação da Portaria DNAEE nº 244/88, que determina a forma definitiva de faturamento de valores de intercâmbio entre concessionárias, com base nos custos marginais.

Nível Tarifário: proposição de ajustes da estrutura e dos níveis tarifários de fornecimento e suprimento.

Implantação da Tarifa Amarela: instituída com o objetivo de complementar o programa de implantação do novo modelo tarifário com base em custos marginais.

Criação do Programa de Revisão Tarifária com o objetivo de atualizar os níveis e as estruturas das tarifas de suprimento entre as empresas concessionárias e de fornecimento a consumidores finais, tendo em vista as alterações ocorridas nos vistos de fornecimento e no comportamento da carga.

- procedeu à normatização e controle das condições gerais de fornecimento, regulamentando os acréscimos moratórios, medição de energia, medidores, calendários de datas de leitura, classificação de consumidores, conta de fornecimento de energia, contratos de fornecimento de energia, demanda/faturamento, limite de fornecimento e sazonalidade.

- procedeu estudos com vistas a: autorizar, conceder ou permitir a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

- procedeu estudos visando a: promover o suprimento de Sistemas Isolados pela Iniciativa Privada com intuito de suprir mercados que não contam com serviços de energia elétrica ou que apresentam demanda reprimida por falta de geração.

No que se refere à participação do MINFRA em projetos do Setor Elétrico, vale destacar, a transferência de recursos, mediante convênio firmado com a CHESF, determinando a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

A referida usina, a ser implantada no baixo São Francisco, entre os Estados de Alagoas e Sergipe, produzirá uma energia de 2.100 MW/ano, ou seja, cerca de 18 bilhões de quilowatts/hora, que representa 25% do potencial hidroelétrico do Nordeste e 44,3% dos recursos hidroelétricos ainda a aproveitar na região.

Vale salientar que a energia a ser produzida pela hidroelétrica de Xingó tem um custo de produção dos mais competitivos do País, fato este decorrente das excepcionais características físico-topográfica do local de construção do empreendimento.

b) combustíveis

Em decorrência da crise militar eclodida no Golfo Pérsico, a Secretaria Nacional de Energia através do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC deu início a estudos que conduzam a um processo de racionalização do uso de combustíveis de origem petrolífera, visando obter uma substancial redução no consumo dos mesmos.

Foi adotada uma medida emergencial visando sustar ou minimizar os problemas decorrentes do déficit no abastecimento de álcool previsto para a próxima safra, objetivando garantir também a mistura

gasolina/álcool anidro.

Visando garantir o abastecimento, foi autorizada a importação pela PETROBRÁS tanto de álcool como de metanol.

Foi determinado pelo DNC que a utilização da mistura gasolina/álcool hidratado fosse estendida aos Estados do Nordeste.

Analogamente, e no intuito de compatibilizar o consumo de combustíveis com a oferta dos mesmos, foi determinado pelo DNC que a utilização da mistura ternária MEG, ou seja, metanol/etanol/gasolina, não fique circunscrita à região metropolitana de São Paulo, Vale do Paraíba e alguns municípios do Sul de Minas, atendendo assim outras áreas de possíveis pontos de estrangulamento, perenizando a oferta de combustíveis.

c) Desregulamentação

No exercício de 1990, foi dado início ao processo de desregulamentação das atividades ligadas à distribuição de derivados de petróleo, demais combustíveis e segmentos correlatos.

A desregulamentação das atividades circunscritas à esfera de competência do DNC é um processo dinâmico e ora em andamento, não se limitando pois a um pacote de medidas isoladas. Na sua formação foram considerados vários princípios de caráter básico, dentre os quais merecem ser destacados:

- o consumidor final passou a ser figura primordial do sistema;
- a legislação resultante procurou refletir o espírito de que todos são inocentes até prova em contrário;
- passou-se a confiar nas informações do mercado, desburocratizando o sistema de comprovação de informações;

Com base nos princípios retro-mencionados, foram desregulamentadas as atividades comerciais e industriais, com exceção daquelas regidas pelo monopólio constitucional, dando ensejo a que qualquer firma venha a participar das citadas atividades, sem quaisquer restrições, executando somente aquelas de fundamentação técnica.

A concorrência entre os componentes de cada atividade estabelecerá as normas de funcionamento do mercado futuro, pois este se voltará para o atendimento do consumidor final, ofertando produtos e serviços com a qualidade cada vez melhor e o preço cada vez menor.

d) Hidrologia

Cabe destacar a relativa atividade da Rede Hidrometereológica Nacional que consiste na operação e manutenção de estações de coleta de dados, visando embasar projetos, pesquisas e o gerenciamento dos recursos hídricos.

No exercício de 1990, relativamente à atividade da Rede Metereológica Nacional, foram desenvolvidas as seguintes metas:

- operou e manteve 4.285 estações hidrométricas, com percurso estimado de 1.140.000 quilômetros/ano, envolvendo dados de pluviometria, evaporimetria, sedimentometria e qualidade de água, sendo 86 estações equipadas com sistema de telemetria automática e semi-automática, via rádio, DDD e satélite;

- manteve e operou o Sistema Nacional de Alerta Contra Cheias, através do fornecimento de dados a curto prazo e previsões de cheias, em estreita colaboração com as áreas estaduais de defesa civil, abrangendo telemetria, via satélite, na Bacia Amazônica e telemetria, DDD e rádio, nas bacias dos rios Paraíba do Sul, Ribeira do Iguape, Iguaçu, Itajaí-Açu, Guaíba, Doce e São Francisco;

- manteve atualizado o Sistema de Informações Hidrometeorológicas, que possui cerca de 20.000 estações cadastradas e aproximadamente 500.000 estações-anos de dados armazenados, fundamentais para o gerenciamento adequado dos recursos hídricos do País a servirem de base ao desenvolvimento de pesquisas e projetos hídricos, destacando-se o de aproveitamento hidroenergético, propiciando a maximização dos benefícios econômico e social;

- deu-se prosseguimento aos estudos do Balanço Hídrico Superficial da Amazônia, que compreende a avaliação da quantidade de água precipitada, evaporada e escoada superficialmente;

- foi procedida a regulamentação das Leis 8.001 e 7.990 - Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica;

- foram emitidos pareceres sobre projetos de aproveitamentos hídricos, localizados nos rios de domínio da União, com vista a outorga de direitos de uso de suas águas;

- levado a efeito as atividades de fiscalização e acompanhamento da operação da rede hidrológica.

19.2. MINAS E METALURGIA

a) Desenvolvimento Mineral

Um dos projetos de grande importância no plano econômico e político foi o levantamento Nacional de Garimpos e Garimpeiros realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM em conjunto com o IBAMA, Ministério da Saúde e outras instituições.

A primeira etapa permitiu o cadastramento sócio-econômico de 85.000 garimpeiros e o levantamento de cerca de 450 garimpos em um universo estimado de 2.000 em todo o Brasil.

Esta amostra embasará um projeto nacional para fiscalização e apoio ao verdadeiro garimpeiro.

No plano dos mapeamentos geológicos básicos, o DNPM, através da Companhia de Produção dos Recursos Minerais - CPRM, entregou à comunidade 09 mapas geológicos e 09 cartas malogenéticas/previsionais em escalas de 1:100.000, equivalendo a 27.000 Km2 de área mapeada, além de prosseguir na elaboração de relatórios finais de 60 folhas, sendo 11 na escala 1:250.000 e 49 na escala 1:100.000, além do mapeamento de 27.000 Km2 na escala 1:100.000 e em 90.000 Km2, na escala de 1:250.000.

Este esforço retoma o ritmo dos levantamentos básicos, interrompidos há vários anos, atendendo a uma unânime reivindicação do Setor Mineral e que comprometeram 46% dos recursos do órgão.

No plano de desregulamentação, foram revogadas portarias que estavam causando a paralização de cerca de 6.000 processos, os quais estão em plena tramitação.

Em observância ao disposto no artigo 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina o cancelamento de direitos minerários que estejam inativos, o DNPM concentrou todos os seus esforços no estudo de mais 20.000 processos e realização de vistorias de campo.

Foram tornadas sem efeito 5.885 concessões minerais (alvarás de pesquisa e decretos/portarias de lavra), equivalentes a 22,7% das concessões vigentes.

Todas estas áreas serão colocadas em licitação nos próximos dois anos, beneficiando aqueles mineradores que se dispõem a investir interrompendo "cartéis minerais" que bloqueavam jazidas, impedindo a livre concorrência.

Durante 1990, apesar da demora em regularizar as atribuições legais face à extinção do antigo Ministério das Minas e Energia - MME, foram publicados 2.647 alvarás de pesquisa e portarias de lavras.

b) Siderurgia

As empresas siderúrgicas, atualmente em difícil fase de ajuste à nova ordem econômica, apresentaram em 1990 uma tendência de queda nos principais indicadores de produção, faturamento, vendas, quando comparados com o ano de 1989, principalmente devido a grande retração nos mercados consumidores interno e externo:

ITEM	1989	1990
PRODUÇÃO DE AÇO LÍQUIDO (t.mil)	17.037	13.577
VENDAS (t.mil)	14.516	12.326
FATURAMENTO BRUTO (US$ milhões)	7.419	6.394
EFETIVO (homens)	99.783	84.472

Dos projetos em andamento, merecem destaque a continuação das obras de implantação do Laminador de Trilhos e Perfis da AÇOMINAS e a instalação da Linha de Galvanização Eletrolítica da USIMINAS.

Dificuldades internas como a retração do mercado têm levado as empresas a esforços maiores no sentido de manter ou conquistar esforços no mercado externo.

Os mesmos motivos têm determinado esforços no sentido de aumentar a produtividade e competitividade.

19.3. COMUNICAÇÕES

Através da Secretaria Nacional de Comunicações, foram executadas as seguintes ações no exercício de 1990, no que se refere à Área Institucional e Administrativa:

- criação de Grupo de Trabalho visando a regionalização das empresas-pólo do Sistema TELEBRÁS;

- atualização das normas técnicas para o serviço de radiodifusão sonora em onda média;

- atualização das normas sobre:

. novos valores da pena de multa;

. inclusão de filmes ou desenho com legenda em português para atender deficientes auditivos, na programação diária da emissora.

- canalização das faixas de 3,3 - 3,56 HZ, 236 HZ e 386 HZ para uso em Serviço Auxiliar de Radiodifusão;

- planejamento de faixa de frequência visando atender sistemas de telefonia móvel aeronáutico;

- atualização do Manual de Canalização de Frequência em decorrência das novas atribuições de Frequências;

- implantação do sistema de rastreamento de objetos, que consiste na utilização de equipamentos de processamento eletrônico de dados, visando automatizar os processos de controle de entrada/saída dos objetos postais;

- automação de centros operacionais, com vistas a permitir uma melhoria de qualidade, imprimindo maior rapidez na execução dos serviços de encomenda de malotes;

Com relação às atividades de fiscalização, foram executadas as seguintes atividades:

- realizadas 968 fiscalizações em terminais telefônicos públicos;

- fiscalizadas 308 estações de OM, 35 de OC/OT, 149 de FM, 74 de TV e 05 de RTV;

- analisados 1.056 processos e emitidas 441 notificações;

- emitidos 467 certificados para Telecomunicações Públicas, 54 para Serviços de Radiodifusão, 78 para Serviço Limitado e 43 para Serviço Marítimo.

A respeito do Programa Federal de Desregulamentação, foram baixadas Portarias, tratando entre outros assuntos sobre:

- desburocratização da obtenção de outorga para retransmissão de sinais de televisão recebidos via satélite, no caso de entidades pretendentes a execução desse serviço;

- retirar do Ministério a incumbência de aprovar projetos técnicos de instalação de serviços de telecomunicações, bem assim de alteração das características de estações já instaladas, substituindo tal exame por declaração dos interessados;

- tratamento isonômico aos usuários, eliminando influências pessoais no atendimento às solicitações de serviços, inclusive instalações de telefones;

- aumento progressivo da integração entre os serviços prestados pela ECT e pelas empresas de serviços públicos de telecomunicações, de modo a facilitar o atendimento dos cidadãos em relação aos serviços prestados por essas empresas;

- definição das diretrizes básicas para a contratação de Listas Telefônicas pelas Empresas do Sistema TELEBRÁS.

19.4. TRANSPORTES

a) Rodoviário

No que se refere as ações executadas pelo MINFRA, através da Secretaria Nacional de Transportes na área institucional e administrativa, cabe ressaltar as seguintes:

- a revisão do regulamento do Registro dos Transportadores Rodoviários de Bens (RTB) através da Portaria nº 806, de 20 de outubro de 1990. A alteração teve como objetivo fortalecer a iniciativa privada, reduzindo a interferência do Estado;

- a revisão do Regulamento do Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros por ônibus;

- concessão à iniciativa privada para construção e operação da Ponte Internacional Rodoferroviária São Borja - Santo Tomé;

- participação no Programa de Desenvolvimento das Comunicações Fronteiriças Brasileiro-Peruanas e Brasileiro-Bolivianas, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República (SDR);

- estudos sobre o Transporte Rodoviário Internacional entre o Brasil e os países Uruguai e Paraguai.

A carência de recursos financeiros dificultou a realização de obras rodoviárias tendo-se priorizado, no exercício de 1990, as ações

voltadas para a manutenção e conservação da Rede Rodoviária Federal, a cargo do DNER, com destaque para o programa SOS Rodovias que recuperou emergencialmente 14.216 Km de Rodovias Federais, permitindo melhores condições de trafegabilidade e retardando a necessidade de restauração.

PROGRAMA EMERGENCIAL DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

D R F	R O D O V I A S	PROGRAMAÇÃO FÍSICA (EM KM)		
		PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZAÇÃO
01	364/RO	714,0	593,0	83,05
02	010/PA, 316/PA	378,3	378,3	100,00
03	116/CE, 222/CE	627,9	515,0	82,02
04	101/PE	377,6	376,7	99,76
05	020/BA,101/BA,116/BA,242/BA,324/BA	1.380,1	1.372,7	99,46
06	040/MG, 116/MG	1.409,0	1.409,0	100,00
07	040/RJ, 101/RJ, 116/RJ	414,1	414,1	100,00
08	116/SP	177,3	177,3	100,00
09	277/PR, 373/PR, 376/PR	293,6	293,6	100,00
10	101/RS, 116/RS, 290/RS, 393/RS	552,8	538,6	97,43
11	070/MT, 163/MT, 174/MT, 364/MT	1.744,5	1.738,7	99,67
12	020,040,060,153,364,153,226/GO	2.780,9	2.777,9	99,89
13	101/PB	126,9	118,9	93,70
14	101/RN, 304/RN	403,3	402,5	99,80
15	010/MA, 135/MA, 316/MA	1.001,9	991,6	98,97
16	101/SC	248,0	231,2	93,23
17	262/ES	17,8	17,8	100,00
18	222/PI, 316/PI, 343/PI, 407/PI	809,2	809,2	100,00
19	163/MS	756,7	756,7	100,00
20	101/AL	247,6	247,6	100,00
21	235/SE	56,0	56,0	100,00
	T O T A L G E R A L	14.517,5	14.216,4	97,93

b) Ferroviário

A política do setor ferroviário é de competência do Departamento Nacional de Transporte Ferroviário (DNTF).

Na área institucional e administrativa, foram executadas as seguintes ações:

- eliminando-se exigências burocráticas, tais como: registro prévio, capacitação técnica e administrativa, entre outras;

- eliminação de 21 controles diferentes sobre a área de transportes ferroviários;

- eliminação de restrições e controles sobre as atividades de

transporte multimodal;

- revisão do Regulamento Geral de Transportes para as estradas de ferro brasileiras, cuja atualização constituir-se-á no principal fator de desregulamentação do setor ferroviário;

No que se refere à área operacional e de Infra-Estrutura, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- transferência do trecho ferroviário em implentação entre as estações de Capitão Eduardo - Costa Lacerda, da RFFSA para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD);

- execução de serviços e obras de recuperação, visando ao incremento da capacidade do Corredor Goiás-Minas, para escoamento da produção do Cerrado;

- execução de serviços de infra-estrutura no Corredor Paraná para a eliminação de gargalos operacionais;

- finalização de salas de equipamentos, linhas aéreas de energia e cabos de telecomunicações, na Ferrovia do Aço;

- conclusão do projeto básico da ligação ferroviária no contorno de Belo Horizonte;

- execução de serviços emergenciais em toda a malha do Nordeste;

- execução dos serviços de terraplenagem e obras de arte em aproximadamente 7 Km, referente a implantação do contorno de Cachoeiro do Itapemirim (ES) convênio assinado entre a União, a Prefeitura e a Rede Ferroviária Federal - S/A - RFFSA;

- realização de concorrência para a construção de 115 Km da Ferrovia Transnordestina, entre Petrolina e Salgueiro, nos trechos extremos, de um total de 353 Km;

- início do projeto de melhoramento do trecho Cataguases-Três Rios (168 Km), para capacitá-lo ao transporte de 500.00 t/ano de bauxita, com recursos da empresa CBA, do Grupo Votorantim, através do mecanismo de Certificado de Fretes Futuros;

- participação da RFFSA na Comissão Mista Argentino-Brasileira (COMAB) nos assuntos relativos à construção e exploração da ponte internacional rodoferroviária São Borja-Santo Tomé, sob concessão de obra pública;

- conclusão dos estudos de pré-viabilidade dos projetos da RFFSA, prioritários para a melhoria a operação da malha ferroviária internacional do Cone Sul, no âmbito do Projeto Libertadores, patrocinado pelo Governo Espanhol;

- prosseguimento das obras de recuperação de cobertura do armazém e de melhorias nas instalações elétricas e sistema de combate a incêndios no pátio de Água Branca (SP).

c) Aquaviário

No âmbito da Secretaria Nacional de Transportes, a política do Setor Aquaviário é de competência do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários - DNTA. Dentre as atividades do Departamento destacou-se a desregulamentação de processos que objetivam:

- garantir o livre exercício do transporte internacional de carga geral, sob a forma de " outsider ";
- assegurar às empresas brasileiras autorizadas a operar na navegação de cabotagem, o livre transporte de carga geral, granéis sólidos, líquidos;
- assegurar a qualquer empresa brasileira autorizada a operar na navegação mercante, o livre exercício do transporte de granéis sólidos, néo-granéis e granéis líquidos;
- assegurar às empresas brasileiras de navegação, independentemente de autorização, o livre exercício da prestação de serviços com embarcações de apoio marítimo às plataformas continentais de pesquisas, exploração e produção de hidrocarbonetos e outros minerais em águas sob jurisdição nacional;
- disciplinar a armazenagem interna nos portos;
- disciplinar os serviços de estiva e capatazia, horário de trabalho, estruturação tarifária e exploração de instalações portuárias nos portos organizados;
- devolver às Companhias Docas, concessionários e administrações portuárias a livre negociação das tarifas portuárias;
- descentralizar a administração dos portos, hidrovias e eclusas, sob a direção da PORTOBRAS, através da celebração de convênios com as subsidiárias daquela Empresa ou com as unidades federadas.

20. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

Por tratar-se de um Ministério criado em 15.3.90, os programas, metas e dotação orçamentária não contaram, quando da elaboração, com sua participação. Serviu-se, para o desempenho de suas atividades, do que antes fora planejado pelo extinto Ministério do Interior.

Tem-se assim, o resumo, por programa, na forma a seguir demonstrada:

a) Coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Objetivo:
Organizar defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a secas e inundações, visando colaborar no socorro, na assistência e na recuperação das localidades atingidas.

Atividades:

- Aluguel de 1.906 carros pipa, atendendo 779 municípios em 7 estados;
- Distribuição de 7.847 cestas básicas/alimentos;
- Distribuição de 449 kits de material de construção; e
- Cadastramento/Cobal de 655.333 famílias.

Beneficiados: 19 estados.

b) Projeto Novo Jequitinhonha.

Objetivo:
Criar condições favoráveis ao desenvolvimento da Região, através da implantação de projetos de infra-estrutura econômica e social, bem como o aproveitamento dos recursos hiídricos, especialmente o programa dos cursos d'água.

Atividades:

- reforma de 41 escolas;
- melhoria no abastecimento d'água em 04 distritos e 05 comunidades;
- pavimentação de vias vicinais em 03 distritos;
- obras de arte, drenagem e terraplanagem de 02 estradas;
- perenização no cÓrrego São Francisco - Pedra Azul/MG;
- serviços preliminares para construção de 03 barragens;
- locação de 57 carros pipa;

- limpeza e desobstrução de 25 barreiros, 02 cacimbões, 10 açudes, bacia de 02 açudes e 04 barragens;

- recuperação de 21 açudes, 03 poços amazonas, 01 cacimbão, 36 barreiros e 08 barragens;

- contratação de mão de obra para construção de 10 cacimbões, 01 barreiro e 03 açudes;

- construção de 04 caixas d'agua, 18 cacimbões e 04 açudes;

- aquisição de material para construção de 03 açudes, recuperação de 03 açudes e limpeza e desobstrução de 04 barragens; e

- melhoria de canal a ceu aberto do Riacho Pau-Ferro no municipio de Itaiba-PE.

c) Projeto Padre Cícero

Objetivo:

Implantar no semi-arido nordestino, em pequenas propriedades e comunidades rurais, infra-estrutura mediante o uso de tecnologias simples e de baixo custo com vistas a permitir o convivio adequado do homem com as estiagens periodicas, bem como implementar ações de fortalecimento da infra-estrutura rural e produtiva, objetivando a melhoria da qualidade de vida.

Atividades:

- onstrução de 3.900 cisternas comunitarias com capacidade media de 50m3, 116 poços artesianos, 104 poços tubulares, 06 poços semi-artesianos, 153 Poços poços Amazonas, 119 poços cacimbões, 15 poços profundos, 21 adutoras com ± ou - 38.914 metros, 65 açudes, 123 barragens, 18 barreiros, 22 aguadas, 10 passagens molhadas, 07 pontes, 01 pontilhão, 1.117 metros de galerias de aguas pluviais, 94 reservatorios dagua, 36 lavanderias comunitarias, 70 chafarizes, 05 bebedouros comunitários, 06 banheiros publicos e 300 unidades sanitarias;

- implantação de 28 sistemas simplificados de abastecimento d'agua, 123.418 metros de rede de distribuição dagua e 12 casas de farinha.

- recuperação de 79 barreiros e 14 açudes;

- instalação de uma rede elétrica para energização do ponto de captação; e

- execução de serviços preliminares para construção de 02 barragens, constando de 2.292,43m2 de canteiro de obras, 72m2 de instalação de placas, 15 km de caminhos de serviço, 20,24m2 de guarita, 744m2 para escritorio, 63,11m2 de vestiários/sanitários.

d) Apoio à População Urbana Carente

Objetivo:

Melhorar as condições de vida da classe de baixa renda através de serviços urbanos básicos e oferta de pontos de água e esgotos sanitários em lotes urbanizados, bem como pelo apoio a centros comunitários destinados a serviços sociais.

Atividades:

- apoio para melhoria da infra-estrutura urbana;

- melhoria da infra-estrutura em 300 metros de via/19 moradias populares;

- recuperação de 09 ruas (623,40m lineares), obras complementares de urbanização;

- construção de 13 creches, 08 centros comunitários, 02 centros comunitários de multiplos usos, 02 mercados municipais, 02 hospitais e postos de saúde, 01 ponte;

- pavimentação de 1.268.914,50m2 de paralelepipedos e 250.662m de sarjetas;

- drenagem de 43.336m de canais, 4.500m2 de dragagem e 74.267m de rede;

- urbanização de 03 ruas;

- esgotamento sanitário: 60.967m de rede de esgotos; e

- outros: cais, equipamento de creche, urbanização de praça, construção de rodovia e 01 mercado.

Beneficiados: 20 Estados.

e) Mutirão Habitacional Comunitário

Objetivo:

Mobilizar e engajar as comunidades urbanas e rurais de baixa renda para construção de unidades residênciais em regime de autoconstrução e mutirão, visando equacionar o déficit habitacional.

Atividades:

- construção, complementação, recuperação e conclusão de 10.527 casas e urbanização de 300 lotes.

f) Apoio a Projetos de Habitação Popular

Objetivo:

Regularizar e apoiar a construção, recuperação ou complementação de moradias populares, bem como loteamento, infra-estrutura e desenvolvimento urbano.

Atividades:

- produção de 12.552 lotes urbanizados;

- construção de 13.443 casas;

- construção de 03 pontes;

- pavimentação de 44.731m2 de vias urbanas; e

- drenagem de 2.762m.

g) Apoio a Projetos de Saneamento Rural de Interesse Social

Objetivo:
Recuperar áreas rurais, buscando a melhoria da qualidade de vida da população do município.

Atividades:

- recuperação de uma ponte, 07 bueiros, 15 bombas elétricas, 01 ETA, 01 barragem com capacidade para 100.000 litros, 03 poços artesianos, 26 reservatórios d'água, 02 pontos de captação d'água, 1.000m de redes de esgoto, 3.200m de rede de distribuição d'água, 13.045m de rede de abastecimento d'água;

- instalação de 3.000m de rede de abastecimento dágua e 400m de rede de distribuição d'água;

- construção de 01 poço tubular, 01 poço artesiano e 01 reservatório d'água semi-enterrado;

- aquisição de material para instalação de 500m de rede de esgoto;

- limpeza de 12 fossas sépticas; e

- abertura de 620m de valas.

h) Desenvolvimento da Infra-estrutura Social Urbana

Objetivo:
Assegurar recursos financeiros às Prefeituras Municipais ou entidades registradas no Conselho Nacional do Serviço Social, para a melhoria da infra-estrutura social urbana, destacando-se obras sociais, educacionais, recreativas, hospitalares, creches, praças de esportes e lazer, aquisição de instrumentos e equipamentos escolar, médico e hospitalar, amparo à população carente de assistência à saúde, à educação e à nutrição.

Atividades:

- construção de reservatório com capacidade para 20.000 litros;

- instalação de rede de distribuição dágua em 5.315m;

- perfuração de 08 poços artesianos; e

- construção de 07 cisternas.

i) Programa do Leite

Objetivo:
Distribuição de leite para crianças carentes de 0 a 6 anos.

Atividades:

- Distribuição de 1.157.316.484 litros de leite em todas as unidades da federação, atendendo a 743 municípios. Foram beneficiadas 7.818.600 crianças, diariamente, através de 25.654 entidades comunitárias.

21. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno - SCI, mantido pelo Poder Executivo, foi estruturado para atender aos artigos 70 e 74 da Constituição Federal. Suas atividades são desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda Nacional como Órgão Central do Sistema - por intermédio do Departamento do Tesouro Nacional - DTN, e é composto pelas Secretarias de Controle Interno - CISET ou órgãos de atribuições equivalentes, no âmbito setorial e, no nível estadual, pelas Delegacias do Tesouro Nacional-DRTN.

O Sistema de Controle Interno é integrado, em sua grande maioria, pelos servidores da Carreira Finanças e Controle, que se subdivide nos cargos de Analista de Finanças e Controle, de nível superior, e Técnico de Finanças e Controle, de nível médio. A alocação desses recursos humanos em 31.12.90 pode ser observada no quadro abaixo:

ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DA CARREIRA FINANÇAS E CONTROLE

Nº

ÓRGÃO	AFC	TFC	TOTAL
CENTRAL	134	226	360
SETORIAIS	491	949	1440
REGIONAIS	226	379	605
TOTAL	851	1554	2405

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional

O órgão central do SCI implementou as ações fundamentais de normatização e orientação ao Sistema, com o objetivo de atender as seguintes finalidades:

- regulação financeira do Setor Público Federal e, em especial, a execução financeira do Governo;

- elaboração da programação financeira anual e plurianual da União e apoio à formulação da política de financiamento da despesa pública;

- contabilização dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, manutenção e atualização do Plano de Contas Único, consolidação e emissão do Balanço Geral da União;

- regulação das atividades de auditoria do Setor Público Federal, bem como a realização de auditorias sobre contratos de empréstimo firmados com organismos internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento); e

- dotação aos órgãos setoriais e regionais, bem como aos usuários externos, de informações do governo e de instrumentos que permitam uma boa gestão.

21.1. CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL

Para permitir o controle dos orçamentos fiscal e da seguridade social, das finanças públicas e da contabilidade da União, de forma padrão e tempestiva, foi implantado o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI que, no exercício de 1990, apresentou a configuração física demonstrada na tabela 21.1.1.

O sistema está instalado nas unidades gestoras do Poder Executivo e Judiciário, em todo território nacional, com acesso simultâneo, através de terminais de vídeo no período de 8:30 as 20:30 horas, com a seguinte distribuição:

TABELA 21.1.1

REGIÃO	TERMINAIS	IMPRESSORAS	MICROCOMPUTADORES
Centro-Oeste	817	1.026	282
Norte	179	182	11
Nordeste	405	406	27
Sudeste	538	580	50
Sul	376	392	2
TOTAL	2.315	2.586	372

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional

A distribuição das unidades gestoras - UGs por poder e órgão é a seguinte:

TABELA 21.1.2

ORGÃOS/ENTIDADES	Nº DE UGs
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	63
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	22
PODER JUDICIÁRIO	122
MINISTÉRIOS CIVIS	1.127
MINISTÉRIOS MILITARES	1.627
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	724
TOTAL	3.685

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional

Quanto aos órgãos/entidades da Administração Pública Federal, excluídas as Empresas de Economia Mista, dos 194 existentes em 31.12.90, 156 utilizam o SIAFI como seu instrumento de controle orçamentário, financeiro e contábil. Os 36 restantes enviam demonstrativos mensais, que são incorporados de forma sintética para compor o universo total do orçamento fiscal e seguridade social. A distribuição dos órgãos/entidades no SIAFI é a seguinte:

TABELA 21.1.3

TIPO	UTILIZAM O SIAFI	INTEGRAM DEMONSTRATIVOS	TOTAL
Adm. Direta dos Poderes Executivos e Judiciário	37	--	37
Poder Legislativo	--	02	02
Autarquia	69	10	79
Fundação	44	03	47
Emp. Pública	05	19	24
Fundo	03	02	05
TOTAL	158	36	194

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional

Do universo de 3.685 Unidades Gestoras que utilizam o SIAFI, aproximadamente 3.000 são consideradas UGs ON LINE, ou seja, têm acesso direto aos terminais de vídeo. As UGs desse tipo geralmente não utilizam papel, formulários e outros materiais similares todos os seus dados ficam gravados no próprio sistema. Essas unidades não utilizam conta bancária para efetuar seus pagamentos, pois fazem parte da Conta Única do Tesouro Nacional, ou seja, sua conta bancária é o próprio SIAFI. Tal procedimento permite ao Governo Federal evitar a ociosidade e o trânsito desnecessário de recursos entre UGs (3.000) integradas ao mesmo sistema. Com esta medida foi possível cancelar aproximadamente 7.000 contas bancárias na rede bancária. A utilização da Conta Única evidenciou que, para cada cruzeiro efetivamente pago de despesa, três cruzeiros circulam entre unidades do próprio Governo até chegar ao destinatário final. Isto pode ser demonstrado pelo movimento da Conta Única no exercício de 1990, conforme quadro abaixo:

Movimento da Conta Única

\- 1990 -

Cr$ milhões

MÊS	MONTANTE EM OB's ENVIADAS AO BANCO	MONTANTE EM OB's INTRA - SIAFI
JAN	49.491,8	131.163,3
FEV	116.948,0	860.413,8
MAR	168.488,7	475.567,0
ABR	149.518,7	445.210,0
MAI	202.095,0	964.827,4
JUN	226.698,2	929.433,3
JUL	226.390,2	759.255,0
AGO	247.869,6	762.179,5
SET	201.347,7	639.233,0
OUT	234.281,4	1.032.614,2
NOV	418.237,8	1.318.125,2
DEZ	396.881,4	1.266.043,3
TOTAL	2.638.248,5	9.584.065,0

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional

As Unidades Gestoras que utilizam a Conta única do Tesouro Nacional recolhem seus encargos federais para o próprio Tesouro, sem passar pela Rede Bancária, através do SIAFI, pelo mecanismo do DARF ELETRôNICO. No exercício de 1990 foram recolhidos através de DARF ELETRôNICO o montante de Cr$ 3.802.707,3 milhões.

21.2. CONTROLE DE PESSOAL

Para possibilitar um controle efetivo dos gastos e do universo de servidores públicos federais, foi criado o SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos. A estrutura física do sistema utiliza a mesma lógica do SIAFI, compartilhando, inclusive, as linhas de transmissão de dados e terminais de vídeo.

Como o sistema atua em áreas específicas de recursos humanos, houve necessidade de expandir o número de terminais, sendo que, em dezembro de 1990, estavam instalados 331 terminais e 201 impressoras.

No exercício de 1991, deverão ser implementadas ações objetivando o pagamento de toda folha de pessoal do Poder Executivo Federal através do SIAPE.

O SIAPE está atuando, atualmente, em três estágios, a saber:

Pagamento Real - modalidade em que o SIAPE já efetua o pagamento da folha real da Unidade, tendo sido desativado o sistema interno de Controle e Pagamento de Pessoal;

Pagamento Paralelo - modalidade em que o SIAPE já está em

condições de emitir a folha mas, por prudência, a emite apenas para conferir com o sistema interno do órgão, até que o programa real, pelo SIAPE, seja totalmente confiável, ou seja, com margem de erro zero.

Em ConversÃo - modalidade que indica que os dados cadastrais e as tabelas dos sistemas internos das entidades estão sendo transferidos para o SIAPE.

Até 31.12.90 a posição do SIAPE, em termos percentuais, era a seguinte:

TABELA 21.2.1

(%)

ESPECIFICAÇÃO	PAGAMENTO REAL	PAGAMENTO PARALELO	CONVERSãO	TOTAL
% DE SERVIDORES	21.0	21.0	58.0	100.0
% DE ÓRGãOS	21.8	49.5	28.6	100.0

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional

Além do acompanhamento dos gastos, o SIAPE permite aos diversos níveis da Administração Pública conhecer a real situação dos recursos humanos, bem como aferir o impacto de alteração da legislação nesta área, e sua repercussão nos gastos.

21.3. CADASTRO DE OBRIGAÇÕES

Objetivando permitir uma melhor gestão das dívidas internas e externas dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como conhecer, detalhadamente, os diversos contratos assinados no exterior, foi criado, como módulo do SIAFI, o Cadastro de Obrigações.

Em 31.12.90 já se encontravam cadastrados nesse sistema 710 contratos, sendo 217 internos e 493 externos, assim distribuídos:

ÓRGÃO/MINISTÉRIO	Nº DE CONTRATOS
Ação Social	35
Aeronáutica	78
Agricultura e Reforma Agrária	45
Economia, Fazenda e Planejamento	263
Educação	51
Exército	7
Infra-Estrutura	138
Marinha	30
Presidência da República	22
Relações Exteriores	1
Saúde	36
Trabalho e Previdência Social	2
TOTAL	708

Além de constituir uma necessidade apontada em diversas ocasiões pelos orgãos de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas da União, o Cadastro de Obrigações permitiu apresentar dados reais das dívidas na Contabilidade da União, e irá auxiliar sobremaneira a elaboração dos orçamentos e dos créditos suplementares.

21.4. ÓRGÃOS SETORIAIS

A reorganização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios conforme disposições contidas no Decreto nº 99.180, de 15.03.90, e posteriormente no Decreto nº 99.244, de 10.05.90, ocasionou sensíveis reflexos na continuidade administrativa das Secretarias de Controle Interno - CISET. Tais medidas exigiram uma reprogramação de suas atividades típicas, principalmente, em virtude das extinções, fusões e incorporações verificadas. Em alguns casos, houve um acentuado acréscimo de atividades decorrentes da Reforma Administrativa e da natural mudança de conceitos, que caracteriza a posse de um novo governo.
Aliada a essa profunda reorganização, é necessário aduzir que se verificou, também, distorções nos quadros funcionais destas secretarias, verificando-se, em alguns casos insuficiência de pessoal.

21.4.1. Coordenadorias de Auditorias - COAUDs

As atividades nesta área, a cargo das COAUDs em cada setorial ou de unidades de auditoria equivalentes, no âmbito do Poder Executivo, desenvolveram-se segundo reprogramação decorrente da reforma administrativa.

A Tabela 21.4.1 a seguir, apresenta um resumo do quantitativo, por Ministério, das auditorias realizadas no âmbito da administração direta e indireta.

TABELA 21.4.1

- 1990 -

SETORIAIS	TOMADA DE CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS	OUTRAS (*)	TOTAL DE AUDITORIAS
EMFA	1	2	-	3
MAer	91	7	31	129
MARA	120	28	37	185
MM	197	5	102	304
MAS	5	4	1	10
MEC	82	77	161	320
MEFP	184	87	35	306
ME	474	4	235	713
MINFRA	83	130	40	253
MJ	52	12	14	78
MPF	43	0	1	44
MRE	18	2	-	20
MS	90	9	26	125
MTPS	66	42	84	192
PR	44	34	69	147
TOTAL	1.550	443	836	2.829

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional
(*) Representa as auditorias realizadas por todos os órgãos setoriais, classificadas como administrativas, operacionais, de acompanhamento, especiais, de convenios, de programas, sobre Tomadas de Contas Especiais, Tomadas e Prestações de Contas Extraordinárias.

Tabela 21.4.2

- 1990 -

Certificados de Auditoria Emitidos

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PLENOS	778	34,8
RESTRITIVOS	1.127	50,5
DE IRREGULARIDADES	326	14,7
TOTAL	2.231	100,0

Fonte: MEFP/DTN

Os certificados de auditoria PLENOS evidenciam o resultado de auditorias onde não se constataram impropriedades relevantes na gestão dos

administradores públicos. Os RESTRITIVOS representam a constatação de impropriedades relevantes, mas que não ocasionaram prejuízo à Fazenda Nacional, e necessariamente motivaram recomendações pelos auditores objetivando a adoção de medidas saneadoras. Os de IRREGULARIDADES estão relacionados com a evidência de atos administrativos, danosos ao erário, configurando a ocorrência de irregularidades graves, tais como desfalques, desvios de bens, não recolhimento de impostos e contribuições sociais retidas, entre outros.

21.4.2. Coordenadorias de Acompanhamento, Avaliação e Orientação - Caori e Coordenadorias de Controle Financeiro - COFIN

Estas Coordenadorias desenvolveram suas atividades, no âmbito de cada setorial, especialmente voltadas para os aspectos de acompanhamento, avaliação e orientação, tendo por objetivo o aprimoramento da gestão dos recursos públicos.

Nesse sentido, foram implementadas variadas ações, entre as quais merecem destaque:

- análise em processos relativos a créditos suplementares;

- acompanhamento e avaliação das aplicações de recursos públicos, por parte dos beneficiários de transferências (convênios, acordos e ajustes), inclusive de auxílios e subvenções;

- orientação a inventariantes e liquidantes de órgãos e entidades, em decorrência da reforma administrativa deste governo;

- análise da execução financeira e orçamentária dos órgãos / entidades subordinados, de cada Ministério, cujos resultados tiveram encaminhamento através de orientações transmitidas àqueles e, bem assim, aos órgãos de contabilidade analítica, visando a correção de impropriedades constatadas;

- fornecimento de informações subsidiárias à composição dos processos de Tomadas de Contas Especiais;

- avaliação do desempenho da execução de programas, projetos e atividades, para evidenciar o cumprimento das metas programadas e a detecção de eventuais distorções;

- fornecimento de subsídios aos órgãos responsáveis pela preparação de planos, orçamentos e programação financeira, com avaliações relativas à gestão dos órgãos subordinados e dos programas de trabalho, bem como sobre a utilização de recursos descentralizados;

- sugestões para a realização de auditorias nos órgãos subordinados, quando as evidências assim o indicaram;

- exame e emissão de pareceres sobre propostas de reformulação dos cronogramas setoriais de desembolso, bem como sobre alterações dos limites de saque;

- proposição de providências no sentido de bloquear os saques de recursos financeiros destinados a projetos e atividades, quando se constatou evidências de irregularidades ou prejuízos irreparáveis na gestão dos mesmos; e

- acompanhamento, orientação e avaliação do cumprimento das diretrizes governamentais relacionadas com a contenção dos gastos públicos.

21.5. ÓRGÃOS REGIONAIS - DELEGACIAS DO TESOURO NACIONAL

No transcorrer do exercício de 1990, as Delegacias do Tesouro Nacional - DTN's exerceram, principalmente, as seguintes atividades:

a) Contabilidade Analítica

As DTN's são responsáveis pela Contabilidade Analítica das unidades gestoras dos ministérios civis. Daí advém as seguintes responsabilidades:

- executar a análise dos processos relativos às despesas e pagamentos efetuados;

- orientar as UG's, acerca das normas e instrumentos relevantes ao Controle Interno;

- dar Conformidade Contábil aos registros efetuados no SIAFI;

- A Tabela 21.5 demonstra a quantidade de Unidades de cada unidade da Federação e o nº de servidores envolvidos.

b) Cadastro de Obrigações

As DTN's estão recebendo treinamento para obter junto aos Governos Estaduais e Municipais, de sua área de atuação, cópias dos contratos de financiamento externo, por estes realizados, que possuem o aval do Tesouro Nacional através do seu órgão e entidades.

Após a análise dos dados, as DTN's, irão cadastrar no SIAFI as informações relevantes, bem como realizar o acompanhamento das parcelas vincendas.

c) Sistema de Acompanhamento das Finanças de Estados e Municípios - SAFEM

Para permitir a consolidação das contas públicas dos governos federal, estadual e municipal, foi criado o sistema SAFEM que é alimentado pelas Delegacias do Tesouro Nacional nos Estados, visando a:

- obtenção, junto às autoridades financeiras dos estados e municípios, dos balanços e da execução orçamentária;

- conversão destes dados para o Plano de Contas do Governo Federal;

- inclusão dos dados convertidos no SIAFI;

A utilização do SAFEM (pelo controle regional) tem contribuído para uma padronização das estruturas contábeis e orçamentárias, além de servir para maior integração dos técnicos do Governo Federal com os estaduais e municipais.

d) Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Para permitir a implantação do SIAPE, pela SAF/PR, até junho de 1991, coube às DTN's:

- realizar o levantamento dos equipamentos necessários e acompanhar sua instalação;

- treinar os executores do sistema de cada unidade pagadora;

- informar aos órgãos federais em cada Estado acerca da evolução do sistema;

- sanar todas as dificuldades operacionais encontradas.

e) Outras Atividades

- realização das Tomadas de Contas das Unidades Gestoras jurisdicionadas;

- orientação às UG's jurisdicionadas acerca das matérias de competência do Sistema de Controle Interno;

- apoio às atividades de auditoria do Poder Executivo Federal;

- auxílio, a nível descentralizado, na gestão do SIAFI;

- acompanhamento da gestão patrimonial das UG'S jurisdicionadas;

- representação, a nível estadual, do Departamento do Tesouro Nacional, quando assim se fizer necessário.

TITULO	DEMONSTRACAO DA DOTACAO	EXERCICIO	MES
		1990	DEZEMBRO
SUBTITULO	EXECUCAO GLOBAL	EMISSAO	FOLHA
GESTAO	TESOURO NACIONAL	31/12/90	317

CREDITO	AUTORIZACAO LEG. LEI NUMERO	DATA	VALOR	TOTAL
DOTACAO INICIAL	7.999	31.01.90	3.075.350 852 000.00	3.075.350.852.000,00
DOT INIC. (VETO)	7.999	31 01 90	63.237 292 000.00	-63.237.292.000,00
DOT INIC.)SUPL)	7.999	31 01 90	41.438 929 000.00	41.438.929.000,00
SUPLEMENTACOES	7.813	05 09 89	8 338 000.00	
	7.825	22 09 89	1 040 000.00	
	7.836	10 10 89	2 968 000.00	
	7.848	23 10 89	500 000.00	
	7.852	23.10 89	9 299 000.00	
	7.854	24.10 89	13 376 000.00	
	7.880	16.11 89	36 180 000.00	
	7.884	17.11.89	1 300 000.00	
	7.904	05 12 89	30 000 000,00	
	7.917	07.12.89	41 451 000,00	
	7.925	12 12 89	30 284 000,00	
	7.941	20 12 89	819 000.00	
	7.947	20.12 89	1 127 000.00	
	7.954	20 12 89	62 000 000.00	
	7.971	22 12 89	6 500 000.00	
	7.978	27 12 89	18 680 000.00	
	7.979	27 12 89	700 000.00	
	7.996	09 01 90	1.237 669 000.00	
	7.999	31 01 90	3.845.527 492 000.00	
	8.044	15 06 90	861.748 422 000.00	
	8.055	21 06 90	350 357 000.00	
	8.060	04.07 90	331 707 000.00	
	8.061	04 07 90	10.000 000 000.00	
	8.062	04 07 90	5.800 000 000.00	
	8.063	04.07 90	5.154 000 000.00	
	8.064	04 07 90	3.300 000 000.00	
	8.065	04 07 90	12.000 000 000.00	
	8.066	06 07 90	4.100 000 000.00	
	8.119	17 12 90	20.000 000 000.00	
	TRANSF	CONSTIT.	771.577 000 000.00	
	8.083	19 10 90	2 147.724 192 000.00	
CANCELAMENTO	8.083	19 10 90	-3 310.028 615 000.00	
	8.093	29 11 90	560.198 244 000.00	
	8.095	20 11 90	715 300 000.00	
	8.103	10.12 90	1.951 382 000.00	
	8.106	10 12 90	73 554 000.00	
	8.111	10 12 90	165 770 000.00	
	8.118	14 12 90	1 448.411 782 000.00	
	8.123	19 12 90	304.376 038 000.00	
	8.124	19 12 90	1 622 000.00	
	8.139	28 12 90	12 235.130 790 000.00	
	8.149	28.12 90	15.397 394 000.00	
	MP151	15.03.90	15.021 955 631,37	18.960.530 617.000,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O 20 QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1990	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/90	FOLHA 318
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI		ABERTURA OU REABERTURA DECRETO		IMPORTANCIA
	NUMERO	DATA	NUMERO	DATA	
PODER JUDICIARIO					32 000 000.00
JUSTICA DO TRABALHO	7.904	05.12.89	98.998	02 03 90	30 000 000.00
	7 884	17 11 89	99 000	02 03 90	500 000.00
	7 836	10 10 89	99 001	02 03 90	700 000.00
	7 954	20 12 89	99 412	27 07 90	800 000.00
PODER EXECUTIVO					12 400 000 000.00
MINISTERIO DA JUSTICA	7 852	23 10 90	98 970	20 02 90	9 299 000.00
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	7.928	12.12.89	98.971	20 02 90	922 000.00
MINISTERIO DA SAUDE	7 925	12 12 89	99 147	12 03 90	25 000 000.00
	7 836	10 10 89	99 147	12 03 90	2 968 000.00
	7 954	20 12 89	99 147	12 03 90	62 000 000.00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO FEDERAL	8 044	15 06 90	99 382	11 07 90	180 757 000.00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			99 390	13 07 90	19 090 000.00
SECRETARIA DO MEIO-AMBIENTE			99 390	13 07 90	18 483 000.00
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA	8 065	04 07 90	99 424	27 07 90	12 000 000 000.00
MINISTERIO DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	7 813	05 07 90	99 151	12 03 90	8 338 000.00
	7 854	24 10 89	99 152	12 03 90	13 376 000.00
	7 917	07 12 89	99 153	12 03 90	41 451 000.00
	7 978	27 12 89	99 154	12 03 90	18 680 000.00
					12 432 364 000.00

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO	MES
SUBTITULO		1990	DEZEMBRO
GESTAO	TESOURO NACIONAL	EMISSAO 31/12/90	FOLHA 319

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEGAL LEI DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO NUMERO	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	IMPORTANCIA
PODER LEGISLATIVO					500.000,00
SENADO FEDERAL	7.848	23.10.89	99.521	11.09.90	500.000,00
PODER JUDICIARIO					48.536.000,00
SUPREMO TRIBUNAL FÉDERAL	7.925	12.12.89	99.521	11.09.90	500.000,00
JUSTICA ELEITORAL	8.083	19.10.90	99.653	25.10.90	1.493.000,00
	8.118	14.12.90	99.862	21.12.90	10.000.000,00
JUSTICA DO TRABALHO	8.083	19.10.90	99.653	26.10.90	36.543.000,00
PODER EXECUTIVO					848.289.148.000,00
MINISTERIO DA AERONAUTICA	8.083	19.10.90	99.655	25.10.90	11.000.000,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	8.083	19.10.90	99.645	25.10.90	11.334.397.000,00
	8.093	20.11.90	99.828	17.12.90	177.500.000,00
	8.118	14.12.90	99.856	20.12.90	3.319.766.000,00
	8.124	19.12.90	99.939	26.12.90	1.622.000,00
MINISTERIO DA JUSTICA	8.083	19.10.90	99.655	25.10.90	298.002.000,00
	8.118	14.12.90	99.861	21.12.90	373.000.000,00
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	8.083	19.10.90	99.653	25.10.90	30.000.000,00
	8.083	19.10.90	99.655	25.10.90	20.000.000,00
MINISTERIO DA SAUDE	8.083	19.10.90	99.644	25.10.90	530.725.000,00
	8.118	14.12.90	99.859	20.12.90	2.510.000.000,00
GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.083	19.10.90	99.655	25.10.90	1.920.000,00
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO FEDERAL	8.044	15.06.90	99.582	25.10.90	40.000.000,00
	8.083	19.10.90	99.655	25.10.90	93.000.000,00
	8.118	14.12.90	99.860	21.12.90	1.000.000,00
CONSULTORIA GERAL DA REPUBLICA	8.083	19.10.90	99.655	25.10.90	5.000.000,00
	8.118	14.12.90	99.860	21.12.90	2.000.000,00
SECRETARIA DA CULTURA	7.925	12.12.89	99.521	11.09.90	3.862.000,00
	8.083	19.10.90	99.646	25.10.90	1.000.000,00
	8.118	14.12.90	99.867	21.12.90	10.000.000,00
SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA	7.825	22.09.89	98.250	06.10.90	1.040.000,00
	7.880	16.11.89	98.618	19.12.90	6.898.000,00
	7.880	16.11.89	98.734	28.12.89	29.282.000,00
	7.941	20.12.89	98.734	28.12.89	819.000,00
	7.947	20.12.89	98.730	28.12.89	1.127.000,00
	8.118	14.12.90	99.867	21.12.90	15.000.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8.044	15.06.90	99.589	10.10.90	12.996.000,00
	8.083	19.10.90	99.646	25.10.90	50.000.000,00
	8.093	20.11.90	99.772	05.12.90	13.750.000,00
	8.118	14.12.90	99.865	21.12.90	93.000.000,00
SECRETARIA DOS DESPORTOS	8.083	19.10.90	99.646	25.10.90	5.000.000,00
SECRETARIA DO MEIO-AMBIENTE	7.999	31.01.90	99.611	13.10.90	30.000.000,00
	8.044	15.06.90	99.584	10.10.90	10.722.000,00
	8.093	20.11.90	99.772	05.12.90	4.251.000,00
	8.118	14.12.90	99.865	21.12.90	53.000.000,00
MINISTERIO DA ACAO SOCIÁL	8.083	19.10.90	99.636	24.10.90	18.072.268.000,00
	8.095	20.12.90	99.814	14.12.90	715.300.000,00
	8.118	14.12.90	99.857	20.12.90	11.403.900.000,00
	8.106	10.12.90	99.895	21.12.90	73.554.000,00
	8.103	10.12.90	99.940	26.12.90	171.863.000,00
MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA	8.083	19.10.90	99.651	25.10.90	824.000.000,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO: 1990	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/90	FOLHA: 320
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI		ABERTURA OU REABERTURA DECRETO		IMPORTANCIA
	NUMERO	DATA	NUMERO	DATA	
MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	4 664 358 000,00
	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	10 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 854	19 12 90	2 992 870 000,00
	8 118	14 12 90	99 918	24 12 90	235 944 862 000,00
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA	8 083	19 10 90	99 646	25 10 90	4 860 000 000,00
	8 083	19 10 90	99 715	22 11 90	393 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 887	21 12 90	14 439 508 000,00
MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	8 083	19 10 90	99 641	25 10 90	151 346 755 000,00
	8 103	10 12 90	99 940	26 12 90	434 068 000,00
	8 118	14 12 90	99 954	28 12 90	136 616 000 000,00
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO	8 083	19 10 90	99 639	25 10 90	1 102 028 000,00
	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	200 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 918	24 12 90	5 200 000 000,00
	8 123	19 12 90	99 938	26 12 90	181 965 507 000,00
TRANSFERENCIA A ESTADOS, DF E MUNICIPIOS	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	11 438 610 000,00
	8 083	19 10 90	99 752	29 11 90	1 800 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 874	21 12 91	1 760 000 000,00
RECURSOS SOB SUPERV. DO M E F P	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	12 129 111 000,00
	8 083	19 10 90	99 651	25 10 90	30 640 907 000,00
TOTAL					848 338 184 000,00

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS AUTORIZADOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE	EXERCICIO: 1990	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/90	FOLHA: 321
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

AUTORIZACAO LEG LEI NUMERO	DATA	IMPORTANCIA CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO/REABERTO
7.813	05.09.89	8.338.000,00	8.338.000,00
7.825	22.09.89	1.040.000,00	1.040.000,00
7.836	10.10.89	2.968.000,00	2.968.000,00
7.848	23.10.89	500.000,00	500.000,00
7.852	23.10.89	9.299.000,00	9.299.000,00
7.854	24.10.89	13.376.000,00	13.376.000,00
7.880	16.11.89	36.180.000,00	36.180.000,00
7.884	17.11.89	1.300.000,00	1.300.000,00
7.904	05.12.89	30.000.000,00	30.000.000,00
7.917	07.12.89	41.451.000,00	41.451.000,00
7.925	12.12.89	30.284.000,00	30.284.000,00
7.941	20.12.89	819.000,00	819.000,00
7.947	20.12.89	1.127.000,00	1.127.000,00
7.954	20.12.89	62.000.000,00	62.000.000,00
7.978	27.12.89	18.680.000,00	18.680.000,00
7.979	27.12.89	700.000,00	700.000,00
7.999	31.01.90	30.000.000,00	30.000.000,00
8.044	16.06.90	373.521.000,00	282.048.000,00
8.065	04.07.90	12.000.000.000,00	12.000.000.000,00
8.083	19.10.90	276.543.465.000,00	248.099.117.000,00
8.093	20.11.90	2.007.500.000,00	1.995.501.000,00
8.095	20.11.90	715.300.000,00	715.300.000,00
8.103	11.12.90	818.931.000,00	605.931.000,00
8.106	10.12.90	73.554.000,00	73.554.000,00
8.118	14.12.90	416.566.076.000,00	414.743.906.000,00
8.123	19.12.90	367.062.540.000,00	181.965.507.000,00
8.124	19.12.90	83.071.000,00	1.622.000,00
TOTAL		1.076.470.132.000,00	860.770.548.000,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS EXTRAORDINARIOS AUTORIZADOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE	EXERCICIO: 1990	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/90	FOLHA: 322
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

AUTORIZACAO LEG. LEI NUMERO	DATA	IMPORTANCIA CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO
7 971	11 12 89	6 500 000,00	6 500 000,00
8 006	22 03 90	50 000 000,00	50 000 000,00
8 082	18 10 90	130 400 000,00	130 400 000,00
8 086	23 10 90	300 000 000,00	300 000 000,00
8 119	17 12 90	20 000 000 000,00	20 000 000 000,00
TOTAL		20 486 900 000,00	20 486 900 000,00

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO	MES
		1990	DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO	FOLHA
GESTAO	TESOURO NACIONAL	31/12/90	323

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEGAL LEI DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO NUMERO	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	IMPORTANCIA
PODER LEGISLATIVO					500 000,00
SENADO FEDERAL	7 848	23 10 89	99 521	11 09 90	500 000,00
PODER JUDICIARIO					80 536 000,00
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	7 925	12 12 89	99 521	11 09 90	500 000,00
JUSTICA ELEITORAL	8 083	19 10 90	99 653	25 10 90	1 493 000,00
	8 118	14 12 90	99 862	21 12 90	10 000 000,00
JUSTICA DO TRABALHO	7 904	05 12 89	99 998	02 03 90	30 000 000,00
	7 884	17 11 89	99 000	02 03 90	500 000,00
	7 836	10 10 89	99 001	02 03 90	700 000,00
	7 954	20 12 89	99 412	27 07 90	800 000,00
	8 083	19 10 90	99 653	25 10 90	36 543 000,00
PODER EXECUTIVO					860 689 512 000,00
MINISTERIO DA AERONAUTICA	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	11 000 000,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	8 083	19 10 90	99 645	25 10 90	11 334 397 000 00
	8 093	20 11 90	99 828	17 12 90	177 500 000 00
	8 118	14 12 90	99 856	20 12 90	3 319 766 000,00
	8 124	19 12 90	99 839	26 12 90	1 622 000,00
MINISTERIO DA JUSTICA	7 852	23 10 90	99 970	20 02 90	9 299 000,00
	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	298 002 000,00
	8 118	14 12 90	99 861	12 12 90	373 000 000 00
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	7 925	12 12 89	99 971	20 02 90	922 000,00
	8 083	19 10 90	99 653	25 10 90	30 000 000,00
	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	20 000 000 00
MINISTERIO DA SAUDE	7 836	10 10 90	99 147	12 03 90	2 968 000 00
	7 [illegible]	12 12 89	99 147	12 03 90	25 000 000 00
	7 954	20 12 89	99 147	12 03 90	62 000 000,00
	8 083	19 10 90	99 644	25 10 90	530 725 000 00
	8 118	14 12 90	99 859	20 12 90	2 510 000 000 00
GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	1 920 000 00
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO FEDERAL	8 044	15 06 90	99 382	11 07 90	180 757 000 00
	8 044	15 06 90	99 582	25 10 90	40 000 000 00
	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	93 000 000 00
	8 118	14 12 90	99 860	21 12 90	1 000 000 00
CONSULTORIA GERAL DA REPUBLICA	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	5 000 000 00
	8 118	14 12 90	99 860	21 12 90	2 000 000 00
SECRETARIA DA CULTURA	7 925	12 12 89	99 521	11 09 90	3 862 000,00
	8 083	19 10 90	99 646	25 10 90	1 000 000 00
	8 118	14 12 90	99 867	21 12 90	10 000 000,00
SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA	7 825	22 09 89	98 250	06 10 90	1 040 000 00
	7 880	16 11 89	98 618	19 12 90	6 898 000 00
	7 880	16 11 89	98 734	28 12 90	29 282 000,00
	7 941	20 12 89	98 734	28 12 90	819 000 00
	7 947	20 12 89	98 730	28 12 90	1 127 000 00
	8 118	14 12 90	99 867	21 12 90	15 000 000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8 044	15 06 90	99 390	13 07 90	19 090 000 00
	8 044	15 06 90	99 589	10 10 90	12 996 000,00
	8 083	19 10 90	99 646	25 10 90	50 000 000,00
	8 093	20 11 90	99 772	05 12 90	13 750 000,00
	8 118	14 12 90	99 865	21 12 90	93 000 000,00
SECRETARIA DOS DESPORTOS	8 083	19 10 90	99 646	25 10 90	5 000 000,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO
SUBTITULO	
GESTAO	TESOURO NACIONAL

EXERCICIO: 1990 — MES: DEZEMBRO — EMISSAO: 31/12/90 — FOLHA: 324

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO NUMERO	DATA	IMPORTANCIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	7 999	31 01 90	99 611	13 10 90	30 500 000,00
	8 044	15 06 90	99 390	13 07 90	18 483 000,00
	8 044	15 06 90	99 584	10 10 90	10 722 000,00
	8 093	20 11 90	99 772	05 12 90	4 251 000,00
	8 118	14 12 90	99 865	21 12 90	53 000 000,00
MINISTERIO DA ACAO SOCIAL	8 083	19 10 90	99 636	24 10 90	18 072 268 000,00
	8 095	20 11 90	99 814	14 12 90	715 300 000,00
	8 118	14 12 90	99 857	20 12 90	11 413 900 000,00
	8 106	10 12 90	99 895	21 12 90	73 554 000,00
	8 103	10 12 90	99 940	26 12 90	171 863 000,00
MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA	8 083	19 10 90	99 651	25 10 90	824 000 000,00
MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	4 664 358 000,00
	8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	19 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 854	19 12 90	2 992 870 000,00
	8 118	14 12 90	99 918	24 12 90	235 944 862 000,00
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA	8 065	04 07 90	99 424	27 07 90	12 000 000 000,00
	8 083	19 10 90	99 646	25 10 90	4 866 000 000,00
	8 083	19 10 90	99 715	22 11 90	392 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 887	21 12 90	14 439 508 000,00
MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	7 813	05 09 89	99 151	12 03 90	8 338 000,00
	7 854	24 10 89	99 152	12 03 90	13 376 000,00
	7 917	07 12 89	99 153	12 03 90	41 451 000,00
	7 978	27 12 89	99 154	12 03 90	18 680 000,00
	8 083	19 10 90	99 641	25 10 90	151 346 755 000,00
	8 103	10 12 90	99 940	26 12 90	424 368 000,00
	8 118	14 12 90	99 954	28 12 90	136 516 000 000,00
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO	8 083	19 10 90	99 639	25 10 90	1 102 028 000,00
	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	200 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 918	24 12 90	5 200 000 000,00
	8 123	19 12 90	99 938	26 12 90	181 965 507 000,00
TRANSFERENCIA A ESTADOS, DF E MUNICIPIOS	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	11 428 610 000,00
	8 083	19 10 90	99 752	29 11 90	1 800 000 000,00
	8 118	14 12 90	99 874	21 12 90	1 760 000 000,00
RECURSOS SOB SUPERVISAO DO M. E. F. P	8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	12 129 111 000,00
	8 083	19 10 90	99 651	25 10 90	30 640 907 000,00
TOTAL					860 770 548 000,00

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO: 1990	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/90	FOLHA: 325
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

AUTORIZACAO LEG. LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEG. LEI DATA	ABERTURA DECRETO NUMERO	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
7.825	22.09.89	99.516	10.09.90	SEC.DA CIENCIA E TECNOL.	COORD. NO CAMPO DA BIOTECNOLOGIA	1 040.000,00	1.040.000,00	952.000,00	88.000,00
7.880	16.11.89				COORD. DAS ACOES EM PESQ.INDUSTRIAIS	2.758 000,00	2.758.000,00	2.731.000,00	27.000,00
					MANUT.DO INST.DE PESQ.ESPACIAIS-INPE	7.433.000,00	7.433 000,00	7.351.000,00	82.000,00
					MANUT.INST.DE PESQ.DA AMAZONIA-INPA	13 493 000,00	13.493 000,00	2.141.000,00	11.352.000,00
					COORD. PLANEJAMENTO	8 099 000,00	8.099 000,00	6.578.275,42	1.520.724,58
					DESENV. E PROM. DE TECNOL. INDUSTRIAL	1 563.000,00	1.563.000,00	1.394.810,92	168.189,08
7.941	20.12.89				MANUT. CENTRO TECN. INFORMATICA	3.653 000,00	3.653.000,00	3.580.000,00	73.000,00
7.947	20.12.89				CONTR.FUNDO P/ATIVIDADES DE INFORMAT.	1.009 000,00	1.009.000,00	1.009.000,00	0,00
					CONTR.FUNDO DE ATIV. PARA AMAZONIA	118.000,00	118.000,00	0,00	118.000,00
7.905	12.12.89	99.521	11.09.90	SENADO FEDERAL	PROGR.DO CENTENARIO DA REPUBLICA E O BICENTENARIO DA INCONFIDENCIA	500 000,00	500 000,00	500.000,00	0,00
				S. T. F.		500.000,00	500 000,00	499.856,00	144,00
				SEC. CULTURA		3.862.000,00	3.862 000,00	3.862.000,00	0,00
8.044	15.06.90	99.582	10.10.90	SEC.ADM.FEDERAL	COORD.E MANUT.SERV.ADMINISTRATIVOS	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00
8.044	15.06.90	99.584	10.10.90	SEC.DES.REGIONAL ,	COORD.E MANUT.SERV.ADMINISTRATIVOS	12.996.000,00	12.996.000,00	1.988.996,64	11.007.003,36
				SEC.MEIO-AMBIENTE		10 722.000,00	10.722.000,00	3.997.201,30	6.724.798,70
7.999	31.01.90	99.611	13.10.90	SEC.MEIO-AMBIENTE	DEFESA COMP.DE ECOSIST.AMAZONIA LEGAL	0,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
8.083	19.10.90	99.636	24.10.90	MIN.ACAO SOCIAL	ATIV. A CARGO DA L.B.A.	2.885.894.000,00	2.885.894 000,00	2.838.699.376,35	47.194.623,65
					APOIO A HABITACAO POPULAR	2.839.510.000,00	2.839.510.000,00	2.246.178 639,42	593.331.360,58
					ATIV.A CARGO DO FUNDO NAC.ACAO COMUN.	6.356.170.000,00	6 356.170.000 00	1.860.170.000,00	4.496.000.000,00
					PROMOVER RECUPERACAO/EXPANSAO DA INFRA-ESTRUT BAS.DE CENTROS URBANOS	5.990.694 000,00	5.990.694.000,00	4.375.049.133,29	1.615.644.866,71
8.083	19.10.90	99.639	25.10.90	E.F.U.	DIV EXTERNA DA INFAZ, ASSUM.P/UNIAO	1.102.028.000,00	1.102.028.000,00	1.102.028.000,00	0,00
8.083	19.10.90	99.641	25.10.90	M.T.P.S.	ATIV.A CARGO FUNDO DE AMPARO AO TRAB.	150.139.264.000,00	150.139.264.000,00	150.139.264.000,00	0,00
					MANUT.DO SEGURO-DESEMPREGO	1 207 491.000,00	1.207.491 000,00	0,00	1.207.491.000,00
8.083	19.10.90	99.644	25.10.90	MIN.SAUDE	ACOES DE SAUDE NA AMAZONIA LEGAL	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00
					INFRA-ESTRUTURA EM SERVICOS DE SAUDE	20 000.000,00	20.000.000,00	20.000 000,00	0,00
					IMPLANT.E OPER.SIST.NAC.DE SANGUE E HEMODERIVADOS	10.000.000,00	10 000 000,00	10.000.000,00	0,00
					DESAPROPRIACAO DOS HOSPITAIS FEMINA E CRISTO REDENTOR S/A	140 000 000,00	140.000.000,00	140.000.000,00	0,00
					PROJ. A CARGO DA FUND. NAC. DE SAUDE	353.725.000,00	353.725.000,00	353.725.000,00	0,00
8.083	19.10.90	99.645	25.10.90	MIN.EDUCACAO	ASSIST.FINANC.A ENT.EDUC./CULTURAIS	1.200 000.000,00	1.200 000.000,00	1.200.000.000,00	0,00
					EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO	4.016.237.000,00	4 016 237 000,00	3.946.237.000,00	70.000.000,00
					ATIV.A CARGO FUNDO NAC.DESENV.DA EDUC	459.090.000,00	459.090.000,00	459.090.000,00	0,00
					PROJ.A CARGO UNIV.FED.DE MG E OUTRAS	3 206.360 000,00	3.206.360.000,00	3.206.360.000,00	0,00
					PROJ.DA ESCOLA TEC.FED.DA BA E OUTRAS	2.452.710.000,00	2.452.710.000,00	2.452.710.000,00	0,00
8.083	19.10.90	99.646	25.10.90	SEC.DES.REG.	PONTE S/O RIO MARANHAO EM MINACU-GO	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00
				SEC.DESPORTOS	ASSIST.FINANC.P/CONSTR.DE GINASIO POLIESPORTIVO EM CACOAL-RO	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				SEC.CULTURA	APOIO INSTAL.BIBLIOTECA PUBLICA DE JOAO MONLEVADE-MG	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO: 1990	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/90	FOLHA: 326
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

AUTORIZACAO LEG. LEI NUMERO	DATA	ABERTURA DECRETO NUMERO	DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
				MINFRA	PART SOC UNIAO ELETROBRAS UH DE XINGO	1 500 000 000,00	1 500 000 000,00	1 500 000 000,00	0,00
					CONSTR.DA UH DE TUCURUI - 1A ETAPA	30 000 000,00	30 000 000,00	11 938 000,00	18 062 000,00
					PROJ A CARGO DO D N E R	3 330 000 000,00	3 330 000 000,00	3 305 924 000,00	24 076 000,00
8 083	19 10 90	99 649	25 10 90	M E F P	DESP DECORRENTE DA CEMISSAO DE PESSOAL DA CIBRAZEM,COBAL,CAEEB,BNCC S/A	4 550 500 000,00	4 550 500 000,00	4 550 500 000,00	0,00
					ATIV. A CARGO DO IBGE	113 858 000,00	113 858 000,00	113 858 000,00	0,00
				E F U	DIVIDA EXTERNA DA EXTINTA NUCLEBRAS E SUAS SUBSIDIARIAS	200 000 000,00	200 000 000,00	200 000 000,00	0,00
				TRANSF EST DF E TERR	COTA PARTE DOS ESTADOS/DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI	11 438 610 000,00	11 438 610 000,00	11 438 610 000,00	0,00
				REC SOB SUP M E F P	FINANCTO DA COMERC DA PROD AGRICOLA	12 129 111 000,00	12 129 111 000,00	7 121 031 000,00	5 008 080 000,00
8 083	19 10 90	99 651	25 10 90	MIN AGRIC REF AGRARIA	PART UNIAO NO CAP DA CIA DE COLONIZ DO NORDESTE COLONE	200 000 000,00	200 000 000,00	200 000 000,00	0,00
					INCENTIVO A ELETRIFICACAO RURAL	170 000 000,00	170 000 000,00	170 000 000,00	0,00
					EST E PROJ.P/IRRIG FORM DO ARAGUAIA	10 000 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	0,00
					PROJ A CARGO DO INCRA	285 000 000,00	285 000 000,00	285 000 000,00	0,00
					PROJ A CARGO DA CODEVASF	76 000 000,00	76 000 000,00	76 000 000,00	0,00
					PROJ A CARGO DO D N O C S	83 000 000,00	83 000 000,00	83 000 000,00	0,00
				REC SOB SUP M E F P	REFINANCTO DE DIV EXTERNA C/AVAL T N	30 640 907 000,00	30 640 907 000,00	-	30 640 907 000,00
8 083	19 10 90	99 653	25 10 90	JUSTICA ELEITORAL	AQUIS IMOVEL NO GUARA PARA O TRE-DF	1 493 000,00	1 493 000,00	1 493 000,00	0,00
				JUSTICA DO TRABALHO	DESAPROP DE IMOVEL DO TRT MG 3A REG	14 543 000,00	14 543 000,00	14 543 000,00	0,00
					DESAPROP DE IMOVEL PARA INSTAL DO TRT EM CAMPINAS SP	22 000 000,00	22 000 000,00	22 000 000,00	0,00
				M P U	MANUT PROCURADORIAS DA REPUB NOS ESTADOS DE SP E RJ	30 000 000,00	30 000 000,00	29 572 174,16	427 825,84
8 083	19 10 90	99 655	25 10 90	MIN DA AERONAUTICA	ILUMINACAO DO AEROPORTO DE GURUPI TO	10 000 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	0,00
					ESTUDO E PROJ P/RELOCALIZ AEROPORTO DE CAMPINA GRANDE PB	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00
				MIN DA JUSTICA	COORD E MANUT DOS SERV ADMINISTRATIVO	41 262 000,00	41 262 000,00	32 746 315,15	8 515 684,85
					REGULARIZ DA SITUACAO DO ESTRANGEIRO	1 050 000,00	1 050 000,00	1 050 000,00	0,00
					MANUT DO SIST DE PROC DE DADOS	9 438 000,00	9 438 000,00	7 580 020,00	1 857 980,00
					MANUT DO SIST DE TELECOMUNICACOES	20 000 000,00	20 000 000,00	18 733 760,00	1 266 240,00
					ATIV A CARGO DA RADIOBRAS S/A	221 252 000,00	221 252 000,00	206 799 290,51	14 452 709,49
					ATIV A CARGO DA FUNAI	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00
					PROJ A CARGO DA FUNAI	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00
				M P U	MANUT PROCURADORIAS DA REPUB NOS EST DE SP E RJ	20 000 000,00	20 000 000,00	3 195 196,32	16 804 803,68
				GAB PRES REPUBLICA	ADM FINANC CONTABILIDADE E AUDITORIA	1 920 000,00	1 920 000,00	1 920 000,00	0,00
				SEC ADM FEDERAL	COORD E MANUT SERV ADMINISTRATIVOS	93 000 000,00	93 000 000,00	30 671 059,72	62 328 940,28
				CONS GERAL DA REPUBLICA	ASSESSORAMENTO JURIDICO	5 000 000,00	5 000 000,00	3 056 681,30	1 943 318,70
				M E F P	PROJ A CARGO PORTOBRAS S/A (EM EXT)	10 000 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	0,00
8 083	19 10 90	99 715	22 11 90	MINFRA	PROJETOS A CARGO DO DNER	393 000 000,00	393 000 000,00	368 924 000,00	24 076 000,00
8 083	19 10 90	99 752	29 11 90	TRANSF EST MUN	PAGTO INAT /PENS EST E TER EXTINTOS	1 800 000 000,00	1 800 000 000,00	1 800 000 000,00	0,00
8 093	20 11 90	99 772	05 12 90	SEC DESENV REG	COORD E MANUT SERV ADMINISTRATIVOS	13 750 000,00	13 750 000,00	-	13 750 000,00
				SEC MEIO AMBIENTE	COORD E MANUT SERV ADMINISTRATIVOS	4 251 000,00	4 251 000,00	1 646 626,04	2 604 373,96
8 095	20 12 90	99 814	14 12 90	MIN ACAO SOCIAL	DESENV URBANO DA REG METROPOLITANA DE SALVADOR	715 300 000,00	715 300 000,00	715 300 000,00	0,00

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO	MES
		1990	DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO	FOLHA
GESTAO	TESOURO NACIONAL	31/12/90	327

AUTORIZACAO LEG LEI NUMERO	DATA	ABERTURA DECRETO NUMERO	DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.093	20.11.90	99.828	17.12.90	MIN. DA EDUCACAO	ATIV.A CARGOS DE ENT.SUPERVISIONADAS	177.500.000,00	177.500.000,00	0,00	177.500.000,00
8.118	14.12.90	99.854	19.12.90	M. E. F. P.	CONTRIBUICAO A FUNDOS	2.992.870.000,00	2.992.870.000,00	2.992.870.000,00	0,00
8.118	14.12.90	99.856	20.12.90	MIN. DA EDUCACAO	ASSIST.FINANC ENTID.CULT EDUCACIONAIS	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	0,00
					CONSTRUCAO DE IMOVEIS	74.000.000,00	74.000.000,00	0,00	74.000.000,00
					EXPANSAO E MELHORIA ENSINO TECNICO	1.720.000.000,00	1.720.000.000,00	1.455.242.532,60	264.757.467,40
					PROJ.A CARGOS DE ENT.SUPERVISIONADAS	1.025.766.000,00	1.025.766.000,00	1.025.766.000,00	0,00
8.118	14.12.90	99.857	20.12.90	MIN. DA ACAO SOCIAL	ACOES DE PROTECAO A COMUNIDADES AFETADAS P/CONTINGENCIAS CLIMATICAS	11.403.900.000,00	11.403.900.000,00	8.955.755.186,87	2.448.144.813,13
8.118	14.12.90	99.859	20.12.90	MIN. DA SAUDE	MODERNIZACAO UNID.OPERAC.SIST.CEME	500.000.000,00	500.000.000,00	0,00	500.000.000,00
					IMPLANTACAO OPERACIONALIZ. DO SIST. NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS	2.010.000.000,00	2.010.000.000,00	10.000.000,00	2.000.000.000,00
8.118	14.12.90	99.860	21.12.90	S. A. F.	COORD.MANUTENCAO SERV.ADMINISTRATIVOS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
				C. G. R.	PRESTAR ASSESSORIA AO PRESIDENTE DA REPUBLICA NOS ASSUNTOS DE NATUREZA JURIDICA E PROMOVER A COORD.DAS CONSULTORIAS JURIDICAS DA ADM.FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	56.681,30	1.943.318,70
8.118	14.12.90	99.861	21.12.90	MIN. DA JUSTICA	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	55.000.000,00	55.000.000,00	53.142.020,00	1.857.980,00
					ARQUIVO NACIONAL	3.000.000,00	3.000.000,00	1.855.052,77	1.144.947,23
					SIST. DE TELECOMUNICACOES	15.000.000,00	15.000.000,00	13.733.760,00	1.266.240,00
					ENTIDADES SUPERVISIONADAS	300.000.000,00	300.000.000,00	300.000.000,00	0,00
8.118	14.12.90	99.862	21.12.90	JUSTICA ELEITORAL	AQUIS.DE IMOVEIS P/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO - MT	10.000.000,00	10.000.000,00	9.600.000,00	400.000,00
8.118	14.12.90	99.865	21.12.90	S. D. R.	COORD.MANUT.DOS SERV.ADMINISTRATIVOS	8.000.000,00	8.000.000,00	4.999.659,00	3.000.341,00
					ENTIDADES SUPERVISIONADAS	85.000.000,00	85.000.000,00	85.000.000,00	0,00
				S. E. M. A.	PROMOVER APERFEIC.DOS SIST.ATRAVES DA COORD.SUPERVISAO E CONTROLE, ALEM DE PRESTAR APOIO LOGISTICO AS ATIV.FINS	53.000.000,00	53.000.000,00	47.096.559,30	5.903.440,70
8.118	14.12.90	99.867	21.12.90	S. C. T.	MOVIMENTO AMBIENTAL DA AMAZONIA	15.000.000,00	15.000.000,00	14.999.999,99	0,01
				SEC. DA CULTURA	ENTIDADES SUPERVISIONADAS	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
8.118	14.12.90	99.874	21.12.90	T.E.DF MUNICIPIOS	POLICIAMENTO OSTENSIVO EM ESCOLAS	60.000.000,00	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00
					CONC.DO CENTRO DE CULT.DA CEILANDIA	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	0,00
					FORTALEC.DA INFRA-ESTRUTURA DO AMAPA	800.000.000,00	800.000.000,00	800.000.000,00	0,00
					FORTALEC.DA INFRA-ESTRUT.DE RORAIMA	800.000.000,00	800.000.000,00	800.000.000,00	0,00
8.118	14.12.90	99.887	21.12.90	MINFRA	PARTIC.DA UNIAO NO CAP DE EMPRESAS	14.439.508.000,00	14.439.508.000,00	14.415.432.000,00	24.076.000,00
8.106	10.12.90	99.895	21.12.90	M. A. S.	DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIAO METROPOLITANA DE RECIFE - BIRD-II	73.554.000,00	73.554.000,00	73.554.000,00	0,00
8.118	14.12.90	99.918	24.12.90	ENC. FINAN. DA UNIAO	PAGTO.DE INCENTIVOS NA LIQUIDACAO DE DECLARACOES DE CREDITO A EXPORTACAO	5.200.000.000,00	5.200.000.000,00	5.200.000.000,00	0,00
				M. E. F. P.	FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	6.053.812.000,00	6.053.812.000,00	6.053.812.000,00	0,00
					REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS EXTERNAS	229.891.050.000,00	229.891.050.000,00	229.891.050.000,00	0,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS NO ULTIMO QUADRIMESTRE POR FINALIDADE	EXERCICIO	MES
		1990	DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO	FOLHA
GESTAO	TESOURO NACIONAL	31.12.90	328

AUTORIZACAO LEG. LEI NUMERO	DATA	ABERTURA DECRETO NUMERO	DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.123	19.12.90	99.938	26.12.90	ENC. FINANC. DA UNIAO	AQUISICAO DE QUOTAS DO FND	181.965.507.000,00	181.965.507.000,00	181.965.507.000,00	0,00
8.124	19.12.90	99.939	26.12.90	MIN. DA EDUCACAO	PROJ. A CARGO DE ENT SUPERVISIONADAS	1.622.000,00	1.622.000,00	0,00	1 622 000,00
8.103	10.12.90	99.940	26.12.90	MIN. DA ACAO SOCIAL MTPS	APOIO, A POPULACAO URBANA CARENTE CONTRIBUICOES A [illegible]	171.863.000,00 434.068.000,00	171.863.000,00 434.068.000,00	91.359.041,31 434 068 000,00	80 503 958,69 0,00
8.118	14.12.90	99.954	28.12.90	MTPS	PROMOVER A COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA [illegible] DOS OBJ. DEFINIDOS PELO ORGAO	136 616 000 000,00	136 616 000 000,00	136 616 000 000,00	0,00
TOTAL						848 308 184 000,00	848 338 184 000,00	798 804 087 905,68	49 534 096 094,32

MINISTERIO DA ECONOMIA, ...
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAS CANCELADOS E/OU SUPLEM NO ULTIMO QUADR P/FINALIDADE	EXERCICIO 1990	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/90	FOLHA 329
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

AUTORIZACAO LEG LEI NUMERO	DATA	ABERTURA * DECRETO NUMERO	DATA	MINISTERIO/ORGAO	FINALIDADE	IMPORTANCIA CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8 097	23 11 90	99 792	12 12 90	JUSTICA DO TRABALHO	AQUISICAO DE IMOVEIS	11 600 000,00	11 600 000,00	11 195 564,00	404 436,00
8 118	14 12 90	99 857	20 12 90	MINIST DA ACAO SOCIAL	CONTRIBUICAO A FUNDOS	1 803 170 000,00	1 803 170 000,00	1 730 497 000,00	72 673 000,00
8 109	10 12 90	99 910	21.12 90	S.E.M.A.M.	ENTIDADES SUPERVISIONADAS	148.688.000,00	148.688.000,00	148.688.000,00	0,00
8 126	19 12 90	99 931	24 12 90	MINISTERIO DA JUSTICA	COORD E MANUT DOS SERV ADMINSTRATIVOS	250 000,00	250 000,00	0,00	250.000,00
8 144	28 12 90	99 964	31 12 90	JUSTICA FEDERAL JUSTICA DO TRABALHO	DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS AQUISICAO DE IMOVEIS	40 400 000,00 50 000 000,00	40 400 000,00 50 000 000,00	40 367 025,00 50 000 000,00	32.975,00 0,00
8 148	28 12 90	99 969	31 12 90	MINIST DA ACAO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO DE ACOES SOCIAIS CONSESSAO DE VALE TRANSPORTE APOIO HABITACAO POPULAR	17 044 000,00 9 141 000,00 2 262 773 000,00	17 044 000,00 9 141 000,00 2 262 773 000,00	16.975.995,94 0,00 1.819 258 626,42	68 004,06 9 141.000,00 443 514 373,58
8 156	28 12 90	99 970	31.12.90	ENCARGOS FIN.DA UNIAO	AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS QUE CONTEM PARTICIPACAO MAJORITARIA DA UNIAO	28.250.345.000,00	28.250.345.000,00	28.250.345.000,00	0,00
TOTAL						32.593.411.000,00	32.593.411.000,00	32.067.327.211,36	526.083.788,64

OBS * ESSES CREDITOS REFEREM-SE A DECRETOS QUE CANCELARAM E SUPLEMENTARAM DOTACOES DE DECRETOS ANTERIORES, POREM NAO MENCIONADOS E PORTANTO NAO ALTERANDO A DOTACAO GLOBAL DOS CREDITOS ESPECIAIS

TITULO	SUMARIO DE ALTERACOES DA ADMINISTRACAO FEDERAL - 1990	EXERCICIO: 1990	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/90	FOLHA: 330
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

ENTIDADE	VINCULACAO ANTERIOR	VINCULACAO ATUAL
ENTIDADES EXTINTAS		
I - AUTARQUIAS:		
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIAO CENTRO-OESTE - SUDECO	MINISTERIO DO INTERIOR	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDENCIA DA REGIAO SUL - SUDESUL	MINISTERIO DO INTERIOR	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO - DNOS	MINISTERIO DA AGRICULTURA	MIN. DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
INSTITUTO DO ACUCAR E DO ALCOOL - IAA	MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO	MIN. ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE - IBC	MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO	MIN. ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
II - FUNDACOES		
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE	MINISTERIO DA CULTURA	SECRETARIA DE CULTURA
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES CENICAS - FUNDACEN	MINISTERIO DA CULTURA	SECRETARIA DE CULTURA
FUNDACAO DO CINEMA BRASILEIRO - FCB	MINISTERIO DA CULTURA	SECRETARIA DE CULTURA
FUNDACAO NACIONAL PRO MEMORIA - PRO MEMORIA	MINISTERIO DA CULTURA	SECRETARIA DE CULTURA
FUNDACAO NACIONAL PRO-LEITURA - PRO LEITURA	MINISTERIO DA CULTURA	SECRETARIA DE CULTURA
FUNDACAO NACIONAL PARA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - EDUCAR	MINISTERIO DA EDUCACAO	MINISTERIO DA EDUCACAO
FUNDACAO MUSEU DO CAFE	MINISTERIO DA CULTURA	MIN. ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
III - OUTRAS ENTIDADES		
BANCO NACIONAL DE CREDITO COOPERATIVO - BNCC	MINISTERIO DA FAZENDA	MIN. ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL - PORTOBRAS	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELETRICAS - CAEEB	MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA	MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
PETROBRAS COMERCIO INTERNACIONAL - INTERBRAS	MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA	MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
PETROBRAS MINERACAO S.A. - PETROMISA	MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA	MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
SIDERURGIA BRASILEIRA S.A. - SIDERBRAS	MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA	MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
DISTRIBUIDORA DE FILMES S.A. - EMBRAFILME	MINISTERIO DA CULTURA	SECRETARIA DA CULTURA
COMPANHIA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA FAZENDARIA - INFAZ	MINISTERIO DA FAZENDA	MIN. ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMBRATER	MINISTERIO DA AGRICULTURA	MIN. DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS - EBTU	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
ENTIDADES CRIADAS		
INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA - IBAC	---	SECRETARIA DA CULTURA
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FNS	---	MINISTERIO DA SAUDE
INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMONIO CULTURAL - IBPC	---	SECRETARIA DA CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	---	MINISTERIO DA SAUDE
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CNA	---	MIN. DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

FONTE: D.O.U. (LEI 8.029 DE 12.04.90 - DISPOE SOBRE A EXTINCAO E DISSOLUCAO DE ENTIDADES DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO: DEMONSTRATIVO DA RECEITA/DESPESA POR UNIDADE DA FEDERACAO

SUBTITULO:

GESTAO: TESOURO NACIONAL

EXERCICIO: 1990 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/90 | FOLHA: 331

UNIDADE FEDERATIVA	RECEITA	%	DESPESA	%
ACRE	1.607.635.038,79	0,02	15.779.098.248,82	0,18
ALAGOAS	9.110.701.492,28	0,10	2.903.015.673,75	0,03
AMAPA	2.593.598.175,95	0,03	399.102.301,50	---
AMAZONAS	33.141.802.270,06	0,37	20.466.286.818,58	0,23
BAHIA	88.612.363.930,96	0,97	17.454.993.311,14	0,19
CEARA	40.518.119.222,24	0,45	11.156.107.435,27	0,13
DISTRITO FEDERAL	5.606.589.592.531,92	61,83	8.233.568.488.356,34	91,51
ESPIRITO SANTO	32.465.764.867,73	0,36	4.320.288.959,77	0,04
EXTERIOR	---	---	136.863.276.266,19	1,53
GOIAS	29.924.678.492,13	0,33	5.583.261.872,06	0,06
MARANHAO	10.791.819 929,46	0,12	6.707.991.048,22	0,07
MATO GROSSO	11.564.387.127,25	0,13	2.890.810.966,36	0,03
MATO GROSSO DO SUL	10.453.252.835,53	0,12	3.456.169.627,57	0,04
MINAS GERAIS	202.770.747.177,44	2,24	26.180.273.876,61	0,29
PARA	22.933.291.104,28	0,25	22.245.327.272,34	0,25
PARAIBA	13.395.799.991,84	0,15	6 117 178.167,32	0,07
PARANA	167.004.277.299,29	1,84	11.086.502.923,12	0,12
PERNAMBUCO	66 675.674.781,39	0,74	14.984.088.175,23	0,17
PIAUI	8.376.710:419,20	0,09	3.268.127.750,69	0,04
RIO DE JANEIRO	594.919.298.399,55	6,56	351.402.838.597,96	13,91
RIO GRANDE DO NORTE	9.759.432.282,84	0,11	3.847.798.819,50	0,04
RIO GRANDE DO SUL	193.727.700.940,73	2,13	25.431.375.550,93	0,28
RONDONIA	5 609.801.923,43	0,06	2.997.571.902,19	0,03
RORAIMA	1.516.312.747,62	0,02	950.816.555,98	0,01
SANTA CATARINA	80.055.173.408,15	0,88	8.261.610.191,75	0,09
SAO PAULO	1.813 872 500.818,21	20,00	57.034.186.408,23	0,63
SERGIPE	9.336.861.285,32	0,10	2.610.521.270,51	0,03
TOCANTINS	---	---	29.640.283,73	---
TOTAL/GERAL	9.067.327.298.493,59	100,00	8.997.996.748.631,66	100,00

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL

TITULO	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS EXETUADAS AS CONSTITUCIONAIS EM 1990	EXERCICIO	1990
SUBTITULO	CONVENIOS, ACORDOS, AJUSTES, PROTOCOLOS, ETC.	MES	DEZEMBRO
GESTAO	TESOURO NACIONAL	EMISSAO	31/12/90
		FOLHA	332

CR$ 1 000.00

UF	ESTADO	%	MUNICIPIO CAPITAL	%	MUNICIPIO INTERIOR	%	MUNICIPIO TOTAL	%	TOTAL GERAL	%
N	5.757.6	11.1	472.9	15.3	17.988.6	11.9	18 461.5	12.0	24 219.1	11.7
AC	477.7	0.9	288.9	9.3	754.2	0.5	1 043.1	0.7	1 520.8	0.7
AM	1 339.0	2.6	23.6	0.8	1 360.3	0.9	1 383.9	0.9	2 722.9	1.3
AP	252.1	0.5	21.0	0.7	198.3	0.1	219.3	0.1	471.4	0.2
PA	1 104.8	2.1	2.4	0.1	9.373.9	6.2	9.376.3	6.1	10 481.1	5.1
RO	1 503.9	2.9	109.9	3.3	233.7	0.2	335.6	0.2	1 839.5	0.9
RR	331.8	0.6	35.1	1.1	3.215.6	2.1	3.250.7	2.1	3 582.5	1.7
TO	748.3	1.4	0.0	0.0	2.852.6	1.9	2 852.6	1.8	3 600.9	1.7
NE	29.134.6	56.0	2 058.4	66.5	60 712.0	40.1	62 770.4	40.6	91 905.0	44.5
AL	4.971.9	9.6	59.1	1.9	2 963.3	2.0	3 022.4	2.0	7 994.3	3.9
BA	4.794.0	9.2	44.0	1.4	7 521.3	5.0	7 565.3	4.9	12 359.3	6.0
CE	3.388.4	6.5	43.3	1.4	6 844.3	4.5	6 887.6	4.5	10 276.0	5.0
MA	2.770.7	5.3	2.8	0.1	3 065.6	2.0	3 068.4	2.0	5 839.1	2.8
PB	2.390.8	4.6	213.9	6.9	5 237.7	3.5	5 451.6	3.5	7 842.4	3.8
PE	3.114.5	6.0	92.4	3.0	4 750.0	3.1	4 842.4	3.1	7 956.9	3.9
PI	3.570.2	6.9	3.8	0.1	5 030.4	3.3	5 034.2	3.3	8 604.4	4.2
RN	2.519.0	4.8	202.8	6.5	17 559.6	11.6	17 762.4	11.5	20 281.4	9.8
SE	1.615.1	3.1	1 396.3	45.1	7 739.8	5.1	9 136.1	5.9	10 751.2	5.2
					30 102.4					
SD	6 852.2	13.2	187.1	6.0	3 395.7	19.9	30 289.5	19.6	37 141.7	18.0
ES	429.0	0.8	35.1	1.1	3 395.7	2.2	3 430.8	2.2	3 859.8	1.9
MG	2 916.6	5.6	2.9	0.1	13 147.1	8.7	13 150.0	8.5	16 066.6	7.8
RJ	1 252.4	2.4	66.8	2.2	2 939.9	1.9	3 006.7	1.9	4 259.1	2.1
SP	2 254.2	4.3	82.3	2.7	10 619.7	7.0	10 702.0	6.9	12 956.2	6.3
S	4 136.8	7.9	191.7	6.2	25 872.5	17.1	26 064.2	16.9	30 201.0	14.6
PR	1 277.5	2.5	0.0	0.0	4 439.6	2.9	4 439.6	2.9	5 717.1	2.8
RS	1 660.4	3.2	5.1	0.2	13 336.3	8.8	13 341.4	8.6	15 001.8	7.3
SC	1 198.9	2.3	186.6	6.0	8 096.6	5.4	8 283.2	5.4	9 482.1	4.6
CO	5 387.3	10.3	187.4	6.1	16 646.7	11.0	16 834.1	10.9	22 221.4	10.8
DF	1 808.9	3.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1 808.9	0.9
GO	1 210.9	2.3	55.7	1.8	4 500.0	3.0	4 555.7	3.0	5 766.6	2.8
MS	1 176.2	2.3	42.0	1.4	10 551.7	7.0	10 593.7	6.9	11 769.9	5.7
MT	1 191.3	2.3	89.7	2.9	1 595.0	1.1	1 684.7	1.1	2 876.0	1.4
NI	784.9	1.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	784.9	0.4
TT	52 053.4	100.0	3 097.5	100.0	151 322.2	100.0	154 419.7	100.0	206 473.1	100.0

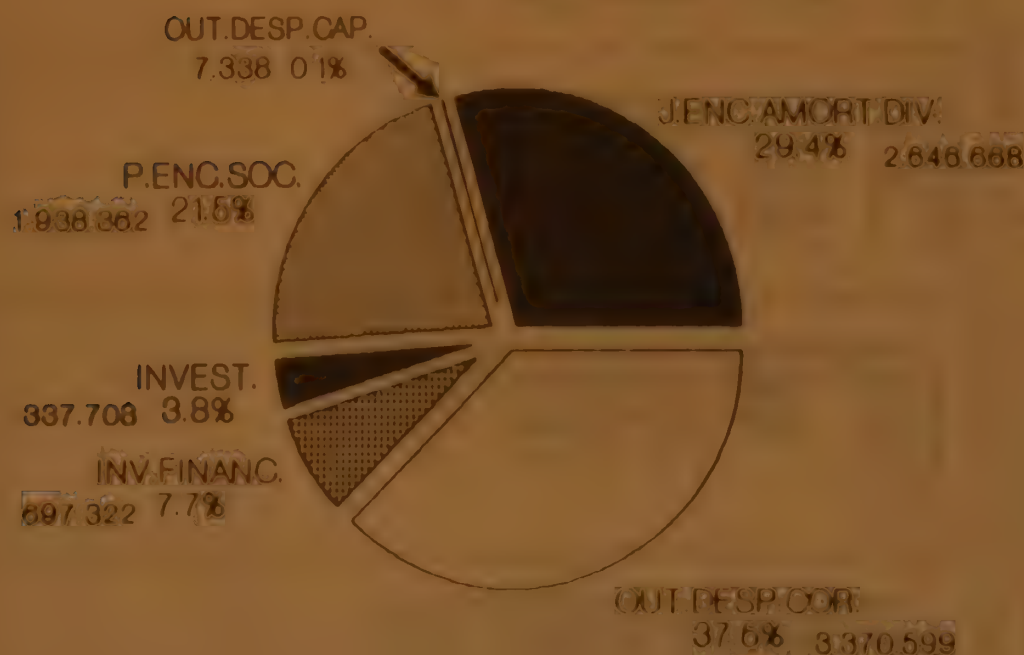
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

TITULO	DEMONSTRACAO DA DIVIDA ATIVA DA UNIAO	EXERCICIO 1990	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	TESOURO NACIONAL	EMISSAO 31/12/90	FOLHA 333

CR$ 1,00

UNIDADE DA FEDERACAO	SALDO - 1989	INSCRICAO	RECEBIMENTO	CANCELAMENTO	CORRECAO MONETARIA E OUTROS ACRESCIMOS	SALDO PARA JANEIRO
ACRE	19 167.575,43	192.046.492,25	29.677,22	24.754,30	552.085,07	211.711.721,23
ALAGOAS	227.473.839,72	1.766.596.086,13	1.360.120,78	337.875.643,77	1.993.801.445,92	3.648.635.607,22
AMAPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMAZONAS	706 643.036,83	7.445.035.511,57	0,00	0,00	0,00	8.151.678.548,40
BAHIA	920.457.163,62	3.189.247.962,26	5.063.701.543,71	0,00	11.819.644.515,54	10.865 648 097,71
CEARA	367.940.831,98	1.794.396 626,48	150 262,99	248.272,65	2.858.915.564,19	5.020 854 487,01
DISTRITO FEDERAL	386.307.300,12	1.973.732.070,20	93.525,63	262 333,08	2 006 406.324,00	4.366 089 835,61
ESPIRITO SANTO	468 065.499,89	269.838.929,64	1.279.283,69	428.863,83	4.639 457.966,37	5.375.454.248,38
GOIAS	242.588.228,33	1.628.838.507,61	1.004.813,35	180.656,45	3.632.384.057,29	5.502.625.323,43
MARANHAO	163 504 640,44	1.686.289.172,56	171.547,66	5.717,91	0,00	1.849.616.547,43
MATO GROSSO	311.951.855,34	956.396 985,28	696.388,52	4.533.513,80	4.258.107.261,20	5.521.226 199,50
MATO GROSSO DO SUL	738.758.762,07	1.614.353.515,45	151.314,65	273.827,13	5.978.669.886,28	8.331.357.022,02
MINAS GERAIS	2.639.059.597,78	9.496.202.229,39	0,00	3.679.278.276,41	21.991.832.732,66	30.447.816 283,42
PARA	855 791.515,52	8.837.454.122,08	641.543,15	37.496.892,86	2.722.110.292,66	12.377.217.494,25
PARAIBA	883 203 669,28	2.753.793.844,56	66.333,08	74 845,71	7.092.605.374,20	10.729 461.709,25
PARANA	1.486.941.629,08	12.646.622.201,87	55 005,28	219.021.528,87	5.023.184.999,99	18.937.672.296,79
PERNAMBUCO	1.187.571.651,15	4.981.348 952,81	348 117,01	1.477.035.355,68	7.648 995.283,80	12.340.532.415,07
PIAUI	391.373.992,92	21.012.914.558,68	424.937,57	759.564.959,74	839.643.278,60	21.483.941.932,89
RIO DE JANEIRO	11.394 946.245,11	133.830.628 652,64	140.974.361,33	151.666.452,85	62.327.038.278,23	207.259.972.361,80
RIO GRANDE DO NORTE	495.625.766,82	55.757.338 440,59	319.071,28	959.454,95	3.106.146.222,60	59.357.831.903,78
RIO GRANDE DO SUL	12.060.274.319,13	14.388.690.240,98	1.133.722,99	348.618.210,47	22.764.496.484,14	48.863.709.110,79
RONDONIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RORAIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANTA CATARINA	1.744.325.973,75	2.645.957.344,05	408.146,84	146.913,19	9.018.461.361,95	13.408.189.619,72
SAO PAULO	27.777.280.367,65	243.674 872 569,77	31.059.827,98	114.352.133.822,21	280.915.989.181,50	437.984.948.468,73
SERGIPE	238.704.514,84	1.467.351 788,65	365.625,61	62.334.609,75	1.560.097.810,56	3.203.453.878,69
TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
T O T A L	65.707.957.976,80	534.009.748.805,50	5.244.435.170,32	121.432.164.905,61	462.198.540.406,75	935.239.645.113,12

RESUMO DAS DESPESAS

GESTAO TESOURO NACIONAL - JAN/DEZ/90

EM MILHOES DE CRUZEIROS

OUT.DESP.CAP.
7.338 0.1%

J.ENC.AMORT.DIV.
29.4% 2.646.668

P.ENC.SOC.
1.938.362 21.5%

INVEST.
337.708 3.8%

INV.FINANC.
697.322 7.7%

OUT.DESP.COR.
37.5% 3.370.599

OBS:

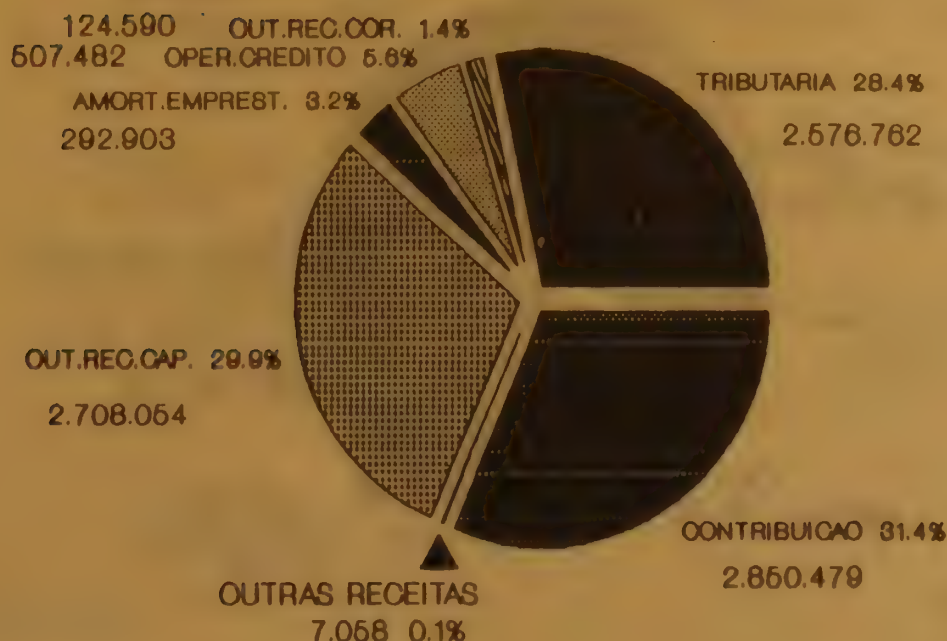
Excluidos os CR$ 12,6 trilhoes da execucao da despesa decorrentes do processo de troca de titulos federais da carteira do BACEN que permitirao ao Banco Central do Brasil executar a politica monetaria em 1991 com um papel pre-fixado.

LEGENDAS:

1) P.ENC.SOC. - Pessoal e Encargos Sociais
2) OUT.DESP.CAP. - Outras Despesas de Capital
3) OUT.DESP.COR. - Outras Despesas Correntes
4) INVEST. - Investimentos
5) INV.FINANC. - Inversoes Financeiras
6) J.ENC.AMORT.DIV. - Juros, Encargos e Amortizacao da Divida

RESUMO DAS RECEITAS

GESTAO TESOURO NACIONAL - JAN/DEZ/90
EM MILHOES DE CRUZEIROS

OBS:

Excluidos os CR$ 12,6 trilhoes da execucao da receita decorrentes do processo de troca de titulos federais da carteira do BACEN que permitirao ao Banco Central do Brasil executar a politica monetaria em 1991 com um papel pre-fixado.

LEGENDAS:

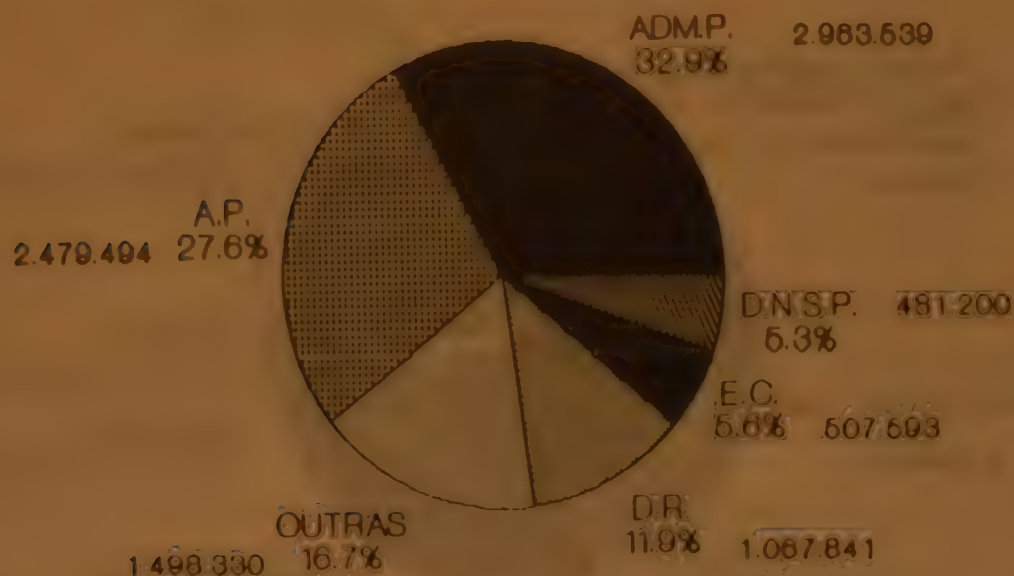
1) TRIBUTARIA - Receita Tributaria
2) CONTRIBUICAO - Receita de Contribuicao
3) OUT.REC.COR. - Outras Receitas Correntes
4) OPER.CREDITO - Operacoes de Credito
5) AMORT.EMPREST. - Amortizacao de Emprestimos
6) OUT.REC.CAP. - Outras Receitas de Capital
7) OUTRAS REC. - Outras Receitas

CCONT/DTN

DEMONSTRACAO DA EXECUCAO DAS DESPESAS

GESTAO TESOURO NACIONAL - JAN/DEZ/90

FUNCOES

CR$ Milhoes

ADM.P. 32.9% 2.983.539

D.N.S.P. 5.3% 481.200

E.C. 5.6% 507.593

D.R. 11.9% 1.067.841

OUTRAS 16.7% 1.498.330

A.P. 27.6% 2.479.494

CCONT/DTN

OBS:

Excluidos os CR$ 12,6 trilhoes da execucao da despesa decorrentes do processo de troca de titulos federais da carteira do BACEN que permitirao ao Banco Central do Brasil executar a politica monetaria em 1991 com um papel pre-fixado.

LEGENDAS:

1) ADM.P. - Administracao e Planejamento
2) D.N.S.P. - Defesa Nacional e Seguranca Publica
3) D.R. - Desenvolvimento Regional
4) E.C. - Educacao e Cultura
5) A.P. - Assistencia e Previdencia
6) OUTRAS - Outras Funcoes

DESPESAS COM PESSOAL

GESTAO TESOURO NACIONAL - JAN/DEZ/90

EM MILHOES DE CRUZEIROS

ENC.SOCIAIS 1.3% 26.478

PES.MILITAR 10.7% 207.541

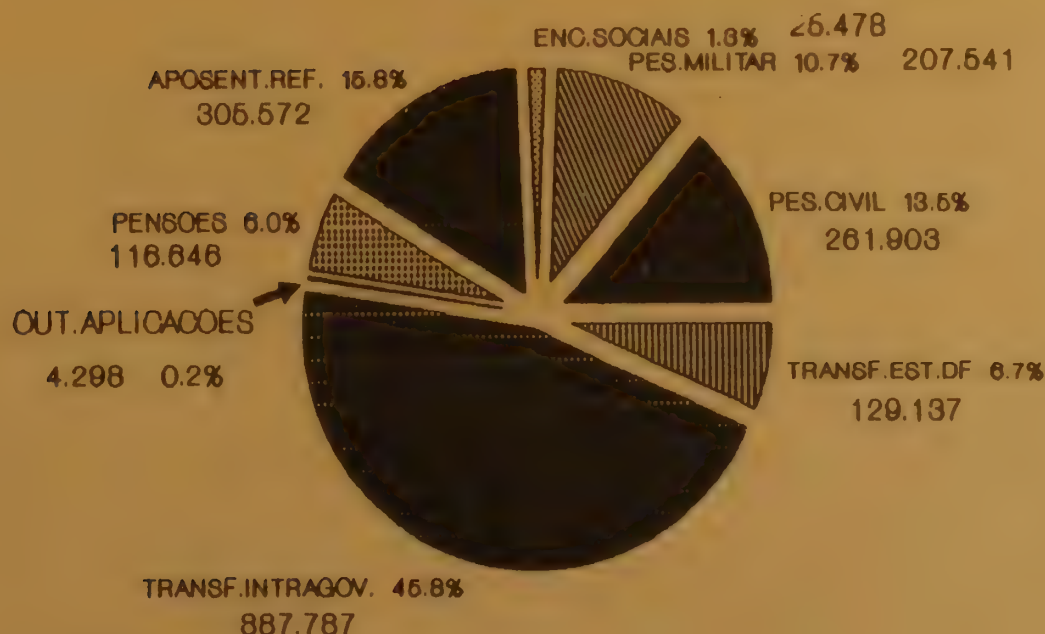
APOSENT.REF. 15.8% 305.572

PES.CIVIL 13.5% 261.903

PENSOES 6.0% 116.646

OUT.APLICACOES 4.298 0.2%

TRANSF.EST.DF 6.7% 129.137

TRANSF.INTRAGOV. 45.8% 887.787

CCONT/DTN

LEGENDAS:

```
1) PES.CIVIL         - Pessoal Civil
2) PES.MILITAR       - Pessoal Militar
3) ENC.SOCIAIS       - Encargos Sociais
4) APOSENT.REF.      - Aposentadorias e Reformas
5) PENSOES           - Pensoes
6) OUT.APLICACOES    - Outras Aplicacoes
7) TRANSF.INTRAGOV.  - Transferencias Intragovernamentais
                     - Autarquias e Fundacoes
                     - Fundos
                     - Empresas Industriais ou Agricolas
                     - Empresas Comerciais ou Financeiras
8) TRANSF.EST.DF.    - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal
```